







all we need is earth

A Terra é a fonte de toda a nossa energia.

Por ela, acreditamos que o futuro é produzir energia mais limpa.

Por ela, estamos na linha da frente do desenvolvimento sustentável.

Por ela, utilizamos as mais avançadas tecnologias.

Por ela, estamos tão perto da natureza.

Por ela, somos nós.





mensagem do chairman

Senhor Accionista,

A EDP Renováveis é hoje a 3ª maior empresa de energias renováveis do mundo. O reforço da nossa posição de liderança decorre do sucesso das opções e da estratégia adoptada pela empresa nos últimos anos.

Este resultado verifica-se num período particularmente exigente. No ano passado, em todo o mundo, a “economia real” sentiu as consequências da crise financeira que se havia iniciado em 2008. A evolução negativa do PIB e o aumento do desemprego são realidades com as quais a maioria dos países se viu obrigado a lidar.

Contudo, o sector energético – embora não estivesse imune a esta conjuntura na qual se registou um decréscimo generalizado no consumo e nos preços da energia – reforçou a sua importância estratégica. Vários países e governos assinalaram o desenvolvimento do sector como uma prioridade de curto prazo, de forma a relançar o crescimento da economia.

O sector das energias renováveis, em particular, é um elemento chave para esta recuperação económica. Como exemplo, algumas das políticas já implementadas, tal como o “Plano de Recuperação e Reinvestimento Económico” nos EUA, tiveram um impacto significativo já no ano de 2009, contribuindo para os 37 GW de nova capacidade eólica instalada em todo o mundo, sendo este o maior crescimento anual de sempre. A longo prazo, torna-se evidente que haverá lugar a uma transformação do sector da energia, impulsionado sobretudo pelo aumento do apoio às energias renováveis.

No que diz respeito à EDP Renováveis, o ano passado traduziu-se em mais um passo no sentido de uma maior maturidade para a organização.

A nossa base de activos existente está a tornar-se cada vez mais alargada quando comparada com o aumento anual do portfolio de GW. Este facto influencia o ADN da organização e exige uma abordagem mais focada em diferentes áreas tais como a exploração e manutenção, para além da gestão da energia. Neste âmbito, a estratégia de cobertura de risco, com resultados muito positivos, é uma prova clara desta mudança de sucesso, contribuindo com 19 milhões de euros para os nossos resultados.

Adicionalmente, este foi o primeiro ano completo em que a EDP Renováveis esteve sob a observação do mercado. Trimestre após trimestre fomos elevando a fasquia e conseguindo ultrapassá-la. Além disso, a criação de sólidos mecanismos de governo da sociedade, em particular, as actividades e a relação entre os vários órgãos directivos, deverá ser reconhecida como um elemento importante, o qual contribuiu para uma EDP Renováveis mais madura.

Olhando para o futuro, os próximos 12 meses afiguram-se tão desafiantes como os anteriores. Teremos de nos adaptar a um ambiente de crescimento económico modesto, incerteza regulamentar e baixos preços da energia. A atenção dada à execução, disciplina e criatividade desempenhará um papel fundamental na continuidade do percurso de sucesso seguido até aqui.

Mas teremos de reconhecer que o mundo mudou e preparar-nos de acordo com isso. Tendo isto em consideração, a EDP Renováveis criou opções de crescimento adicionais – tais como a entrada no Reino Unido e Itália, estando agora presente em 10 países – e criou flexibilidade adicional para ajustar o seu ritmo de crescimento, o que se torna particularmente importante num cenário de tamanha incerteza. Esta foi uma decisão difícil, embora necessária, para manter o pilar estratégico de “baixo risco”, e ao mesmo tempo reforçar a credibilidade junto dos nossos “stakeholders”.

Uma última palavra a todos os nossos colaboradores e accionistas, em particular, para agradecer a dedicação revelada pelos primeiros e a confiança que nos foi depositada pelos segundos. Com este apoio, a EDP Renováveis irá continuar a liderar o caminho para o sucesso.



António Mexia
Chairman



mensagem da ceo

Estimados Accionistas:

Neste Relatório Anual de 2009, temos o prazer de partilhar os nossos resultados e principais sucessos. Pretendemos explicar aos nossos accionistas a forma como conseguimos implementar o nosso plano de negócios e atingir os objectivos anuais, num cenário financeiro e económico particularmente exigente.

Ao longo de 2009, a EDP Renováveis consolidou a sua posição como empresa líder no sector das energias renováveis, agora no 3º lugar a nível mundial. Este é o resultado do esforço conjunto de uma equipa que actualmente ultrapassa as 720 pessoas espalhadas por 10 países (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Itália, Polónia, Romênia, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos), operando mais de 6,2 GW de capacidade eólica instalada bruta que produziram aproximadamente 11 GWh de geração eléctrica em 2009.

Entrega de resultados sólidos com bases na execução de uma estratégia clara

Os três principais pilares estratégicos que guiam o nosso desenvolvimento – crescimento orientado, eficiência superior e risco controlado – são, uma vez mais, os alicerces do desempenho operacional e financeiro do ano de 2009.

A EDP Renováveis instalou 1,2 GW (um aumento de 23% comparado com a capacidade instalada no final de 2008) e tem mais de 700 MW actualmente em construção. O aumento da produção foi superior a 40%, a margem bruta cresceu 25% durante o ano para 725 milhões de euros, o EBITDA subiu 24% para 543 milhões de euros e o Resultado Líquido aumentou 10% para 114 milhões de euros, reflectindo um forte desempenho operacional.

A qualidade dos activos da EDP Renováveis e a eficiência superior são evidenciadas por factores de utilização acima da média, pela margem de EBITDA superior (75%) e pela redução em 12% nos custos operacionais por MW de capacidade instalada.

Por fim, ainda que não menos importante, a gestão financeira da empresa, muitas vezes inovadora, tem permitido não só maximizar o valor dos projectos, mas também alcançar continuamente uma sólida criação de valor. O investimento em 2009 atingiu 1,8 mil milhões de euros, embora a dívida se tenha mantido em níveis controlados (23% do “Enterprise Value” da EDP Renováveis).

Em termos gerais, os resultados de 2009 foram sustentados por uma estratégia e capacidades de execução comprovadas, um desempenho operacional superior, um pipeline de 32GW em dez países atractivos e, evidentemente, por uma equipa de pessoas dedicadas.

Flexibilidade e Capacidade de execução num ano muito exigente

Gostaria de salientar novamente que este bom desempenho foi alcançado num contexto exigente.

Além da crise financeira, 2009 sofreu igualmente o impacto de uma procura de energia mais baixa, menores preços globais de energia (em Espanha, o preço da pool foi cerca de 40% mais baixo do que em 2008) e uma qualidade de recursos eólicos inferior (o factor de utilização superior no último trimestre não foi suficiente para compensar a diminuição registada nos três primeiros trimestres – foi registado um factor de utilização no conjunto dos parques de 29% vs 30% em 2008).

Conseguimos tomar medidas que nos permitiram gerir melhor os riscos surgidos neste contexto. Em 2009, 84% da nossa produção teve uma nula ou limitada exposição à volatilidade dos preços de mercado da energia. A partir do segundo semestre de 2008, fomos pioneiros na implementação de uma estratégia de cobertura dos preços da energia, a qual ajudou a diminuir o impacto desfavorável dos preços mais baixos em Espanha. Conseguimos minimizar as adversidades e ainda assim atingir um crescimento de dois dígitos, mantendo simultaneamente níveis de rentabilidade atractivos, melhor representados por uma margem de EBITDA superior.

Em Espanha, conseguimos 840 MW de projectos no período de pré-registo para capacidade de energia renovável e alcançámos excelentes resultados no Leilão das Astúrias. Na Polónia, concluímos o nosso primeiro projecto - o parque eólico de 120 MW de Margonin. Iniciámos também a construção do nosso primeiro parque eólico na Romênia, através de um projecto de 228MW que estimamos esteja concluído ao longo de 2010. Em Portugal, estamos a participar de forma activa na construção dos 1.200 MW atribuídos em 2007 à ENEOP – Eólicas de Portugal.

No Brasil, uma das nossas mais recentes áreas geográficas de actuação, detemos actualmente 14 MW de capacidade instalada, tendo desenvolvido um pipeline de 1.500 MW. Iniciámos os trabalhos preparatórios para a construção do nosso primeiro parque eólico, um projecto de 70 MW que deverá entrar em funcionamento no final de 2010.

Nos Estados Unidos, a EDP Renováveis assegurou subsídios financeiros e estabeleceu várias estruturas institucionais com parceiros financeiros (tanto acordos “cash grant” como “tax equity”), de mais de 685 milhões de dólares. Instalámos 700 MW num mercado reconhecido como um dos que possui maior potencial para o desenvolvimento eólico no mundo ocidental.



mensagem da ceo

No início de 2010, entrámos em dois novos mercados - Itália e Reino Unido. A aquisição de um pipeline de 520 MW em Itália permite-nos o acesso a um dos mercados de energia eólica com o crescimento mais rápido e rentável da Europa. No Reino Unido, o nosso consórcio foi seleccionado para desenvolver até 1,3 GW de energia eólica offshore, representando o nosso primeiro passo nesta promissora tecnologia.

Implementámos também diversas medidas de poupança nas despesas de investimento, procurando uma maior eficiência com despesas associadas à contratação de aerogeradores, mas também em actividades de construção, beneficiando da dinâmica local e de escala, bem como da revisão das especificações técnicas com base na partilha das melhores práticas por toda a Empresa, levando a um aumento da eficiência.

Um trabalho contínuo no reforço da organização

A integração traduz-se num processo comum de fazer as coisas, elegendo e preservando simultaneamente o melhor da nossa diversidade.

Após ter concluído com sucesso as áreas da 1ª fase (tais como análise de investimentos, desenvolvimento de negócio, contabilidade, planeamento e controlo, financeiro, relação com os investidores, jurídico, regulação & mercados, gestão de risco, desenvolvimento corporativo, recursos humanos e comunicação), foram promovidas várias iniciativas adicionais a nível operacional e técnico, apoiando a partilha de conhecimentos e melhores práticas por toda a empresa.

No que diz respeito à parte técnica, lançámos um projecto global designado de Technical Project Office para uma maior partilha e operacionalização das melhores práticas da companhia. Este projecto transversal abrangeu as actualizações tecnológicas, engenharia, actividades de construção e aprovisionamento de aerogeradores, medição do desempenho e operação e manutenção, o centro de controlo e outras áreas técnicas relevantes.

Nas tecnologias de informação desenvolvemos várias iniciativas, de relevante importância transversal a toda a empresa – o centro de controlo do parque eólico a nível mundial que está a ser ampliado e melhorado, a consolidação das plataformas SAP e o lançamento de uma nova intranet empresarial integrada e da nova página pública na Internet da EDP Renováveis.

Gostaria também de salientar o esforço da equipa de Recursos Humanos no desenvolvimento de uma política comum para todo o Grupo, que irá claramente apoiar a estratégia de crescimento da empresa e permitir alinhar valores tão importantes como a equidade interna e externa, o desenvolvimento de capital humano e a avaliação do desempenho.

Por fim, desenvolvemos várias iniciativas na área organizacional, nomeadamente a implementação do modelo organizacional da EDP Renováveis, o projecto de sustentabilidade como suporte do nosso forte compromisso com um mundo sustentável, a estruturação dos novos escritórios no Reino Unido e Itália e o esforço contínuo para nos envolvermos com as nossas comunidades e parceiros.

O trabalho de uma equipa caracterizado pela sua dedicação e excelência

A EDP Renováveis ainda não celebrou dois anos. Apesar deste facto, a empresa continuou a consolidar os seus mercados mais maduros, a desenvolver os mais recentes, posicionando-se em novas opções de crescimento (Reino Unido offshore, Itália) e fortalecendo simultaneamente a sua organização.

Estes resultados e iniciativas foram apenas possíveis graças à elevada qualidade, compromisso e esforço por parte de todos os colaboradores da EDP Renováveis e ao apoio de todas as partes envolvidas – accionistas, fornecedores, clientes, reguladores, Estado e autoridades locais, proprietários e todos os nossos parceiros comunitários.

O enfoque na criação sustentável de valor a longo prazo através de um modelo de negócio sólido em que a diversificação (geográfica e tecnológica) e a gestão oportuna da regulação têm sido fundamentais. De facto, para a EDP Renováveis, as palavras “longo prazo” e “sustentabilidade” são elementos chave dado o objectivo de manter e reforçar o 3º lugar a nível mundial.

Como exemplo do nosso forte compromisso com a sustentabilidade, temos orgulho em anunciar que o Relatório Anual de 2009 da EDP Renováveis é o primeiro a ser elaborado seguindo as directrizes G3 da GRI (Global Reporting Initiative) aplicado a relatórios de Sustentabilidade.

Em 2010, desejamos continuar a consolidar a posição da EDP Renováveis como um dos líderes mundiais em energia renovável e como uma das empresas que mais contribui para um mundo mais sustentável através do fornecimento de uma energia limpa e segura. Estão todos convidados para se nos juntarem nesta viagem.

Ana Maria Fernandes, CEO





equipa de gestão



Da esquerda para a direita:

Luis Adão da Fonseca CBDO, **Rui Teixeira** CFO, **João Paulo Costeira** COO Europa, **Gabriel Alonso Imaz** COO América do Norte

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

comissão executiva

António Mexia
Presidente

Ana Maria Fernandes
Vice-Presidente e CEO

António Martins da Costa
João Manso Neto
Nuno Alves
Administradores

não-executivos

António Nogueira Leite
Daniel M. Kammen
Francisco de Lacerda
Guilles August
João Lopes Raimundo
João Manuel de Mello Franco
Jorge Santos
José Araújo e Silva
José Silva Lopes
Manuel Menéndez Menéndez
Rafael Caldeira Valverde

secretário-geral

Emilio García-Conde Noriega

Comissão de Nomeações e Remunerações

Jorge Santos
João Lopes Raimundo
Rafael Caldeira Valverde

Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

António Nogueira Leite
João Manuel de Mello Franco
João Manso Neto

Comissão de Auditoria e Controlo

João Manuel de Mello Franco
José Silva Lopes
Francisco de Lacerda

EQUIPA DE GESTÃO

Rui Teixeira
CFO

João Paulo Costeira
COO - Europa

Gabriel Alonso Imaz
COO – América do Norte

Luis Adão da Fonseca
CBDO



edpr: uma empresa líder na criação de valor sustentável

1. SOBRE ESTE RELATÓRIO

A EDP Renováveis, S.A. é uma empresa constituída no final de 2007, resultante da integração dos Activos Renováveis da EDP na Europa e nos EUA.

Este relatório anual respeita a todas as subsidiárias da EDP Renováveis durante o ano fiscal de 2009, com início em 1 de Janeiro de 2009 e termo em 31 de Dezembro de 2009, bem como alguns acontecimentos relevantes dos dois primeiros meses de 2010.

Este é o primeiro relatório que a EDP Renováveis apresenta em cumprimento das linhas de orientação G3 da Global Initiative Sustainability (GRI) para os relatórios de sustentabilidade. É intenção da Empresa produzir relatórios de Sustentabilidade com uma frequência mínima anual.

As directivas de Global Reporting Initiative (GRI) definem um conjunto de indicadores e recomendações para criar um padrão global de divulgação da informação relativa ao desempenho económico, ambiental e social. A adesão da Empresa a estas directivas significa a sua convergência com o conceito e as práticas da sustentabilidade. Desde 2001 que a Empresa-Mãe da EDP Renováveis, a EDP, segue as directivas GRI, sendo actualmente membro do Índice de Sustentabilidade Dow Jones.

Os indicadores económicos e financeiros deste relatório tiveram por base os padrões IFRS. Todo o relatório foi auditado pela KPMG, inclusive os indicadores sociais e ambientais contemplados pela GRI.

A EDP Renováveis elaborou este relatório como um compromisso com o desenvolvimento sustentável assumido perante todas as partes interessadas, nomeadamente, os seus accionistas, parceiros de negócio

e empregados, como um instrumento de divulgação pública da sua responsabilidade social enquanto empresa, tomando em consideração as especificidades do negócio da Empresa e do sector.

2. OS NOSSOS COMPROMISSOS

PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A EDP Renováveis acredita que o desenvolvimento sustentável é possível e está empenhada em orientar a sua actividade empresarial em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável do Grupo EDP:

CRIAÇÃO DE VALOR

- Criar valor para os accionistas.
- Aumentar a produtividade e a eficácia e reduzir a exposição a riscos relativos ao impacto económico, ambiental e social das actividades.
- Empenho na orientação para o cliente, garantindo uma elevada qualidade de serviço.
- Integrar aspectos ambientais e sociais nos processos de planeamento e tomada de decisões.

EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

- Promover o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes.
- Desenvolver formas de produção de energia baseadas em fontes de energia renovável.
- Promover a utilização racional da energia.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

A Visão, Missão e Valores são a afirmação da identidade, da vontade, dos objectivos, princípios e condutas partilhadas por uma equipa apostada num projecto comum.

A EDP Renováveis definiu estes princípios no início de 2010, tendo em consideração o seu papel no Grupo EDP:





edpr: uma empresa líder na criação de valor sustentável

PROTECÇÃO DO AMBIENTE

- Minimizar o impacto ambiental de todas as nossas actividades.
- Participar em iniciativas que contribuam para a preservação do ambiente.
- Alargar a utilização de critérios ambientais a toda a cadeia de valor.

INTEGRIDADE

- Garantir o cumprimento de padrões éticos na condução dos negócios.
- Respeitar os direitos humanos na sua esfera de influência.
- Elaborar códigos de conduta específicos.

DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

Garantir relações abertas, transparentes e de confiança com os diversos grupos de partes interessadas.

Estabelecer canais de comunicação com as partes interessadas e integrar as suas preocupações.

Divulgar o desempenho económico, ambiental e social de uma forma credível e objectiva.

GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

- Reforçar os sistemas de gestão que garantem a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.
- Promover o desenvolvimento das capacidades individuais e premiar a excelência e o mérito.
- Lutar contra práticas abusivas e discriminatórias, estimular a diversidade e promover a inclusão em todas as operações e na cadeia de valor.

PROMOÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉCTRICA

- Promover o acesso fiável e generalizado à energia eléctrica
- Adoptar uma política de preços transparente e socialmente justa.
- Desenvolver formas de produção de qualidade adequada, ao custo mínimo.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Apoiar iniciativas de promoção social e cultural, com base em critérios transparentes de avaliação de relevância para a comunidade.
- Promover a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento

POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

A perda de biodiversidade devida às actividades humanas tem acelerado ao longo dos últimos cinquenta anos, a um ritmo incomparável face a qualquer outro período da História da Humanidade. O Programa internacional Millennium Ecosystem Assessment salienta que esta tendência se irá manter no futuro e até piorar, se não forem tomadas medidas adequadas. Pertence a todos a responsabilidade de reduzir ou deter a perda de biodiversidade.

A EDP Renováveis assumiu o compromisso de aplicar a política de biodiversidade da EDP, definida em 2007:

- Integrar a avaliação de impacto na biodiversidade em todas as fases da actividade de negócios do Grupo: projecto, construção, operação e desmantelamento das infra-estruturas de produção e distribuição de energia;
- Minimizar os eventuais impactos negativos para a biodiversidade decorrentes das actividades da empresa e promover os impactos positivos. Quando não for possível impedir um impacto negativo, proceder à implementação de medidas de compensação consensuais que permitam obter um equilíbrio globalmente positivo em matéria de biodiversidade;
- Contribuir para a melhoria do conhecimento científico sobre os diferentes aspectos da biodiversidade, nomeadamente através do apoio a instituições seleccionadas de forma transparente e em conformidade com critérios de elevada capacidade técnica;
- Reforçar o diálogo e as parcerias com entidades públicas ou privadas em matéria de biodiversidade;
- Divulgar de forma regular e transparente o desempenho do nosso Grupo no que concerne à biodiversidade, sob a supervisão de entidades independentes, e promover, sobre esta matéria, a consulta regular das partes interessadas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA

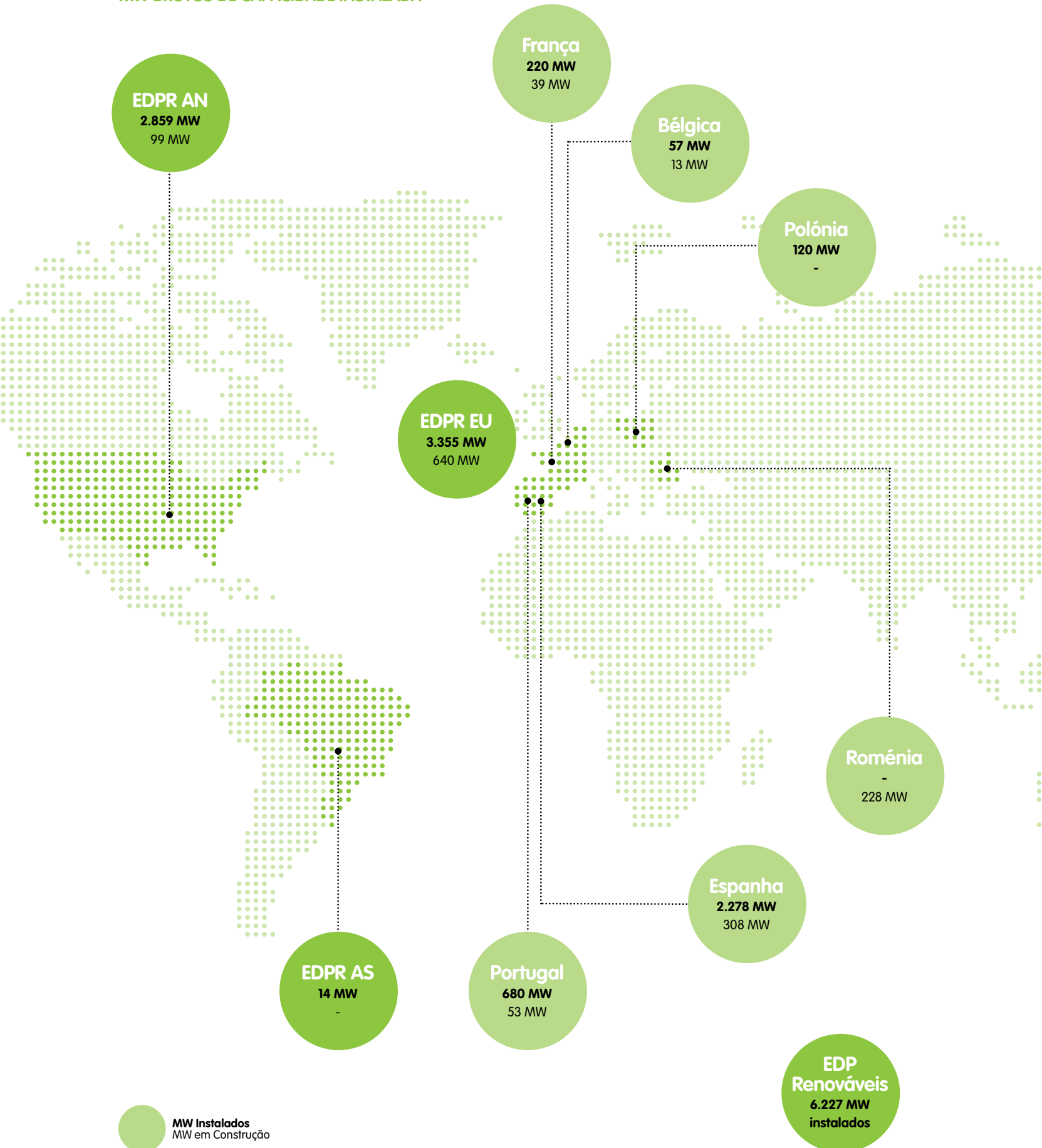
A Responsabilidade Social da Empresa (RSE) é um conceito que se refere ao conjunto de compromissos assumidos por empresas nas áreas laborais, sociais, ambientais e dos direitos humanos e que fazem parte integrante das componentes estratégicas empresariais.

As Nações Unidas, através da iniciativa "Global Compact", definiram linhas orientadoras para as empresas que decidam contribuir para o desenvolvimento sustentável. A EDP Renováveis compromete-se a colocar em prática estes princípios e a informar a sociedade dos progressos alcançados. Esses dez princípios são:

DIREITOS HUMANOS

- Apoiar e proteger os direitos humanos.
- Garantir que a Empresa não é cúmplice de abusos dos direitos humanos.

MW BRUTOS DE CAPACIDADE INSTALADA





edpr: uma empresa líder na criação de valor sustentável

TRABALHO

- Fazer cumprir os princípios da liberdade de associação e de constituição de sindicatos e o direito à concertação colectiva.
- Eliminar o trabalho forçado e o trabalho compulsório.
- Abolir o trabalho infantil (sob qualquer forma).
- Erradicar a discriminação com fundamento em emprego e função.

AMBIENTE

- Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
- Promover uma maior sensibilização para com o ambiente.
- Encorajar o desenvolvimento e propagação de tecnologia ecológica.

ANTICORRUPÇÃO

- As empresas devem tomar uma posição pró-activa contra todas as formas de corrupção, incluindo a extorsão e a criminalidade.

3. PERFIL

A EDP Renováveis é uma empresa líder mundial no sector das energias renováveis, empenhada na promoção, construção e exploração de parques eólicos, contribuindo para fornecer energia eléctrica segura e ecológica.

O capital social da EDP Renováveis foi admitido a negociação no mercado NYSE Euronext de Lisboa a 4 de Junho de 2008, naquela que foi a maior Oferta Pública Inicial lançada na Europa Ocidental. Actualmente, a EDP Renováveis é reconhecida como o segundo maior operador exclusivo de energias renováveis, com uma capitalização bolsista de 5,8 mil milhões de euros no final de 2009.

A EDP Renováveis é directa ou indirectamente detida (77,5%) pela EDP - Energias de Portugal, a maior empresa portuguesa e a terceira maior empresa do sector no mercado ibérico.

Com sede social em Oviedo (Espanha) a EDP Renováveis opera actualmente em 10 mercados: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália¹, Brasil e Estados Unidos da América, com uma equipa de mais de 721 pessoas em todo o mundo.

O portfólio de activos da EDP Renováveis é equilibrado, em termos geográficos e de maturidade do pipeline, daí a diversificação de riscos de regulação, de mercado e de funcionamento, o que contribui para atingir um perfil de gestão de tesouraria mais estável e seguro.

A EDP Renováveis tem uma forte presença em mercados bastante atractivos, com perspectivas sólidas de crescimento, regulamentação favorável e fortes recursos eólicos.

¹ Acontecimento posterior ao final de 2009 (a transacção foi concluída em 27 de Janeiro de 2010).

A empresa tem conseguido apresentar, de forma continuada, factores de utilização acima da média do mercado, alcançando esses resultados com base num leque de competências único, que inclui:

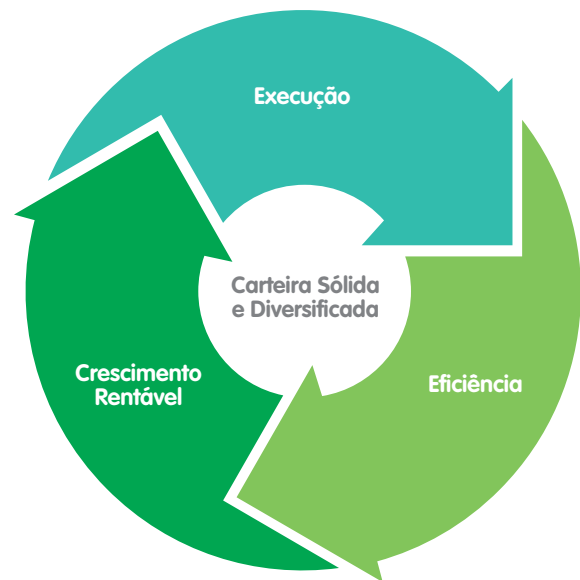
- Vantagem de ser pioneiro
- Conhecimento interno de excelência na avaliação eólica
- Estratégia de aprovisionamento de aerogeradores

A EDP Renováveis tem um historial sólido e uma capacidade comprovada de executar projectos e de os concluir dentro dos prazos. Isto foi sobretudo alcançado através do desenvolvimento de projectos greenfield e da integração equilibrada dos projectos adquiridos. Adicionalmente, a EDP Renováveis demonstrou a sua capacidade de identificar e integrar novos mercados internacionais, que contribuíram de forma significativa para o seu sucesso e o seu crescimento direccionado e selectivo.

A NOSSA ESTRATÉGIA E COMPETÊNCIAS CHAVE

A EDP Renováveis pretende consolidar a sua posição de operador mundial de topo no mercado da energia renovável e como líder na criação de valor para todas as partes interessadas.

O objectivo da estratégia da empresa é o de desenvolver um portfólio robusto e diversificado, com base em três pilares: Execução, Eficiência e Rentabilidade.



EDP RENOVÁVEIS

Números principais da EDPR em 2009

Capacidade instalada de 6.227 MW brutos (+23%) (face a 2008)

Produção de valor de 10.907 GWh (+40%) (face a 2008)

Activos totais no valor de 11,3 mil milhões de euros

Máximo do mercado no fecho do ano de 5,8 mil milhões de euros

EBITDA de 543 milhões de euros

Resultados líquidos de 114 milhões de euros

Número total de colaboradores 721

Presente em 10 países*

*Inclui a Itália a partir de Janeiro de 2010

Do ponto de vista técnico, a EDP Renováveis tem vantagem nas seguintes competências chave:

- Equipas de construção e desenvolvimento com elevada experiência, com um historial consistentemente comprovado.
- Prática de gestão de projectos de valor acrescentado, combinada com uma estratégia vantajosa de aprovisionamento de aerogeradores e um controlo firme das despesas de capital.
- Indicadores de disponibilidade de excelência e sistemas de envio on-line de categoria mundial em todos os locais de maior dimensão.
- O modelo best-in-class de O&M, que internaliza algumas das funções que atingem o nível mais elevado de eficiência e eficácia, em conjunto com a optimização dos recursos eólicos.
- Conhecimento interno da avaliação eólica comprovadamente replicável em mercados novos.

Como tal, a EDP Renováveis é um operador eólico possuidor de características competitivas evidentes, orientadas para a criação de valor e rentabilidade.

Durante o ano de 2009, a EDP renováveis instalou 1,2 GW, perfazendo um valor total mundial de 6.2 GW. No fim de 2009, a empresa tinha 739 MW em construção e um pipeline de mais de 30 GW, o que lhe permite continuar a trabalhar para alcançar o seu objectivo de mais de 10 GW de capacidade instalada até ao final de 2012.

Com indicadores de disponibilidade elevada e um factor de utilização global de 29%, os parques eólicos da empresa produziram 10,9 GWh de energia “limpa”, o que corresponde a um aumento de 40%, por comparação com 2008, o suficiente para prestar fornecimento a mais de 2 milhões de habitações e conseguir evitar a emissão de mais de 6 milhões de toneladas de CO₂ para a atmosfera.

Em 2009, a EDP Renováveis apresentou receitas de 648 milhões de euros, o que representa um aumento de 22%. A EBITDA aumentou 24%, alcançando 543 milhões de euros, e o total de investimento chegou aos 1,8 mil milhões de euros, equiparável a 2008.





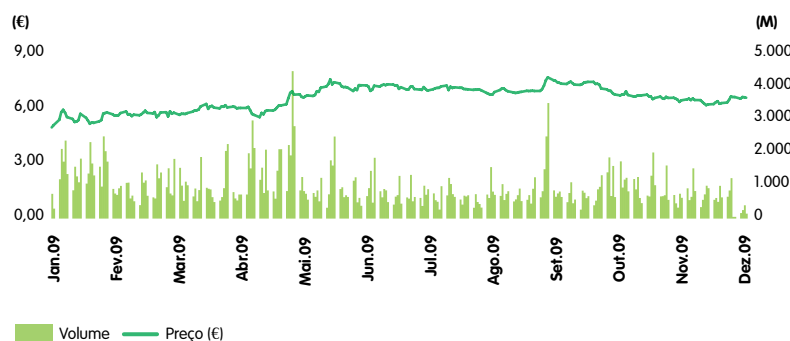
indicadores-chave (2008 a 2009)

INDICADORES FINANCEIROS

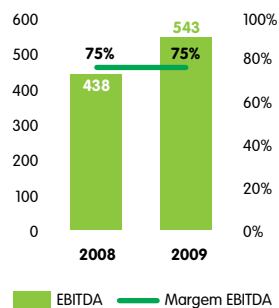
(€ M)	2009	2008	Δ €	Δ %
EDP Renováveis				
Margem Bruta (incl. Tax Equity)	725	581	143	25%
Opex e Outros Resultados Operacionais	183	144	39	27%
EBITDA	543	438	105	24%
Margem EBITDA %	74,9%	75,3%		
EBIT	231	232	(1)	0%
Resultados Financeiros	(72)	(77)	5	(6%)
Lucro Líquido (accionistas da EDPR)	114	104	10	10%
Capex	1.846	2.091	(245)	(12%)
Total de Activos (valor contabilístico)	11.294	9.397	1.897	20%
Acções (valor de mercado)	5.784	4.364	1.420	33%
Dívida Líquida (valor contabilístico)	2.134	1.069	1.064	100%
"Enterprise Value"	9.126	6.674		
Dívida / "EV" %	23,4%	16,0%		
Dívida Líquida / EBITDA	3,9	2,4		
Europa				
Volume de Negócios	441	401	41	10%
Margem Bruta	436	389	48	12%
Opex e Outros Resultados Operacionais	88	82	6	7%
EBITDA	348	307	42	14%
Margem EBITDA %	79,8%	78,9%		
EBIT	195	188	7	4%
Capex	1.014	893	120	13%
América do Norte				
Volume de negócios	205	132	73	55%
Margem Bruta (incl. Tax Equity)	286	193	94	49%
Opex e Outros Resultados Operacionais	72	54	18	33%
EBITDA	214	138	76	55%
Margem EBITDA %	74,9%	71,9%		
EBIT	57	51	6	12%
Capex	826	1.198	(371)	(31%)

Nota: Despesas de capital brutas do subsídio concedido sob a forma de "cash grant".

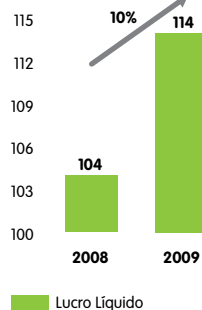
2009 EDP Renováveis - Valor das Acções e Transacções



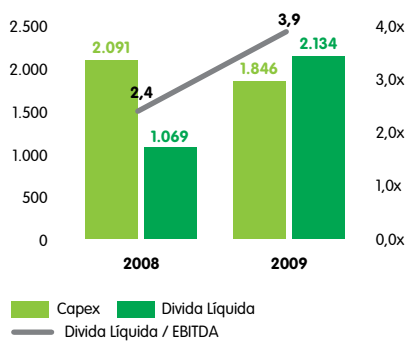
EBITDA (€ M) & Margem EBITDA (%)



Lucro Líquido (€ M)



Capex, Dívida Líquida (€ M) e Dívida Líquida/EBITDA (X)



Nota: Despesas de capital brutas do subsídio concedido sob a forma de "cash grant".

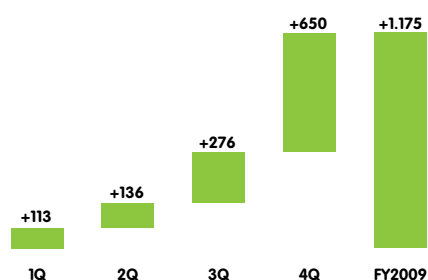
CAPACIDADE INSTALADA E EM CONSTRUÇÃO

Capacidade Instalada (MW Brutos)	2009	2008	Δ MW
Espanha	2.278	2.109	+169
Portugal ¹	680	553	+127
Resto da Europa	397	232	+165
Europa	3.355	2.894	+461
EUA	2.859	2.158	+700
Brasil	14	0	+14
Total	6.227	5.052	+1.175

Em Construção (MW Brutos)	2009
Espanha	308
Portugal	53
Resto da Europa	280
Europa	640
EUA	99
Brasil	0
Total	739

¹Inclui 85 MW respeitantes a 2009, ao consórcio Eólicas de Portugal atribuível à EDPR.

Adições 2009 (MW Brutos)



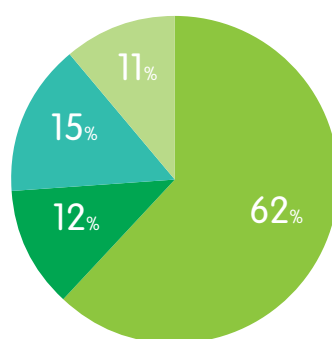
- Em 2009, a EDP Renováveis acrescentou 1.2 GW à sua capacidade instalada de base, o que representa um aumento de 23% face ao ano financeiro de 2008. Nos Estados Unidos da América, a EDPR instalou com sucesso 700 MW durante esse período, ao passo que na Europa se adicionaram 461 MW e no Brasil 14 MW.
- Só no 4T de 2009, a EDPR instalou 650 MW, dos quais 322 MW na Europa e 328 MW nos EUA. Na Europa, a EDPR instalou o seu primeiro parque eólico na Polónia (120 MW), adicionou 109 MW em Espanha e 84 MW em Portugal (dos quais 42 MW resultam da capacidade instalada do consórcio Eólicas de Portugal, atribuível à EDPR). Nos EUA, a capacidade adicional é o resultado do comissionamento total dos parques eólicos de Blue Canyon V (+65 MW no 4T), de Meadow Lake I (+61 MW no 4T), de Top Crop I (102 MW) e de Lost Lakes (101 MW).
- Em Dezembro de 2009, a EDPR tinha 739 MW em construção. Na Europa, 48% desta capacidade (308 MW) encontra-se em construção em Espanha, 8% em Portugal (53 MW relativos à capacidade atribuível ao consórcio da Eólicas de Portugal) e 44% no resto da Europa (280 MW, dos quais 228 MW na Roménia). Nos EUA, a EDPR tem actualmente em construção 99 MW no Indiana, para o parque eólico Meadow Lake II.

CAPACIDADE INSTALADA

Parques Eólicos em 2009	Capacidade Instalada		
	100%	EBITDA MW	Líquida (% Detida)
Espanha	2.278	1.861	1.787
Em Regime Transitório	1.414	1.091	1.064
RD 661/2007	864	770	723
Portugal	680	595	660
Modelo de remuneração antigo	595	595	575
Modelo de remuneração novo ¹	85		85
França	220	220	220
Modelo de remuneração antigo	9	9	9
Modelo de remuneração novo	211	211	211
Bélgica	57	57	40
CAE	57	57	40
Polónia	120	120	112
CAE	120	120	112
Europa Total	3.355	2.853	2.819
EUA			
CAE	1.825	1.750	1.769
Hedged	264	138	138
Mercado	770	735	735
Total EUA	2.859	2.624	2.642
Brasil			
CAE	14	14	8
Total Brasil	14	14	8
Total EDP Renováveis	6.227	5.491	5.469

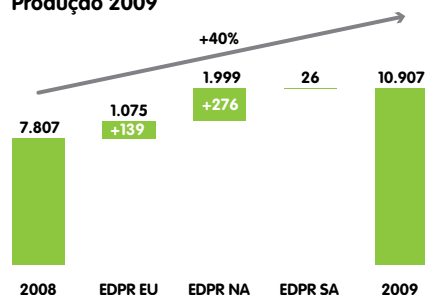
¹Inclui 85 MW no ano financeiro de 2009 atribuíveis à EDPR relativamente ao consórcio Eólicas de Portugal.

GWh



■ CAE/Cobertura
 ■ Mercado com componente fixo
■ Preço regulado
 ■ Mercado

Produção 2009





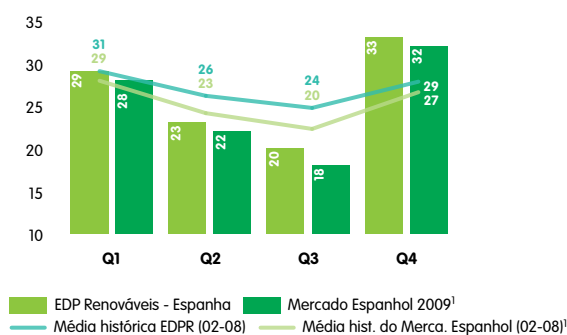
indicadores-chave (2008 a 2009)

ELECTRICIDADE PRODUZIDA E FACTOR DE UTILIZAÇÃO

Electricidad Produzida (EBITDA GWh)	2009	2008	Δ %
Espanha	3.275	2.632	24%
Portugal	1.275	1.028	24%
Resto da Europa	426	238	79%
Europa	4.975	3.898	28%
EUA	5.905	3.907	51%
Brasil	26		
Total	10.907	7.804	40%

Factor de Utilização	4Q09	4Q08	FY09	FY08
Espanha	33%	27%	26%	26%
Portugal	37%	28%	28%	27%
Resto da Europa	32%	24%	23%	23%
Europa	34%	27%	26%	26%
EUA	34%	40%	32%	34%
Brasil	22%		22%	
EDRP	34%	34%	29%	30%

Sazonabilidade e Volatilidade: Exemplo Espanhol (%)

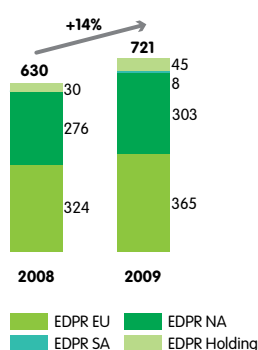


¹ Fonte: baseado em dados da REE.

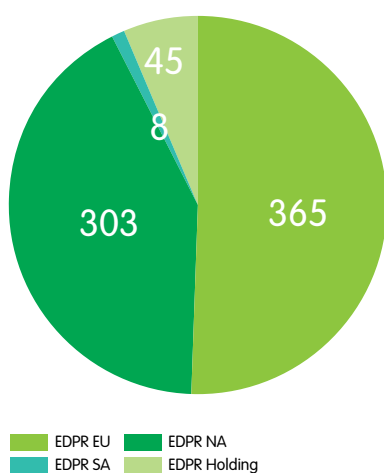
- Após um 4T sólido, a produção eólica referente ao ano de 2009 aumentou, de forma consistente, 40% face a 2008. As instalações dos EUA continuam a ser as que mais contribuem para o aumento da produção, ao passo que as instalações europeias conseguiram demonstrar uma forte recuperação no último trimestre do ano, graças a recursos eólicos de alta qualidade.
- O factor de utilização médio total da EDP referente ao ano financeiro de 2009 foi de 29%, tendo o forte desempenho da Europa compensado os baixos recursos eólicos atingidos nos EUA. Trimestralmente, o factor de utilização médio permaneceu estável, nos 34%, sendo forte em todas as regiões europeias, mas abaixo da média nos EUA. Essa estabilidade do total do factor de utilização médio resulta de um portfólio equilibrado e de uma diversificação geográfica selectiva, em termos de países e regiões.
- Na Europa, os factores de utilização aumentaram trimestralmente +700bps. Após três trimestres de recursos eólicos abaixo da média, os factores de utilização alcançaram no último trimestre níveis de recorde históricos na maioria das regiões europeias, permitindo uma grande recuperação dos factores de utilização acumulados. Portugal, no 4T de 2009, atingiu um impressionante factor de utilização de 37%, enquanto Espanha e o Resto da Europa atingiram, respectivamente, valores sólidos de 33% e 32%.
- Nos EUA, a média do factor de utilização desceu 200bps em termos de acumulação, por influência de recursos eólicos abaixo da média durante 2009. Só no 4T de 2009 a média do factor de utilização desceu do valor histórico de 40% relativo ao 4T de 2008, para um factor de utilização de 34% (que é ligeiramente inferior à média estimada a longo prazo).
- Próximos Acontecimentos: Os resultados do Ano Financeiro de 2009 serão divulgados publicamente em 25 de Fevereiro. Em breve serão disponibilizados detalhes sobre a videoconferência realizada.

TRABALHADORES

# Trabalhadores até ao final do ano	2009	2008	△ %
Plataforma Europeia	365	324	13%
Plataforma da América do Norte	303	276	10%
Plataforma da América do Sul	8		
EDP Renováveis & Outros	45	30	50%
Total	721	630	14%

de Trabalhadores por Plataforma


Notas:
 i) inclui contabilização de trabalhadores de outras empresas do Grupo EDP através de outsourcing
 ii) exclui contabilização de trabalhadores de operações encerradas

de Trabalhadores por Plataforma


Indicadores Sociais	2009	2008
Emprego		
N.º de colaboradores	721	630
Rácio homens/mulheres	68%	66%
Índice de satisfação global (%)	78%	-
Taxa de rotatividade ou Turnover (1)	15%	34%
Idade média dos funcionários (anos)	37,7	37,5
Salário mínimo médio EDPR/Salário mínimo nacional	2,3	n.d.
Formação		
Total de horas de formação	14.559	7.569
Funcionários que frequentaram formação	414	n.d.
Investimento total em formação (em milhares de euros)	302	235
Prevenção e Segurança (Espanha e A. do N.)		
OSHAS 18 001 (% capacidade instalada)	37%	n.d.
Acidentes em serviço (incluindo empreiteiros) (n.º)	29	n.d.
Acidentes mortais em serviço (n.º)	1	n.d.
Total de dias perdidos resultante de acidentes (1)	131	n.d.
Indicadores Ambientais		
Certificação ambiental		
Certificação ambiental ISO 14001(n.º instalações)	10	5
Capacidade máxima instalada de rede certificada (MW)	290	155
Emissões atmosféricas		
CO ₂ Evitado (kt)	6.122	4.251
Resíduos		
Total de resíduos (t)	267	137
Total de resíduos perigosos (t)	137	42
Resíduos valorizados (%)	96%	94%
Biodiversidade		
Centros de produção em áreas classificadas (%)	12%	n.d.
Gastos e investimentos ambientais (em milhares de euros)		
	9.548	4.500
Indicadores económicos (em milhares de euros)		
Apoio financeiro significativo recebido do governo	297	n.d.
Valor económico directo gerado		
Receitas	729	
Valor económico distribuído		
Custos operacionais	140	
Salários e benefícios dos trabalhadores	43	
Pagamentos a fornecedores de capital	72	
Pagamentos ao governo	45	
Investimentos comunitários	741	
Valor económico retido	429	

(1) Não inclui trabalhadores de empreiteiros

principais acontecimentos

2 FEV - A EDP Renováveis celebra um Contrato de Aquisição de Energia (CAE) com a Public Service Company do Oklahoma nos Estados Unidos da América:

A EDPR celebrou um Contrato de Aquisição de Energia com a Public Service Company de Oklahoma com a duração de 20 anos, para a energia eólica renovável produzida pelo parque eólico do Blue Canyon de 99 MW.

17 FEV - Aprovação nos EUA de incentivos fiscais relevantes relativos à energia:

O Presidente dos EUA assinou hoje o American Recovery and Investment Act de 2009, que inclui uma série de disposições relativas a impostos e políticas relacionados com a energia destinadas a beneficiar o desenvolvimento da produção de energia eólica no país: Prorrogação de três anos dos créditos fiscais associados à produção de energia a partir de fontes renováveis (Production Tax Credits ou "PTC"); Opção de escolha de um Investment Tax Credit (ITC) em lugar do PTC; Concessão de um subsídio monetário pelo Secretário do Tesouro em lugar do ITC.

28 FEV - EDP Renováveis anuncia os Dados Operacionais Previsionais para o ano de 2008:

A Margem Bruta atingiu os 581 milhões de Euros (+ 82%) e a EBITDA 438 milhões de Euros, com uma margem de EBITDA de 75,3%. Os resultados líquidos aumentaram mais 25 vezes, para 104 milhões de Euros.

14 ABR - A EDP Renováveis realiza a sua Assembleia Geral de Accionistas.**22 ABR - A EDP Renováveis anuncia os Dados Operacionais Previsionais para o primeiro trimestre de 2009:**

Aumento da capacidade em 113 MW e a produção de energia eléctrica atingiu os 2.837 GWh, o que representa um aumento de mais de 40% relativamente ao primeiro trimestre de. Na Europa, o factor de utilização foi de 28% e de 40% nos EUA.

18 JUN - A Horizon Wind Energy celebra um Contrato de Aquisição de Energia com a AmerenUE:

A Horizon Wind Energy celebrou um Contrato de Aquisição de energia com a duração de 15 anos com a AmerenUE para a venda de energia eólica da segunda fase de 102,3 MW do seu parque Eólico Pioneer Prairie, que possui uma capacidade instalada de 300 MW, que já está em funcionamento.

JAN

FEV

MAR

ABR

MAI

JUN

JUL

8 JAN - A EDP Renováveis anuncia a exploração comercial de 3 parques eólicos em Dezembro de 2008:

A EDP Renováveis comissionou em Dezembro de 2008 o Parque Eólico Meridian Way, de 201 MW, situado no Kansas, o Parque Eólico Rattlesnake Road, de 102,9 MW, no Oregon e a primeira fase (201,3 MW) do Parque Eólico Pioneer Prairie, situado no Iowa.

20 JAN - EDP Renováveis anuncia os Dados Operacionais Previsionais para o ano de 2008:

A EDP Renováveis instalou em 2008 1.413 MW e atingiu o seu objectivo relativo a esse ano. A produção de energia eléctrica atingiu os 7.807 GWh, o que representa um aumento de mais de 78% relativamente ao ano de 2007. Na Europa, o factor de utilização é de 26% e de 34% nos EUA.

18 MAR - A EDP Renováveis aumenta a sua presença no mercado eólico brasileiro:

A EDP Renováveis Brasil celebrou um contrato com a InnoVent, para a aquisição de todo o capital social da sua subsidiária Elebrás Projects.

21 MAR - A EDP Renováveis celebra com a Vestas um contrato para 76 aerogeradores para dois parques eólicos na Roménia:

A EDP Renováveis contratou um total de 76 aerogeradores para projectos de energia eólica na Roménia. Os aerogeradores serão instalados a partir do final de 2009 e durante 2010.

6 MAI - EDP Renováveis anuncia os Resultados para o primeiro trimestre de 2009:

A Margem Bruta atingiu os 198,1 milhões de Euros (+27%) e a EBITDA totalizou 154,4 milhões (+ 23%), com uma margem de EBITDA de 77,9%. Os resultados líquidos foram de 49,8 milhões (+ 87%).

16 JUL - A EDP Renováveis anuncia os Dados Operacionais Previsionais para o semestre de 2009:

Aumento da capacidade em 249 (35 MW na Europa, 200 MW nos EUA e os restantes 14 MW instalados no Brasil) e a produção de energia eléctrica totalizou os 5.253 GWh, o que representa um aumento de mais de 33% relativamente ao primeiro semestre de 2008. Na Europa, o factor de utilização foi de 23% e de 32% nos EUA.

29 JUL - A EDP Renováveis anuncia os Resultados para o primeiro semestre de 2009:

A Margem Bruta foi de 355,9 milhões de Euros (+ +24%) e a EBITDA de 270,8 milhões de Euros, com uma margem de EBITDA de 76,1%. Os resultados líquidos perfizeram 65,6 milhões de Euros (+ 32%).

14 OUT - A EDP Renováveis anuncia os Dados Operacionais Previsionais para o terceiro trimestre de 2009:

Aumento da capacidade em 525 MW (139 MW na Europa e 372 Mw nos EUA) e a produção de energia eléctrica atingiu os 7.295 GWh, o que representa um aumento de mais de 36% relativamente aos três primeiros trimestres de 2008. O factor de utilização foi de 21%, tanto na Europa, como nos EUA.

20 OUT - A EDP Renováveis inicia a exploração de um dos maiores parques eólicos da Polónia:

A EDP Renováveis colocou em funcionamento um dos maiores parques eólicos na Polónia, com uma capacidade instalada de 120 MW. O montante do investimento é de 166 milhões de Euros.

22 OUT - O Governo das Astúrias concede, de forma previewal, 246 MW à EDP Renováveis:

O Governo das Astúrias concedeu previewalmente 246 MW à EDP Renováveis, o que corresponde a cerca de 36% da capacidade total a atribuir no âmbito desta adjudicação.

28 OUT - A EDP Renováveis anuncia os Resultados para o terceiro trimestre de 2009:

A Margem Bruta atingiu os 495,5 milhões de Euros (+23%) e a EBITDA 368,5 milhões de Euros, com uma margem de EBITDA de 70,1%. Os resultados líquidos cresceram 19%, para 70,1 milhões de Euros.

02 DEZ - A EDP Renováveis celebra duas estruturas de parceria institucional nos EUA, perfazendo 228 milhões de dólares:

A Horizon Energy celebrou duas estruturas de parceria institucional como GE Financial Services, no montante de 228 milhões de dólares. Este negócio diz respeito à venda de uma participação no portfólio da Vento III e a uma estrutura de parceria no parque eólico Blue Canyon V.

16 DEZ - A EDP Renováveis obtém 840 MW no pré-registo espanhol para a capacidade de energia renovável:

Do total de 6.389 MW de capacidade de energia eólica concedida pelo Governo espanhol, a EDP Renováveis obteve 840 MW brutos, o que corresponde a 31 parques eólicos e a 13% do total da capacidade alocada.

28 DEZ - a EDP Renováveis arrecadou 525 milhões de dólares em créditos fiscais relativos aos 700 MW instalados durante esse período:

Ao escolher, para cada parque eólico, o melhor instrumento de monetização, a EDP conseguiu arrecadar pelos seus projectos de 2009, 525 milhões de dólares, dos quais: 217 milhões de dólares através de subsídios monetários no lugar dos PTC, relativos a 398 MW; ii) 192 milhões de dólares através de estruturas de parceria institucional, incorporando os MACRS e o subsídio monetário em lugar do PTC, relativos a 202 MW; iii) 117 milhões de dólares através de estruturas de parceria institucional incorporando os MACRS e PTC, relativos a 99 MW.

AGO

OUT

2010

SET

DEZ

NOV

1 SET - a EDP Renováveis constitui um novo tipo de estrutura de parceria institucional para 101 MW nos EUA.

A Horizon Wind Energy acordou o financiamento do capital institucional de 101,9 milhões de Euros da JPM Capital Corporation em troca de uma participação no seu projecto Rail Splitter, em Illinois.

1 SET - o Departamento do Tesouro dos EUA aprova o primeiro subsídio monetário da EDP Renováveis, no montante de 48 milhões de dólares:

O Departamento de Tesouro dos EUA aprovou o subsídio monetário no montante de 48 milhões de dólares, a aplicar no parque eólico Wheat Field, com uma capacidade instalada de 97 MW.

8 JAN - A EDP Renováveis recebe 1,3 GW de capacidade eólica offshore no Reino Unido:

Foi concedida à EDP Renováveis e à SeaEnergy, através da sua joint-venture designada Moray Renewables os direitos exclusivos para o desenvolvimento de parques eólicos offshore no Nordeste da Escócia, com uma capacidade aproximada de 1,3 GW.

25 JAN - A EDP Renováveis celebra um contrato de longo prazo para a venda de "certificados verdes" na Polónia:

A EDP Renováveis acaba de celebrar um contrato com a duração de 15 anos com a Energa, para a venda de "certificados verdes", produzidos no seu parque eólico de 120 MW Margonin, na Polónia.

27 JAN - A EDP renováveis entra no mercado italiano através da aquisição de 520 MW a desenvolver:

A EDP Renováveis adquire 85% da Italian Wind, adicionando ao seu portfólio projectos em Itália que perfazem um total de 520 MW, em diferentes estados de desenvolvimento e em localizações com bom recurso eólico. O valor pago pela supra mencionada participação foi de 12 milhões de Euros e serão pagos prémios adicionais à medida que os projectos vão atingindo determinados resultados predefinidos.

03 FEV - A EDP Renováveis anuncia os Dados Operacionais Previsionais para o ano de 2009:

A EDP Renováveis instalou 1.175 MW e atingiu uma produção de energia eléctrica de 10.907 GWh, o que representa um aumento de mais de 40% relativamente ao ano de 2008. Na Europa, o factor de utilização foi de 26% e de 32% nos EUA.

17 FEV - A EDP Renováveis celebra CAE com a Tennessee Valley Authority nos EUA:

A EDP Renováveis celebrou um Contrato de Aquisição de Energia com a duração de 20 anos com a Tennessee Valley Authority (TVA) para a venda de 1155 MW de energia eólica da segunda fase do se parque eólico Pioneer Prairie, localizado nos condados de Mitchell e Howard, no Iowa.

25 FEV - A EDP Renováveis anuncia os Resultados para o ano de 2009:

A Margem Bruta atingiu os 725 milhões de Euros e a EBITDA 543 milhões de Euros, com uma margem de EBITDA de 75%. Os resultados líquidos cresceram 10%, para 114 milhões de Euros.



análise empresarial

28	ORGANIZAÇÃO DA EDP RENOVÁVEIS
29	ENQUADRAMENTO MACRO
29	Evolução Macroeconómica e Energética
33	Mercado de Energia Eólica
34	Regulação
38	SÍNTESE DE NEGÓCIOS
41	Europa
48	América do Norte
50	América do Sul



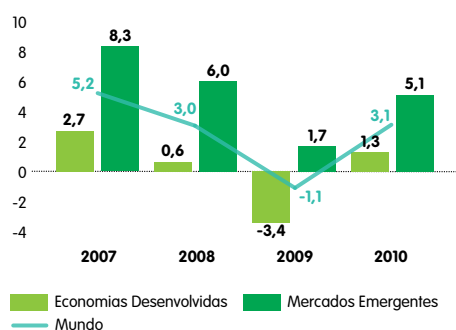
ENQUADRAMENTO MACRO

EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA E ENERGÉTICA

INTRODUÇÃO

O ano de 2009 caracterizou-se por uma forte contracção económica. Numa escala global, foi a mais negativa desde a Grande Depressão de 1930. A dimensão e profundidade do processo de recessão justificou uma intervenção sem precedentes das autoridades monetárias e dos Governos, que foi decisiva para a restauração de um clima de confiança e para restabelecer um funcionamento mais normalizado dos mercados, bem como a consequente reversão do caminho da actividade económica.

Performance Global (PIB Real) (%)



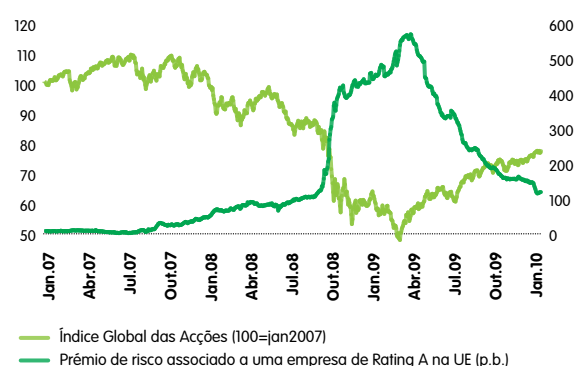
As projecções económicas para a 2010 e mais além tornaram-se, gradualmente, mais promissoras, apesar de ainda serem dominadas por um grande nível de incerteza. O processo de recuperação será diferente de país para país, de acordo com a capacidade e a as condições financeira intrínsecas. Por conseguinte, as economias em desenvolvimento devem assumir o estatuto de impulsionadoras da economia global, dado o seu reduzido risco de exposição a problemas financeiros específicos e sectoriais. Nas economias desenvolvidas, a correcção dos desequilíbrios financeiros acumulados nos últimos anos limitou a capacidade de crescimento económico a curto prazo. O período de desinflação que existia desde meados de 2008 pode ter chegado ao fim, em certa medida influenciado pelo aumento do preço das matérias-primas.

Os mercados financeiros registaram períodos de grande turbulência no início do ano, com a desvalorização dos activos financeiros cíclicos e estratégias de investimento direccionadas especialmente para a preservação do capital. As medidas decisivas das autoridades, as quais incluíam a estimulação da actividade económica através da redução das taxas de juro para valores pouco significativos, facilitando o acesso à liquidez de curto prazo e assumindo o risco do sector privado através da concessão de avais e garantias, foram cruciais para a redução do ciclo vicioso da fuga ao risco.

As taxas de juro alcançaram ciclos mínimos de valor. As principais taxas de indexação a curto prazo na zona de sustentabilidade do Euro registaram valores inferiores à taxa de referência do Banco Central (1%). A longo prazo, as expectativas de normalização do ciclo económico e das

incertezas relativas aos efeitos a longo prazo sobre as finanças públicas tiveram um efeito moderador sobre o potencial de decréscimo. O custo de risco, que alcançou valores extremamente elevados no início do ano, baixou, contribuindo para as dinâmicas da emissão de títulos de dívida no mercado primário, apesar de, contudo, algum risco ter sido transmitido para a dívida pública, em especial nos países financeiramente mais desequilibrados.

Mercado de Valores e Prémio de Risco Associado à Actividade Empresarial



Os principais mercados de valores beneficiaram da mudança operada no ambiente do mercado e o enquadramento recessivo de 2009 ficou paradoxalmente associado a uma das maiores recuperações do mercado de valores em décadas.

Ainda sob os efeitos da crise financeira e económica global, 2009 assistiu a uma descida na procura global de energia como nunca se havia visto antes, em particular, nos mercados da energia eléctrica e do gás.

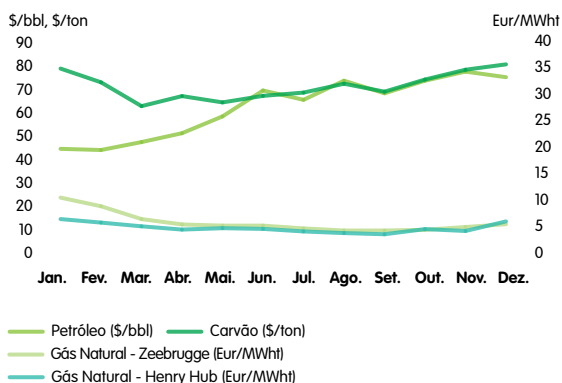
A descida da procura originou uma situação de sobrelotação dos mercados da energia eléctrica e do gás, agravada pelos investimentos feitos em nova capacidade e infra-estrutura, que já se encontravam em construção ou em estado avançado de desenvolvimento antes da crise e, por conseguinte, não podiam ser revistos de forma a se ajustarem à evolução da procura.

Os preços de venda da energia como matéria-prima caíram em 2009, relativamente aos valores de 2008. Contudo, 2008 terminou com um colapso nos preços da energia que, gradualmente recuperaram após o primeiro trimestre de 2009 (vide Imagem 1) Esta melhoria era mais visível nos mercados do petróleo e do carvão, apesar de não estar necessariamente associada com um aumento simultâneo na procura destes combustíveis devido à recuperação económica, mas poder ficar a dever-se a um reflexo da antecipação, pelos agentes económicos, de uma situação de escassez num futuro próximo. De facto, a recuperação da procura, principalmente sentida nas economias emergentes, combinada com a estagnação ou até o declínio da oferta, devido ao esgotamento dos recursos (em especial no que respeita ao petróleo) e cancelamento ou adiamento de projectos importantes, pode originar uma situação semelhante à observada em 2007/2008.



an6lise empresarial

Evolu76o do Pre7o dos Combust6veis

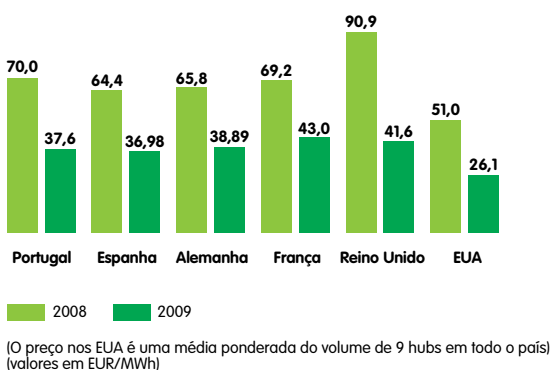


No que diz respeito ao g6s natural, 2009 assistiu 6 descontinuidade da depend6ncia entre os pre7os do g6s e do petr6leo, causada pelo colapso na procura de g6s, tanto na Europa como nos Estados Unidos da Am6rica. Volumes de produ76o excessivos foram direccionados para mercados de entrega imediata, empurrando os pre7os internacionais do g6s para um n6vel substancialmente inferior.

Contudo, este pre7o reflecte n6o s6o o equil6brio das quotas da procura-oferta para 2009, mas tamb6m o equil6brio de todo o per6odo pelo menos at6 2020, dada a possibilidade de financiamento das quotas de CO2 durante este per6odo.

Como consequ6ncia da descida dos pre7os dos combust6veis, os pre7os de venda a retalho baixaram em toda a Europa e nos Estados Unidos da Am6rica.

Pre7os Pool (€/MWh)



Dado que o pre7o do CO2 permaneceu maioritariamente est6vel e a custos relativamente baixos, os custos marginais do carv6o e das centrais de ciclo combinado (CCGT) foram id6nticas ao longo do ano.

Contudo, as centrais de carv6o tiveram factores de utiliza76o superiores no primeiro trimestre, perdendo gradualmente competiitividade para com o g6s, 6 medida que os seus pre7os relativos aos contratos de longa dura76o, indexados ao petr6leo (com o t6pico desfasamento de 6 meses) reflectiu a evolu76o dos pre7os do petr6leo.

Relativamente ao Mercado das quotas de emiss6o de CO2, a diminu76o na procura de energia el6ctrica, bem como na

produ76o industrial provocada pela recess6o, causou uma redu76o nas emiss6es, com impacto directo no Pre7o CELE do CO2, que desceu de 22,1 EUR/ton (media de 2008) para 13,1 EUR/ton (m6dia de 2009).

As altera76es clim6ticas foram tema constante da agenda pol6tica de 2008, com negocia76es na Confer6ncia de Copenhaga.

O resultado da Confer6ncia foi um acordo n6o vinculativo, assinado por 28 pa6ses (incluindo os Estados Unidos, a Uni6o Europeia, China, 6ndia e Brasil), no qual as partes signat6rias acordaram apresentar os seus objectivos volunt6rios de redu76o de emiss6es at6 ao dia 31 de Janeiro de 2010. O acordo tamb6m inclu6a objectivos para o financiamento de pa6ses em vias de desenvolvimento, com a finalidade de ajudar a mitigar o seu crescimento expect6vel de emiss6es.

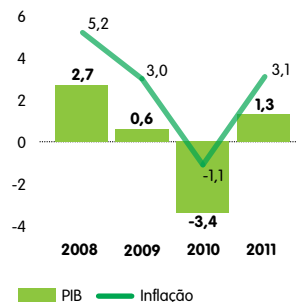
Apesar de a Confer6ncia de Copenhaga ter findado sem se alcan7ar um acordo global vinculativo, foi a primeira vez que pa6ses como a China, a 6ndia e at6 os Estados Unidos da Am6rica anunciaram um compromisso com objectivos espec6ficos de redu76o das emiss6es.

O ano de 2009 tamb6m ser6 lembrado pelos pacotes de medidas de est6mulo para o incentivo da recupera76o econ6mica em todo o mundo, com a atribui76o de um financiamento significativo aos sectores da energia el6ctrica e do g6s.

Al6m de assegurar o apoio est6vel e a continuidade do investimento a curto prazo, em especial na energia renov6vel, estes pacotes de medidas de est6mulo t6m por objectivo atingir 6reas que podem representar oportunidades de neg6cio relevantes para o sector a m6dio e longo prazo, tais como a efici6ncia energ6tica, a mobilidade el6ctrica e a Captura e Sequestro do Carbono (CCS).

EUROPA

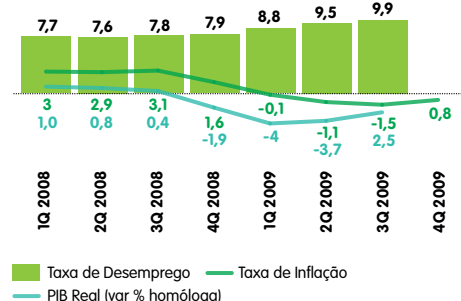
Performance na Zona Euro (PIB Real e Infla76o) (%)



De novo, a zona euro registou um aumento da actividade no terceiro trimestre de 2009, devido 6 expans6o do com6rcio global, 6 normaliza76o do ciclo de produ76o e ao apoio das pol6ticas governamentais. Contudo, esta altera76o na direc76o da actividade n6o ser6 suficiente para evitar a redu76o do PIB da zona euro em 2009 em cerca de 4% em termos reais. Pensa-se que em 2010 haver6 uma expans6o moderada de produto.

PENÍNSULA IBÉRICA

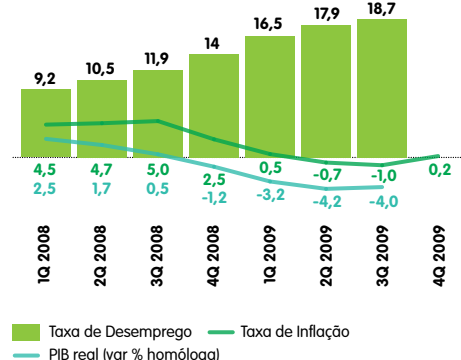
Portugal (PIB Real, Inflação e Desemprego) (%)



O impacto da crise económica e financeira internacional no desempenho da economia portuguesa resultou num decréscimo do PIB um pouco abaixo dos 3%, em termos reais, o mais visível nos últimos anos. Independentemente do enquadramento recessivo, os efeitos directos revelaram-se menos perniciosos do que para a maioria da zona euro. A redução da procura global tornou-se visível no investimento e exportação, devido ao decréscimo do comércio global e à reavaliação das perspectivas de produção. Os sectores mais sensíveis às flutuações cíclicas e procura externa foram penalizados, especialmente os sectores da construção e da indústria fabril.

Estima-se que os próximos anos a actividade económica terá uma expansão moderada, que beneficiará da erradicação dos efeitos da crise, bem como reanimação do comércio mundial. A força do ciclo de expansão depende do engenho utilizado para melhorar o apelo dos produtos e serviços portugueses no mercado interno e nos mercados externos, sem o que a correcção da dívida externa será difícil, a não ser que resulte de uma retracção da procura interna, dadas as restrições existentes nos sectores financeiros público e privado.

Espanha (PIB Real, Inflação e Desemprego) (%)



A descida estimada do PIB espanhol em 2009 é idêntica à média da zona euro (4%) e deriva de um ajuste rigoroso ao investimento e consumo privado.

Ao contrário da maioria dos Estados-Membros, que já sentiu o regresso a taxas positivas de crescimento do produto no terceiro trimestre, Espanha apresentou uma recuperação muito mais vagarosa. Registou o maior aumento do desemprego, que quase triplicou, para cerca

de 20% da população activa num período de dois anos. O ajuste no mercado de trabalho espanhol caracteriza-se não só pela sua dimensão, mas também pelo crescimento dos salários a uma taxa superior à da inflação. Todavia, o crescimento muito significativo em ganhos de produtividade apazigua os efeitos nos custos laborais. A pressão sobre a actividade teve consequências substanciais na diminuição do deficit externo, que foi reduzido a quase metade, para aproximadamente 5% do PIB.

Relativamente às Finanças Públicas, o Governo pretende voltar a uma situação de equilíbrio virtual em 2012-2013. No que toca a 2010, o crescimento económico deve ser praticamente inexistente, assemelhando-se a uma versão mais moderada das acções vistas em 2009, com o impulso externo a compensar a fragilidade da procura interna.

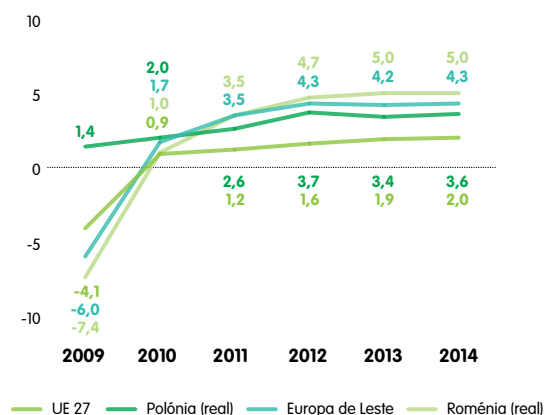
No que respeita à Península Ibérica, é de salientar, em primeiro lugar, que os preços praticados nos dois países são os mais baixos nos mercados europeus e, em segundo lugar, que o diferencial entre de preços de Portugal e de Espanha é muito baixo, em contraste com a situação de 2008.

Isso explica-se por um elevado excesso de capacidade, por comparação com outros mercados que, em alguns casos, enfrentam escassez de capacidade (veja-se o exemplo do Reino Unido), apenas adiada pela crise económica. Esta situação de excesso de capacidade, a par das cláusulas de obrigação de aquisição dos contratos de gás de longo prazo, afectou sobretudo as centrais termoelectricas em termos de margem e de volume.

Esta situação explica-se pela crescente integração dos mercados português e espanhol, em resultado da implementação do MIBEL, aliada à crescente similaridade do portfolio de produção marginal de ambos os países.

Em termos de volumes de produção, as horas de funcionamento das centrais termoelectricas ibéricas desceu em 2009, devido à queda da procura, juntamente com o aumento crescente da produção e capacidade renovável. 2009 é o primeiro ano em que a produção eólica ultrapassa a produção de carvão, em termos anuais.

Taxa de Crescimento do PIB (%)





análise empresarial

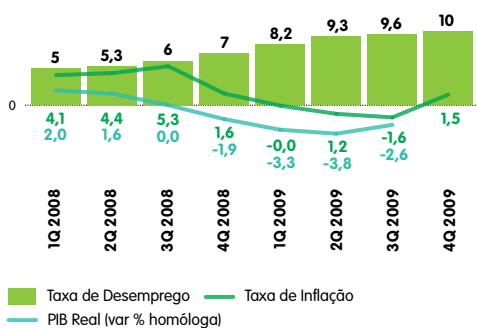
OUTRAS REGIÕES

O crescimento económico da Polónia tem resultado positivo a curto e médio prazo, operando o crescimento de forma mais rápida do que a média da UE, de cerca de 3,5% ao ano, para os próximos 4 anos. Continuará a ser um mercado atractivo para os bens de consumo, dada a sua elevada população e dada a sua necessidade de melhorar em termos de infra-estruturas, terá um aumento no sector da construção. O panorama empresarial na Polónia parece estável, à medida que o Governo vai reduzindo o ónus das regulamentações. O Governo polaco tem intenção de levar a cabo Reformas nas Despesas Públicas, actualmente limitadas, mas cuja implementação será necessária se quiser cumprir o seu prazo limite para adoptar o Euro em 2014.

O panorama económico romeno, a curto e médio prazo, é misto. As acentuadas taxas de crescimento dos últimos anos não se repetirão a curto prazo, já que o crescimento abrandou bruscamente (contração de 7,4% no PIB Real em 2009). Ainda assim, as perspectivas de crescimento económico são bastante boas a longo prazo. O panorama empresarial melhorou modestamente, em resultado das novas políticas relativas à iniciativa privada e do regime de comércio externo, bem como do investimento constante em infra-estruturas.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos da América (PIB Real, Inflação e Desemprego) (%)



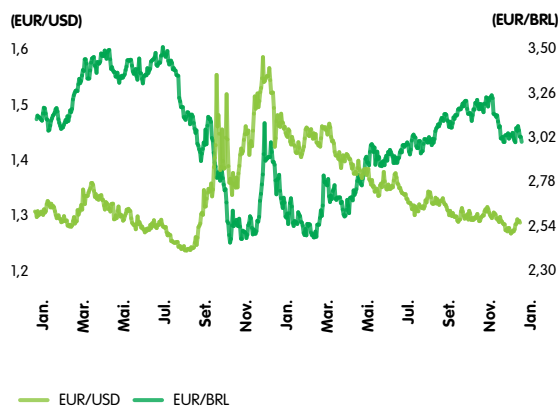
A Economia dos EUA revelou-se mais cordial do que o esperado, mas o nível de imprevisibilidade é ainda bastante elevado. Espera-se que a redução do PIB em termos reais para 2009 seja de 2,5% e deve beneficiar da inversão do ciclo recessivo no terceiro trimestre, sustentado pelo consumo privado, investimento imobiliário e exportações, tendo o primeiro sido impulsionado pelo estímulo público e pelo aumento do rendimento disponível real. Ao mesmo tempo, verificou-se um abrandamento significativo na curva do desemprego, apesar de a taxa de desemprego permanecer elevada. As perspectivas de investimento foram mais consolidadas e demonstraram uma melhoria no nível de confiança das empresas, bem como uma normalização gradual do mercado de capitais.

As pressões inflacionárias estão controladas, permitindo a manutenção de uma política monetária consistente. As principais taxas de juro estão entre 0,00% e 0,25%. Houve uma tendência das taxas de juro de maior duração para subirem no final do ano, a par de uma percepção mais

optimista da conjectura económica. As medidas de apoio para a liquidez do sistema financeiro estão a ser reavaliadas, em função da utilidade que demonstraram possuir.

Os próximos dois anos são encarados como aqueles em que iremos assistir ao regresso de condições de crescimento, potencialmente de cerca de 2,5%. A principal incerteza reside no nível de autonomia e de intensidade da procura privada, dada a provável dissipação dos efeitos incentivadores das medidas públicas, especialmente nos mercados imobiliário e automóvel. Este ponto de vista tem justificado o posicionamento cauteloso das empresas na avaliação das oportunidades de crescimento e do respectivo pessoal.

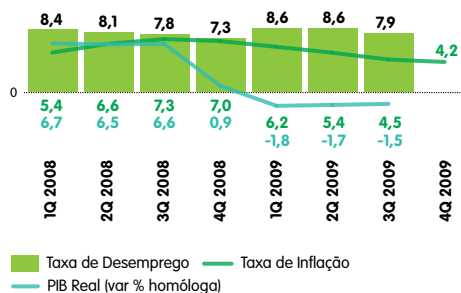
USD e Taxa de Câmbio do Real Brasileiro face ao Euro em 2009



O dólar norte-americano retomou a sua tendência depreciativa, para cerca de 1,50 dólares face ao Euro. A recuperação subsequente foi devida a sinais mais recorrentes de recuperação da economia dos EUA, por oposição ao abrandamento dos indicadores europeus e ao aumento da incerteza institucional na zona euro. As moedas de mercados emergentes foram valorizadas de acordo com os compromissos obtidos na sede do G20 para a estabilidade do sistema financeiro mundial.

BRASIL

Brasil (PIB Real, Inflação e Desemprego) (%)



Espera-se que o Brasil se encontre num novo ciclo de expansão de actividade, após o período de estagnação de 2009, revelando um impacto menos evidente da alteração das condições exteriores e a grande resistência da procura interna. No final do ano, os índices de actividade tinham quase regressado aos níveis anteriores à intensificação da crise mundial, com o mercado de trabalho a dar sinais de recuperação. Este desempenho revela-se um

enquadramento interno bastante favorável, tendo o investimento ganho importância. A taxa de inflação está a par dos objectivos definidos pelo banco central para a estabilidade dos preços (4,5%), aos níveis correntes e de expectativa dos agentes económicos.

As instabilidades da Macroeconomia não são significativas, dado que as finanças públicas estão em estado razoável (4% para o deficit e 64% para a dívida pública, como uma % do PIB). O défice externo é relativamente baixo (1,2% do PIB) e tem um enquadramento demográfico favorável, contrastando com o que está previsto para as economias desenvolvidas, permitindo um impulso adicional aos factores potenciais de crescimento. No âmbito de dois importantes eventos desportivos globais a médio prazo, as condições económicas do Brasil parecem favoráveis a uma recuperação relativamente rápida, com a sua taxa de crescimento perto do seu produto potencial, estimado em cerca de 4 a 5%.

De forma a garantir um cenário macroeconómico mais estável, as autoridades brasileiras têm orientado uma política monetária e cambiária cautelosas. Foram introduzidas restrições através da aplicação de um aumento de impostos em investimentos de não-residentes, cerceando a tendência do aumento da unidade monetária brasileira. As taxas de juro reais mantêm-se relativamente elevadas, apesar da redução de 5% das taxas de juro oficiais no actual ciclo de decréscimo.

PANORAMA DO MERCADO DA ENERGIA EÓLICA

A Indústria eólica quebrou todos os recordes quando, em 2009, a capacidade eólica cresceu em 31%, contribuindo, em termos globais, com 37,5 GW para o aumento de todas as instalações, que chegaram aos 157,9 GW.

A Ásia, a América do Norte e a Europa lideram o crescimento, na medida em que cada uma dessas regiões instalou mais de 10 GW de nova capacidade eólica em 2010, superando o crescimento ocorrido em 2008.

Em 2009, a China representou o maior mercado mundial, duplicando a sua capacidade eólica pelo quinto ano consecutivo, aumentando em 13 GW a capacidade que tinha em 2008, para 25,1 GW em 2009. Em resposta à crise financeira, o Governo chinês apontou o desenvolvimento da energia eólica como uma das áreas-chave do crescimento económico e parece empenhado em limitar as suas emissões de CO₂.

Os EUA acrescentaram quase 10 GW de nova capacidade eólica, o que parece confirmar o sucesso do Recovery Act. Os EUA chegaram ao final de 2009 com mais de 35 GW de capacidade eólica, fortalecendo a sua posição como o maior produtor mundial de energia eólica.

A Europa cresceu a um ritmo saudável em 2009, acrescentando 10 GW de nova capacidade instalada e reafirmando a sua posição de liderança no mercado eólico "offshore", acrescentando 582 MW de nova capacidade. O crescimento europeu foi liderado pela Espanha (2.459 MW), Alemanha (1.917 MW), tendo a Itália, Reino Unido e França contribuído com mais de 1 GW cada. Outros países, como Portugal, Suécia, Dinamarca e Irlanda tiveram um

desempenho impressionante. No final de 2009, a capacidade eólica instalada na UE-27 chegava aos 74.767 MW.

De acordo com a EWEA, pelo segundo ano consecutivo, a UE procedeu à instalação de mais energia eólica do que qualquer outro tipo de produção de energia. Além disso, a EWEA afirmou que os sectores da energia nuclear e do carvão desmantelaram mais capacidade do que instalaram, o que fortaleceu o peso das energias renováveis no pacote energético europeu.

O resto do mundo continuou a crescer, com realce para a Índia, o Canadá e a Austrália, que instalaram, respectivamente, 1.271,950 MW.

Em termos gerais, a África e a América do Sul demonstraram um fraco crescimento da energia eólica, excepção feita a Marrocos (com um acréscimo de 119 MW em 2009), ao Brasil (164 MW) e ao Chile (148 MW).

EUROPA

Em 2009, as novas instalações eólicas totalizaram 10.163 MW, um aumento de 23% em relação a 2008, não obstante a crise financeira e o decréscimo económico. Os novos parques eólicos terrestres perfizeram 9.581 MW (mais 21% do que o ano anterior), ao passo que os parques eólicos "offshore" totalizaram 582 MW (uma subida de 56% relativamente a 2008). No final de 2009, a capacidade eólica tinha atingido os 74.767 MW.

Pelo segundo ano consecutivo, a UE instalou mais energia eólica do que outro tipo de produção de energia. A energia eólica é um operador importante no mercado energético europeu, dado que, de acordo com a EWEA, 39% de toda a nova capacidade instalada consistiu na produção de energia eólica, de gás (26%) e de painéis solares fotovoltaicos (16%). De acordo com as estimativas da EWEA, a capacidade dos parques eólicos poderia responder a 4,8% do total da procura europeia.

A energia eólica "offshore" começou a expandir-se, após um período de crescimento lento, com a conclusão de projectos de grande escala, que perfizeram 577 MW, em particular, no Reino Unido e na Alemanha. O que representa uma taxa de crescimento de 54%, face aos 373 MW instalados durante 2008. É de esperar que este impulso se mantenha, dado que actualmente se encontram em construção 17 parques eólicos "offshore" na Europa, que contribuirão com mais de 3.500 MW e que, além desses, outros 52 obtiveram aprovação para operar em águas europeias, totalizando mais de 16.000 MW.

A Alemanha continua a alcançar os valores mais elevados, na UE, em termos de capacidade instalada total, com 25.777 MW, seguida pela Espanha (19.149 MW), pela Itália (4.850 MW), pela França (4.492 MW) e pelo Reino Unido (4.051 MW).

Todavia, em termos de nova capacidade instalada durante o ano de 2009, a Espanha classificou-se em primeiro lugar, com a instalação de 2.459 MW, seguida pela Alemanha (1.917 MW), França (1.088 MW) e Reino Unido (1.077 MW).



análise empresarial

Portugal, Suécia e Dinamarca demonstraram um crescimento considerável, acrescentando, respectivamente, 673 MW, 512 MW e 334 MW.

Na Europa Oriental, a Turquia, Polónia e Hungria lideraram o mercado, acrescentando, respectivamente, 343 MW, 181 MW e 74 MW.

EUA

De acordo com a American Wind Energy Association (AWEA), em 2009, a indústria da energia eólica dos EUA instalou 9.992 MW. Em 2009, as novas instalações anuais aumentaram na ordem dos 39%, alcançando 35.092 MW de capacidade instalada total e produzindo electricidade suficiente para fornecer o equivalente a 10 milhões de habitações. O que faz dos EUA o líder mundial em termos de capacidade eólica instalada, à frente da Alemanha, China e Espanha.

Este crescimento parece confirmar o sucesso do American Recovery and Investment Act aprovado no início de 2009 pela Administração Obama, o qual incluía uma série de disposições relativas a impostos e políticas relacionados com a energia e que tinha por objectivo estimular o desenvolvimento da produção de energia eólica no país.

Segundo a AWEA, a energia eólica e o gás natural representaram 80% da nova capacidade acrescentada em 2009.

A nível estadual, o Texas continua a ser a localização predominante dos parques eólicos, com a instalação de 9,4 GW, seguido pelo Iowa (3,6 GW), Califórnia (2,8 GW), Washington (2,0 GW) e Minnesota (1,8 GW). Os estados que, em 2009, registaram os maiores aumentos foram: Texas (2.292 MW), Indiana (905 MW) e Iowa (874 MW).

Segundo a AWEA, 36 estados (incluindo, pela primeira vez, o Arizona) já dispõem de unidades empresariais de produção de energia eólica, 14 dos quais representam mais do que 1 GW de capacidade eólica instalada.

REGULAÇÃO

Introdução

Nos últimos anos, a atenção global tem incidido progressivamente nas alterações climáticas e nos seus efeitos nas populações mundiais, nas economias e, consequentemente, nas estratégias para a produção de energia a partir de fontes renováveis.

A nível global, foi alcançado um marco importante a 11 de Dezembro de 1997, quando a maioria dos países que fazem parte da UNFCCC (United Nations' Framework Convention on Climate Change – Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre alterações climáticas) assinou o Protocolo de Quioto.

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2009, habitualmente designada Cimeira de Copenhaga, foi realizada na Dinamarca, entre 7 e 18 de Dezembro. A 18 de Dezembro foi anunciada a chegada a um “acordo significativo” entre os Estados Unidos, China, Índia, África do Sul e Brasil. As negociações terminaram sem um

tratado vinculativo para a redução das emissões de gás com efeito de estufa. Apesar disso, o Acordo de Copenhaga reconhece o fundamento científico para a manutenção das elevações de temperatura abaixo dos 2°C.

A nível europeu, em Dezembro de 2008, foi aprovado o pacote Europeu Clima e Energia. Este pacote incide sobre três áreas: reduções nas emissões, energias renováveis e eficiência energética. Este acordo destina-se a ajudar a Europa a tornar-se uma economia de baixa emissão de carbono e a aumentar a segurança energética. Alinhado com as propostas da Comissão de Janeiro de 2008, foi alcançado um acordo relativamente aos objectivos vinculativos a atingir até 2020, de reduzir as emissões de gás em 20%, estabelecer uma quota de 20% para a energia renovável e melhorar a eficiência energética em 20%.

Em Abril de 2009, foi publicada a Directiva comunitária de Energias Renováveis, parte do pacote europeu Clima e Energia. A directiva comunitária impõe aos países membros a produção de uma proporção previamente acordada do consumo de energia a partir de fontes renováveis de energia, por forma a que a UE, como um todo, possa obter, pelo menos, 20% do total da energia através de fontes renováveis até 2020.

Para garantir que estes objectivos são alcançados, a directiva estabeleceu “trajectórias indicativas” – objectivos intermédios – para cada Estado-Membro. Os países são obrigados a elaborar planos nacionais de acção para a energia renovável até ao final de Junho de 2010, determinando as medidas através das quais pretendem manter as suas trajectórias.

De igual forma, como parte do pacto Clima e Energia, foi acordada, em Dezembro de 2008, uma revisão da directiva da UE CELE revista para a Fase III (2013-2020). A directiva introduziu a sujeição a leilão como o princípio básico para a distribuição de adjudicações aos operadores ETS, o que é uma grande alteração, tendo em consideração que, na Fase II, aproximadamente 96% das adjudicações foram distribuídas de forma gratuita pelos governos europeus através de Planos Nacionais de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂.

Apoio governamental à energia renovável nos países em que a EDP Renováveis opera

ESPANHA

De acordo com o Decreto Real 661/2007, os produtores sujeitos ao Regime Especial espanhol podem escolher entre (i) vender a energia eléctrica que produzem ao sistema por uma tarifa regulada, (ii) vender a energia eléctrica que produzem na “pool”, ou (iii) celebrar contratos bilaterais nas mesmas condições que os agentes do mercado de produção à luz do Regime Ordinário espanhol.

Em Maio de 2009, foi aprovado o Decreto Real 6/2009, com o objectivo de eliminar gradualmente o défice da tarifa. Entre outras medidas, introduziu um registo central de alocação prévia para nova capacidade de energia renovável para novas instalações de energia renovável, necessário para a obtenção dos títulos definidos do Decreto Real 661/2007. As instalações foram registadas por ordem cronológica e deverá ser

aprovado um novo esquema de remuneração para projectos subsequentes.

A decisão de 19 de Novembro de 2009 permitiu o registo de cerca de 6 GW de projectos eólicos e de 2,4 GW em capacidade de energia solar termoelétrica. Um total de 8,4 GW em projectos registados irão receber a remuneração definida no DR 661/2007. Ao abrigo desta decisão, cerca de 1.700 MW de recursos eólicos e 500 MW de produção solar termoelétrica serão atribuídos durante cada ano até 2012. Em 15 de Dezembro de 2009, o Governo espanhol divulgou a lista de instalações eólicas incluídas no registo administrativo, na qual foram atribuídos 6.389 MW de capacidade eólica. Novas instalações que ainda não foram atribuídas no registo serão regidas por nova regulamentação.

PORTUGAL

Durante 2009 não existiram alterações significativas ao esquema de remuneração português.

Os parques eólicos que já se encontravam licenciados até Fevereiro de 2006 vendem a sua energia a um preço determinado em função das horas de produção, bem como da dimensão do parque eólico e do índice de preço ao consumidor. A tarifa está indexada à inflação pelo prazo de 15 anos, após o que a energia eléctrica proveniente desses parques eólicos será vendida ao preço de mercado então aplicável, acrescido do preço recebido da venda de "certificados verdes".

Os parques eólicos licenciados após Fevereiro de 2006 vendem os seus primeiros 33 GWh de energia eléctrica ou a energia eléctrica produzida nos primeiros 15 anos, consoante a que acontecer primeiro, ao preço estabelecido na fórmula definida no Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro.

FRANÇA

A Lei 2000 prevê que os operadores das instalações eólicas podem celebrar contratos de longo prazo para a aquisição e venda de energia com a Electricité de France ("EDF"), o que implica a obtenção de um certificado dos órgãos de governo local. As tarifas para os contratos de longo prazo com a EDF são definidas pelo Regulamento de 10 de Julho de 2006, que estabelece três fases para a determinação da tarifa. Durante os dez primeiros anos do contrato com a EDF, esta paga uma tarifa anual fixa e, nos anos 11 a 15, a tarifa baseia-se na percentagem média anual de energia produzida durante o período de funcionamento dos primeiros dez anos da operação. Por fim, após o 16.º ano do contrato, não existe uma estrutura específica de apoio e os produtores de energia eólica vendem a sua energia eléctrica a preço de mercado.

Em Julho de 2009, teve início a aplicação do "La Grenelle de l'Environnement I", um vasto plano de energia renovável que definiu uma política ampla e confirmou o compromisso da França em fornecer 23% do seu consumo de energia através de fontes renováveis até 2020. Para atingir este objectivo, são necessários cerca de 25 GW de capacidade instalada, dos quais 6 GW deverão ser offshore.

O plano La Grenelle de l'Environnement também confirmou que cada região francesa deve elaborar um "plano de energia

renovável" até Julho de 2010, identificando o seu potencial e estabelecendo onde poderiam ficar localizadas as centrais de energia eólica.

O novo Decreto aprovado em 15 de Dezembro de 2009, definiu o seguinte objectivo eólico: 11.500 MW em 2012 e 25.000 MW em 2020. Estes objectivos também incluem a energia produzida a partir das ondas e marés.

BÉLGICA

O sistema regulador belga promove a produção de energia eléctrica através de fontes renováveis com um sistema de certificados verdes.

Cada uma das três regiões belgas (Flandres, Valónia e Bruxelas-capital) tem o seu sistema de quotas com objectivos regionais obrigatórios para a energia renovável. Os Certificados Verdes têm um prazo de, pelo menos, 10 a 15 anos e um sistema de preço mínimo garantido a nível federal (obrigações impostas ao funcionamento do sistema transmissor) e a nível regional. O preço mínimo garantido é de 80,00 €/GC na Flandres, de 65,00 €/GC na Valónia e, a nível federal, de 50,00 €/GC.

Os certificados verdes podem ser transaccionados por intermédio de contratos bilaterais ou no mercado cambiário (Belpex) lançado em Março de 2009.

As novas quotas para a produção de energia renovável estão em fase final de aprovação na Valónia. As novas quotas propostas pelo Governo são: 11,25% em 2011, 13,50 % em 2012 e 15,75% em 2013. As novas quotas a aprovar serão consideravelmente mais elevadas que as anteriores (11%, 12% e 13% para 2011, 2012 e 2013).

POLÓNIA

A legislação aplicável à energia renovável na Polónia consta principalmente da Lei da Energia, aprovada a 10 de Abril de 1997, que foi alterada pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004.

A Lei da Energia define um regime regulador para promover as energias renováveis. Com esse propósito, a lei introduz um sistema de certificados verdes.

O limite mínimo de energia eléctrica que deve ser produzido a partir de fontes renováveis no volume total anual de energia eléctrica encontra-se especificado na portaria do Ministério da Economia adoptada ao abrigo da Lei da Energia. Em 2008, o limite mínimo era de 7% e vai aumentar cada ano até chegar aos 12,9% em 2017. Estas quotas foram originalmente fixadas até 2014, mas uma nova regulamentação aprovada em Agosto de 2008 fixou as quotas para os anos de 2015 a 2017 e aumentou as quotas para 2013 e 2014.



análise empresarial

ROMÉNIA

O apoio à energia eléctrica produzida através de fontes de energia renovável na Roménia foi definida através da Lei da Electricidade 318/2003.

Em 2005, foi introduzido o mecanismo dos certificados verdes com quotas obrigatórias para fornecedores, de forma a cumprir com os seus requisitos para a energia renovável da UE.

Em 2009, era necessário que 6,2% do total de energia eléctrica fornecida proviesse de fontes renováveis e essa obrigação aumenta para 8,3% no período de 2010 a 2012, subindo gradualmente até aos 16,8% em 2020.

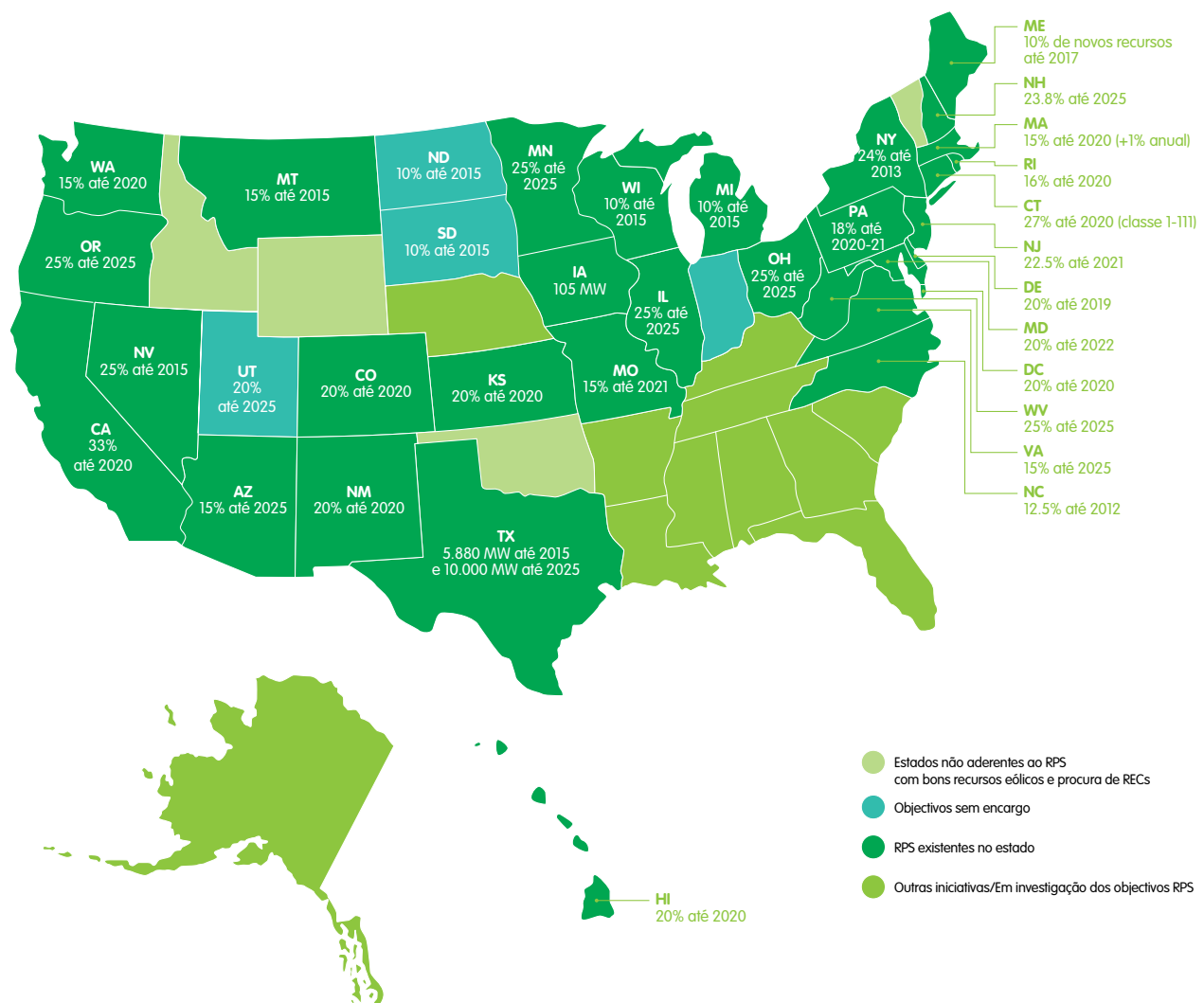
A Lei 220/2008 duplicou o volume de certificados verdes a emitir para os produtores eólicos. Os produtores eólicos vão receber dois certificados verdes por MWh até 2015 e um certificado verde daí em diante. Também aumentou o valor de transacção dos certificados verdes, através do aumento do mínimo de 24,00 € para 27,00 € e o tecto máximo de 42,00 € para 55,00 €, ambos indexados à inflação romena.

REINO UNIDO

O principal instrumento da política de promoção da energia eléctrica produzida a partir de fontes renováveis de energia é a Renewables Obligation (RO). O RO e os seus associados, o RO da Escócia e o NIRO da Irlanda do Norte, obrigam os fornecedores de energia eléctrica a garantir que uma percentagem especificada da energia eléctrica que fornecem aos clientes é proveniente de fontes renováveis que cumpram os requisitos.

O nível da obrigação em Inglaterra, Gales e Escócia está, actualmente, estabelecido no sentido de um aumento através de incrementos anuais, de 7,9% no período de 2007-2008 para 15,4% no período de 2015-2016, sendo de 9,1% no período 2009-2010. Em Abril de 2009, o Governo introduziu uma abordagem de "ajuste", para permitir que a amplitude da obrigação fosse definido antes do início de cada ano financeiro numa percentagem acima (actualmente de 8% acima) do número estimado de ROCs a serem emitidos nesse ano.

São atribuídos aos fornecedores de energia eléctrica Renewables Obligation Certificates (ROCs) por cada MWh produzido a partir de fontes renováveis de energia que cumpram os requisitos. Quando os fornecedores não



cumprirem a obrigação, devem pagar o montante duma penalidade para um fundo de aquisição equivalente a 33,76 £ por ROC em falta em 2009. Este preço de aquisição está ligado ao índice de preço para retalho. Ao fim de cada ano financeiro, o fundo de aquisição (a soma de todas as penalidades cobradas, pagas pelos fornecedores que não cumpriram os seus ROCs) é partilhado proporcionalmente entre os fornecedores que apresentaram ROCs.

Em Abril de 2009, o RO foi escalonado para oferecer diferentes níveis de apoio a diferentes tecnologias renováveis. Os parques eólicos onshore ainda irão receber 1 ROC por MWh. A energia eólica offshore tem direito a receber 2 ROCs por projectos comissionados em 2009-2010, 1,75 por projectos em 2010-2011 e 1,5 ROCs daí em diante. Contudo, o Governo anunciou que a nova "Renewables Order" a aprovar no início de 2010 vai permitir aos projectos offshore apresentar a sua candidatura a 2 ROCs até Março de 2014.

Num documento de consulta publicado em Julho de 2009, o Governo do Reino Unido propôs, entre outras, as seguintes alterações ao RO:

- Prorrogar a sua aplicação até 2037
- Incluir um limite de 20 anos ao apoio a conceder ao abrigo do esquema RO
- Aumentar o nível de "ajuste" para 10% e utilizar o "ajuste" apenas para determinar a obrigação total após 2016.

É provável que estas alterações sejam aprovadas no início de 2010 e entrem em vigor em Abril de 2010.

Adicionalmente, os produtores de energia eólica recebem "Levy Exemption Certificates" (LECs) que podem ser vendidos a utilizadores industriais e comerciais, nos termos do Climate Change Levy. Os LECs podem ser transaccionados separadamente por respectiva energia e representam um recurso adicional de remuneração para os produtores de energia eólica. Por conseguinte, as receitas provêm das vendas de energia, dos ROCs e dos LECs.

EUA

Apesar do constante tumulto do mercado devido à recessão e ao decréscimo de atenção à legislação sobre energia, o panorama regulador dos EUA continuou a melhorar no que respeita ao desenvolvimento da energia eólica. A tomada de posse da Administração Obama, no início de 2009, colocou na Casa Branca um partidário da energia eólica.

A nível federal, há actualmente duas propostas de lei em análise, que podem resultar em obrigações federais e tectos máximos de CO₂. A primeira é a proposta de lei "Waxman-Markey", que foi aprovada pela Câmara dos Representantes (aguarda a aprovação do Senado) a 26 de Julho de 2009 e introduz, entre outras medidas, um objectivo de 6% para a energia renovável até 2012 e de 20% até 2020. A segunda proposta, conhecida como "Kerry-Boxer", apresentada ao Senado a 30 de Setembro de 2009, propõe um objectivo de 15% para a energia renovável até 2020. Ambas as propostas incluem um tecto máximo

para as emissões de CO₂. Em todo o caso, o resultado final pode diferir do constante nas duas propostas.

Enquanto a legislação sobre as alterações climáticas é debatida no Congresso dos Estados Unidos, os estados norte-americanos continuam a tomar a dianteira nesta matéria. A Califórnia deu um passo no sentido de se juntar à Northeast's Regional Greenhouse Gas Initiative (RGGI) na regulamentação das emissões de carbono, elaborando tectos máximos e regulamentações para a comercialização, concebidas para permitir que as emissões sejam reduzidas para os níveis existentes em 1990 até 2020. Embora a política relativa às alterações climáticas a nível federal aparente ser de difícil elaboração e aprovação, as iniciativas estatais e regionais, tal como as referidas, continuam a pressionar os emissores para apoiar a determinação de um tecto máximo e um programa de comercialização.

Na sequência da nomeação formal da Nova Administração em Janeiro de 2009, o "American Recovery and Reinvestment Act of 2009 (ARRA)" foi assinado e aprovado como lei em 17 de Fevereiro. O plano inclui várias disposições para estimular o investimento na energia renovável, sendo as seguintes as que têm maior aplicação ao negócio da energia eólica:

- Prorrogação a longo prazo e modificação do Renewable Energy Production Tax Credit: prorroga em três anos a data prevista para o arranque das instalações eólicas (até 31 de Dezembro de 2012);
- Opção temporária de reclamar o Investment Tax Credit em vez do Production Tax Credit: permite às instalações eólicas escolher um investimento de 30% de crédito de imposto no ano em que a instalação é colocada em funcionamento, em vez do Production Tax Credit;
- Concessão de subsídios do Departamento de Tesouro em vez dos créditos de imposto: permite aos contribuintes receberem um subsídio do Departamento do Tesouro em vez do crédito de imposto. Este subsídio irá funcionar da mesma forma que a presente lei de Investment Tax Credit. O Departamento do Tesouro emitirá um subsídio no montante correspondente a trinta por cento (30%) do custo da instalação de energia renovável no prazo de sessenta dias a contar da entrada em funcionamento da instalação, ou sendo este entregue em data posterior, no prazo de sessenta dias a contar da entrega da candidatura a tal subsídio. Esta disposição tem por objectivo garantir a eficácia dos créditos de imposto, considerando as presentes condições do mercado e a dificuldade no financiamento dos projectos.

Créditos de Energias Renováveis

Fontes operacionais de rendimento resultam da venda da energia, bem como da venda de Energy Certificates (RECs), que funcionam como "green tags". Os Energy Certificates ("RECs") são habitualmente utilizados em programas RPS como certificados transaccionáveis, demonstrando que um determinado número de kilowatts-horas foram produzidos por um recurso renovável.

Vários Governos Estaduais assumiram um papel activo no desenvolvimento da infra-estrutura renovável através da



análise empresarial

implementação de um programa RPS. De um modo geral, os programas RPS são desenvolvidos para implementar leis estaduais que requerem que determinada percentagem de entidades de prestação do serviço de utilização obrigatória aos consumidores dentro do estado provenham de fontes renováveis e, em certos casos, prevêem várias penalizações pelo incumprimento.

No meio de uma crise financeira global, crises orçamentais estatais históricas e impactantes e auxílio e estímulo federal, os desenvolvimentos às políticas a nível estadual continuam a ser uma força importante para o avanço dos mercados renováveis. Em 2009, três novas políticas RPS (e um novo objectivo renovável) foram adoptadas, foram aumentadas ou modificadas de forma significativa seis políticas RPS em curso e outras cinco foram sujeitas a alterações de pouca monta, aumentando o número de estados com políticas RPS para trinta e dois.

O quadro seguinte apresenta as penalizações pelo incumprimento nos estados que têm RPS.

Estado	Penalização por incumprimento (por MWh)
Arizona	Penalizações administrativas
Califórnia	\$50
Colorado	\$36
Connecticut	\$55
Delaware	\$25, \$50 (2.º ano de incumprimento); \$80 (3.º ano)
District of Columbia	\$50
Hawaii	Penalização com base em parecer dos pares
Illinois	N/A
Iowa	N/A
Kansas	N/A
Maine	\$60,92
Maryland	\$40
Massachusetts	\$60,92
Michigan	N/A
Minnesota	O montante não deverá exceder o custo mais elevado do cumprimento
Missouri	Pelo menos 2x o valor de mercado dos RECs
Montana	\$10
Nevada	Penalizações administrativas
Novo Hampshire	\$60,92
Nova Jérsea	\$50
Novo México	Penalizações administrativas
Nova Iorque	N/A
Carolina do Norte	Penalizações administrativas
Ohio	\$45
Oregon	Taxa TBD
Pennsylvania	\$45
Rhode Island	\$60,92
Texas	\$50
Virgínia	N/A
Washington	\$50
West Virgínia	Avaliar o cumprimento após 2015 e depois impor taxas de incumprimento
Wisconsin	N/A

Créditos fiscais sobre a produção ("PTC")

Em 2009, a taxa de PTC aplicável à produção de energia eólica foi de 21 dólares americanos por MWh; no entanto, esse valor será reduzido em qualquer projecto que receba apoio financeiro governamental relacionado com custos de capital ou que beneficie de outros créditos fiscais federais sobre o rendimento. Os PTC são aplicáveis por um período

de 10 anos, a partir da entrada em funcionamento da instalação em causa.

Em Fevereiro de 2009, através do American Recovery and Reinvestment Act, o Congresso dos EUA aprovou a prorrogação por três anos dos PTC aplicáveis à capacidade eólica adicionada até 31 de Dezembro de 2012.

BRASIL

O ano de 2010 será o último do programa PROINFA. Este programa foi posto em marcha em 2004 e tinha por objectivo promover fontes alternativas de energia eléctrica no fornecimento do sistema de rede brasileiro através de produtores independentes autónomos. Ao abrigo deste programa, os projectos aprovados celebraram contratos de 20 anos para a venda de energia com a empresa federal de energia Eletrobrás.

A 14 de Dezembro de 2009, teve lugar, no Brasil, o primeiro leilão exclusivo de energia eólica. Daí resultou que está previsto o fornecimento de energia de 71 novos parques eólicos, totalizando 1.806 MW de capacidade instalada, a partir de 1 de Julho de 2012, fornecendo um volume de energia de 6,6 TWh ao ano, a um preço médio de BRL 148,39/MWh (cerca de 57,00 €/MWh).

Os resultados do leilão exclusivo de energia eólica, combinado com o primeiro leilão exclusivo de energia de biomassa realizado em 2008 (2.379 MW e 31 centrais termoeléctricas que recorrem à cana-de-açúcar e ao capim napier), levaram o Governo ao estudo de um novo leilão exclusivo para energias renováveis em 2010. Por essa altura, a procura energética será fornecida por uma combinação das fontes renováveis de energia: eólica, biomassa e pequenas centrais hidroeléctricas.

SÍNTESE DE NEGÓCIOS

Introdução

A EDP Renováveis é um importante player especializado no sector das energias renováveis, sendo as suas receitas geradas na totalidade por actividades neste domínio, o que proporciona à empresa uma combinação única de dimensão, enfoque e experiência no sector.

A EDP Renováveis, constituída em 4 de Dezembro de 2007, detém, opera e desenvolve actividades relacionadas com activos em energias renováveis em diversas localizações geográficas na Europa (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido¹ e Itália²), América do Norte (Estados Unidos) e América do Sul (Brasil). As operações europeias são geridas pela Nuevas Energías del Occidente (doravante designada por EDPR EU), ao passo que a Horizon Wind Energy (doravante designada por EDPR NA) e a EDP Renováveis Brasil (doravante designada por EDPR SA) são plataformas da EDP Renováveis respectivamente na América do Norte e na América Latina. A empresa está sediada em Madrid, Espanha, e possui mais de 39 escritórios espalhados pelo mundo.

¹ Evento posterior ao fim do ano de 2009 (transacção celebrada em 11 de Janeiro de 2010)

² Evento posterior ao fim do ano de 2009 (transacção celebrada em 27 de Janeiro de 2010)

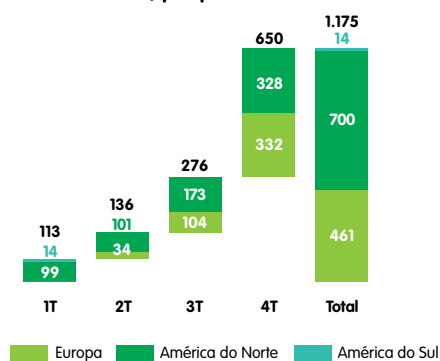
A história da EDP Renováveis remonta a 1993, quando a Genesa (uma das empresas integradas no Grupo) instalou o seu primeiro parque eólico. Desde então, o negócio não parou de crescer, devido, essencialmente, ao desenvolvimento de projectos greenfield, à aquisição de pipeline, de projectos de prospecção e de empresas que se enquadravam solidamente na estratégia de crescimento da EDP Renováveis. As aquisições mais importantes foram a Nuon/Desa (Espanha) em 2005, a Agrupación Eólica (Espanha/França) em 2006 e a Horizon Wind Energy (EUA) em 2007.

A empresa possui um excelente historial de investimento, baseado num sólido desempenho a nível de execução, activos de primeira categoria com recursos eólicos de qualidade acima da média, um portfólio bem equilibrado em termos de áreas geográficas, fase de desenvolvimento e fontes de receita, e uma estratégia competitiva de fornecimento de aerogeradores.

O portfólio de activos da EDP Renováveis, equilibrado em termos geográficos e em maturidade de pipeline, permite-lhe diversificar os riscos de regulamentação e de recursos eólicos e alcançar um cash flow mais estável e seguro.

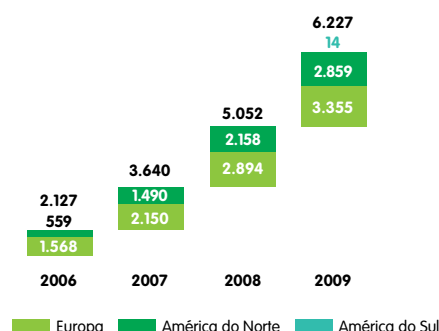
A EDP Renováveis tem um historial de desempenho sólido e provas dadas na capacidade de executar projectos e cumprir objectivos. Em 2009, a EDP Renováveis instalou uma capacidade adicional de 1.175 MW brutos (através de 461 MW da sua plataforma europeia, 700 MW da sua plataforma norte-americana e 14 MW da sua plataforma sul-americana).

EDP RENOVÁVEIS - 2009 - Aumento trimestral em MW brutos, por plataforma



Em consequência, no final de 2009, a EDP Renováveis tinha uma capacidade total bruta instalada superior a 6,2 GW, o que representa um aumento notável de 11,8 vezes face aos 530 MW brutos instalados em 2004 e 2,9 vezes mais que os 2.127 MW brutos instalados em 2006.

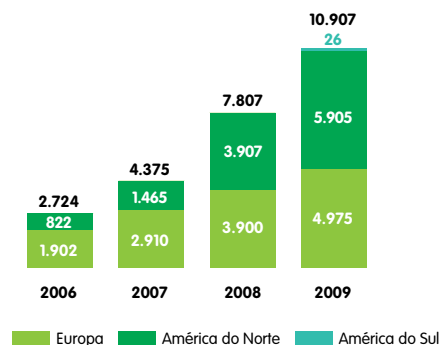
EDP RENOVÁVEIS - 2006-2009 - Aumento homólogo em MW brutos, por plataforma



No final de 2009, a EDP Renováveis também tinha 739 MW brutos em construção, dos quais 640 MW na plataforma europeia.

Em termos de produção de electricidade, em 2009 a EDP Renováveis atingiu 10.907 GWh, o que representa um aumento de 40% (ou 3,1 TWh) face a 2008. Como referência, atente-se que este nível de produção de electricidade equivale aproximadamente ao consumo médio de 180 milhões de lâmpadas em funcionamento ininterrupto 24 horas por dia durante os 365 dias de 2009.

EDP RENOVÁVEIS - 2006-2009 - Produção homóloga, por plataforma

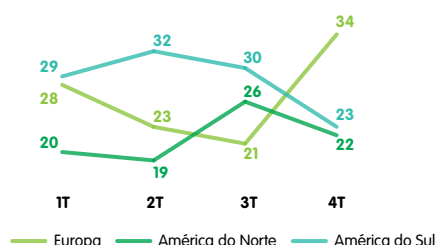


Este nível de produção é baseado em factores de utilização sólidos, que resultam da elevada qualidade do nível de activos da EDP Renováveis. O factor de utilização médio em 2009 foi de 26% na Europa e de 32% na América do Norte. Estes números são o resultado de um conjunto de circunstâncias que aliam uma superior eficiência operacional (com valores de disponibilidade de nível superior ou em crescimento), à vantagem da EDP Renováveis enquanto pioneira na selecção de localizações, aos conhecimentos internos de nível superior que revela na avaliação dos recursos eólicos e à liberdade que lhe permite seleccionar aerogeradores dos melhores fornecedores.



análise empresarial

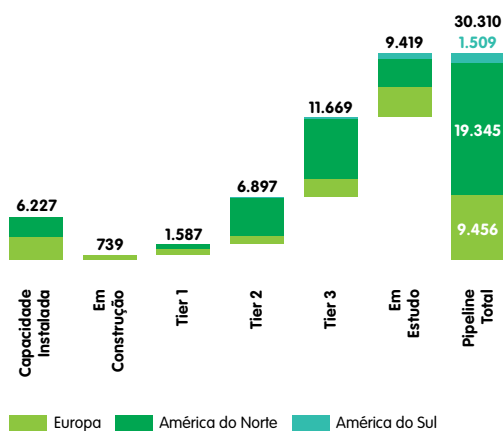
EDP RENOVÁVEIS - 2009 - Factor de Utilização Trimestral por Plataforma (%)



O ano 2009 caracterizou-se por trimestres particularmente voláteis, com ventos de qualidade deficiente nos segundo e terceiro trimestres, em especial quando comparados com os máximos históricos de 2008. O portfólio de parques eólicos da EDP Renováveis, diversificado e geograficamente disperso, confere vantagens que atenuam a volatilidade do vento. Por exemplo, os activos de elevada qualidade no mercado espanhol permitem à empresa atingir de forma contínua factores de utilização superiores aos dos seus concorrentes locais.

Por fim, o portfólio de projectos (segmentado em pipeline e prospects) em desenvolvimento para dinamizar o crescimento futuro era, no final de 2009, de cerca de 30,3 GW.

EDP RENOVÁVEIS - 2009 - Pipeline total, por plataforma



NOVAS INICIATIVAS

A EDP Renováveis demonstrou a sua capacidade de selectivamente identificar, aceitar e integrar com sucesso projectos em novos mercados (como a Itália e o Reino Unido), por forma a impulsionar o crescimento e diversificar o seu portfólio.

ITÁLIA³

Em 27 de Janeiro de 2010, a EDP Renováveis adquiriu 85% da Wind SRL italiana ao Co-Ver Group, o que lhe permitiu adicionar ao seu portfólio vários projectos eólicos em locais privilegiados na Itália, totalizando 520 MW em diferentes fases de desenvolvimento.

MW Brutos	Capacidade Instalada	Em Construção	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Em Estudo
Itália	0	0	0	108	98	314

Com esta transacção, a EDP Renováveis não só adquiriu um pipeline de qualidade em Itália, mas também incorporou uma equipa dotada de fortes competências locais, com um historial de sucesso no sector das energias renováveis italianas e experiência acumulada na construção e desenvolvimento de parques eólicos no país.

A entrada no mercado italiano permitiu à EDP Renováveis ficar exposta a um dos mercados mais atractivos da Europa, dado o seu forte enquadramento regulamentar, o que permitirá à empresa diversificar selectivamente as suas opções de crescimento e expandir a sua pegada europeia.

Na fase de desenvolvimento em que se encontra, o mercado italiano oferece um elevado potencial de crescimento. Com 4,9 GW de capacidade eólica instalada em 2009 (+ 1,1 GW face a 2008), a Itália é considerada um dos mercados eólicos mais promissores da Europa. A quota obrigatória de energias renováveis aprovada pelo governo exige que, até ao fim de 2009, 5,3% da electricidade sejam fornecidos por tecnologias renováveis, devendo atingir-se 7,6% até 2012. Isto representa uma capacidade instalada estimada de 10,5-13,5 GW em 2012.

Quanto ao sistema remuneratório, está implementado um certificado verde. Os produtores de energias renováveis recebem certificados verdes negociáveis para os primeiros 15 anos da operação, acrescido do preço da electricidade. Em 2009, o preço médio do mercado era de 152 €/MWh, dos quais 64 €/MWh diziam respeito ao preço médio do mercado da electricidade e 88 €/MWh ao preço médio de mercado do certificado verde. O número médio nacional de horas de funcionamento de longo prazo é de aproximadamente 1.775, o que equivale a um factor de utilização de 20%. A EDP Renováveis espera que os seus parques eólicos proporcionem um ótimo factor de utilização de 3-4% em resultado dos seus locais privilegiados e da experiência que detém neste domínio.

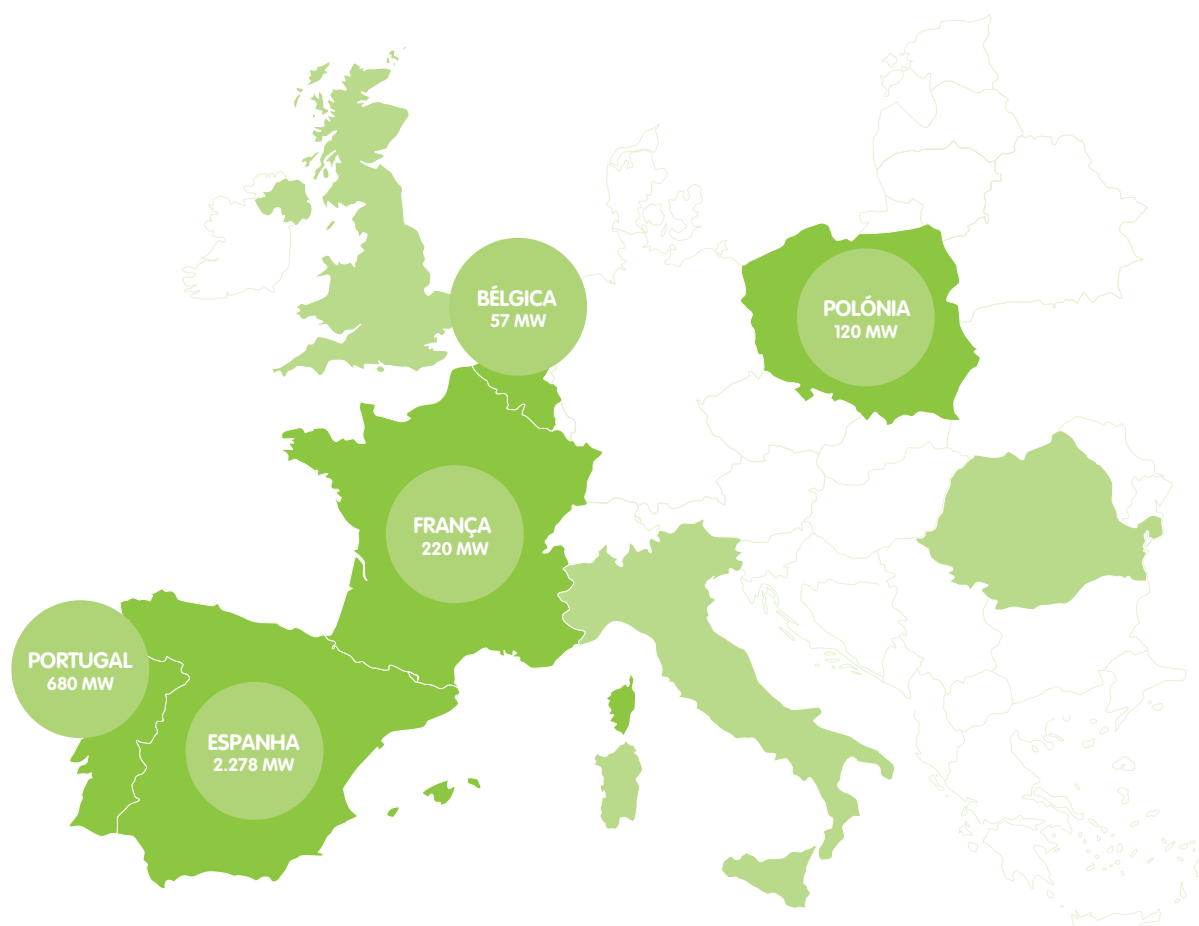
ACTIVIDADES OFFSHORE DA EDP RENOVÁVEIS⁴

O primeiro passo da EDP Renováveis na indústria das energias renováveis offshore foi dado em 2008, quando expressámos interesse em participar no concurso "UK Round 3". O concurso UK Round 3, lançado pela Crown Estate (entidade que gere o património da Coroa inglesa), tem por objectivo alcançar o fornecimento de 32 GW de energia eólica offshore até 2020.

Em 2009, a EDP Renováveis celebrou uma parceria com o promotor local SeaEnergy Renewables, incorporou a Moray Offshore Renewables Ltd. (MORL) e obteve os direitos exclusivos para desenvolver 1,3 GW numa das nove zonas lançadas a concurso pela Crown Estate. A zona adjudicada à MORL está localizada em Moray Firth, aproximadamente a 25 km ao largo da costa escocesa. A EDP Renováveis está em vias de se estabelecer em Edimburgo, onde irá centralizar as suas competências offshore.

³ Evento posterior ao fim do ano de 2009 (transacção celebrada em 27 de Janeiro de 2010)

⁴ Evento posterior ao fim do ano de 2009 (transacção celebrada em 11 de Janeiro de 2010)



UK Round 3
9 zonas com um total de 32 GW



O Reino Unido é actualmente o líder do mercado das instalações de energia eólica offshore. A sua posição de liderança resulta do apoio governamental aliado

a condições excelentes a nível de recursos eólicos e de localizações adequadas (águas pouco profundas). Adicionalmente, as competências adquiridas pelo Reino Unido nos últimos 30 anos com a exploração offshore de petróleo e gás no Mar do Norte é um activo real que a indústria eólica offshore utiliza com vantagem. Por conseguinte, a EDP Renováveis continua a explorar oportunidades no Reino Unido decorrentes do pipeline de projectos existente em virtude de rondas de concursos anteriores: Round 1, Round 2 e Scottish Territorial Waters.

I&D

Para além das actividades comerciais, a EDP Renováveis apoia a EDP Inovação (EDPI) no desenvolvimento de um projecto-piloto para implementação de um aerogerador instalado numa estrutura flutuante ao largo da costa portuguesa. A estrutura flutuante é uma tecnologia patenteada intitulada Windfloat, propriedade da Principle Power, com quem a EDP celebrou um memorando de entendimento que proporciona acesso privilegiado à tecnologia.

EUROPA

Introdução

As actividades europeias da EDP Renováveis são conduzidas através da NEO Nuevas Energías del Occidente ("EDPR EU").



análise empresarial

A produção de energia eléctrica eólica tem vindo a aumentar na Europa na última década. A Directiva comunitária "Energias Renováveis" de 2009 visa aumentar a percentagem das energias renováveis na União Europeia de 8,6% em 2005 para 20% em 2020. Este crescimento significativo demonstra o forte compromisso dos países comunitários com o apoio a fontes de energia renováveis e limpas como uma das vias para garantir um desenvolvimento sustentável.

Até agora, a EDPR EU tem consolidado os seus pontos fortes através do desenvolvimento de um pipeline de projectos greenfield, aliado a uma estratégia de entrada muito selectiva em novos mercados mediante a aquisição de pipeline num estágio precoce e uma integração bem sucedida das equipas nos mercados locais.

Sediada em Madrid, Espanha, no final de 2009 a EDPR EU estava representada por 16 escritórios espalhados por Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido e Itália, com mais de 365 efectivos.

Principais resultados da EDPR EU em 2009:

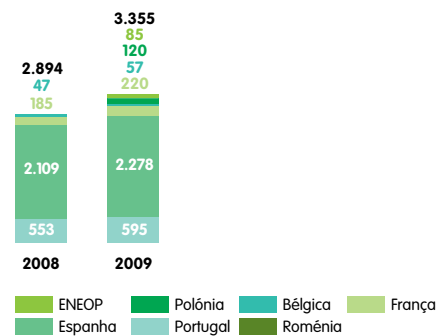
- A EDPR EU aumentou a capacidade bruta instalada de 2.894 MW em 2008 para 3.355 MW em 2009, o que representou um crescimento de 16%.
- A EDPR EU iniciou a construção dos seus primeiros parques eólicos na Roménia, Cernavoda e Pester, com uma capacidade bruta instalada de 228 MW.
- Em Dezembro, a EDPR EU comissionou o parque eólico de Margonin na Polónia. Com uma capacidade bruta instalada de 120 MW, é o maior parque eólico do país e um dos maiores da Europa.
- Na sequência do concurso lançado pela Comunidade das Astúrias em 2009, foram adjudicados 152 MW à EDPR EU, que também se apresentou no curso lançado pela Comunidade de Cantábria e aguarda notificação de novos concursos noutras comunidades autónomas como Aragão, Catalunha e Castela-La Mancha.
- A EDPR EU obteve os direitos exclusivos para o desenvolvimento de 1,3 GW em Moray Firth, uma das nove zonas postas a concurso pela Crown Estate na Ronda 3, para a produção de 32 GW de energia eólica offshore até 2020.
- Num evento subsequente ao período coberto, em 27 de Janeiro de 2010, a EDPR EU adicionou a Itália ao seu portfólio, o que lhe permitiu entrar num mercado muito atractivo, aceder a um pipeline de grande qualidade e a uma equipa com competências elevadas.

Além das operações no domínio da energia eólica, a EDPR EU opera igualmente em várias centrais mini-hídricas em Espanha, com uma capacidade instalada conjunta de 11 MW brutos e 3 GWh de produção em 2009.

Capacidade instalada e Pipeline

No final de 2009, a plataforma europeia possuía uma capacidade bruta instalada de 3.355 MW, o que representava 54% da capacidade bruta total da EDPR.

EDPR EU - Evolução da Capacidade Instalada (MW brutos)

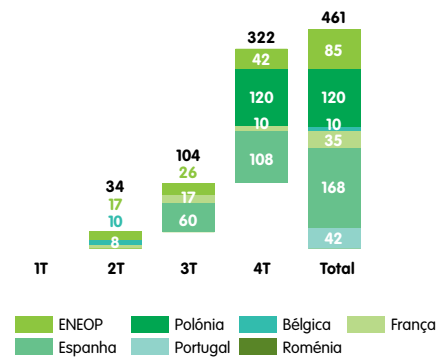


Nota: 11 MW de mini-hídricas não incluídos no gráfico.

Entre 2006 e 2009, a EDPR EU aumentou a sua capacidade bruta instalada em 1.787 MW, o que representa uma taxa anual de crescimento composto (CAGR) de 29%.

Seguindo um padrão de construção típico, a maior parte das adições de capacidade em 2009 foram efectuadas durante o quarto trimestre do ano.

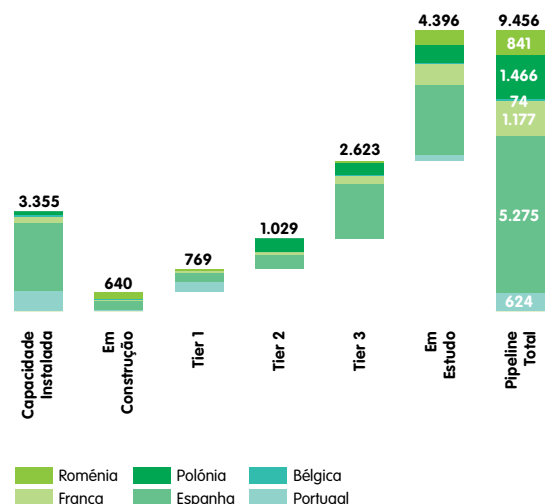
EDPR EU - 2009 - Capacidade adicional (MW brutos)



Nota: 11 MW de mini-hídricas não incluídos no gráfico.

No final de 2009, a EDPR EU possuía um portfólio total de 12.812 MW brutos, que incluía 3.355 MW de capacidade bruta instalada, 640 MW em construção e 8.816 MW em pipeline (incluindo prospects) em várias fases de desenvolvimento.

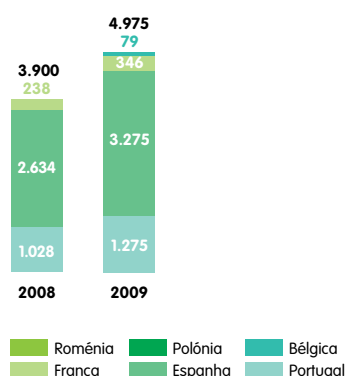
Portfólio EDPR EU - 2009 - (Capacidade Instalada e Pipeline) (MW brutos)



Desempenho Operacional

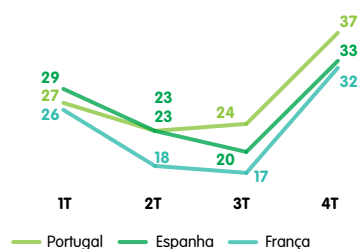
Na senda de um padrão de crescimento consistente, a EDPR EU aumentou em 28% a sua produção anual de energia, que atingiu 4.975 GWh em 2009 face aos 3.900 GWh de 2008.

EDPR EU - Evolução da Produção Anual (EBITDA GWh)



O aumento de produção reflecte o reforço da capacidade instalada, mas também 1) uma prontidão operacional de topo, com 97% de disponibilidade média do portfólio total e 2) um factor de utilização médio de 26%, que traduz um excelente desempenho da EDPR. Embora 2009 fosse relativamente volátil numa base trimestral, o excepcionalmente elevado factor de utilização durante o 4.º trimestre permitiu à EDPR manter o valor face a 2008.

EDPR EU - 2009 - Factor de Utilização Homólogo, por Região (%)

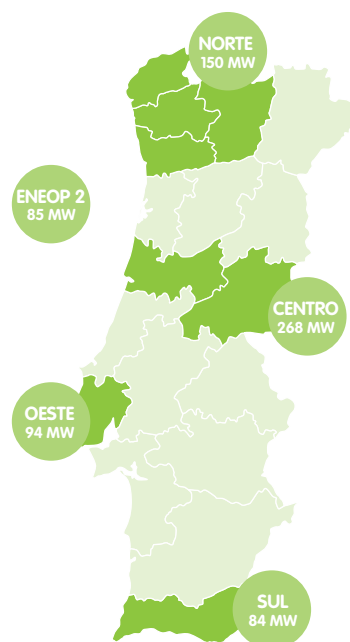


PORTUGAL

Em 2009, a EDPR EU centrou-se na execução das metas de construção para Portugal e no desenvolvimento de projectos da ENEOP2.

A sociedade instrumental, a ENEOP2, representa um portfólio total de aproximadamente 1.200 MW, dos quais 480 MW representam a participação de 40% da EDPR EU no consórcio. No final de 2009, existiam 85 MW de capacidade instalada e 53 MW em construção.

Capacidade Instalada e Pipeline



A capacidade total instalada no final do ano foi de 680 MW brutos, um aumento de 23% face aos 553 MW alcançados no final de 2008.

EDPR EU Portugal - Evolução da Capacidade Instalada (MW brutos)



Em 2009, a EDPR EU detinha em Portugal um portfólio total de 1.304 MW brutos, 52% dos quais já estão instalados e 48% se encontram em construção ou em desenvolvimento.

No final de 2009, o pipeline (incluindo prospects) era de 571 MW:

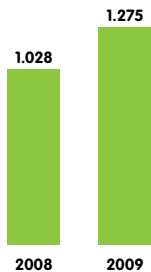
MW Brutos	Capacidade Instalada	Em Construção	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Em Estudo
Portugal	680	53	344	18	9	200

Em 2009, a produção eólica da EDPR EU em Portugal aumentou para 1.275 GWh, o que representa um aumento de 24% face a 2008, na sequência do aumento da capacidade instalada homóloga.



análise empresarial

EDPR EU Portugal - Evolução da produção anual (GWh)



Desempenho Operacional

A EDPR EU beneficia de uma base de activos com factores de utilização e disponibilidade de qualidade superior pelo facto de ter sido pioneira no mercado português da energia eólica, o que proporcionou vantagem à empresa na obtenção de algumas das melhores localizações e no desenvolvimento de uma experiência única no contexto dos serviços públicos portugueses, graças a equipas de manutenção extremamente experientes.

Em 2009, a EDPR EU atingiu um factor de utilização de 28%, claramente acima do valor (27%) de 2008.

EDPR EU Portugal - Factor de Utilização Anual (%)



No que respeita à disponibilidade, a EDPR EU manteve o seu nível elevado, tendo atingido uma média de 96% em 2009.

Preço de Venda da Energia/Tarifas

Em 2009, a EDPR EU vendeu 1.275 GWh a um preço médio de 94 euros/MWh, o que representa um aumento de 25% no volume total de negócios para 120 milhões de euros, face aos 96 milhões de euros alcançados em 2008. Estes resultados deveram-se principalmente ao aumento da produção, uma vez que o preço médio da energia estagnou entre 2008 e 2009.

Factos relevantes/tópicos

A nível organizacional, 2009 caracterizou-se pela consolidação de processos, que permitiu alinhar a EDPR EU Portugal com toda a organização da EDPR EU e promover a eficiência e a eficácia.

ESPAÑA

Espanha é um dos mercados de energia eólica com maior maturidade a nível mundial; neste país, durante o ano de

2009, o peso relativo da produção de energia eólica atingiu 13% da produção total.

Capacidade Instalada e Pipeline

No final de 2009, a EDPR EU Espanha possuía uma capacidade instalada total de 2.278 MW brutos. Os parques tecnológicos da EDPR EU em Espanha estão distribuídos por várias comunidades regionais, apresentando um factor de capacidade líquido substancialmente acima da média.



Em 2009, a EDPR EU instalou 169 MW brutos, o que representa um aumento de 8% face a 2008. Este aumento da capacidade bruta instalada foi conseguido em grande parte graças a um desenvolvimento bem sucedido de projectos greenfield e de outros projectos em fase inicial.

O portfólio actual da EDPR EU em matéria de parques eólicos em Espanha inclui 2.278 MW brutos de capacidade bruta instalada e 5.275 MW em construção e desenvolvimento.

EDPR EU Espanha - Evolução da capacidade instalada (MW brutos)



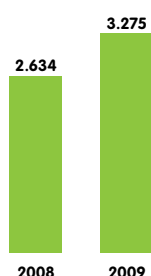
Para além dos 308 MW brutos em construção, no fim de 2009, a EDP Renováveis tinha em Espanha 4.967 MW de projectos em várias fases de desenvolvimento.

MW Brutos	Capacidade Instalada	Em Construção	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Em Estudo
Espanha	2.278	308	320	485	1.822	2.341

Desempenho Operacional

A produção de energia por parques eólicos em Espanha atingiu 3.275 GWh, o que representa um aumento de 24% face a 2008.

EDPR Espanha - Evolução da produção anual (GWh)



A EDPR EU procura continuamente melhorar a sua eficácia operacional através da utilização acrescida de capacidades-chave internas e do melhoramento do controlo da qualidade dos processos, que se traduzem em melhores níveis de disponibilidade e factores de utilização. O factor de utilização acumulado da EDPR EU em Espanha, em 2009, foi de 26%, o que é 150 BPS acima do mercado médio espanhol para 2009 e em linha com o valor de 2008.

EDPR EU Espanha - Factor de Utilização Anual (%)



No que respeita à disponibilidade, os activos da EDPR EU em Espanha mantiveram o seu elevado nível de desempenho, atingindo uma disponibilidade média de 97%.

Preço de Venda da Energia/Tarifas

Os preços de mercado da pool de energia em Espanha caíram em 2009. Esta redução explica o decréscimo dos preços de energia médios de 102 euros/MWh em 2008 para 84 euros/MWh em 2009. No entanto, a política de cobertura (hedging) pró-activa da EDPR EU gerou um aumento de receitas no valor de 19 milhões.

Outros factos/tópicos relevantes

Durante 2009, os escritórios de Santiago (Galiza) e Albacete (Castela-La Mancha) foram mudados para Clusters Tecnológicos, por forma a cumprir o compromisso da EDPR EU com o desenvolvimento sustentável destas comunidades. A EDPR EU também reforçou a sua presença na Catalunha no fim de 2009, com 140 MW brutos em operação e 118 MW em construção.

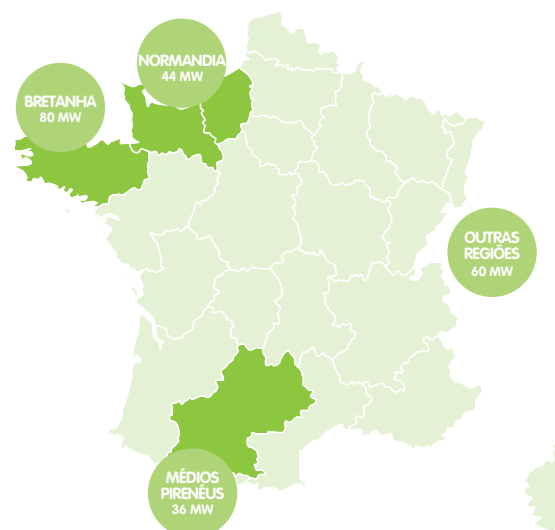
FRANÇA

A produção de electricidade em França é dominada pela energia nuclear, que representa cerca de 80% da capacidade de produção total.

Com o intuito de dispor de um pacote energético diversificado, a França tem estado a implementar políticas que visam a promoção e o reforço da quota de energias renováveis, em especial eólicas.

Em Setembro de 2009, a EDP Renováveis inaugurou os novos escritórios em Paris perto de Bercy, que se destinam a servir de sede local para os mercados eólicos francês e belga.

Em 2009, a EDPR EU iniciou a construção do parque eólico de Le Mee (18 MW) e prosseguiu a construção do parque eólico de Vallée du Moulin (30 MW).



Capacidade Instalada e Pipeline

No final de 2009, a EDPR EU adicionou 35 MW brutos aos 185 MW já em operação em França, o que totaliza 220 MW de capacidade bruta instalada.

EDPR EU França - Evolução da Capacidade Instalada (MW brutos)



No final de 2009, o pipeline francês da EDP Renováveis era composto por projectos nas seguintes fases de desenvolvimento:

MW Brutos	Capacidade Instalada	Em Construção	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Em Estudo
França	220	39	49	70	294	726

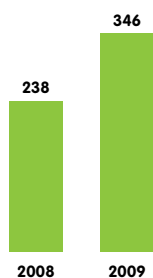


análise empresarial

Desempenho Operacional

A EDPR EU teve uma produção energética de 346 GWh em França. Este valor representa um aumento de 45% face a 2008. O crescimento anual expressivo deveu-se a um aumento da capacidade, aliado a um factor de utilização mais elevado.

EDP EU França - Evolução da Produção Anual (GWh)



EDPR França - Factor de Utilização Anual (%)



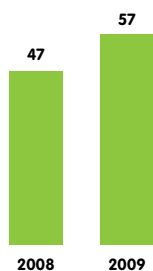
Preço de Venda da Energia/Tarifas

A tarifa média nos parques eólicos da EDPR EU França foi de 87 euros/MWh em 2009. O aumento de 18% sobre o preço de 2008, 71 euros/MWh, pode ser explicado pelo período experimental, em que houve mais potência instalada com uma tarifa reduzida.

BÉLGICA

Em 2009, a EDPR EU instalou 10 MW brutos na Bélgica, o que representa um aumento de 21% relativamente à base instalada em 2008. No final de 2009, a EDPR tinha 57 MW de capacidade bruta instalada na Bélgica.

EDPR EU Bélgica - Evolução da Capacidade Instalada (MW brutos)



A produção dos parques eólicos na Bélgica atingiu 79 GWh e registou um factor de utilização de 23%.

EDPR EU Bélgica - Evolução da Produção Anual (GWh)



EDPR EU Bélgica - Factor de Utilização Anual (%)



No final de 2009, o pipeline e os prospects da EDP Renováveis na Bélgica tinham a seguinte composição:

MW Brutos	Capacidade Instalada	Em Construção	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Em Estudo
Bélgica	57	13	0	0	37	25

POLÓNIA

A EDP Renováveis entrou no mercado polaco em Dezembro de 2007, com a aquisição do portfólio da RELAX Wind Parks, o qual incluía 1022 MW de projectos eólicos em desenvolvimento. Com esta aquisição, a EDPR EU fez a sua entrada no mercado e tornou-se um dos principais operadores do sector das energias renováveis na Polónia.

2009 foi um ano de crescimento e consolidação das operações na Polónia, designadamente através da conclusão da construção e do comissionamento do parque eólico de Margonin de 120 MW e do aumento e desenvolvimento contínuo de pipeline. No final de 2009, a EDPR EU aumentou o seu portfólio na Polónia para 1.586 MW brutos (aumento de 27%), dos quais 120 MW estão em operação.

EDPR EU Polónia - Evolução da Capacidade Instalada (MW brutos)



A conclusão da construção e o comissionamento do parque eólico de Margonin são cruciais para a consolidação das operações no mercado polaco, não só pela valia que o parque traz para a base de activos da EDPR EU, mas também pelo

valor simbólico que encerra. É o primeiro activo operacional da EDPR EU na Polónia, o maior parque eólico no país e um dos maiores da Europa. A construção teve início em 2008, e a sua conclusão cumpriu os prazos auto-impostos pela EDPR EU, o que confirma a sua capacidade de execução e cumprimento de objectivos nas fases de construção e desenvolvimento.

Em 2009, o pipeline da EDPR EU na Polónia evoluiu de 1.288 MW no final de 2008 para 1.586 MW no final de 2009, o que representou um aumento de 298 MW ou 23%. Estes números são o resultado do reforço do pipeline de projectos, aliado a avanços sólidos no desenvolvimento de projectos existentes.

No final de 2009, o pipeline e os prospects da EDP Renováveis na Polónia atingiram 1.466 MW, estruturados da seguinte forma:

MW Brutos	Capacidade Instalada	Em Construção	Em Estudo	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Em Estudo
Polónia	120	0	0	456	406	604	

ROMÉNIA

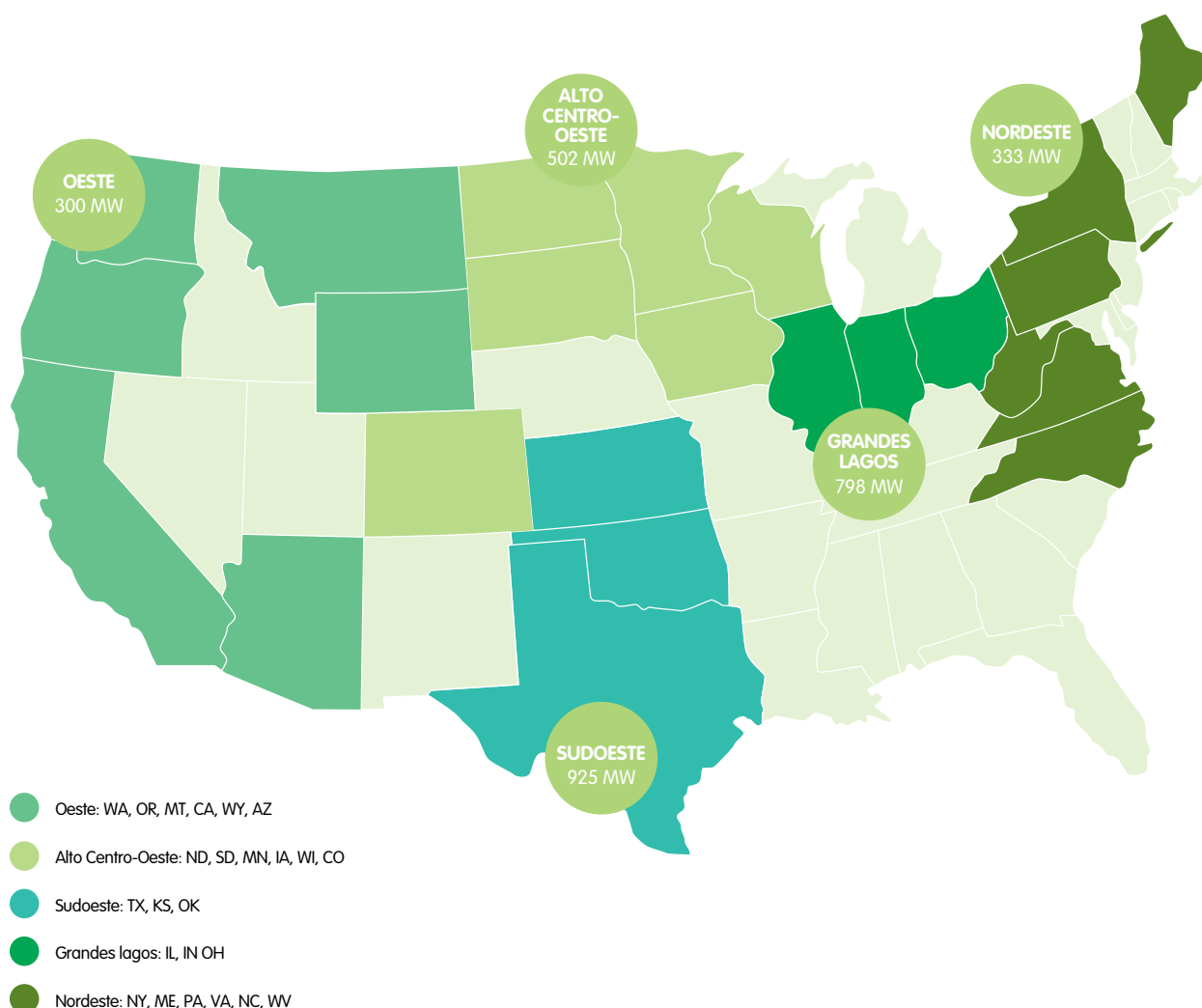
Em 17 de Outubro de 2008, a EDPR EU adquiriu 85% das empresas Renovatio Power SRL e Cernavoda Power SRL, que detêm vários projectos para a produção de energia eólica na Roménia, num total de 736 MW, em diferentes fases de desenvolvimento. No final de 2009, a EDPR EU aumentou o seu portfólio na Polónia em 841 MW brutos, incluindo 228 MW em construção e 613 MW em diferentes fases de desenvolvimento.

No terceiro trimestre de 2009, a EDPR EU iniciou a construção de 228 MW: 138 MW em Cernavoda e 90 MW em Pestera.

Para além dos parques eólicos de Pestera e de Cernavoda, que passaram para a fase de construção, vários outros projectos registaram avanços significativos.

No final de 2009, o pipeline da EDPR EU na Roménia estava estruturado da seguinte forma:

MW Brutos	Capacidade Instalada	Em Construção	Em Estudo	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Em Estudo
Roménia	0	228	0	57	0	56	500





an6lise empresarial

AM6RICA DO NORTE

Introduo6o

As actividades da EDP Renov6veis na Am6rica da Norte s6o realizadas pela sua subsidi6ria a operar nos EUA, a Horizon Wind Energy ("EDPR NA").

At6 6 data, a EDPR NA tem consolidado a sua posi6o atr6vez do desenvolvimento de projectos greenfield e de pipeline em fase inicial. Isto significa que a expans6o nos EUA foi predominantemente "org6nica".

Com sede em Houston, Texas, a EDPR NA detinha e operava, no final de 2009, 22 parques e6licos em 9 estados, com uma capacidade agregada de 2.859 MW brutos. Al6m disso, tinha ainda 99 MW em constru6o e 19.345 MW de projectos e6licos em v6rias fases de desenvolvimento no pa6s. No final de 2009, a EDPR NA possu6ia 303 colaboradores, 21 escrit6rios e estava presente em mais de 24 estados.

Principais resultados da EDPR NA em 2009:

- A EDPR NA instalou 700 MW de capacidade bruta em 2009 e tinha 99 MW adicionais de capacidade em constru6o no final do ano.
- 2009 tamb6m foi um ano de crescimento no pipeline de projectos da EDPR NA, com um aumento de 13,9% face a 2008, atingindo um total de 15.092 MW de pipeline e 4.154 MW de prospects no final do ano.
- Em 2009, a EDPR NA conseguiu assinar os seguintes Contratos de Aquisi6o de Energia (CAE) apesar do contexto dif6cil que se viveu no mercado no segundo semestre:
 - * CAE de 15 anos com a AmerenUE para a venda de energia e6lica renov6vel da segunda fase do seu parque e6lico Pioneer Prairie (102,3 MW) no estado do Iowa.
 - * CAE de 20 anos com a Empresa de Servi6os P6blicos de Oklahoma para a venda de energia e6lica renov6vel do parque e6lico Blue Canyon V (99 MW) no estado do Oklahoma.
- Em 2009, O Minist6rio das Finan6as dos Estados Unidos aprovou o financiamento de 278 milh6es de USD sob a forma de "cash grant" para aplica6o em Wheat Field (99,6 MW), Rail Splitter (100,5 MW), Meadow Lake I (199,65 MW) e Top Crop I (102 MW).
- A EDPR NA preparou e celebrou esta nova estrutura de parceria institucional nos EUA, que lhe permitiu receber um financiamento institucional em troca de uma participa6o no seu parque e6lico, e acesso ao "cash grant". Foi celebrado um primeiro acordo, em que se permutou um financiamento institucional de 101,9 milh6es de USD da JPM Capital Corporation por uma participa6o no projecto do parque e6lico de Rail Splitter (100,5 MW), instalado em Junho de 2009 no estado do Illinois. A EDPR Renov6veis celebrou ainda uma segunda parceria com a JPM Capital Corporation relativa ao parque e6lico de Lost Lakes, em que permutou um financiamento institucional de 90,9 milh6es de USD por

uma participa6o no parque e6lico de Lost Lakes (101 MW), instalado em Dezembro de 2009 no estado do Iowa.

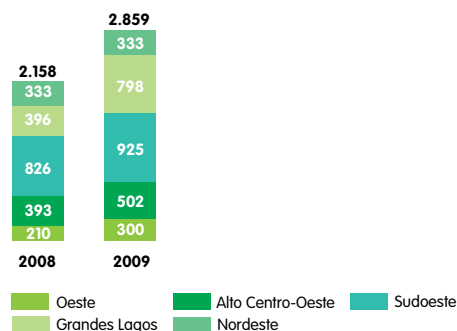
- Ao longo do ano, a EDPR NA continuou a demonstrar a sua capacidade de assegurar financiamentos com a celebra6o de uma parceria com a GE Energy Financial Services, uma unidade da GE, distribu6da por v6rios acordos. No primeiro acordo, a GE Energy Financial Services investiu 117 milh6es de USD no parque e6lico de Blue Canyon V (99 MW) no estado do Oklahoma, atr6vez de um tradicional acordo de parceria institucional PTC. No segundo acordo, a GE Energy Financial Services investiu 111 milh6es de USD para aderir a uma parceria previamente existente, Vento III, que consiste de tr6s parques e6licos no total de 604 MW: Rattlesnake Road (103 MW), no estado do Oregon; Meridian Way (201 MW), no estado do Kansas; e Pioneer Prairie (300 MW) no estado do Iowa.

Capacidade Instalada e Pipeline

No final do ano de 2009, a EDPR NA tinha 22 parques e6licos a operar, com uma capacidade agregada de 2.859 MW brutos. Al6m disso, tinha ainda 99 MW em constru6o e 19.246 MW de projectos e6licos em v6rias fases de desenvolvimento.

Desde 2008, a EDPR NA apresenta um CAGR de 32%, tendo aumentado a capacidade instalada de 2.158 MW brutos no final de 2008 para 2.859 MW brutos no final de 2009.

EDPR NA - Evolu6o da Capacidade Instalada (MW brutos)



Em 2009, a EDPR NA continuou a implementar o seu ambicioso programa de constru6o; apresenta-se em baixo o mapa de distribu6o da sua capacidade nos Estados Unidos:

A conclus6o do seu primeiro parque e6lico, Meadow Lake I (199,65 MW), no estado do Indiana, permitiu 6 EDPR NA adicionar uma nova fase ao seu portf6lio operacional, pelo que os seus projectos operacionais actuais est6o dispersos pelos seguintes nove estados: Oregon, Minnesota, Iowa, Kansas, Oklahoma, Texas, Illinois, Indiana e Nova Iorque.

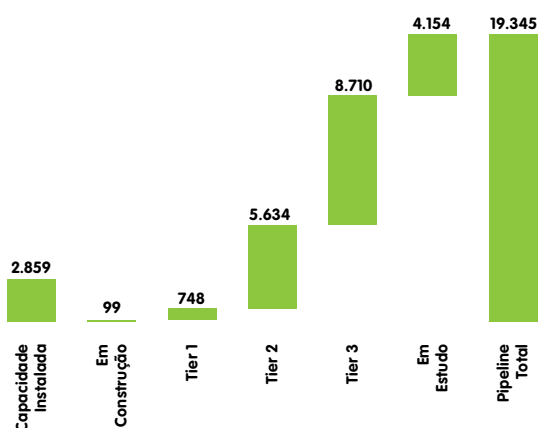
A distribu6o da capacidade da EDPR NA no pa6s 6 o resultado da sua estrat6gia de diversifica6o geogr6fica do portf6lio de projectos operacionais, que lhe permite tirar partido dos diferentes sistemas e6licos e mercados energ6ticos existentes nos EUA.

Em 2009, a EDPR NA concluiu a constru6o de 700 MW e colocou 800 MW em plena opera6o comercial. Estes projectos est6o situados nos estados do Oregon, Oklahoma, Iowa, Illinois e Indiana.

Foi ainda iniciada a construção de Meadow Lake II (99 MW), no Estado do Indiana, em Setembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009, a EDPR NA possuía um pipeline de projectos de desenvolvimento de parques eólicos no total de 15,1 GW em 24 estados, organizados em 5 regiões.

Portefólio EDPR NA - 2009 (Capacidade Instalada e Pipeline) (MW Brutos)



Em 2009, a cobertura geográfica do pipeline da EDPR NA aumentou de 19 para 24 estados, com mais de 42% nos tiers 1 e 2 no final do ano, o que constitui um portfólio vital para apoiar o crescimento nos próximos anos.

A EDPR NA tinha ainda 4.154 MW de prospects, o que demonstra o seu forte esforço e empenhamento no crescimento do seu pipeline de projectos.

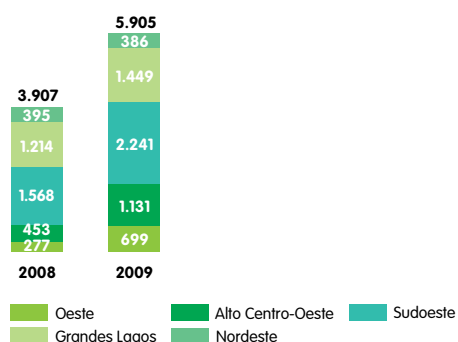
Desempenho Operacional

A expansão da capacidade instalada da EDPR NA foi responsável pelo aumento de 128 vezes da produção anual de energia eólica nos últimos 4 anos.

Em 2009, a EDPR NA produziu um total de 5.905 GWh, o que representa um crescimento da produção de 51% face a 2008, em especial devido a um ano completo de operações de projectos concluídos em 2008 e à conclusão antecipada dos projectos previstos para 2009.

O gráfico seguinte apresenta a produção para cada região em 2009 e 2008:

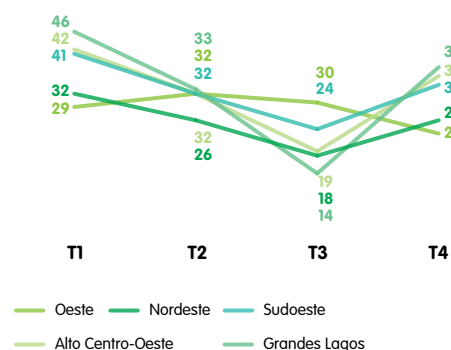
EDPR NA - Evolução da Produção Anual (EBITDA GWh)



A região do Sudoeste contribui com a maior percentagem em termos de produção, 2.241 GWh, que representam 38% da produção total em 2009. Segue-se a região de Great Lakes, com um total de 1.449 GWh, que representam 25% da produção total da EDPR NA. Em 2009, registou-se a sazonalidade típica do vento, tendo os meses de Verão do terceiro trimestre caído para níveis muito baixos em quase todos os projectos. Os projectos da EDPR NA estão distribuídos por várias regiões dos Estados Unidos, o que reduz o efeito de sazonalidade das várias regiões; por exemplo, os projectos da região Oeste recebem normalmente ventos mais fortes nos meses de Verão, o que permite reduzir a flutuação causada por ventos mais fracos, comuns noutras regiões nesta estação do ano.

O factor de utilização dos parques eólicos nos Estados Unidos foi de 32% em 2009, face a 34% no ano transacto. O decréscimo no CFL médio deve-se principalmente a uma diminuição genérica dos recursos eólicos no país em 2009.

EDPR NA - 2009 - Factor de Utilização Trimestral, por Mercado (%)



A disponibilidade média durante o ano foi de 93%, afectada sobretudo pelos defeitos de fabrico de série em dois dos parques eólicos recentemente construídos. Estes problemas estavam totalmente ultrapassados no início do quarto trimestre, o que permitiu alcançar uma disponibilidade média de 97%. As reduções de disponibilidade estão financeiramente cobertas pelas actuais garantias dos fabricantes e o crédito é contabilizado como outras receitas operacionais, que totalizaram 16,7 milhões de USD.

Preço de Venda da Energia/Tarifas

A EDPR NA vende a electricidade produzida pelos seus parques eólicos através de Contratos de Aquisição de Energia (CAE), no mercado de electricidade à vista ("vendas ao mercado") e através de derivados de cobertura de curto e longo prazo.

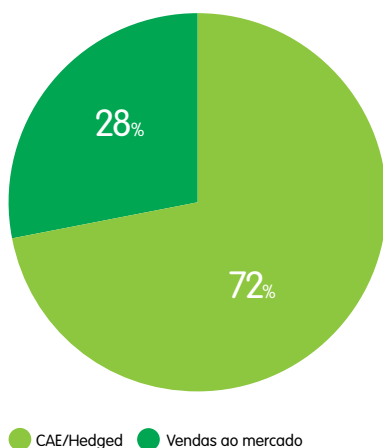
Normalmente, as vendas ao mercado não exigem a execução de contratos de venda de energia; no entanto, foram executadas coberturas para uma percentagem das vendas ao mercado, com o objectivo de fixar o preço de venda e, desse modo, conferir estabilidade aos fluxos de caixa futuros.



análise empresarial

O gráfico seguinte sintetiza o pacote de capacidade da EDPR NA por tipo de estrutura de venda de energia.

EDPR - 2009 - Pacote de Capacidade Instalada por Vendas de Energia



EBITDA MWs	Capacidade instalada	Em construção
CAE/Hedged	1.888	
Preço de Mercado	735	99
Total	2.624	99

Da capacidade operacional total, 72% são contratados ao abrigo de CAE ou alocados a derivados de cobertura, o que permite usufruir de preços estáveis a longo prazo. Apenas 28% da capacidade não estão contratados, o que representa uma baixa exposição ao risco associado aos preços.

No final de 2009, 34% da capacidade foram contratados para prazos superiores a 15 anos, como se resume no quadro seguinte.

Duração do Contrato	% Capacidade
<10 anos	43
10-15 anos	23
>15 anos	34

Este conjunto diversificado de durações resulta em prazos médios de 15 anos.

Em 2009, a EDPR NA registou vendas de energia num total de 284 milhões de USD, tendo-se registado um preço médio de 48,2 USD/MWh, que resulta da combinação de 52,4 USD/MWh para a produção CAE/coberta e de 29,8 USD/MWh para a parte comercial.

A EDPR NA gerou ainda receitas associadas às parcerias institucionais existentes, que se compõem de PTC e de outras receitas conexas no valor de 114 milhões de USD.

AMÉRICA DO SUL

BRASIL

Perante um mercado com tão elevado potencial de crescimento como o Brasil, a EDPR criou, em Junho de 2008, uma joint-venture com a EDP – Energias do Brasil, denominada EDP Renováveis Brasil (EDPR SA).

A EDPR SA explora activamente novas possibilidades promissoras e estabelece parcerias frutuosas como via para inscrever a empresa de forma sustentável num futuro de crescimento. Para além da criação de oportunidades de crescimento, a EDPR SA gere dois parques eólicos em operação e prevê iniciar a construção de um parque eólico de 70 MW no princípio de 2010.

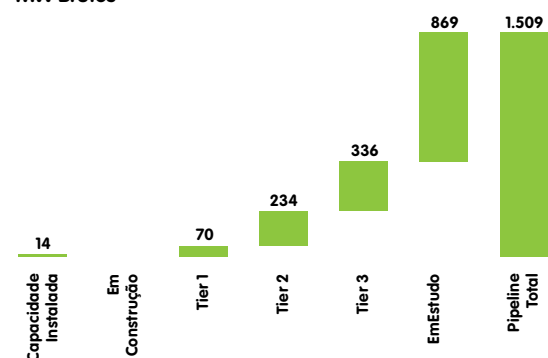
A exploração está centrada nas regiões do Nordeste e do Sul do país, que apresentam um factor de utilização superior quando comparado com o resto do país.

Principais resultados da EDPR SA em 2009:

- Em Fevereiro de 2009, a EDPR SA fechou o contrato da sua primeira aquisição no Brasil, a CENAEEL, que tem uma capacidade operacional instalada de 14 MW. Este parque eólico caracteriza-se por ser um dos primeiros com capital privado e um dos primeiros projectos PROINFA no Brasil.
- Adicionalmente, em Julho de 2009, a EDPR SA, numa outra operação de F&A, adquiriu 100% do controlo da ELEBRÁS Projetos Ltda, com um portfólio de 533 MW, incluindo um parque eólico de 70 MW de Tier 1, o parque eólico de Tramandaí.
- Com um pipeline de projectos total superior a 1.500 MW, em Outubro de 2009, a EDPR SA apresentou 254 MW ao segundo leilão de energia de reserva, após a concessão de uma licença ambiental (Licença Prévia) para o projecto linhares (153 MW) no estado de Espírito Santo.
- A EDPR SA fechou um contrato com a ENERCON (Wobben Brazil) para o fornecimento de aerogeradores ao projecto Tramandaí (70 MW) e obteve um crédito de curto prazo no valor de 200 milhões de reais concedido pelo Banco do Brasil.

Capacidade Instalada e Pipeline

Portefólio EDPR SA - 2009 (Capacidade Instalada e Pipeline) MW Brutos



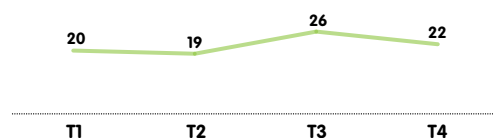
Para além dos 14 MW em operação, existem 70 MW do parque eólico de Tramandaí prontos a construir (Tier 1) e 1.439 MW de pipeline adicional em diferentes fases de desenvolvimento.

Desempenho Operacional

No que diz respeito ao desempenho dos activos operacionais, os parques eólicos de Água Doce e Horizonte (um total de

14 MW) atingiram uma produção total de 26,2 GWh graças a elevados níveis de disponibilidade e a um factor de utilização médio de 22%.

Factor de Utilização Trimestral da EDPR SA em 2009 (%)



A qualidade do vento foi influenciada pela sazonalidade do Brasil, que é especialmente elevada no terceiro trimestre, tendo atingido níveis de 26%. A tarifa média para todo o ano foi de 259,67 reais/MWh.



análise empresarial

MILFORD, IA

1510 Okoboji Avenue
Milford - 51351 IA
TI: 001 712 338 2811

DENVER, CO

1526 Blake Street, Suite 200
Denver - 80202 CO
TI: 001 303 568 1700

BERKELEY, CA

1600 Shattuck Ave, Suite 222
Berkeley - 94709 CA
TI: 001 510 704 8152

REGIÃO OESTE

53 SW Yamhill Street
Portland - 97204 OR
TI: 001 503 222 9400

ELLENSBURG, WA

1206 N. Dolarway, Suite 118
Ellensburg - 98926 WA
TI: 001 509 962 1122

NOVAS INICIATIVAS

332 South Michigan Avenue, Suite 200
Chicago - 60604 IL
TI: 001 312 435 1295

REGIÃO GREAT LAKES

131 N. Williamsburg Drive
Bloomington - 61704 IL
TI: 001 309 829 8211

SEDE

808 Travis St., Suite 700
Houston - 77002 TX
TI: 001 713 265 0350

SILVERTON, TX

501 Main Street
Silverton - 79257 TX
TI: 001 806 823 2122

KANSAS CITY, KS

15050 Antioch Road, Suite 103
Overland Park - 66221 KS
TI: 001 913 402 1020

EDMOND, OK

1741 W. 33rd Street, Suite 100
Edmond - 73013 OK
TI: 001 405 844 6625

BROOKSTON, IN

109 West 3rd Street
Brookston - 47923 IN
TI: 001 765 563 0005

INDIANAPOLIS, IN

129 East Market Street, Suite 1200
Indianapolis - 46204 IN
TI: 001 317 636 0866

PRESQUE ISLE, ME

34 North Street, Suite 5
Presque Isle - 4769 ME
TI: 001 207 760 9300

PHILADELPHIA, PA

1055 Westlakes Drive, 3rd Floor
Berywn - 19312 PA

REGIÃO CENTRO-OESTE SUPERIOR

400 First Avenue North, Suite 535
Minneapolis - 55401 MN
TI: 001 612 767 6241

CHURUBUSCO, NY

148 State Route 189
Churubusco - 12923 NY
TI: 001 518 497 0033

REGIÃO NORDESTE

52 James Street, 4th Floor
Albany - 12207 NY
TI: 001 518 426 1650

FREDONIA, NY

One Park Place, Suite 227
Fredonia - 14063 NY
TI: 001 716 679 4796

PERRY, NY

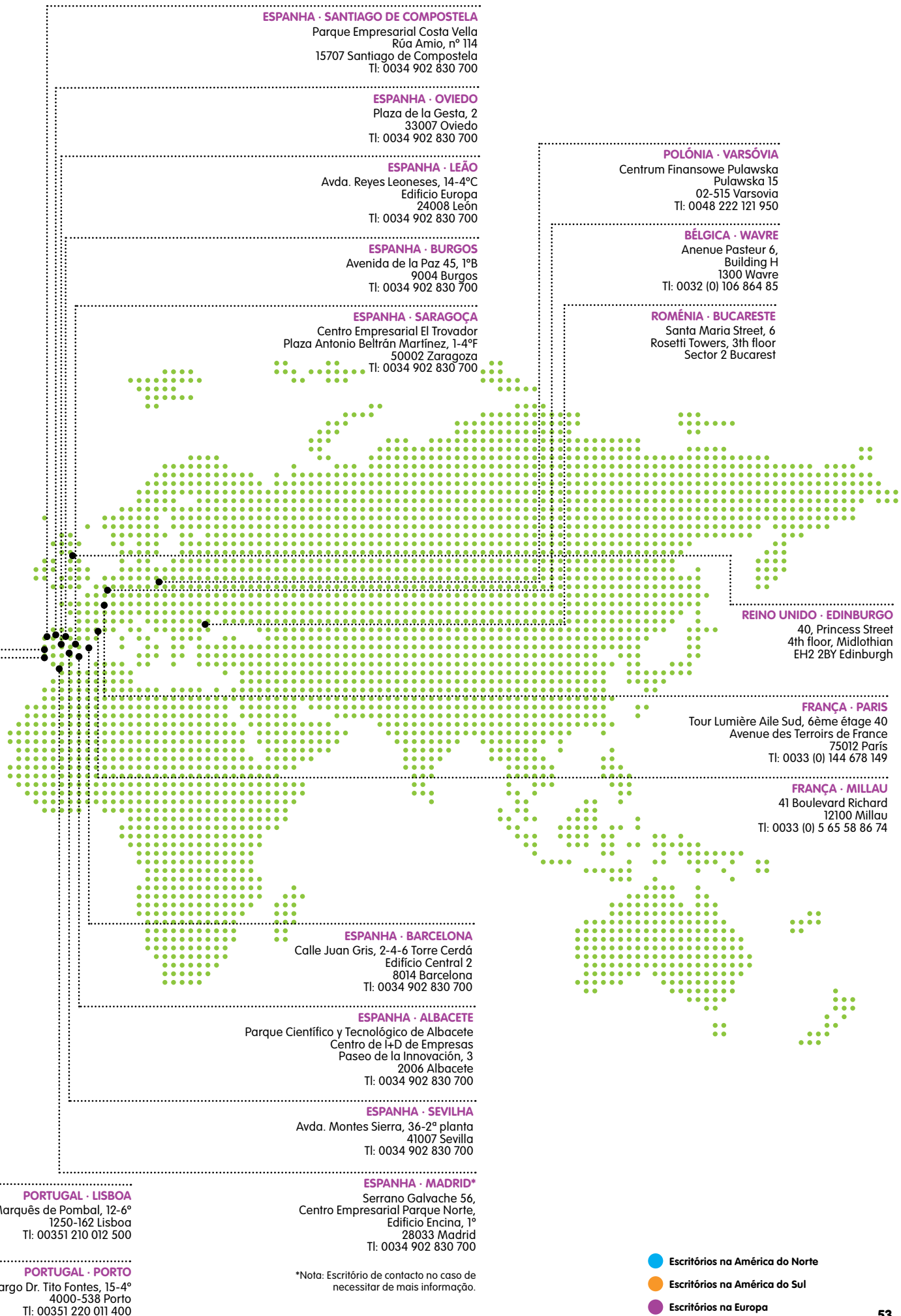
2 Borden Avenue, Suite 203
Perry - 14530 NY
TI: 001 585 237 0040

VAN WERT, OH

145 E. Main Street
Van Wert - 45891 OH
TI: 001 419 238 0359

BRASIL - SÃO PAULO

Rua Bandeira Paulista 530,
Conjunto 101 Itaim Bibi
45891 São Paulo - BR
TI: 55 11 2185 5522





análise financeira

- 56 EDP RENOVÁVEIS**
 - 57 Investimento Operacional
 - 58 Dívida Financeira
 - 58 Parcerias Institucionais
 - 59 Custos Financeiros Líquidos
- 59 EDP RENOVÁVEIS EUROPA**
 - 60 Espanha
 - 60 Portugal
 - 60 Resto da Europa
- 61 EDP RENOVÁVEIS AMÉRICA DO NORTE**





análise financeira

1. EDP RENOVÁVEIS

O Resultado Líquido da EDP Renováveis atingiu os 114,3 milhões de euros em 2009, face a 104,4 milhões de euros em 2008.

O resultado líquido do grupo cresceu 10%, beneficiando da elevada margem bruta e do desempenho do EBITDA, assim como das reduções nos custos financeiros e nos impostos.

Demonstração de Resultados Consolidada (€ M)	2009	2008	Δ%
Receitas	648	532	22%
Custos directos da Actividade	-6	-12	49%
Margem Bruta	642	520	23%
Outros proveitos - parcerias com invest. Instit. (EUA)	83	61	35%
Margem Bruta Ajustada	725	581	25%
Fornecimentos e serviços externos	148	107	39%
Custos com pessoal	43	38	12%
Outros custos/(proveitos) operacionais	-9	-2	-481%
Custos Operacionais	182	144	27%
EBITDA	543	438	24%
EBITDA/Margem Bruta Ajustada	75%	75%	-0pp
Provisões para riscos e encargos	0	-1	77%
Amortizações	314	208	51%
Compensação amort. activo subsidiado	-2	-1	-245%
EBIT	231	232	0%
Ganhos/(perdas) na alienação de activos financeiros	0	2	-89%
Resultados financeiros	-72	-77	6%
Ganhos/(perdas) em associadas	4	4	-12%
Resultados antes de impostos	163	161	1%
IRC e impostos diferidos	-45	-49	9%
Ganhos/(perdas) na alienação de actividades descontinuadas	0	0	-%
Resultado Líquido do Exercício	118	112	5%
Accionistas EDPR	114	104	10%
Interesses Minoritários	3	8	-56%

Activos (€ M)	2009	2008
Activos fixos tangíveis	8.635	7.142
Activos intangíveis	1.336	1.328
Investimentos financeiros	60	53
Impostos diferidos activos	28	22
Inventários	11	12
Clientes (líquido)	106	83
Outros devedores (líquido)	637	512
Activos financeiros detidos para negociação	37	36
Activos detidos para venda	0	1
Caixa e equivalentes	444	230
Total activo	11.294	9.419

Capital Próprio (€ M)	2009	2008
Capital + Prémios de emissão	4.914	4.914
Resultados e outros reservas	192	89
Resultado líquido atribuível aos accionistas EDPR	114	104
Interesses minoritários	107	92
Total do Capital Próprio	5.328	5.199

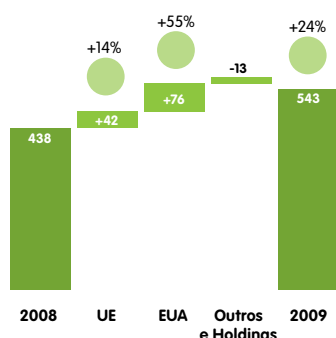
Passivo (€ M)	2009	2008
Dívida financeira	2.673	1.462
Passivo com Investidores Institucionais	1.354	1.097
Provisões para riscos e encargos	67	51
Impostos diferidos passivos	343	317
Credores e outros passivos (líquido)	1.529	1.293
Total do Passivo	5.966	4.220
Total do Capital Próprio e Passivo	11.294	9.419

Em 2009, o EBITDA atingiu os 543 milhões de euros, face a 438 milhões de euros em 2008, o que representa um aumento anual de 24%.

A Margem Bruta aumentou 25%, atingindo os 725 milhões de euros, suportada por uma maior produção de electricidade de 10.907 GWh (+40% no período), e de uma gestão de risco activa da carteira da EDP Renováveis, o que permitiu uma redução na exposição à volatilidade dos preços de mercado. O excelente desempenho, conjugado com a manutenção dos níveis de

eficiência atingidos no período, resultou num aumento de 24% no EBITDA e uma margem EBITDA de 75%.

EBITDA Decomposição do Crescimento (€M)



Na Europa, a EDP Renováveis atingiu um EBITDA de 348 milhões de euros, o que representa um aumento de 14% no período, com a margem EBITDA a subir 0,9 pontos percentuais, face ao valor de 79,8% registado em 2008. A margem bruta aumentou 12% no período, para 436 milhões de euros, no seguimento: i) do aumento de 28% na produção de electricidade, para os 4.975 GWh; e ii) da estabilização dos factores de utilização, inalterados em 2009 em 26%; embora iii) parcialmente compensado por um ambiente desfavorável do preço de electricidade no mercado espanhol. Os custos operacionais aumentaram 7% no período, para os 88 milhões de euros, em resultado: i) do aumento nos custos com fornecimentos e serviços, das maiores despesas com O&M resultantes do crescimento continuado e forte da actividade, sendo compensados ii) pela redução nos custos com o pessoal após a transferência de efectivos e ajustamentos nas provisões; e iii) menores "outros custos gastos/proveitos" dada a recuperação dos rendimentos para compensar os menores níveis de disponibilidade verificados em 2009.

Nos EUA, o EBITDA atingiu 214 milhões de euros, o que representa um aumento de 55% no período, beneficiando do desempenho da Margem Bruta Ajustada e do menor crescimento dos custos operacionais. A Margem Bruta cresceu 55% no período, atingindo os 204 milhões de euros, o que reflecte o crescimento de 51% na produção de electricidade, alavancada pelos novos 700 MW instalados nos últimos 12 meses e pelo comportamento estável dos preços no período.

INVESTIMENTO OPERACIONAL

O investimento operacional em 2009 totalizou 1.846 milhões de euros, dos quais 1.014 milhões de euros na Europa e 826 milhões de euros nos Estados Unidos, reflectindo a conclusão de 1,2 GW e os 739 MW em construção.

Capex (€ m)	2009	2008
Espanha	561	684
Portugal	102	85
Resto da Europa e Outros	351	123
Europa	1.014	893
EUA	826	1.198
América do Sul	6	-
Total	1.846	2.091

Do total do investimento operacional em 2009, 607 milhões de euros estão unicamente relacionados com capacidade

em construção e desenvolvimento em Dezembro de 2009, dos quais 65 milhões de euros estão relacionados com o adiantamento de aerogeradores.

É importante realçar que as obras em curso relacionadas com capacidade em construção e desenvolvimento totalizaram 1.116 milhões de euros, reflectindo o investimento operacional já incorrido com estes projectos, dos quais 752 milhões de euros estão unicamente relacionados com actividades de construção.

Conforme é possível verificar na Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentado abaixo, o forte programa de investimentos foi maioritariamente financiado através da geração de fluxo de caixa, monetarização de créditos fiscais nos EUA e dívida financeira.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada (€ m)	2009
Resultado Líquido antes de interesses minoritários	118
Amortizações e provisões líquidas	312
Outros ajustamentos e variações não financeiras	-107
Impostos	45
FFO	368
Juros financeiros líquidos	50
Variação de fundo de maneiro	-25
Cash flow operacional	392
Investimentos operacionais de expansão e financeiros	-1.963
Variação de fundo de maneiro de fornecedores de imobilizado	116
Cash Grant	156
Cash flow operacional líquido	-1.299
Juros financeiros líquidos pagos	-50
Recebimentos antecipados de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	334
Outros	-49
Redução / (Aumento) da Dívida Líquida	-1.064

Os principais movimentos de fluxo de caixa que influenciaram a dívida líquida foram:

- Fluxo de caixa operacional de 392 milhões de euros: i) o fluxo de caixa depois de impostos e corrigido de custos financeiros, dos quais a maioria dos itens não financeiros está relacionada com a venda de participações em parcerias institucionais, e ii) variação de 25 milhões de euros no capital circulante;
- Actividades de investimento de 1,8 mil milhões de euros, reflectindo os investimentos operacionais e financeiros, ajustados pelo capital circulante de fornecedores de imobilizado e pelos subsídios estatais ("cash grants") recebidos nos EUA;
- "Cash grants" de 156 milhões de euros (217 milhões de dólares) recebidos do Departamento do Tesouro norte-americano, relacionados com 398 MW, distribuídos pelos parques eólicos Wheat Field (97 MW), Top Crop I (102 MW) e Meadow Lake I (200 MW);
- Custos financeiros líquidos de 50 milhões de euros: essencialmente relativos a encargos efectivos com juros líquidos, ainda não capitalizados, e excluindo os custos financeiros com parcerias institucionais (não cash);
- Recebimentos de 334 milhões de euros de parcerias institucionais (471 milhões de dólares): relacionados com as receitas da segunda fase de instalação do projecto



análise financeira

Vento III (50 milhões de dólares); da venda de uma participação adicional no Vento III (111 milhões de dólares); de uma estrutura de parceria institucional que incorpora a MACRS e a PTC no parque eólico Blue Canyon V (117 milhões de dólares); e de estruturas de parceria institucional que incorporam a MACRS e o "cash grant" nos parques eólicos Rail Splitter e Lost Lakes (193 milhões de dólares).

No total, a Dívida Líquida aumentou para os 1.064 milhões de euros, reflectindo a forte actividade de investimento no período relacionada com a adição de 1.175 MW novos e 739 MW em construção.

DÍVIDA FINANCEIRA

No final de 2009, a dívida consolidada totalizava 2.673 milhões de euros, dos quais 80% eram relativos a empréstimos junto de empresas do Grupo EDP, realizados por 10 anos e com uma taxa fixa, enquanto a dívida externa a instituições financeiras está principalmente relacionada com projectos de financiamento com um perfil de longo prazo.

A principal fonte de financiamento da EDP Renováveis é constituída por empréstimos com o Grupo EDP. No âmbito do acordo-quadro entre a EDP Renováveis e a EDP, a empresa celebrou diversos acordos financeiros com a EDP, incluindo contratos de empréstimo e empréstimos em conta corrente.

Dívida Líquida (€m)	2009	2008
Empréstimos bancários e outros	541	560
Dívida com empresas do Grupo EDP	2.131	902
Dívida Financeira	2.673	1.462

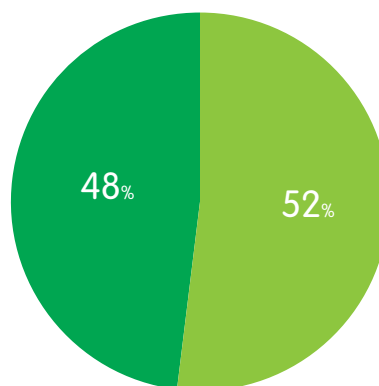
A Dívida Líquida Consolidada aumentou para 2.134 milhões de euros em 2009, face aos 1.069 milhões de euros registados no final de 2008, reflectindo essencialmente o investimento operacional realizado no período. A posição de caixa e equivalentes inclui 444 milhões de euros de caixa e equivalentes, 59 milhões de euros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo EDP e 37 milhões de euros em activos financeiros detidos para negociação.

Dívida Líquida (€m)	2009	2008
Empréstimos bancários e outros	541	560
Dívida com empresas do Grupo EDP	2.131	902
Dívida Financeira	2.673	1.462
Caixa e equivalentes	443	229
Empréstimos a empresas associadas	59	127
Activos financeiros detidos para negociação	37	35
Caixa e Equivalentes	539	393
Dívida Líquida	2.134	1.069

Em Dezembro de 2009, 48% da dívida da EDP Renováveis estava denominada em dólares norte-americanos, a reflectir os investimentos realizados pela empresa nos EUA. A EDP Renováveis financia-se em dólares para os investimentos a realizar nos EUA, reduzindo a sua exposição financeira a variações cambiais. A dívida denominada em dólares foi integralmente contratada com a EDP.

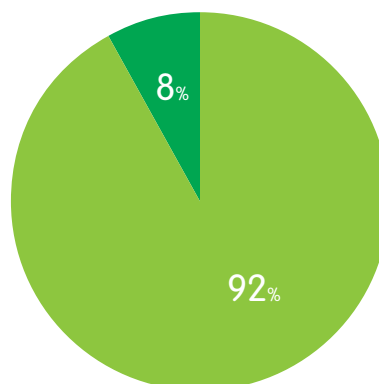
Reflectindo os acordos de financiamento com a EDP, 92% da dívida financeira da EDP Renováveis foi negociada a taxa fixa. A EDP Renováveis segue uma estratégia de financiamento a taxa fixa de longo prazo, procurando igualar o perfil dos fluxos de caixa operacionais e os custos financeiros.

Dívida por Divisa



● EUR ● USD

Dívida por Taxa



● Fixa ● Variável

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Por forma a utilizar na totalidade os benefícios fiscais disponíveis para a EDP Renováveis nos EUA, a empresa desenvolve estruturas de parceria com investidores institucionais, que podem incluir apenas um ou um portfólio de projectos eólicos. Essas parcerias criam dois tipos de acções que conferem os benefícios fiscais e outros benefícios entre os dois tipos: as acções que a empresa detém são geralmente designadas por "participações de Classe A" e as acções de investidores institucionais são geralmente designadas por "participações de Classe B". Os investidores institucionais fazem investimentos iniciais na estrutura e, em troca, recebem os benefícios fiscais e uma parte dos fluxos de caixa operacionais e do lucro gerado pelos parques eólicos. A empresa retém a maior parte dos fluxos de caixa operacionais gerados, bem como o controlo de gestão e operacional correntes.

Passivo: Parcerias com investidores institucionais (€M)	2009	2008
Parcerias com investidores institucionais	1.354	1.097
(-) Provento diferido	-434	-202
(-) Caução de depósitos	-85	-43
Passivo ajust. parcerias com investidores institucionais	835	852

Em 2009, o passivo com parcerias institucionais nos EUA diminuiu para 835 milhões de euros, face a 852 milhões de euros em 2008, reflectindo a amortização desse passivo e os benefícios já realizados pelos investidores institucionais,

assim como o impacto positivo das conversões cambiais. Estes dois efeitos foram compensados pelas novas parcerias institucionais acordadas ao longo de 2009. Os rendimentos não recorrentes diferidos estão relacionados com benefícios fiscais já atribuídos aos investidores institucionais e a serem reconhecidos na demonstração de resultados no futuro.

Em 2009, a EDP Renováveis criou com sucesso diversas estruturas de benefícios fiscais:

- No primeiro trimestre de 2009, foram recebidos 50 milhões de dólares relativos à segunda tranche da estrutura institucional do Vento III. O Vento III foi criado em Dezembro de 2008 para 604 MW detidos pela EDP Renováveis nos EUA, compreendendo os parques eólicos Rattlesnake, Pioneer Prairie e Meridian Way, sendo que 215 milhões de dólares já tinham sido financiados em 2008 pelo JP Morgan e pela New York Life.
- 102 milhões de dólares recebidos em Setembro de 2009, relacionados com o financiamento institucional da JPM Capital Corporation, em troca de um interesse económico no parque eólico Rail Splitter (101 MW). O acordo institucional proporciona ao investidor o acesso aos benefícios associados ao esquema de amortização acelerada dos activos (MACRS) e ao “cash grant”.
- 228 milhões de dólares recebidos em Outubro de 2009 e relacionados com a assinatura de duas parcerias institucionais com a GE Energy Financial Services (“GEFS”). Do valor total do investimento, 111 milhões de dólares referem-se à venda de uma participação adicional na estrutura institucional Vento III e 117 milhões de dólares estão associados à estrutura de parceria para o parque eólico Blue Canyon V. O parque eólico Blue Canyon V (99 MW), no Oklahoma, possui uma taxa de utilização esperada superior a 40% e está já estabelecido um PPA com a Public Service Company of Oklahoma. Dada a economia dos parques eólicos e de acordo com a Lei de Recuperação e Reinvestimento de 2009 (“American Recovery and Reinvestment Act”), a EDP Renováveis terá direito a receber o Production Tax Credit (“PTC”) do projecto e estabeleceu uma estrutura de parceria institucional com a GEFS para otimizar a sua eficiência fiscal e obter os benefícios fiscais associados.
- 91 milhões de dólares recebidos em Dezembro de 2009, relacionados com financiamento institucional da JPM Capital Corporation, em troca de uma participação parcial no parque eólico Lost Lakes (101 MW). O investimento institucional proporciona ao investidor o acesso aos benefícios associados à amortização acelerada dos activos (MACRS) e ao “cash grant”.

CUSTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os encargos financeiros líquidos reflectem essencialmente os juros com empréstimos do Grupo EDP e empréstimos bancários, bem como os custos acrescidos com o Passivo das Parcerias Institucionais.

Resultados Financeiros (€ m)	2009	2008	Δ%
Custos financeiros líquidos	-87	-49	-79%
Custos com parcerias com investidores institucionais	-54	-44	-24%
Custos capitalizados	75	39	90%
Outros	-6	-24	76%
Total	-72	-77	6%

Os encargos financeiros de 2009 foram de 72 milhões de euros, um valor 6% inferior aos 77 milhões de euros registados em 2008, reflectindo os menores custos financeiros não relacionados com juros. Os encargos líquidos com juros e os encargos com as parcerias institucionais (não cash) aumentaram no período, dada a maior dívida líquida média e o passivo das parcerias institucionais. Os encargos financeiros associados à construção dos parques eólicos estão a ser capitalizados.

Em Dezembro de 2009, a taxa de juro média era de 4,8%, acima dos 4,6% registados em Dezembro de 2008, reflectindo um aumento dos spreads contratados com a EDP para novos endividamentos.

2. EDP RENOVÁVEIS EUROPA

A EDP Renováveis aumentou em 376 MW a sua capacidade instalada em 2009, encerrando o ano com 2.853 MW operacionais.

A EDP Renováveis EU, cuja capacidade está distribuída por Espanha, Portugal, França, Bélgica e Polónia, atingiu uma margem bruta de 436 milhões de euros, aumentando 12,2% face aos 389 milhões de euros registados em 2008.

Relativamente ao ano de 2008, a produção eléctrica cresceu 28% em 2009, atingindo os 4.975 GWh e beneficiando da actual capacidade instalada de 2.853 MW (+376 MW no período) e de um factor de utilização médio de 26%. O preço de venda médio caiu 11%, para os 87,2€/MWh, influenciado pela redução do preço no mercado espanhol.

O forte desempenho da margem bruta deveu-se: (i) ao aumento de 28% na produção de electricidade, para os 4.975 GWh; e (ii) ao factor de utilização estável, inalterado em 26% no ano de 2009; embora parcialmente compensado pelo (iii) ambiente desfavorável dos preços no mercado espanhol.

Os custos operacionais aumentaram 7% no período, atingindo os 88 milhões de euros, em resultado: i) do aumento nos custos com fornecimentos e serviços, das maiores despesas com O&M devidas ao crescimento continuado e forte da actividade, sendo compensados ii) pela redução nos custos com o pessoal após a transferência de efectivos e ajustamentos nas provisões; e iii) menores “outros custos/(proveitos)” dada a recuperação dos rendimentos para compensar os menores níveis de disponibilidade verificados em 2009.

O EBITDA atingiu os 348 milhões de euros, aumentando 14% face aos 307 milhões de euros alcançados em 2008. Uma evolução que beneficiou com o aumento da margem bruta e com uma gestão eficiente dos custos operacionais.



análise financeira

Demonstração de Resultados (€M)	2009	2008	Δ%
Receitas	441	401	10%
Custos directos da actividade	-5	-12	57%
Margem Bruta	436	389	12%
Fornecimentos e serviços externos	69	56	23%
Custos com pessoal	14	19	-26%
Outros custos / (proveitos) operacionais	5	8	-28%
Custos Operacionais	88	82	7%
EBITDA	348	307	14%
EBITDA/Margem Bruta	1	1	+1pp
Provisões para riscos e encargos	0	-1	77%
Amortizações	154	120	28%
Compensação amort. activo subsidiado	-1	-1	-17%
EBIT	195	188	4%

2.1. ESPANHA

Em Espanha, a capacidade instalada aumentou 169 MW, o que, em conjunto com um factor de utilização superior ao do mercado, levou a um crescimento de 24,3% na produção de electricidade para 3.275 GWh.

Em 2009, à semelhança da tendência observada nos anos anteriores, a EDP Renováveis continuou a atingir um factor de utilização acima do mercado: +150 pbs para a EDP Renováveis, o que revela a qualidade superior dos activos. O factor de utilização superior à média atingido pela empresa constitui uma clara vantagem concorrencial, permitindo-lhe maximizar o valor do investimento.

A tarifa média da EDP Renováveis atingida no mercado espanhol durante 2009 situou-se nos €35 /MWh, um valor 44% inferior ao registado em 2008 (€62/MWh). No entanto, o preço de venda da EDP Renováveis situou-se num nível muito mais estabilizado, tendo caído apenas 17% com a decisão de cobrir em 2009 a sua exposição ao preço de mercado, através de uma gestão activa do risco do seu portefólio. Em 2009, a EDP Renováveis beneficiou com a venda de contratos forward fixados a preços superiores aos do mercado (€47/MWh vs €35/MWh), para cerca de 2.000 GWh. Tal estratégia resultou num ganho de 19 milhões de euros face à queda dos preços de mercado. Dos 3.275 GWh produzidos em Espanha em 2009, 82% representam o montante da produção protegida através da cobertura ou pelo preço floor implícito no preço de mercado e 18% correspondem ao montante da produção que está exposta.

Assim, conjugando as adições de capacidade de 2009, os factores de utilização acima da média e os preços em queda da energia, que foram parcialmente compensados por uma gestão activa do risco de preço, a margem bruta cresceu 3% para os 273 milhões de euros.

Os custos operacionais aumentaram 38%, para 48 milhões de euros, reflectindo o aumento das despesas de O&M no seguimento do forte crescimento da actividade.

Em resumo, o EBITDA em Espanha diminuiu 2,1%, para 225 milhões de euros, com a margem EBITDA a descer para os 82,3%.

Demonstração de Resultados (€M)	2009	2008	Δ%
Margem Bruta	273	265	3%
Custos Operacionais	48	35	38%
EBITDA	225	230	-2%
EBITDA/Margem Bruta	82%	87%	(4pp)

2.2. PORTUGAL

Em Portugal, a EDP Renováveis instalou 42 MW em 2009, encerrando o ano com uma capacidade operacional de 595 MW.

A produção de electricidade da EDP Renováveis em Portugal aumentou 24% para 1.275 GWh, devido à nova capacidade instalada e ao aumento do factor de utilização para 28%.

Os preços médios da electricidade aumentaram 1% no período, para os €94,5/MWh. Portugal é um mercado regulamentado, que proporciona uma tarifa feed-in estável e, em resultado, oferece níveis de remuneração robustos e consistentes.

Este efeito, conjugado com o aumento do factor de utilização, e tomando igualmente em consideração os novos MW instalados em 2009, produziu uma margem bruta de 123 milhões de euros, o que representa um aumento de 26% relativamente a 2008.

Os custos operacionais situaram-se nos 22 milhões de euros em 2009, tendo permanecido estáveis comparativamente ao ano anterior.

Assim, em 2009, o EBITDA aumentou 33% para 102 milhões de euros, destacando Portugal como um contribuinte importante para o crescimento do EBITDA da EDP Renováveis.

Demonstração de Resultados (€M)	2009	2008	Δ%
Margem Bruta	123	98	26%
Custos Operacionais	22	22	-1%
EBITDA	102	76	33%
EBITDA/Margem Bruta	83%	78%	+5pp

2.3. RESTO DA EUROPA

A divisão Resto da Europa da EDP Renováveis compreende a França, a Bélgica, a Polónia e a Roménia. No final de 2009, a EDP Renováveis tinha activos a operar em França, na Bélgica e na Polónia, enquanto na Roménia já iniciou a construção do seu primeiro parque eólico.

A capacidade instalada no Resto da Europa cresceu 165 MW, com 35 MW instalados na França, 10 MW na Bélgica e 120 MW na Polónia. Vale a pena realçar que, apesar de não terem contribuído para a produção de 2009, os novos 120 MW na Polónia adicionaram uma nova localização geográfica à capacidade operacional da EDP Renováveis.

A produção de electricidade aumentou uns robustos 79%, para 426 GWh, face aos 238 GWh de 2008, devido ao forte aumento da capacidade no período. O factor de utilização médio de 2009 situou-se nos 23%, em linha com o ano de 2008, com o forte recurso eólico registado no quarto trimestre de 2009 a compensar os valores inferiores à média registados durante os restantes períodos do ano.

A tarifa final aumentou para €89,7/MWh em 2009, o que representa um aumento de 27% no período. Este aumento resulta quer de uma tarifa estável no mercado francês (que cresce a uma taxa indexada à inflação), quer do aumento da importância do mercado belga no conjunto do portfólio do Resto da Europa, pois beneficia de uma tarifa elevada com baixo risco através de acordos a longo prazo de venda de energia (PPA, ou “power purchase agreements”).

Em 2009, a margem bruta do Resto da Europa aumentou uns significativos 130% no período, para 39 milhões, em resultado de um aumento de 79% na produção de electricidade, conjugado com uma apreciação de 27% na tarifa final média. O EBITDA aumentou 147% no período, atingindo os 27 milhões de euros.

Demonstração de Resultados (€M)	2009	2008	Δ%
Margem Bruta	39	17	130%
Custos Operacionais	12	6	99%
EBITDA	27	11	147%
EBITDA/Margem Bruta	69%	64%	+5pp

3. EDP RENOVÁVEIS AMÉRICA DO NORTE

A EDP Renováveis NA encerrou o ano de 2009 com uma capacidade instalada de 2.624 MW, mais 700 MW do que no ano anterior. A produção de electricidade aumentou 51% em 2009, atingindo um total de 5.905 GWh, em resultado do forte aumento da capacidade instalada. O factor de utilização médio no período atingiu os 32%, situando-se ligeiramente abaixo da média esperada, principalmente afectado por um menor recurso eólico nos últimos trimestres do ano.

O preço médio da electricidade em 2009 foi de \$48,2/MWh, 1,6% abaixo do alcançado em 2008, devido i) ao menor preço de venda alcançado pelos parques eólicos expostos aos preços de mercado; mas compensado ii) por um aumento de 8,4% no período para \$52,4/MWh no preço médio da electricidade dos parques eólicos com PPA ou vendas cobertas, reflectindo os últimos PPA assinados nos EUA relacionados com projectos que tenham iniciado as suas operações nos últimos 12 meses.

Em termos de outros rendimentos de parcerias institucionais, o aumento de 27% no período é explicado pela produção superior que beneficia de PTC (“Production Tax Credits”) decorrentes das parcerias institucionais acordadas nos últimos 12 meses. Em 2009, foram conseguidos 471 milhões de dólares através destes acordos (incluindo créditos fiscais PTC e “cash grant”).

A margem bruta aumentou 46% no período, para 283 milhões de dólares, reflectindo o crescimento de 51% na produção de electricidade, alavancado pelos novos 700 MW instalados nos últimos 12 meses e por um comportamento estável dos preços no período.

Os custos operacionais aumentaram 25%, para 100 milhões de dólares, reflectindo o forte crescimento da actividade. Os outros “custos operacionais/proveitos” foram influenciados por um montante de 17 milhões de dólares relacionados com uma disponibilidade de crédito entregue pelos fabricantes de aerogeradores para cobrir perdas de disponibilidade.

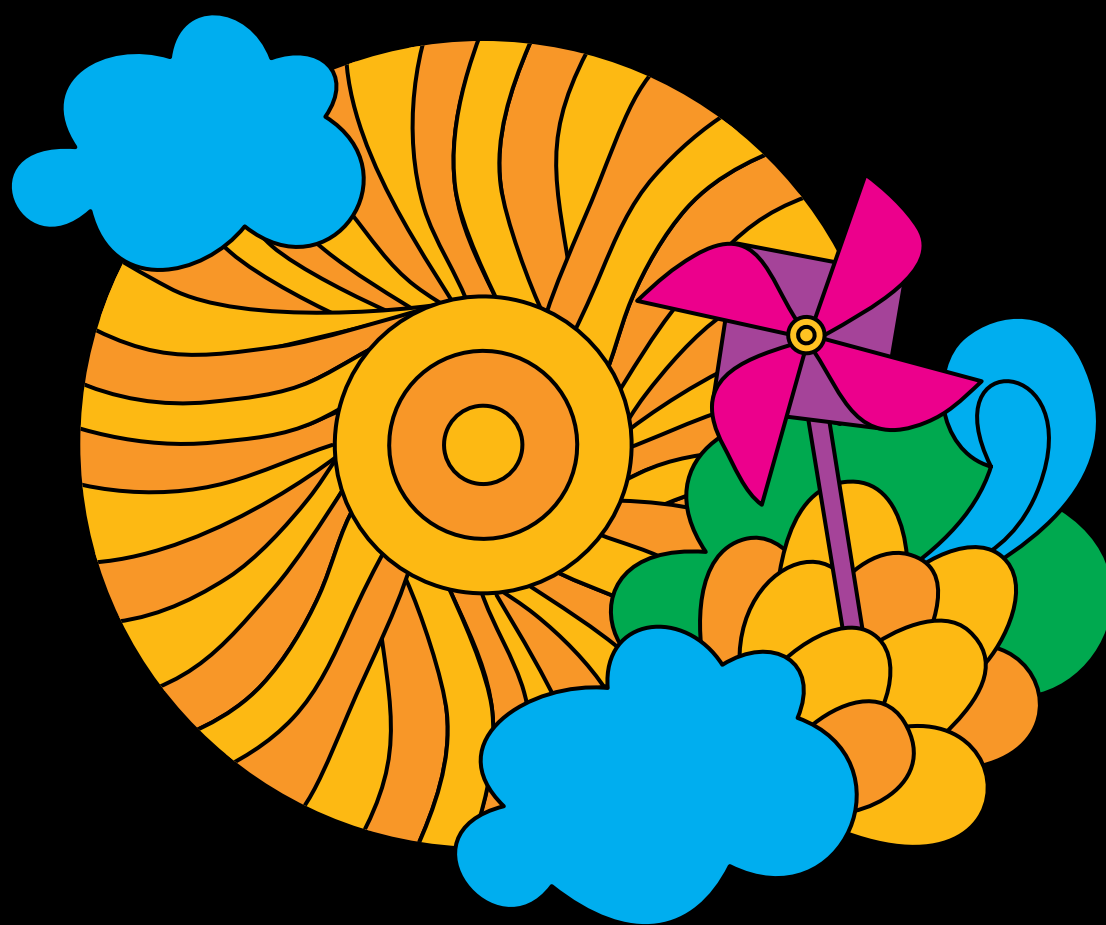
Em resumo, o EBITDA atingiu 298 milhões de dólares, o que representa um aumento de 46% no período, beneficiando do desempenho da margem bruta ajustada (+40% no período) e do menor crescimento dos custos operacionais (+25% no período).

Demonstração de Resultados (USD M)	2009	2008	Δ%
Receitas	284	195	46%
Custos directos da actividade	-2	-1	-123%
Margem Bruta	283	194	46%
Outros proveitos - relativos a parcerias com investidores institucionais	115	90	27%
Margem Bruta Ajustada	398	284	40%
Fornecimentos e serviços externos	91	67	36%
Custos com pessoal	29	27	10%
Outros custos / (proveitos) operacionais	-20	-14	-48%
Custos Operacionais	100	80	25%
EBITDA	298	204	46%
EBITDA/Margem Bruta Ajustada	75%	72%	+3pp
Provisões para riscos e encargos	0	0	-
Amortizações	221	129	71%
Compensação amort. activo subsidiado	-2	0	-
EBIT	79	75	6%



sustentabilidade

- 64 ABORDAGEM CORPORATIVA**
- 65 COMPROMISSO COM AS PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)**
- 65 INOVAÇÃO**
 - 65 Eficiência Operacional
 - 66 Novas Tecnologias Renováveis
- 66 COMUNICAÇÃO**
 - 66 Comunicação Interna
 - 66 Iniciativas de Comunicações Externas
 - 67 A EDP Renováveis e as Relações com os Meios de Comunicação Social
- 68 RECONHECIMENTO**
- 68 OS NOSSOS FUNCIONÁRIOS**
 - 68 Perfil
 - 69 Educação e Formação
 - 69 Avaliação e Desempenho
 - 69 Mobilidade Internacional
 - 69 Inquérito de Satisfação
 - 70 Benefícios
 - 70 Relações Laborais
 - 70 Saúde e Segurança no Trabalho
 - 71 Direitos Humanos
- 72 A NOSSA COMUNIDADE**
 - 72 Ética
 - 73 Programas e Contribuição Local
 - 73 Contratação Local
 - 73 Política Pública
- 73 COMPROMISSO AMBIENTAL**
 - 74 Alterações Climáticas
 - 74 Emissões, Efluentes e Resíduos
 - 75 Eficiência na Utilização de Recursos
 - 75 Protecção do Ambiente
 - 76 Biodiversidade
 - 77 Educação Ambiental
- 77 ANEXO – A EDP RENOVÁVEIS APOIA A MIGRAÇÃO DAS AVES**
- 78 ANEXO – A EDP RENOVÁVEIS PARTICIPA ACTIVAMENTE NO PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS HABITATS NATURAIS**
- 79 AVALIAÇÃO DA GRI**





sustentabilidade

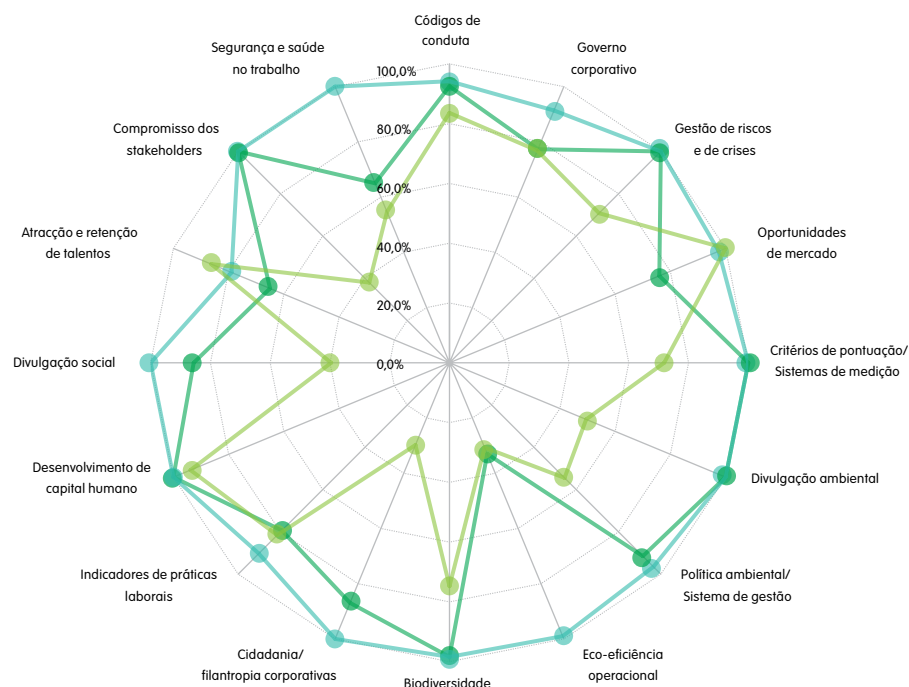
1. ABORDAGEM CORPORATIVA

Em 2009, a EDP Renováveis avaliou as suas práticas de sustentabilidade à luz do questionário elaborado pela empresa SAM, que serve de base para o Índice de Sustentabilidade Dow Jones. Esta análise permitiu identificar os pontos fortes da empresa e os sectores fundamentais que podem ser melhorados nas diferentes áreas da sustentabilidade.

Com as actuais práticas da EDP Renováveis, a empresa cumpre 67,1% dos critérios analisados.

Em consequência, a EDP Renováveis definiu um conjunto de acções e um plano ambicioso para os próximos dois anos que permitirá posicionar-se entre as empresas mundiais líderes no domínio da sustentabilidade. O seu objectivo é atingir os 75% em 2010 e os 80% em 2011.

No final de 2009 foi criado um departamento de Sustentabilidade na EDPR EU. Em 2010 será criado um departamento de Sustentabilidade a nível corporativo, para apoiar esta função e a aplicação do plano anteriormente referido.



2. COMPROMISSO COM AS PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Em 2010, a EDP Renováveis lida diariamente com um conjunto amplo e heterogêneo de partes interessadas. A empresa trabalha no sentido de garantir que responde a todas as suas preocupações a nível de desenvolvimento da sustentabilidade e de responsabilidade social.

Entende-se por partes interessadas da Empresa o conjunto fundamental de pessoas com quem a EDP Renováveis trabalha e interage no exercício da sua actividade, designadamente:

- Funcionários e outro público interno – Formação e avaliação, inquérito interno, intranet, revista, Corporate
- TV, reuniões trimestrais e anuais;
- Clientes – Telefonemas, reuniões pessoais regulares, termos e condições por correio postal e electrónico, relatórios diários, calendário de indisponibilidade programada, actualizações verbais e electrónicas, serviços de previsão, declaração de liquidações mensais;
- Operadores de transmissões – A EDP Renováveis segue um conjunto de instruções relativas a filas de espera que varia consoante os países e as regiões, incluindo frequentemente interacção com o operador de transmissões desde o pedido inicial para ligação ao seu sistema ao início da produção de energia;
- Fornecedores – Diálogo permanente, para desenvolver uma relação colaborativa e transparente; em 2009, a Empresa lançou um RFP competitivo e global para entrega de aerogeradores eólicos em 2010;
- Investidores – O Departamento de Relações com os Investidores da EDP Renováveis gere todos os contactos com os investidores da empresa, realizando frequentes reuniões, “road shows”, inquéritos telefónicos, relatórios e apresentações trimestrais e anuais, etc.;
- Autoridades públicas locais e nacionais – as interacções envolvem habitualmente questões relativas a impostos de autorização e propriedade. Estas conversações variam consoante o país e a região, incidindo principalmente sobre o impacto visual, ruído, flora e fauna, sítios históricos e arqueológicos locais ou outros sítios protegidos, características topográficas e outras;
- Proprietários de terrenos – Implementação de boletins informativos, telefonemas, reuniões regulares, dedicações para celebrar os parques eólicos após se tornarem comerciais;
- Comunidade – Presença local, reuniões ocasionais em Câmaras Municipais e reuniões e audições programadas;
- ONG – Diálogo aberto através dos Departamentos Ambientais da Empresa, website;
- Meios de comunicação social – Conferências e comunicados de imprensa regulares, estudos de avaliação,

contactos telefónicos e reuniões regulares, website, Departamento de Comunicação.

Em 2010, a EDP Renováveis pretende aprofundar constantemente o seu conhecimento das partes interessadas e encontrar a melhor forma de interagir com todas elas.

3. INOVAÇÃO

Na EDP Renováveis, a inovação tem-se centrado em duas componentes principais: eficiência operacional e o acompanhamento de novas tecnologias renováveis.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Em Abril de 2008, a EDP Renováveis iniciou o Programa Lean, um programa de racionalização com o objectivo de inovar a abordagem a uma maior eficiência operacional.

O projecto implica uma implementação transcultural de actividades dentro da empresa e envolve praticamente todos os seus departamentos técnicos – Operação e Manutenção, Expedição, Tecnologia, Avaliação Energética e Construção.

Foram identificados três eixos principais para uma abordagem de racionalização no âmbito do programa Lean: disponibilidade, eficiência e gestão reactiva da energia.

O projecto tem vindo a ser implementado na Península Ibérica desde Abril de 2008, nas linhas de 1.500 MW, o que permitiu captar quase 2,5 milhões de euros e identificar um valor adicional de 8 milhões de euros. Numa segunda fase, o programa Lean será aplicado na capacidade instalada operacional remanescente da EDP Renováveis.

Adicionalmente, todas as áreas técnicas da EDP Renováveis estão a desenvolver um sistema de gestão do conhecimento para todas as plataformas que permita identificar e partilhar as melhores práticas para melhorar as despesas operacionais e de capital.





sustentabilidade

NOVAS TECNOLOGIAS RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis assinou um acordo com a EDP Inovação, a empresa do Grupo EDP responsável pela I&D, para apoio e cooperação na análise e acompanhamento de novas tecnologias renováveis.

No contexto deste acordo, a EDP Renováveis apoia a EDP Inovação no desenvolvimento de um projecto-piloto para implementação de um aerogerador instalado numa estrutura flutuante ao largo da costa portuguesa. A estrutura flutuante é uma tecnologia patenteada intitulada Windfloat, propriedade da Principle Power, com quem a EDP Inovação celebrou um memorando de entendimento que proporciona acesso privilegiado à tecnologia.



No primeiro dia de 2010 foi adjudicado à EDP Renováveis o desenvolvimento de 1.300 MW de capacidade eólica offshore no Reino Unido. Com este projecto, a empresa entra no mercado britânico da tecnologia eólica offshore, o que aumenta as suas opções de crescimento lucrativo de longo prazo e reforça a diversificação do seu portefólio em termos de tecnologias, regulamentação e mercados.

A EDP Renováveis também celebrou um acordo com a Universidade de Castela e Leão, em Espanha, para o desenvolvimento de projectos de I&D.

4. COMUNICAÇÃO

Num ambiente comunicacional em permanente evolução, o departamento de comunicações da EDP Renováveis procura sempre as melhores soluções e ferramentas e os melhores canais de distribuição para assegurar que comunica de forma eficiente os seus negócios internos e externos, centrando-se na promoção de um sentimento de identidade corporativa e na apresentação de uma imagem corporativa consistente e coerente.

COMUNICAÇÃO INTERNA

A comunicação interna é crucial para que a EDP Renováveis partilhe a estratégia, os objectivos e as iniciativas com todos os

seus funcionários, bem como forma de promover a satisfação dos trabalhadores e a partilha das melhores práticas a todos os níveis da empresa. Este objectivo é alcançado com as seguintes ferramentas:

- **Canal de televisão EDP ON TV** – A EDP Renováveis grava e emite notícias e eventos corporativos importantes para toda a empresa através da EDP ON TV, o canal de televisão interno do Grupo, disponível em todas as áreas geográficas em que a empresa tem escritórios. Em 2009, a empresa filmou mais de 45 vídeos.



- **EDP ON Magazine** – A EDP On Magazine dá visibilidade aos projectos/acções realizados ao longo do ano e é também uma forma de comunicar com todos os funcionários.



- **myEDPR** – Em 2009, a EDP Renováveis lançou a myedpr, uma intranet única criada para que todos os funcionários da EDP Renováveis a possam utilizar como recurso informativo sobre a empresa e como ferramenta de trabalho consolidada.



INICIATIVAS DE COMUNICAÇÕES EXTERNAS

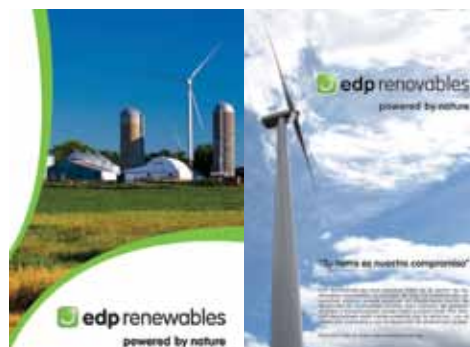
A EDP Renováveis interage com diversas partes interessadas externas. Para conferir visibilidade à EDP Renováveis, a empresa utiliza as seguintes metodologias e ferramentas de sensibilização:

- **Website** – o sítio Web externo da EDP Renováveis está concebido para informar e educar um vasto público, incluindo proprietários de terrenos, fornecedores de energia, legisladores, líderes governamentais, professores e investidores. Em 2010, o sítio será reformulado para melhorar o contacto com o público externo da empresa e a experiência dos utilizadores.



- **Marcas** – Em 2009, a EDP Renováveis promoveu o seu primeiro estudo de análise e rastreio das marcas, um estudo que visa medir o desempenho das marcas com base num conjunto de indicadores fundamentais. Uma organização de estudos de mercado independente e acreditada externamente efectuou a coordenação global da metodologia, comunicação dos resultados e análise. A EDP Renováveis utilizou as marcas EDP Renováveis, EDP Renewables, EDP Renovables e Horizon Wind Energy nos seus suportes de comunicação externa. Em 2010 não se verificaram incidentes de incumprimento das regulamentações e de códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing.

A EDP Renováveis está empenhada em garantir a sua plena conformidade com todas as leis, normas e códigos voluntários nas suas acções de marketing e comunicações. As acções de relações públicas realizadas no âmbito das comunicações da empresa pautam-se pelos mais elevados padrões éticos de integridade, honestidade e transparência.



- **Envolvimento dos stakeholders** – Em 2009, a EDP Renováveis tornou-se parceira da Síndrome de Down Madrid Foundation, que responde a diversos desafios sociais através de um programa de iniciativas para o desenvolvimento da comunidade.

Adicionalmente, a EDPR NA Cycling Team participou na corrida anual de bicicletas BP MS-150, realizada em 19 de Abril de 2009 para angariar dinheiro para a National Multiple Sclerosis Society (Lone Star Chapter). A EDPR NA também participou no primeiro acontecimento Kites Over Enid em Oklahoma, para ajudar a angariar fundos para o Enid Habitat for Humanity.

A EDP RENOVÁVEIS E AS RELAÇÕES COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

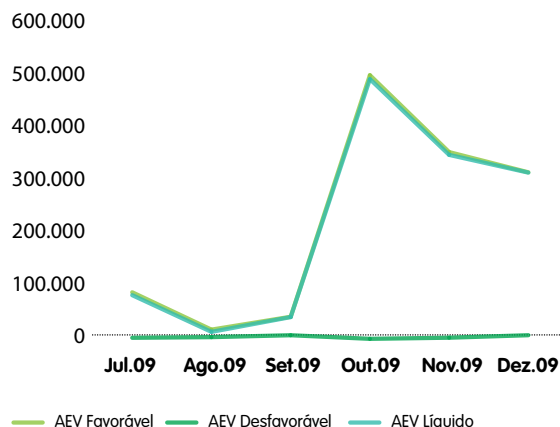
Meios de comunicação fortes e eficazes são uma componente muito importante do portfólio de comunicações da EDP Renováveis. A conformidade e a consistência da mensagem da empresa são cruciais.

Em 2009, a EDP Renováveis procedeu a uma avaliação dos meios de comunicação social entre Julho e o fim do ano. Neste período, a EDP Renováveis foi citada 716 vezes em órgãos de comunicação social, em todos os canais.

A empresa registou uma reacção positiva média de 0,46. Este indicador representa a tendência editorial baseada numa análise textual de conteúdos de notícias, numa escala de -1 a +1.

O Valor Publicitário Equivalente Líquido (AEV) foi de 1,3 milhões de euros, que representa o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços publicitários actuais e baseado na diferença entre cobertura favorável e desfavorável.

AEV (€)





sustentabilidade

5. RECONHECIMENTO



- National Frame Building Association, primeiro lugar na categoria comercial “Menos de 500 metros quadrados” pelo edifício de operação e manutenção do parque eólico de Rail Splitter;
- Prémio edifício ecológico da América pelo edifício de operação e manutenção do parque eólico de Rail Splitter atribuído pela Real Estate & Construction Review-Midwest Green Success Stories edition;
- EWND Female Leadership Award - Ana Maria Fernandes CEO da EDP Renováveis
- Rosenblatt New Energy Awards - OPI do Ano EDP Renováveis
- 100 CFO do Ano – Nomeação para CFO do ano: Rui Teixeira, CFO da EDP Renováveis

5. OS NOSSOS FUNCIONÁRIOS

Para um player importante como a EDP Renováveis num sector muito dinâmico, a gestão do capital humano é uma preocupação fundamental.

A política da empresa baseia-se nos seguintes princípios:

Equidade - Garantir a equidade e a igualdade de tratamento na empresa através de um modelo de desenvolvimento profissional e de recompensas baseado em critérios transparentes e transversais.

Desenvolvimento - Atrair, reter e desenvolver talento e competências através de uma política de remunerações competitiva em todas as áreas geográficas de implantação da EDP Renováveis, em linha com os requisitos específicos de cada negócio, tendo em consideração a importância dos diferentes potenciais e funções dos funcionários

Desempenho – Avaliar o mérito e o desempenho no domínio do desenvolvimento profissional e recompensar os funcionários, garantindo empenho e responsabilidade na obtenção de resultados individuais e em equipa dentro da organização ou do Grupo.

Em 2009, a EDP Renováveis definiu uma política estratégica de compensação global que respeita os mercados locais de cada plataforma. A nova política promove um sistema em que todas as posições são avaliadas e classificadas de acordo com uma metodologia definida de avaliação da função e que garante a equidade interna.

PERFIL

No fim de 2009, a EDP Renováveis tinha 721 funcionários, mais 14% que em 2008. A EDPR EU emprega 51% do total dos efectivos, a EDPR NA 42%, a EDPR BR 1% e a Holding os restantes 6%.

Total no final do ano	2009	2008	Var (%)
EDPR EU	365	324	13%
EDPR NA	303	276	10%
EDPR BR	8	-	n.a.
Holding	45	30	50%
Total	721	630	14%

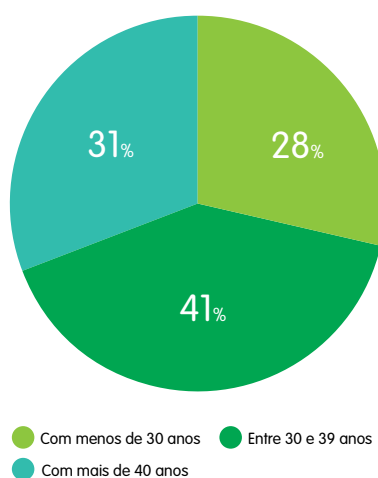
Nota: os números não incluem o Conselho de Administração

Durante o ano foram admitidos 156 funcionários e 65 deixaram a empresa, o que representou um índice de rotatividade de 15%.

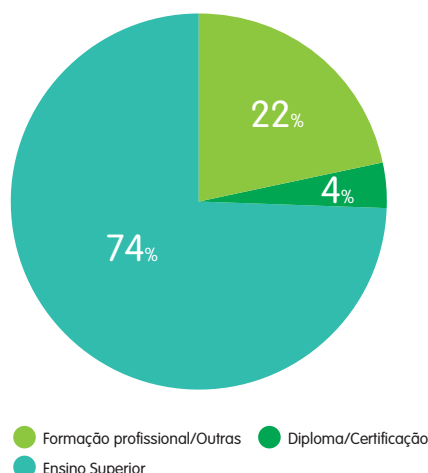
Índice de rotatividade ou Turnover dos funcionários	2009
Gráfico de variações	
Número de contratações	156
Número de despedimentos	65
Turnover total	15%
Rotatividade por género	
Masculino	16%
Feminino	14%
Rotatividade por intervalo etário	
Com menos de 30 anos	20%
Entre 30 e 39 anos	14%
Com mais de 40 anos	13%
Rotatividade por empresa	
EDPR EU	12%
EDPR NA	18%
EDPR BR	50%
Holding	17%

A EDP Renováveis possui uma equipa muito jovem (69% dos seus efectivos têm menos de 40 anos e menos de 2% tem idade superior a 60 anos) e com elevados níveis de qualificação (74% dos funcionários são licenciados). Do total de efectivos, 68% são do sexo masculino.

Discriminação dos Colaboradores por Idade



Discriminação dos Colaboradores por Qualificações



Funcionários por vínculo laboral	2009
A termo incerto	718
A termo certo	3
Tempo inteiro	717
Tempo parcial	4

O modelo remuneratório da EDP Renováveis define a banda salarial aprovada para cada cargo dentro do organigrama da empresa. Os salários são pagos com base em indicadores comparativos do mercado, em função do cargo definido, pelo que são pagos de acordo com a banda salarial adequada.

Gráfico de funcionários em 2009	Total	Rácio salarial M/F
Administradores	52	105%
Directores executivos	54	103%
Managers	327	108%
Profissionais	180	118%
Administrativos	108	101%

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A EDP Renováveis compreende o valor de promover o desenvolvimento dos seus funcionários através de acções de educação e formação contínuas.

A formação detém uma particular importância estratégica para a EDP Renováveis. É crucial promover um desenvolvimento abrangente dos funcionários, melhorando as suas competências, conhecimentos e aptidões de modo a prepará-los para satisfazer as exigências actuais e futuras da organização e as suas próprias expectativas individuais de desenvolvimento profissional.

A EDP Renováveis oferece programas de desenvolvimento profissional a todos os funcionários, independentemente da sua categoria profissional. A empresa também disponibiliza cursos de formação internos e financiamento para educação e formação externas.

Em 2009, a EDP Renováveis praticamente duplicou o número de horas de formação para 14 500 horas. O investimento total atingiu os 302 mil euros, mais 28% que em 2008.

Indicadores de formação	2009	2008
Número de horas de formação (#)	14.559	7.569
Gestão (#)	1.162	965
Técnica (#) ⁽¹⁾	10.991	3.385
Comportamental (#) ⁽¹⁾	413	336
Organizacional (#)	1.993	2.883
Investimento de formação (€)	301.959	235.222
Número de participantes (#)	414	1.096

⁽¹⁾ O valor de 2008 foi reajustado
Nota: Brasil não incluído.

AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

O processo de avaliação do desempenho e do potencial é utilizado para compreender melhor as áreas e os níveis de necessidade de programas de desenvolvimento.

Em 2009, a EDP Renováveis implementou um modelo de gestão de talentos. Embora o modelo actual seja de 270 graus, está previsto avançar para um modelo de avaliação de 360 graus.

O modelo global recolhe informação de quatro fontes de dados para avaliar o desempenho dos funcionários: o próprio, dois colegas e o director. Os funcionários e os directores recebem uma formação aprofundada que lhes permite compreender plenamente as suas competências, bem como aprender a abordar a avaliação do desempenho em geral e a utilizar o software de gestão de talento recentemente desenvolvido, intitulado Cezanne.

As avaliações do potencial e do desempenho baseiam-se em competências estratégicas, indicadores de desempenho fundamentais e numa Avaliação Global. Ao definir e avaliar as lacunas que se tornam aparentes, incentivam-se entrevistas contínuas de feedback e pede-se aos trabalhadores que construam um Plano de Desenvolvimento Individual.

MOBILIDADE INTERNACIONAL

À medida que a EDP Renováveis expande o seu negócio para novas áreas geográficas, a mobilidade torna-se cada vez mais um factor crucial no sucesso da estratégia da empresa e no desenvolvimento da carreira dos funcionários.

Em 2009, a EDP Renováveis procedeu a uma revisão das Regulamentações de Trabalho Internacionais em conjunto com a EDP. Foram criadas novas categorias de tarefas para melhorar e promover a mobilidade internacional.

A mobilidade internacional será um factor importante para o desenvolvimento profissional dos funcionários da empresa.

INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO

Em 2009, a EDP Renováveis realizou o seu primeiro inquérito global de satisfação dos colaboradores. Pediu-se a todos os funcionários que participassem através de um inquérito baseado na web, que teve uma taxa de respostas total de 78%.

A média de indicadores macro resultantes do estudo é elevada, revelando uma satisfação global de 78%.

Com base nos resultados deste estudo, a Direcção da EDP Renováveis irá desenvolver um plano de acção em



sustentabilidade

2010 para melhorar as áreas que tiveram maior impacto na motivação, nas competências e no desempenho dos funcionários.

BENEFÍCIOS

A EDP Renováveis está empenhada em oferecer um pacote de benefícios competitivo em reconhecimento do contributo e do talento dos seus funcionários.

A empresa não diferencia os benefícios entre os funcionários a tempo completo e os funcionários a tempo parcial.

Para além dos requisitos legais de cada país, são oferecidos benefícios competitivos nas várias regiões (ajustados em conformidade com especificidades locais) e incluem alguns importantes como:

- Seguro médico
- Seguro de vida
- Seguro de acidentes
- Seguro de viagem de negócios
- Conciliação trabalho/família
- Planos de pensões ou de reforma.

A empresa oferece oportunidades de participação num plano de pensões ou num plano de contribuição definida, consoante o país de origem. As contribuições garantidas são complementares e independentes das contribuições definidas pelo sistema de segurança social.

Na América do Norte, a EDPR NA patrocina o Plano de reforma de contribuição definida Horizon Wind Energy (o "Plano de reforma"), um plano qualificado ao abrigo da secção 401(k) do Código Geral de Impostos, em benefício dos funcionários elegíveis. As contribuições são depositadas em contas devedoras pela Fidelity Investments. São efectuadas contribuições correspondentes em nome dos funcionários elegíveis que escolhem o sistema de recrutamento interno a partir de uma dada data e os funcionários podem aderir ao plano em qualquer altura. O plano de reforma confere-lhes de imediato direito às contribuições, quer do funcionário, quer da EDP NA. A EDPR NA contribui para cada conta individual com uma contribuição correspondente até ao máximo de 6%, desde que o funcionário tenha escolhido o sistema de recrutamento interno.

RELAÇÕES LABORAIS

Dos 721 funcionários da EDP Renováveis no fim de 2009, 28% estavam cobertos por acordos colectivos de trabalho.

Os países em que a EDP Renováveis opera, que não estão cobertos por acordos colectivos de trabalho, são a Polónia, a Roménia e os EUA.

Regra geral, os acordos colectivos de trabalho aplicam-se a todos os funcionários que têm um vínculo contratual com e em nome das respectivas empresas, independentemente do tipo de contrato, do grupo profissional em que estão classificados, da sua função ou do seu cargo. No entanto, questões relacionadas com a organização corporativa em si, a legislação de cada país ou mesmo os usos e costumes

de cada país levam a que determinados grupos estejam expressamente excluídos dos acordos colectivos de trabalho.

De acordo com a jurisprudência do país, a EDP Renováveis pode ter de cumprir um período mínimo de aviso para comunicar formalmente mudanças organizacionais nas empresas do Grupo com impacto nos funcionários. No entanto, é costume comunicar com antecedência acontecimentos significativos aos grupos afectados.

Enquanto entidade patronal nos Estados Unidos, a EDPR NA cumpre com o Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs (Guia de aviso prévio de encerramentos e lay-offs nos termos da lei de notificação de ajustamento e reconversão profissional dos trabalhadores) (WARN). Os funcionários que trabalharam mais de seis meses durante mais de 20 horas por semana devem receber um aviso prévio de 60 dias em caso de encerramento e lay-off.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2008, a EDP Renováveis EU publicou e comunicou a Política de Saúde e Segurança no trabalho por referência às actividades profissionais, como elemento fundamental e prioritário para a gestão da empresa e procedeu ao desenvolvimento do Sistema de Gestão da Saúde e Segurança.

política de prevención de riesgos laborales

edp renováveis

La Dirección de **neo energía** entiende que la **Prevención de los Riesgos Laborales** asociados a sus actividades es un **elemento clave y prioritario** de la gestión de la empresa al cual todos sus integrantes deben prestar el máximo interés y esfuerzo **con el objetivo de lograr un entorno de trabajo seguro y saludable** para todos aquellos que prestan sus servicios en nuestros centros de trabajo e instalaciones.

neo energía mantiene implantado un Sistema de Gestión de Prevención de Riesgos Laborales conforme a la especificación internacional OHSAS 18001:2007, cuyo meta es **"CERO ACCIDENTES"**, con un claro compromiso de mejora continua para cumplir los objetivos de esta política de prevención de riesgos laborales:

- 1 **Cumplir con todos los requisitos legales de seguridad y salud**, que resulten de aplicación a nuestra actividad así como asegurar que nuestros proveedores apliquen las prácticas de prevención de riesgos laborales exigidas por **neo energía**.
- 2 **Asumir un compromiso personal, visible y permanente** con la Prevención para eliminar y controlar los riesgos de los trabajadores en su actividad laboral.
- 3 **Disponer de canales adecuados para la participación, formación y comunicación** a todos nuestros empleados en materia de salud laboral.
- 4 **Medir la eficacia del Sistema Integrado de Gestión** a través del grado de cumplimiento de los objetivos establecidos, desarrollando un sistema de gestión documental, así como mecanismos de control: auditorías y revisiones periódicas.
- 5 **Progresar estableciendo un proceso de mejora continua** de la gestión de prevención de riesgos laborales, integrándola en el conjunto de todas las actividades y decisiones tomadas en la Compañía.

Implicite en el cumplimiento de los objetivos de la Política de Prevención y avanza en el compromiso con la salud laboral.

febrero de 2008

João Paulo Nogueira de Sousa Casteira
Consejero Delegado **neo energía**

Em Novembro de 2009, em consequência desta política, a EDPR Renováveis recebeu em Espanha a certificação OHSAS 18001 Prevenção de Riscos no Trabalho para 32 dos seus parques eólicos, o que representa um total de 848 MW de capacidade instalada. Esta especificação tem por objectivo dotar as organizações de um modelo sistemático pró-activo para a gestão da saúde e segurança no trabalho.



A especificação OHSAS 18001 fixa requisitos adicionais aos definidos por lei, em conformidade com a Lei da prevenção de riscos no trabalho. Estes requisitos adicionais incluem um controlo mais exaustivo da documentação e registos, o envolvimento da administração da empresa no processo de melhoramento contínuo, a introdução de auditorias anuais para garantir que está a ser cumprido o processo de melhoramento contínuo, bem como o alargamento do sistema de gestão a todas as actividades exercidas nas diferentes áreas da empresa.

A EDPR EU é um membro do grupo de trabalho Saúde e Segurança da AEE (Managerial Wind Association), em conjunto com as empresas mais importantes do sector eólico e com os fabricantes de aerogeradores, tendo em vista analisar e discutir os requisitos para o sector eólico.

Durante 2009, a EDPR EU introduziu uma ferramenta informática para gerir os requisitos de saúde e segurança dos trabalhos executados pelos seus subempregados nas instalações da empresa.

Foi ainda desenvolvida uma nova ferramenta informática para gerir acções preventivas, que deverá estar plenamente implementada no primeiro trimestre de 2010.

Em Janeiro de 2009, foi implementada nos EUA uma base de dados para participações de incidentes a nível de operações e de construção. A EDPR NA segue e mantém um registo mensal de participações de incidentes por tipo de empregados que trabalham para a empresa. Actualmente, a EDP Renováveis não monitoriza a formação em segurança e saúde do empregado. Não obstante, todos os contratos têm de ser submetidos a um exame prévio para monitorização dos seus índices de acidentes e programas de segurança. Outras medidas de saúde e segurança implementadas em 2009 incluem:

- Políticas e Procedimentos de Saúde e Segurança foram criados em 2008 e desenvolvidos em 2009.
- Processo de avaliação/pré-qualificação da segurança dos empregados
- Teste aleatório de drogas
- Formação dos funcionários sobre aspectos de saúde e segurança dos seus cargos com base nos requisitos OSHA e nas Melhores Práticas da Indústria
- Vacinação de todos os funcionários contra a gripe sazonal, patrocinada pela empresa



Durante 2009, a EDP Renováveis implementou um plano de resposta a pandemias.

Em 31 de Dezembro de 2009, 9% dos efectivos estavam representados em comissões de saúde e segurança conjuntas directores/trabalhadores formais, instituídas para ajudar a monitorizar e alertar para programas de saúde e segurança no trabalho. A grande maioria dos acordos de colectivos de trabalho celebrados pela EDP Renováveis contempla os direitos e deveres dos trabalhadores da empresa em matéria de segurança e saúde.

Indicadores de Saúde e Segurança ⁽¹⁾	2009
OSHAS 18001 (% de capacidade instalada) ⁽²⁾	37%
Trabalhadores da empresa	
Acidentes em serviço (#)	2
Acidentes mortais em serviço (#)	1
Total de dias perdidos devido a acidentes	131
Trabalhadores contratados/prestadores de serviços	
Acidentes em serviço (#)	27
Acidentes mortais em serviço (#)	0
Total de dias perdidos devido a acidentes	n.d.

⁽¹⁾ Na Europa, só inclui Portugal e Espanha
⁽²⁾ Só se aplica a Espanha

DIREITOS HUMANOS

Todos os funcionários do Grupo foram informados da Política sobre o Código de Ética, bem como de outras políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que contém cláusulas específicas sobre o respeito pelos direitos humanos. Os funcionários têm de confirmar manual ou electronicamente que leram e compreenderam as políticas.

A cultura empresarial dos países em que a EDP Renováveis opera respeita inteiramente os direitos humanos.

Em conformidade com o Código de Ética, a EDP Renováveis expressa a sua total oposição a trabalhos forçados ou



sustentabilidade

obrigatórios. As suas condições de contratação gerais incluem uma cláusula de supressão de toda e qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório.

Em 2009, a EDP Renováveis foi alvo de uma queixa por discriminação de género apresentada à Comissão de igualdade de oportunidades no trabalho dos Estados Unidos. A empresa reagiu formalmente à queixa e espera que a acusação seja rejeitada. Não se registaram incidentes de violações envolvendo direitos do povo indígena.

A EDP Renováveis não tem conhecimento de qualquer actividade realizada que pudesse ameaçar o direito de liberdade de associação ou o direito de subscrever acordos colectivos de trabalho. A empresa também não identificou operações susceptíveis de constituir um risco significativo para incidentes de trabalho infantil.

6. A NOSSA COMUNIDADE

A actividade da EDP Renováveis tem um impacto significativo na comunidade em geral. Por conseguinte, a empresa procura desenvolver relações positivas com todas as comunidades em que opera, através de um diálogo directo e transparente e de contribuição para o desenvolvimento das áreas locais.

A EDP Renováveis disponibiliza informações no seu sítio Web sobre a operação dos parques eólicos e os impactos da electricidade eólica.

Na fase de desenvolvimento de um projecto, a EDP Renováveis interage de forma constante com as principais partes interessadas, designadamente os proprietários dos terrenos, as autoridades locais, as entidades reguladoras e os operadores de redes.

A EDP Renováveis também interage com diversos membros das entidades de serviço público para debater questões como os impostos, as vias rodoviárias e outras. Embora a natureza, forma e calendário precisos desta avaliação variem de acordo com a área geográfica, determinados factores semelhantes são tomados em consideração pelas autoridades mais relevantes no momento de decidir se aprovam ou não um projecto, incluindo:

- o impacto visual do parque eólico na paisagem;
- o som, particularmente em áreas populosas;
- o impacto ambiental na flora e na fauna;
- o efeito sobre locais históricos, arqueológicos ou outros locais protegidos;
- características topográficas e outras, como as condições do solo e a hidrologia; e
- as eventuais preocupações dos proprietários dos terrenos de implantação do projecto.

Nos Estados Unidos, a EDP Renováveis procura reflectir o património e a história das áreas em que opera através do nome que dá aos seus parques eólicos. Ao incorporar particularidades locais, dados históricos, características

geográficas e a cultura local, a EDP Renováveis procura garantir que os seus projectos reflectem as comunidades que os acolhem.



ÉTICA

Em 2009, a EDP Renováveis desenvolveu um Código de Ética global para adopção por todos os funcionários da empresa.

Os funcionários da EDP Renováveis têm de cumprir o Código de Ética e as políticas corporativas aprovadas, que proíbem o recurso a práticas tendentes a obter benefícios pessoais ou um tratamento vantajoso para a empresa.

As políticas foram distribuídas a todos os funcionários. Adicionalmente, todas as políticas podem ser consultadas na intranet da empresa.

Um canal de comunicação de "denúncias" está disponível na intranet da empresa para a transmissão, directa e confidencial, da presumível prática de alegadas irregularidades contabilísticas e/ou financeiras em curso na empresa. Um canal "Código de Ética" também está disponível para a comunicação de infracções ao Código, bem como um canal de Intranet directo com o CEO da empresa.

Em 2009 não ocorreram incidentes relacionados com corrupção na EDP Renováveis, nem se registaram acções judiciais por comportamento anti-concorrência, actuação anti-trust ou práticas monopolistas. Não se registaram incidentes de incumprimento de regulamentações e códigos voluntários relativos a impactos de produtos e serviços na segurança e saúde,, nem queixas relativas a quebras de privacidade dos clientes e perdas de dados de clientes, nem multas significativas por incumprimento de leis e regulamentações relativas ao fornecimento e consumo de produtos e serviços, nem ferimentos e mortes de pessoas envolvendo activos da empresa, incluindo julgamentos, acordos, bem como casos de doença pendentes na justiça.

PROGRAMAS E CONTRIBUIÇÃO LOCAL

A construção de parques eólicos pela EDP Renováveis salda-se em benefícios duradouros acrescidos para as comunidades locais, designadamente em investimentos em infra-estruturas, como vias rodoviárias públicas e privadas, melhoria das redes de serviços públicos, contribuições fiscais ou criação de emprego. Cite-se a título de exemplo, que a EDPR NA investiu 43,5 milhões de euros na requalificação de sistemas de serviços públicos e de estradas públicas e privadas.

Por outro lado, em função da área geográfica, os activos da EDP Renováveis também estão sujeitos a diversos impostos que contribuem para as receitas das comunidades locais.

Na Europa, as diferentes jurisdições abordam os impostos sobre a propriedade de forma diferente, dependendo dos estatutos regionais e locais. Algumas regiões concedem isenções fiscais para a compra de equipamentos de energias renováveis como um incentivo ao desenvolvimento. Alguns municípios reduzem determinadas percentagens de impostos locais como incentivo à promoção do desenvolvimento. Em 2009, os montantes pagos pela EDPR EU em impostos às autarquias locais ascenderam a 4,4 milhões de euros.

Em muitas regiões, a EDPR EU pagou ainda uma percentagem das suas receitas às autarquias locais. Em 2009, os montantes pagos cifraram-se em 5 milhões de euros.

Nos Estados Unidos, os impostos sobre a propriedade representam uma percentagem significativa dos custos operacionais de um parque eólico. Esses impostos são pagos aos estados e governos locais onde as instalações são construídas. Em 2009, a EDPR NA pagou 9,3 milhões de euros em impostos sobre o património.

Nos estados onde são permitidos abatimentos e isenções legais, outro método de exercer um impacto favorável nas comunidades locais são os Pagamentos em Lugar de Impostos (PILOT) às jurisdições fiscais locais. Em 2009, a EDPR NA efectuou um total de 7 pagamentos PILOT a comunidades locais nas suas áreas de operação.

Em 2009, a EDP Renováveis apoiou diversas iniciativas com impacto directo nas comunidades onde a empresa opera, investindo cerca de 725 mil euros.

CONTRATAÇÃO LOCAL

Embora não existam procedimentos internos que explicitamente incentivem um recrutamento local, destaca-se a elevada percentagem de colaboradores naturais das regiões onde a empresa opera, o que reforça o importante papel desempenhado pela EDP Renováveis no seu desenvolvimento económico.

A EDP Renováveis procura contratar pessoas da comunidade local para as suas actividades operacionais, designadamente para posições administrativas, bem como para serviços operacionais e de manutenção, tais como a manutenção eléctrica e a manutenção de instalações. A EDP Renováveis procura ainda contratar empresas e recursos locais para prestarem serviços de apoio às suas operações como, por exemplo, serviços de manutenção de estradas e remoção de neve. Os empreiteiros

externos da EDP Renováveis também envidam esforços no sentido de contratar mão-de-obra junto das comunidades locais.

Gastos em fornecedores locais (%)	Europa	EUA
Fornecedores locais	86%	67%
Fornecedores não locais	14%	33%

POLÍTICA PÚBLICA

A EDPR NA adopta globalmente posições pró-activas em matéria de desenvolvimento de políticas públicas que possam afectar os seus projectos ou a indústria.

A EDP Renováveis é membro e participante activo de várias associações. Para além da associação nacional das indústrias, em que a empresa desempenha um papel muito relevante, na Europa a EDP Renováveis integra o Conselho de Administração da Associação Europeia de Energia Eólica (EWEA).

Nos Estados Unidos, a EDP Renováveis tem sido tradicionalmente uma forte apoiante da Associação Americana de Energia Eólica (AWEA). A EDPR NA desenvolveu igualmente relações estreitas com grupos regionais de defesa de direitos, que apoiou financeiramente, incluindo Wind on Wires, Renewable Northwest Project e Wind Coalition.

A EDPR NA também apoiou e contribuiu para grupos de intervenção pública a nível estatal, entre os quais se conta o Illinois Wind Working Group.

Em 2009, a EDP Renováveis não efectuou donativos políticos directos. A empresa não tem uma tradição de contribuir com donativos políticos. Em 2008, a EDPR NA instituiu uma Comissão de Acção Política que, embora tendo angariado fundos, não efectuou contribuições directas para nenhum candidato em 2009.

7. COMPROMISSO AMBIENTAL

A gestão ambiental é um valor central da EDP Renováveis. A empresa dedica-se a fornecer energias renováveis limpas através do desenvolvimento, construção e operação de parques eólicos.

Embora todas as actividades humanas tenham impacto no ambiente, a empresa está empenhada em identificar e avaliar estes impactos em todas as fases do seu ciclo de negócio e em os incorporar nos seus processos de decisão.

Por esta razão, todas as actividades da EDP Renováveis são influenciadas por uma Política Ambiental Corporativa que procura proteger e melhorar o ambiente com o objectivo de alcançar um desenvolvimento sustentável.





sustentabilidade

A EDP Renováveis acredita que proteger o ambiente e investir em comunidades locais é fundamental para alcançar os seus objectivos empresariais. Em 2009, a empresa despendeu um total de 9,5 milhões de euros em medidas de protecção ambiental e afectou recursos internos dedicados à implementação e gestão de actividades de protecção ambiental ao longo do ciclo de vida completo dos seus projectos.

(em milhares de euros)	2008 ⁽¹⁾	2009
Total de investimento ambiental	4.461	9.506

⁽¹⁾ Só inclui o valor para os EUA

O desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (EMS) teve início em 2008. O EMS tem por objectivo estimular boas práticas ambientais centradas na protecção de recursos naturais, minimização dos resíduos e gestão de derrames, comprometendo-se a um melhoramento permanente do desempenho ambiental.

Na Europa, a EDP Renováveis renovou a certificação obtida para cinco dos seus parques eólicos em operação ao abrigo da ISO 14001, e obteve certificação para cinco novos parques eólicos, o que representa um total de 289,5 MW certificados. Está prevista a certificação em 2010 de mais de 20 novos parques eólicos, num total de 650 MW certificados.

PARQUES EÓLICOS COM CERTIFICADO ISO 14001

Parque eólico	Localização	Potência (MW)	Data de certificação
Valsagueiro	A Coruña (Espanha)	33	2008
Ponte Rebordelo	A Coruña (Espanha)	40	2008
Los Cantales	Zaragoza (Espanha)	24	2008
La Navica	Albacete (Espanha)	30	2008
La Dehesica	Albacete (Espanha)	29	2008
Virgen de la Peña	Zaragoza (Espanha)	30	2009
Munera I	Albacete (Espanha)	40	2009
Munera II	Albacete (Espanha)	31	2009
Villamiel	Burgos (Espanha)	18	2009
Villoruebo	Burgos (Espanha)	16	2009
Total		290	



Nos Estados Unidos, o EMS está actualmente em desenvolvimento. Inclui a Política Ambiental Corporativa da EDPR NA, adoptada em 2009, e as Normas Ambientais para o Desenvolvimento. As Normas de Desenvolvimento elaboradas incluem:

- Estudos de caracterização dos terrenos de implantação;
- Estudos de restrições do espaço aéreo;
- Avaliações ambientais dos terrenos de implantação - Fase I;
- Estudos básicos sobre a vida selvagem;

- Avaliações de zonas húmidas; e
- Avaliações de recursos históricos e culturais.

Em 2009, foram elaboradas normas ambientais para a fase operacional e submetidas a revisão interna com o objectivo de ficarem concluídas em 2010.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

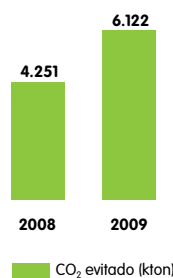
A EDP Renováveis está empenhada no desenvolvimento de energias renováveis. Em conformidade, a empresa desempenha um papel significativo na transição para um modelo de energia mais sustentável, que seja menos dependente dos combustíveis fósseis.

As energias renováveis apresentam vantagens significativas sobre as fontes de energia tradicionais:

- Não produzem directamente gases com efeito de estufa;
- A energia fornecida à rede por parques eólicos compensa directamente a produção de energia nas centrais eléctricas convencionais existentes, exercendo um impacto positivo líquido na qualidade do ar;
- É inesgotável;
- Reforça a independência energética dos países.

Os progressos tecnológicos registados nos últimos anos contribuíram para tornar as energias renováveis mais baratas e mais eficazes na produção de electricidade.

Em 2009, a EDP Renováveis produziu quase 11 GWh de energia eólica, o suficiente para satisfazer a procura média de mais de 2 milhões de famílias e evitar a emissão de aproximadamente 6,122 quilotoneladas de CO₂.

Emissões de CO₂ Evitadas (k tons)

EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

A produção de energia eólica não emite gases com efeito de estufa, não polui as águas, não consome quantidades significativas de água nem gera níveis significativos de resíduos quando comparada com outras fontes de energia.

As deslocações dos funcionários e dos empreiteiros, bem como o consumo de electricidade do escritório são as únicas fontes primárias de emissões indirectas, que podem ser consideradas imateriais no contexto da actividade principal da empresa.

Durante a fase de construção, a gestão de resíduos perigosos e não perigosos é adjudicada a terceiros. Estas actividades são supervisionadas pela EDP Renováveis, com o apoio de um consultor de fiscalização ambiental em cada parque.

A produção de resíduos perigosos é extremamente limitada durante a fase operacional. Os resíduos são armazenados no edifício de Operação e Manutenção do parque eólico até serem documentados e enviados para eliminação pelo director autorizado.

Em 2010, serão lançadas diversas iniciativas de apoio à gestão e à redução dos resíduos produzidos nos parques eólicos em operação pela empresa, que se debruçam sobre a adequação das actividades de tratamento, acumulação, armazenamento, elaboração de manifestos de carga, transporte, notificação, eliminação e reciclagem.

Resíduos enviados para eliminação final	2009	2008
Total de resíduos (t)	267	223
Total de resíduos perigosos (t)	137	71
Total de resíduos valorizados(%)	96%	96%

EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Dada a natureza da sua actividade, o vento é a principal “matéria-prima” de que a EDP Renováveis necessita para produzir energia.

Por conseguinte, à excepção da fase de construção, o consumo de recursos e de materiais é atribuível principalmente aos escritórios e equipamentos de estaleiro da empresa que apoiam directamente a operação e a manutenção dos parques eólicos da EDP Renováveis, o que pode ser considerado de baixo impacto por referência à actividade da empresa que gera as suas receitas, ou seja a venda de energia produzida pelos seus parques eólicos.

No entanto, a promoção do consumo responsável de recursos entre os seus funcionários e empreiteiros é uma prioridade da empresa.

Como forma de promover as boas práticas entre os seus funcionários na Europa, a EDP Renováveis publicou um Guia de Boas Práticas Ambientais, com orientações para reduzir o consumo de água, electricidade, papel e toner, bem como para gerir e eliminar correctamente os resíduos perigosos e não perigosos.



A EDP Renováveis adoptou medidas para reduzir o consumo de recursos nas suas instalações mediante:

- A utilização de lâmpadas energeticamente eficientes;
- A utilização criteriosa de sistemas de ar condicionado;

- A configuração de definições de computador para poupar energia;
- A aquisição de equipamentos de escritório Energy Star, como computadores e monitores;
- A utilização de luz natural/ambiente nos escritórios;
- A reciclagem de papel, latas de alumínio e de plástico; e
- A optimização do consumo de água.

Nalguns parques eólicos, a empresa promove a reutilização da água da chuva recolhida nas subestações para consumo nas casas de banho das instalações locais.

Nos Estados Unidos, a EDP Renováveis adoptou um design que cumpre as orientações destinadas a obter a Certificação em Liderança no Design Energético e Ambiental (CEED) para o edifício de Operação e Manutenção do parque eólico de Rail Splitter. Prevê-se que o parque eólico de Rail Splitter receba esta certificação em 2010.

Os escritórios da EDP Renováveis em Houston também possuem certificação LEED Silver. Como parte desta certificação, foram instalados autoclismos e torneiras de baixo fluxo nas casas de banho dos escritórios.

Como forma de reduzir a sua pegada de carbono, a EDP Renováveis implementou políticas para promover a utilização da videoconferência e de transportes “mais limpos”. Nos Estados Unidos, estão em curso iniciativas como o fornecimento de espaços para guardar bicicletas e de chuveiros aos funcionários, para os encorajar a vir de bicicleta para o trabalho, bem como de passes de autocarro e de comboio, para os incentivar a utilizar os transportes públicos.

PROTECÇÃO DO AMBIENTE

A EDP Renováveis acredita que aproveitar o vento e outras fontes de energia renováveis é fundamental para produzir energia de modo a respeitar a integridade do nosso planeta.

Nos Estados Unidos, a EDP Renováveis não opera em terrenos proprietários, arrendados, geridos ou adjacentes a áreas protegidas, nem em áreas com biodiversidade valiosa fora de áreas protegidas. O desenvolvimento de projectos eólicos ocorre normalmente em áreas rurais com recursos eólicos abundantes e onde a operação de parques eólicos é compatível com a utilização existente do solo.

Na Europa, no período em apreço, a EDP Renováveis tinha 10 parques eólicos em áreas protegidas em Espanha, 10 em Portugal e 3 em França.

	Parques eólicos em áreas protegidas	Total de parques eólicos	%
Espanha	10	92	11%
Portugal	10	54	19%
França e Bélgica	3	24	13%
Polónia	0	1	0%
EUA	0	22	0%
Brasil	0	2	0%
Total	23	195	12%



sustentabilidade

Apenas uma pequena parte do solo utilizado por parques eólicos é colocada fora de serviço permanentemente. Uma vez completada a construção, os terrenos efectivamente fora de uso não atingem normalmente 2% da área total do projecto. A maior parte do terreno continua a ser utilizado para o seu fim original. A terra permanentemente afectada é usada principalmente para as estradas de acesso aos locais dos aerogeradores, uma pequena área para a máquina e o transformador eléctrico, e uma área terraplanada com gravilha ou areia para albergar uma grua para actividades de construção e manutenção.

A EDP Renováveis realiza estudos ambientais numa fase precoce de desenvolvimento de todos os novos projectos ou sempre que são necessárias alterações significativas nos parques eólicos existentes. A empresa tem sempre por objectivo evitar, minimizar ou atenuar os impactos no ambiente. Estes estudos ambientais identificam a vida selvagem presente no terreno, a fauna e a flora ameaçadas ou em perigo, os habitats sensíveis, as zonas húmidas, as áreas protegidas e os recursos culturais.

Durante a fase de construção, a EDP Renováveis procede a uma Monitorização Ambiental da Construção para garantir que são cumpridas as leis e os regulamentos ambientais e as condições estipuladas pelas licenças e que os impactos da construção são abordados para a área total do projecto.

Embora nem sempre seja obrigada por lei, a EDP Renováveis promove a excelência ambiental durante o ciclo completo dos seus parques eólicos em operação, ministrando formação, desenvolvendo planos de gestão dos resíduos e executando auditorias ambientais das unidades para garantir o seu melhoramento constante. Quando procede ao descomissionamento, a EDP Renováveis implementa um plano de recuperação para devolver a área do parque eólico a um estado tão próximo do original quanto razoavelmente praticável.

Em consequência destas medidas preventivas, a EDP Renováveis apenas registou seis derrames. Nenhum destes derrames se infiltrou em cursos de água ou resultou em notificações de violações ou em multas. A empresa também não sofreu penalizações por incumprimento de leis e regulamentos ambientais.

BIODIVERSIDADE

Numa fase precoce do processo de desenvolvimento, a EDP Renováveis recolhe informação sobre espécies ameaçadas, em perigo e vulneráveis; aves migratórias; e outros impactos potenciais na vida selvagem.

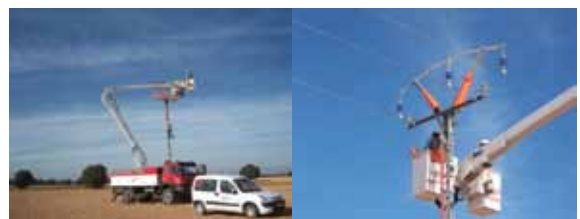
A empresa também promoveu e desenvolveu vários projectos de melhoramento dos habitats e realizou estudos de campo sobre várias espécies da fauna e da flora.

Em 2009, foram desenvolvidos os seguintes projectos principais:

- Financiamento de uma campanha de salvamento e melhoramento da águia-caçadeira em Albacete (Espanha);



- Intervenção numa linha eléctrica que registava uma elevada mortalidade de aves;



- Instalação de ilhas corta-fogo na Catalunha (Espanha);
- Compromisso trienal de apoio à Operation Migration e participação no Plano de conservação de habitats do grupo americano, o Habitat Conservation Plan for Whooping Cranes (EUA);
- Apoio à constituição de um Grupo Colaborativo para defesa do tetraz-cauda-de-faísão com vista a investigar o potencial impacto do vento nesta espécie (EUA); e
- Atenuação do impacto em zonas húmidas – Primeiro ano de monitorização de uma zona húmida criada durante a construção do parque eólico de Elkhorn Valley e quarto ano de monitorização de duas zonas húmidas no parque eólico de Maple Ridge (EUA).

A EDP Renováveis realiza estudos pós-construção sobre a vida selvagem, incluindo a monitorização das taxas de mortalidade.

O Director dos Assuntos Ambientais da EDPR foi nomeado pelo Ministro do Interior para integrar a comissão consultiva para as orientações sobre aerogeradores do United States Fish and Wildlife Service (USFWS). Esta comissão, também designada por Comissão Consultiva Federal (FAC) tem por objectivo prestar consultoria e fornecer recomendações ao Ministro dos Assuntos Internos sobre o desenvolvimento de medidas eficazes para evitar ou minimizar os impactos na vida selvagem e nos seus habitats relacionados com instalações de energia eólica implantadas em terra.

A empresa é membro fundador do American Wind & Wildlife Institute (AWWI), que tem por missão facilitar o desenvolvimento atempado e responsável da energia eólica em paralelo com a protecção da vida selvagem e dos seus habitats.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A EDP Renováveis desenvolve programas internos de formação no domínio da sensibilização ambiental para garantir que os seus funcionários reconhecem:

- a importância da Política Ambiental Corporativa;
- o seu papel no cumprimento dos requisitos e procedimentos do Sistema de Gestão Ambiental, incluindo os requisitos para a preparação e resposta a emergências;
- o impacto potencial das actividades da empresa no ambiente;
- os benefícios para o ambiente decorrentes de comportamentos responsáveis; e
- as potenciais consequências de um incumprimento.

9. ANEXO – A EDP RENOVÁVEIS APOIA A MIGRAÇÃO DAS AVES



A EDPR NA celebra um compromisso trienal de apoio à Operation Migration para a reintrodução dos grou americanos em perigo.

A EDPR NA está ciente do impacto que as actividades no âmbito dos seus projectos exercem nas populações de aves e compreende que tem a responsabilidade de atenuar os impactos dos projectos nas populações de aves afectadas. É por isso que a EDPR NA se interessou seriamente pela Operation Migration, uma organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos e do Canadá que se empenha na protecção de espécies em perigo, promovendo a introdução de novas vias migratórias para o grou americano.

Um voo em 2008 sobre o seu parque eólico de Twin Groves no Illinois sensibilizou a EDPR NA para a Operation Migration e os seus esforços. Após conhecer melhor as actividades da Operation Migration, a EDPR NA comprometeu-se a apoiar os esforços da organização através da contribuição anual de 25.000 USD em 2009, 2010 e 2011.

A Operation Migration foi constituída em 1994 na sequência do êxito alcançado com várias experiências, provando que as aves podem aprender novas rotas migratórias. Em 1999, a Operation Migration iniciou esforços no sentido de reintroduzir os grou americanos no Leste da América do Norte. Utilizando um ultraleve, pilotos da Operation Migration – com o apoio do pessoal de terra, pilotos de protecção e de observação adicionais, bem como de pessoal nas áreas da educação e da defesa de direitos, guiaram os grou americanos para locais alternativos de modo a evitar locais de invernada e reprodução excessivamente povoados.

A migração passa por sete estados, cobre mais de 2 000 km e demora entre 60 e 90 dias. Cada paragem é pré-seleccionada para o seu isolamento, e as aves são acolhidas durante a noite em abrigos portáteis para as proteger dos predadores. No princípio da Primavera, cada ave, monitorizada por um dispositivo de localização via rádio afixado à perna, começa sem qualquer auxílio a sua migração de regresso à área central do Wisconsin para passar o Verão.

A Operation Migration tem desempenhado um papel decisivo na reintrodução no Leste da América do Norte de grou americanos em perigo. Na década de 1940, a espécie estava reduzida a 15 aves. Actualmente, graças aos esforços da Operation Migration, existem mais de 380 grou americanos na Natureza e mais de 150 em cativeiro.



sustentabilidade

10. ANEXO – A EDP RENOVÁVEIS PARTICIPA ACTIVAMENTE NO PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS HABITATS NATURAIS



A EDPR NA participa no esforço colaborativo de toda a indústria para proteger o habitat do grou americano

Na era pré-colonial existiam cerca de 10 000 grous americanos na América do Norte, estando a espécie disseminada desde o Ártico Canadano até ao México e desde as Montanhas Rochosas até ao Oceano Atlântico. Com a conversão de zonas húmidas pouco profundas e de pradarias para a produção de feno e de cereais, grande parte do tradicional habitat de nidificação tornou-se inadequado para o grou americano. Em 1941, estavam virtualmente à beira da extinção, com apenas 15 aves soltas na Natureza, incluindo apenas 3 ou 4 fêmeas adultas.

Com a implementação de medidas de conservação fundamentais, a população recuperou após a década de 1950. Entre as acções de conservação adoptadas contam-se a publicação da Lei sobre o Tratado das Aves de Migração, de 1918, que penalizava o abate a tiro e a recolha de ovos, e a criação do Refúgio Nacional da Vida Selvagem no Arkansas, em 1937, para conservar os seus terrenos de invernada. Embora os números da espécie estejam a aumentar lentamente, estão longe do nível necessário para a sua recuperação.

O desenvolvimento da energia eólica está a aumentar rapidamente nos Estados Unidos e parte do maior potencial de energia eólica do país sobrepõe-se ao corredor migratório (Canadá – Texas) utilizado pelo grou americano, considerado espécie em perigo pela legislação federal. Por conseguinte, existe a possibilidade de se “prejudicar” as aves, tal como definido pela Lei das Espécies em Perigo (ESA) com o desenvolvimento, construção e operação destes parques eólicos. Actualmente, a maior fonte de mortalidade conhecida dos grous americanos em consequência da actividade humana, é a colisão com linhas eléctricas. Também há provas de que os parques eólicos construídos muito próximos de habitats para (re)pouso em zonas húmidas desencorajam os grous americanos de os utilizar.

A EDPR NA está a colaborar com o United States Fish & Wildlife Service e com outros membros da indústria eólica da American Wind Energy Association (AWEA) no sentido de solicitar uma autorização de prejuízo ocasional ao abrigo da ESA. A indústria eólica norte-americana reconhece a necessidade de instituir um Plano de Conservação dos Habitats (HCP) para o grou americano dentro do corredor migratório estabelecido. Os esforços colaborativos tiveram início quando a EDPR NA e outros membros da indústria eólica se reuniram com o Fish and Wildlife Service dos EUA em Julho de 2008, em Denver, no Colorado, para abordar o desenvolvimento de energia

eólica no corredor migratório do grou americano e debater potenciais preocupações.

Em resultado, a EDPR NA e as outras empresas de energia eólica envolvidas contribuíram com fundos para participar no Grupo Colaborativo e elaborar o HCP. Adicionalmente, membros da indústria eólica e o Departamento de Conservação da Vida Selvagem (ODWC) de Oklahoma prepararam um pedido de concessão de fundos através do Fish and Wildlife Service dos Estados Unidos. O pedido foi apresentado em 2008 e deferido em 2009 ao ODWC, que subdelegou a concessão na AWEA.

O HCP delineará componentes da implantação, desenvolvimento e operação para permitir avanços a nível de projectos eólicos “utility-scale” que apoiem simultaneamente a conservação da espécie e objectivos energéticos alternativos. As principais facetas do HCP incluem o desenvolvimento de um inquérito protocolizado de adequabilidade do habitat/ocorrência potencial, medidas de conservação, protecção do habitat, recuperação e aquisição, bem como participação pública.

A implementação do HCP será uma ferramenta eficaz para garantir uma gestão do habitat que beneficie as populações de grous americanos em paralelo com o prejuízo ocasional de aves individuais. O esforço colaborativo da indústria permitirá uma maior sensibilização dos operadores de energia eólica a uma abordagem pró-activa da gestão dos grous e não como último recurso para evitar violações da ESA.

10. AVALIAÇÃO DA GRI

Este relatório de sustentabilidade satisfaz os indicadores das Orientações G3 da GRI e também presta informações sobre os indicadores adicionais do Suplemento para o Sector Eléctrico relacionados directamente com o negócio da empresa, que é a produção de energia a partir de fontes renováveis, basicamente do vento. A EDP Renováveis não é considerada uma empresa de serviços públicos. Em ambos os casos (indicadores GRI e indicadores do Suplemento para o Sector) são explicadas as possíveis excepções, que se devem, sobretudo, ao facto de o “core business” da empresa se basear na produção a partir de fontes renováveis, não incluindo a distribuição ou comercialização de energia. A EDP Renováveis está empenhada na melhoria progressiva da informação prestada. A empresa autodeclarou ter alcançado o nível A+, tal como confirmado pela KPMG

Ref. GRI	Definição GRI	Página a)	Comentários	Tipo de GRI b)
PERFIL				
1 Estratégia e Análise				
1.1.	Declaração do Presidente e CEO	7, 9-10		C
1.2.	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	7, 74, 107-111		C
2 Perfil Organizacional				
2.1.	Nome da Organização	14		C
2.2.	Marcas, produtos e/ou serviços primários	17, 18, 67		C
2.3.	Estrutura operacional da organização	13, 17, 28		C
2.4.	Localização da sede da organização	18		C
2.5.	Número de países em que a organização opera	18		C
2.6.	Natureza da propriedade e da forma jurídica	18		C
2.7.	Mercados fornecidos	18		C
2.8.	Escala da organização que reporta	18		C
2.9.	Mudanças relevantes durante o período de reporte relativas à dimensão, estrutura ou propriedade	18		C
2.10.	Prémios recebidos durante o período de reporte	68		C
EU1.	Capacidade Instalada, repartida entre fonte primária de energia e pelo regime regulador	21		C
EU2.	Produção líquida de energia repartida entre fonte primária de energia e pelo regime regulador	22		C
EU3.	Número de contas de clientes domésticos, industriais, institucionais e comerciais	-	Não aplicável - A empresa não tem clientes finais	C
EU4.	Extensão das linhas de transmissão e distribuição à superfície ou subterrânea de acordo com o regime regulador	-	Não aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	C
EU5.	Alocação de permissões de emissão de CO ₂ ou equivalente	-	Não aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	C
3 Parâmetros do relatório				
Perfil do relatório				
3.1.	Período do relatório	14		C
3.2.	Data do relatório anterior mais recente	14		C
3.3.	Ciclo do relatório	14		C
3.4.	Ponto de Contacto para perguntas relativas ao relatório ou ao seu conteúdo		“Contacte-nos” em www.edprenovaveis.com	C
Âmbito e Limites do Relatório				
3.5.	Processo de definição do conteúdo do relatório	14		C
3.6.	Limites do relatório	14, 136		C
3.7.	Limitações ao âmbito ou limites do relatório	14, 195		C
3.8.	Base de relatório em joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações contratadas a terceiros e outras entidades que possam afectar a comparabilidade	14		C
3.9.	Técnicas de medição de dados e pressupostos	14	Para consolidar os dados económicos e sociais foram utilizadas as taxas de câmbio usadas no relato financeiro.	C
3.10.	Explicação do efeito de nova apresentação de toda a informação fornecida em relatórios anteriores	14		C
3.11.	Alterações relevantes de períodos de relatório anteriores no âmbito, limites ou métodos de medição aplicados no relatório	14		C
Índice do Conteúdo GRI				
3.12.	Índice do Conteúdo GRI	79-85		C
Garantia				
3.13.	Política e prática corrente relativas à procura de garantia externa para o relatório	14, 214		C



sustentabilidade

Ref. GRI	Definição GRI	Página a)	Comentários	Tipo de GRI b)
4	Administração, Compromissos e Contratação			
	Administração			
4.1.	Estrutura da Administração	93-97		
4.2.	Indicar se o Presidente do órgão mais elevado da Administração também é administrador executivo	94-95		C
4.3.	Declarar o número de membros do órgão mais elevado da Administração que são independentes e/ou membros não executivos da Administração	94		C
4.4.	Mecanismo para os accionistas e trabalhadores fazerem a apresentação de recomendações ou indicações ao Conselho de Administração	69, 72, 93		C
4.5.	Relação entre a compensação dos membros do Conselho de Administração, gestores sêniores e executivos e o desempenho organizacional	115-117		C
4.6.	Implementação de processos destinados a evitar conflitos de interesse no Conselho de Administração	103-104	www.edprenovaveis.com/ Investidor/Governo Corporativo/ Estatutos e regulamentos	C
4.7.	Processo de determinação das qualificações e conhecimentos dos membros do Conselho de Administração para a orientação da estratégia organizacional a nível económico, ambiental e social	99-100		C
4.8.	Declarações de missão ou de valores, códigos de conduta e princípios referentes ao desempenho económico, ambiental e social e o seu estado de implementação	14-16, 18		C
4.9.	Procedimentos do órgão mais elevado da Administração para supervisionar a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social da organização, incluindo riscos e oportunidades significativos e a adesão ou conformidade com padrões internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	64		C
4.10.	Processos de avaliação do próprio desempenho do Conselho de Administração	99-100		C
	Compromissos com Iniciativas Externas			
4.11.	Explicação sobre se a organização tem em consideração e de que forma, a abordagem ou princípio preventivo	74		C
4.12.	Linhas orientadoras, princípio ou outras iniciativas económicas, ambientais e sociais desenvolvidas externamente, que a organização subscreva ou patrocine	14, 16, 18, 77-78		C
4.13.	Qualidade de sócio em associações e/ou organizações nacionais ou internacionais de advocacia nas quais a organização tenha poderes de Administração, participe em projectos ou comissões, atribua contribuições substanciais excepcionais ou nas quais participe na qualidade de sócio por razões de ordem estratégica	73, 77-78		C
	Contratação das Partes Interessadas			
4.14.	Lista e grupos de partes interessadas contratadas pela organização	65		C
4.15.	Condições para a identificação e seleção de partes interessadas a contratar	65		C
4.16.	Abordagens à contratação de partes interessadas, incluindo a frequência da contratação, por tipo e por grupo de partes interessadas	65		C
4.17.	Principais assuntos e preocupações que tenham surgido através da contratação das partes interessadas e a forma como a organização respondeu aos mesmos assuntos e preocupações, incluindo a sua formalização em relatório	65		C
	PERFORMANCE ECONÓMICA			
	Abordagem da Gestão	18-19, 38-40		
	Performance Económica			
EC1	Valor directo produzido e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, compensação dos trabalhadores, doações e outros investimentos na comunidade, dividendos não distribuídos e pagamentos a investidores de capital e Estados	23		C
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devidas a alterações climáticas	7, 34-38, 74, 109		C
EC3	Coertura das obrigações dos planos de benefícios definidos pela organização	70		C
EC4	Apoio financeiro relevante recebido do Estado	23		C
	Presença no Mercado			
EC5	Variedade de rácios de salário base de entrada por comparação com o salário mínimo local em locais operacionais de relevância	23		A
EC6	Política, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em instalações operacionais de relevância	73		C
EC7	Procedimentos de contratação local e proporção da contratação de altos quadros contratados entre a comunidade local em locais operacionais de relevância	73		C
	Impactos Económicos Indirectos			
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços fornecidos em primeira linha para benefício público através de contratação comercial, em géneros ou gratuita	73		C
EC9	Compreensão e descrição de impactos económicos indirectos, incluindo o alcance dos impactos	73		A
	Disponibilidade e Fiabilidade			
EU6	Abordagem na gestão da garantia da disponibilidade e fiabilidade da electricidade a curto e longo prazo	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
EU10	Capacidade planeada face à procura de electricidade projectada a longo prazo, repartida por fonte de energia e regime regulador	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
	Gestão da Procura			
EU7	Programas de gestão favoráveis à procura, incluindo programas domésticos, comerciais, institucionais e industriais.	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S

Ref. GRI	Definição GRI	Página a)	Comentários	Tipo de GRI b)
Pesquisa e Desenvolvimento				
EU8	Actividade de pesquisa e desenvolvimento e gasto destinado ao fornecimento de electricidade fiável e à promoção do desenvolvimento sustentável	65, 66		S
Desmantelamento de Fábricas				
EU9	Reservas para o desmantelamento de centrais nucleares	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
Rendimento do Sistema				
EU11	Média do rendimento da produção das fábricas termoeléctricas, por fonte de energia e por regime regulador	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
EU12	Percentagem de perdas na transmissão e distribuição em relação ao total da energia	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
AMBIENTAL				
Abordagem da Gestão		73-74		
Materiais				
EN1	Materiais utilizados, por peso ou volume	75	Não Material - O negócio principal da Companhia do núcleo é a geração de energia proveniente de fontes renováveis.	C
EN2	Percentagem de materiais utilizados que sejam reciclados de origem	75	Não Material - O negócio principal da Companhia do núcleo é a geração de energia proveniente de fontes renováveis.	C
Energia				
EN3	Consumo directo de energia pela fonte primária de energia	74	Não Material - O negócio principal da Companhia do núcleo é a geração de energia proveniente de fontes renováveis.	C
EN4	Consumo indirecto de energia pela fonte primária de energia	74	Não Material - O negócio principal da Companhia do núcleo é a geração de energia proveniente de fontes renováveis.	C
EN5	Poupança de Energia devida a melhorias em matéria de conservação e rendimento	75	Não Material - O negócio principal da Companhia do núcleo é a geração de energia proveniente de fontes renováveis.	A
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços de eficiência energética ou energia renovável e reduções das necessidades de energia em função destas iniciativas	75		A
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e as reduções alcançadas	75		A
Água				
EN8	Total de saídas de água, por fonte	-	Não aplicável - A geração de vento não tem impacto significativo no uso da água	C
EN9	Fontes de água afectadas significativamente pelas saídas de água	-	Não aplicável - A geração de vento não tem impacto significativo no uso da água	A
EN10	Percentagem e volume de água reciclada e reutilizada	-	Não aplicável - A geração de vento não tem impacto significativo no uso da água	A
Biodiversidade				
EN11	Localização e dimensão de terrenos próprios, arrendados, geridos por ou adjacentes a áreas protegidas e a áreas de grande valor de biodiversidade, mas não incluídas nas áreas protegidas	76		C
EN12	Descrição do impacto relevante em actividades, produtos e serviços relativos à biodiversidade em áreas protegidas e áreas de grande valor de biodiversidade, mas não incluídas nas áreas protegidas	76		C
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	76-78		A
EU13	Biodiversidade de habitats equivalentes, por comparação com a biodiversidade das áreas afectadas		"Em 2009 não foram necessárias medidas compensatórias relativas a habitats"	S
EN14	Estratégias, acções em curso e planos futuros para gestão dos impactos sobre a biodiversidade	76-78		A
Emissões, efluentes e resíduos				
EN16	Total de emissões com efeito de estufa, directas e indirectas, por peso.	74	Não Aplicável - O negócio da empresa não produz emissões relevantes	C
EN17	Outras emissões relevantes com efeito de estufa, por peso	74	Não Aplicável - O negócio da empresa não produz emissões relevantes	C
EN18	Iniciativas para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa e reduções alcançadas	75	Não Aplicável - O negócio da empresa não produz emissões relevantes	A
EN19	Emissões de substâncias redutoras da camada de ozono, por peso.	74	Não Aplicável - O negócio da empresa não produz emissões relevantes	C



sustentabilidade

Ref. GRI	Definição GRI	Página a)	Comentários	Tipo de GRI b)
EN20	NOx, SOx e outras emissões relevantes, por tipo e peso.	74	Não Aplicável - O negócio da empresa não produz emissões relevantes	C
EN21	Total de descarga de água, por qualidade e destino.	74	Não Aplicável - O negócio da empresa não utiliza água como recurso relevante	C
EN22	Peso total dos resíduos, por tipo e método de tratamento.	75		C
EN23	Número total e volume de derrames significativos.	76		C
Produtos e Serviços				
EN26	Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços e a dimensão da mitigação do impacto.	73-74	Não aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	C
EN27	Percentagem de produtos vendidos e o seu material de embalagem que são recolhidos, por categoria.	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, porque o produto final da empresa é energia	C
Cumprimento				
EN28	Valor monetário de multas relevantes e número total de sanções não monetárias pelo incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	76		C
Globalmente				
EN30	Gastos e Investimentos totais em protecção ambiental, por tipo	74		A
INDICADORES SOCIAIS DE PERFORMANCE				
Práticas Laborais e Trabalho Decente				
Abordagem da Gestão				
		68		
Emprego				
EU14	Programas e processos para garantir a disponibilidade de mão-de-obra qualificada	69		S
EU15	Percentagem de empregados susceptíveis de reforma nos próximos 5 a 10 anos, repartidos por categoria de trabalho e por região	68		S
EU16	Políticas e condições relativas à saúde e segurança dos trabalhadores e dos trabalhadores das entidades contratadas e subcontratadas	70-71		S
LA1	Força de trabalho total, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	68-69		C
LA2	Número total e taxa de rendimento dos empregados, por faixa etária, género e região.	68		C
EU17	Dias de trabalho dos trabalhadores das entidades contratantes e subcontratantes envolvidos em actividades de construção, funcionamento & manutenção.	-	Não Disponível - Actualmente esta informação não é registada. A empresa analisará a materialidade desta informação para permitir ser comunicada a curto prazo.	S
EU18	Percentagem trabalhadores de entidades contratantes e subcontratantes que frequentaram acções de formação relevantes de saúde e segurança	71		S
LA3	Benefícios oferecidos aos empregados a tempo inteiro que não sejam disponibilizados aos trabalhadores temporários ou a tempo parcial, por operações de maior dimensão.	70		A
Relações entre trabalho/gestão				
LA4	Percentagem de empregados abrangidos pela contratação colectiva.	70		C
LA5	Períodos mínimos de aviso relativos a alterações operacionais importantes, incluindo se os mesmos se encontram especificados nos Acordos colectivos.	70		C
Saúde e Segurança no Trabalho				
LA6	Percentagem da força de trabalho total representada em comissões formais de saúde e segurança em que participam, em conjunto, a Direcção e os trabalhadores, que ajudam a monitorizar e aconselhar sobre a matéria dos programas de saúde e segurança no trabalho	71		A
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias de ausência, absentismo e número total de mortes relacionadas com o trabalho, por região.		Para Espanha e América do Norte: - Taxa de Frequência: 2,47 - Taxa de Gravidade: 108'	C
LA8	Programas de ensino, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de riscos, implementados para apoiar os trabalhadores, as suas famílias ou membros da comunidade relativamente a doenças graves.	70-71		C
LA9	Tópicos de saúde e segurança assegurados através de acordos formais com os sindicatos.	71		A
Formação e Ensino				
LA10	Média de horas de formação anual por empregado, por categoria de empregado.	69		C
LA11	Programas para a gestão de capacidades e aprendizagem ao longo da vida que apoiam a empregabilidade contínua dos empregados e os ajuda a gerir o fim de carreira.	69		A
LA12	Percentagem de empregados sujeitos a uma revisão regular de desempenho e de progressão na carreira.	69		A
Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
LA13	Composição dos órgãos de Administração e repartição dos empregados por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, pertença a grupo minoritário e outros indicadores de diversidade.	68, 69		C
LA14	Rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de empregado.	69		C
Direitos Humanos				

Ref. GRI	Definição GRI	Página a)	Comentários	Tipo de GRI b)
Abordagem da Gestão				
		71		
Investimento e Práticas de Intervenção				
HR1	Percentagem e número total de acordos de investimento relevantes, que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram considerados em conformidade com os Direitos Humanos.	71		C
HR2	Percentagem de fornecedores relevantes e entidades contratantes que tenham sido submetidos a uma análise de conformidade com os Direitos Humanos e medidas tomadas.	71		C
HR3	Total de horas de formação dos empregados sobre políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos que sejam importantes para as operações, incluindo a percentagem de empregados que frequentaram a formação.	71	A EDP Renováveis não ministrou formação adicional específica sobre direitos humanos.	A
Não-Discriminação				
HR4	Número total de incidentes de discriminação e acções tomadas.	72		C
Liberdade de Associação e Contratação Colectiva				
HR5	Operações que foram identificadas como aquelas em que o direito ao exercício da liberdade de associação ou de contratação colectiva pode estar em considerável risco e acções tomadas para apoiar esses direitos.	72		C
Trabalho Infantil				
HR6	Operações que foram identificadas por possuírem um risco considerável de incidentes de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a eliminação do trabalho infantil.	72		C
Trabalho forçado ou compulsório				
HR7	Operações que foram identificadas por possuírem um risco considerável de incidentes de trabalho forçado ou compulsório e medidas tomadas para contribuir para a eliminação do trabalho forçado ou compulsório.	72		C
Direitos de Indígenas				
HR9	Número total de incidentes e violação de direitos de pessoas indígenas e acções tomadas.	72		A
Sociedade				
Abordagem da Gestão		72-73		
Comunidade				
EU19	Participação das Partes Interessadas no processo de tomada de decisões relacionadas com o planeamento energético e o desenvolvimento de infra-estruturas	72		S
EU20	Abordagem para a gestão dos impactos da deslocação.	-	Não Aplicável - A empresa não produz deslocações	S
SO1	Natureza, âmbito e eficácia dos programas e práticas que avaliam e gerem os impactos das operações sobre as comunidades, incluindo a chegada, o funcionamento das operações e a saída.	72-73		C
EU22	Número de pessoas física ou economicamente deslocadas e a compensação, por tipo de projecto	-	Não Aplicável - A empresa não produz deslocações	S
Corrupção				
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio analisadas relativamente a riscos relacionados com a corrupção.	72	100%, porque todos os colaboradores têm de cumprir o código de ética	C
SO3	Percentagem de empregados que frequentaram a formação da organização sobre práticas e procedimentos anti-corrupção.	72	100%, porque todos os colaboradores têm de cumprir o código de ética	C
SO4	Acções tomadas em resposta a incidentes de corrupção.	72		C
Política Pública				
SO5	Política sobre posições públicas e participação na política pública de desenvolvimento e de grupos de pressão.	73		C
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em género para partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país.	73		A
Conduta Anticoncorrencial				
SO7	Número total de acções judiciais por condutas anticoncorreciais, anti-trust e práticas concertadas e os seus resultados.	72		A
Cumprimento				
SO8	Valor monetário de multas relevantes e número total de sanções não monetárias pelo incumprimento de leis e regulamentos.	72		C
Planeamento e Resposta em caso de Catástrofe/Emergência				
EU21	Planeamento de medidas de contingência, planos de gestão da catástrofe/emergência, programas de formação e planos de recuperação/reconstituição.	71		S
Responsabilidade dos Produtos				
Abordagem da Gestão		65-67		
Saúde e Segurança dos Clientes				





sustentabilidade

Ref. GRI	Definição GRI	Página a)	Comentários	Tipo de GRI b)
PR1	Fases do ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados para melhoria e a percentagem dos produtos e serviços relevantes que são submetidos a esses procedimentos.	65-66, 70-71		C
PR2	Número Total de incidentes de incumprimento das regulamentações e códigos voluntários relativos aos impactos na saúde e segurança de produtos e serviços, por tipo de resultados.	72		A
EU25	Número de lesões e mortes para o público que envolvam activos da empresa, incluindo sentenças judiciais, acordos e processos judiciais pendentes cujo objecto sejam doenças profissionais.	72		S
Rotulagem do Produto e do Serviço				
PR3	Informação sobre o tipo de produto e serviço exigido pelos procedimentos e percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses requisitos de informação		Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	C
Comunicações de Marketing				
PR6	Programas para a adesão a leis, padrões e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	67		C
Privacidade dos clientes				
PR8	Número total de reclamações com fundamento relativas a intromissões na vida privada dos clientes e perdas de informação relativa ao cliente.	72		A
Cumprimento				
PR9	Valor monetário de multas significativas pelo não cumprimento com as leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso dos produtos e serviços.	72		C
Acesso				
EU23	Programas, incluindo os desenvolvidos em parceria com o Estado, para a melhoria ou manutenção do acesso aos serviços de electricidade.	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
EU26	Percentagem de população não abrangida pela distribuição autorizada ou áreas de serviço	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
EU27	Número de cortes no fornecimento por falta de pagamento, repartidos por duração do corte e por regime regulador.	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
EU28	Frequência do período de interrupção na produção da energia eléctrica.	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
EU29	Duração média do período de interrupção na produção da energia eléctrica.	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S
EU30	Factor médio de disponibilidade da fábrica, por fonte de energia e por país ou regime regulador.	44-45, 49		S
Forma de Transmissão da Informação				
EU24	Práticas para a abordagem de barreiras derivadas da língua, cultura, baixa escolaridade e deficiência para aceder e usar com segurança a electricidade e serviços de apoio ao cliente.	-	Não Aplicável - Não diz respeito ao negócio da empresa, comparado com uma empresa tradicional de serviços públicos	S

RELATÓRIO NÍVEL DE APLICAÇÃO		C	C+	B	B+	A	A+
DIVULGAÇÕES PADRÃO	Divulgações de Perfil G3	Relatório sobre: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15	RELATÓRIO ASSEGURADO EXTERNAMENTE	Relatório sobre todos os critérios enunciados para o nível C plus: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17	RELATÓRIO ASSEGURADO EXTERNAMENTE	Os mesmos requisitos que para o Nível B	RELATÓRIO ASSEGURADO EXTERNAMENTE
	Divulgações de Abordagens de Gestão G3	Não é necessário		Divulgações da Abordagem de indicador de Gestão de cada categoria de Indicador		Divulgações da Abordagem de Gestão de cada categoria de Indicador	
	G3 & Indicadores Suplementares da Performance do Sector	Relatório sobre um mínimo de indicadores de performance, incluindo, pelo menos um indicador económico, social e ambiental.		Relatório sobre um mínimo de 20 Indicadores de performance, pelo menos um de cada um dos indicadores económicos, ambientais, Direitos Humanos, Trabalho Sociedade e Responsabilidade do Produto.		Relatório sobre cada G3 fulcral e Indicador suplementar de sector* tomando em devida consideração o Princípio da Materialidade recorrendo, em alternativa, a) a um relatório sobre o indicador ou b) a uma explicação para a sua omissão.	

*Suplemento de sector na versão final

RELATÓRIO NÍVEL DE APLICAÇÃO		2002 EM CONFORMIDADE		C	C+	B	B+	A	A+
OBRIGATÓRIO	Declaração voluntária								
	Verificada por terceiro								
OPCIONAL	Em conformidade com a GRI								



governo da sociedade

- 88 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO**
- 93 ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE**
 - 93 Modelo de Administração e Fiscalização
 - 93 Órgãos Sociais
 - 96 Comissão de Auditoria e Controlo
 - 96 Organigrama Funcional
- 97 ESTRUTURA ACCIONISTA**
 - 97 Estrutura de Capital
 - 97 Estrutura Accionista
 - 98 Participações Qualificadas
 - 98 Titulares de Direitos Especiais
 - 98 Restrições à Transmissibilidade de Acções
 - 98 Acordos Parassociais
- 99 ADMINISTRAÇÃO E SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO**
 - 99 Estrutura, Competências e Funcionamento do Conselho de Administração
 - 100 Estrutura, Competências e Funcionamento das Comissões
 - 103 Comissão de Auditoria e Controlo
 - 104 Incompatibilidade e Independência
 - 104 Regras de Nomeação e Destituição de Membros do Órgão de Administração e da Comissão de Auditoria e Controlo
 - 104 Negócios Entre a Sociedade e os Membros dos Órgãos da Sociedade ou Sociedades do Grupo
 - 107 Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Riscos
 - 111 Auditor Externo
 - 111 Política de Comunicação de Irregularidades
- 112 EXERCÍCIO DOS DIREITOS DO ACCIONISTA**
 - 112 Descrição e Competências da Assembleia Geral de Accionistas
 - 113 Direito de Participação
 - 113 Voto e Exercício do Direito de Voto
 - 113 Exercício do Direito de Voto por Correspondência e por Meios Electrónicos
 - 113 Quórum Constitutivo e Deliberativo da Assembleia Geral
 - 114 Mesa da Assembleia Geral
 - 114 Actas e Informação Sobre as Deliberações Adoptadas
 - 114 Medidas Relativas ao Controlo e à Mudança de Controlo da Sociedade
- 115 REMUNERAÇÕES**
 - 115 Remuneração dos Membros do Conselho de Administração e dos Membros da Comissão de Auditoria e Controlo
 - 115 Componente Baseada no Desempenho, Componente Variável e Montante Fixo
 - 115 Remuneração Anual do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e Controlo
 - 116 Declaração sobre a Política de Remunerações
 - 117 Avaliação da Assembleia Geral no que Respeita à Política de Remuneração da Sociedade e à Avaliação do Desempenho dos Órgãos Sociais
 - 117 Presença na Assembleia Geral Ordinária de Accionistas de um Representante da Comissão de Nomeações e Remunerações
 - 117 Proposta Relativa à Aprovação de Planos de Atribuição de Acções e/ou de Opções de Aquisição ou com Base nas Variações do Preço das Acções
 - 117 Remuneração do Auditor
- 118 ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA EDP RENOVÁVEIS**
 - 118 A EDP Renováveis no Mercado de Capitais
 - 118 Preço das Acções da EDP Renováveis
 - 119 Política de Dividendos
- 119 RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO**
 - 119 Deveres Gerais de Informação
 - 119 Direcção de Relações com Investidores da EDP Renováveis
 - 120 Actividade em 2009
 - 120 Informação da Sociedade no Sítio da Internet
- 125 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
- 128 SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**





governo da sociedade

0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A EDP Renováveis, S.A. ("EDP Renováveis" ou a "Sociedade") é uma sociedade cotada cujas acções foram admitidas à negociação em mercado regulamentado na NYSE Euronext Lisboa (Eurolist by Euronext Lisbon), na sequência de uma oferta pública de subscrição e de admissão à negociação lançada em Maio de 2008. Face à qualidade de sociedade com acções admitidas à negociação em mercado regulamentado em Portugal, a EDP Renováveis encontra-se sujeita ao código de governo societário, aprovado pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) em Setembro de 2007 e que se denomina "Código de Governo das Sociedades". O texto deste código de governo encontra-se disponível ao público no sítio da CMVM na Internet, em "www.cvm.pt".

A EDP Renováveis declara adoptar, de forma integral, as Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes do "Código de Governo das Sociedades", salvo no que respeita às Recomendações I.4.1. e II.2.2. do aludido código, as quais não são adoptadas pelos motivos abaixo enunciados.

Na tabela seguinte, identificam-se as recomendações da CMVM previstas no referido código, especificando-se se as mesmas foram ou não adoptadas integralmente pela EDP Renováveis, e o local no presente relatório onde as mesmas são descritas mais detalhadamente.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação Sobre a Adopção da Recomendação	Descrição no Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 Mesa da Assembleia Geral		
I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adoptada	4.6
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adoptada	4.6
I.2 Participação na Assembleia		
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	Adoptada	4.2
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	Adoptada	4.2

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação Sobre a Adopção da Recomendação	Descrição no Relatório
I.3 Voto e exercício do direito de voto		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	Adoptada	4.4
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Adoptada	4.4
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Adoptada	4.3
I.4 Quórum e deliberações		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Não adoptada ("De acordo com a lei espanhola, os quóruns constitutivos em primeira e segunda convocatória são de 25% e 0% para as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e de 50% e 25% para as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias para que se possa acordar validamente a emissão de obrigações, o aumento ou redução do capital, a transformação, fusão ou cisão da Sociedade e, em geral, qualquer modificação dos estatutos. Os estatutos da Sociedade estabelecem um quórum constitutivo ligeiramente mais elevado, tendo em vista promover um reforço da base de apoio accionista para a aprovação das deliberações. A 24 de Fevereiro, de 2010, o Conselho de Administração aprovou propor na próxima Assembleia Geral uma alteração ao artigo 17.º dos estatutos, por forma a adoptar o quórum previsto na lei.")	
I.5 Actas e informação sobre deliberações adoptadas		
I.5.1 As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Adoptada	4.7
I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades		
I.6.1. As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	Adoptada	4.8
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária, – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada	4.8
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. Temas Gerais		
II.1.1. Estrutura e Competência		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adoptada	1.1
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Adoptada	3.7
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Adoptada	3.1.3/3.3.3/7.4
II.1.2 Incompatibilidades e Independência		
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.	Adoptada	1.2.2/1.2.6.1/3.1.3
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Adoptada	1.2.2/1.2.6.1



governo da sociedade

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação Sobre a Adopção da Recomendação	Descrição no Relatório
II.1.3 Elegibilidade e Nomeação		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	1.2.2/1.3/3.3
II.1.4 Política de Comunicação de Irregularidades		
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adoptada	3.9
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.	Adoptada	3.9
II.1.5 Remuneração		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.	Adoptada	5.1/5.2/5.3
II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.	Adoptada	5.4
II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.	Adoptada	5.6
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma, devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	5.3 5.7
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	Adoptada	5.3
II.2. Conselho de Administração		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	3.1/3.2.1/3.3
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Adoptada ("De acordo com a lei espanhola, as matérias referidas nesta recomendação podem ser delegadas na Comissão Executiva. É prática habitual das sociedades cotadas espanholas delegar poderes de forma mais abrangente, com excepção das matérias relacionadas com a preparação das contas").	

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação Sobre a Adopção da Recomendação	Descrição no Relatório
<p>II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.</p>	Adoptada	3.1.3
<p>II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.</p>	Adoptada	3.1.3
<p>II.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.</p>	Não aplicável ("O Conselho de Administração apenas tomou posse no primeiro semestre de 2008").	
<p>II.3 Administrador-Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo</p>		
<p>II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Adoptada	3.2.1.3
<p>II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	Adoptada	3.2.1.3.
<p>II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	Não aplicável	
<p>II.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal</p>		
<p>II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Não aplicável	
<p>II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.</p>	Adoptada	3.3.4./7.4
<p>II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.</p>	Adoptada	3.3.4/7.3
<p>II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.</p>	Adoptada	3.3.2
<p>II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	Adoptada	3.3.2/3.8
<p>II.5. Comissões Especializadas</p>		
<p>II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	Adoptada	1.1/2.2.2/3.3.2



governo da sociedade

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação Sobre a Adopção da Recomendação	Descrição no Relatório
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Não aplicável ("Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações são membros do Conselho de Administração. No entanto, os seus membros são considerados membros independentes, não fazendo, por isso, parte da Comissão Executiva. De acordo com os artigos 9.º e 130.º da Lei das Sociedades Anónimas espanhola, o regime de remuneração dos administradores deve ser fixado nos estatutos. É prática comum nas sociedades de direito espanhol que a definição dessa remuneração seja deliberada pela Assembleia Geral e que a sua alocação entre os diversos membros do Conselho de Administração seja deliberada pelo próprio órgão.")	1.2.6.2/3.2.2.1
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Adoptada	3.2.1.3 / 3.2.2.3 / 3.2.3.3./ 3.3.3

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 Deveres Gerais de Informação

III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal, deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.

Adoptada

7.1 / 7.2

III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Estatutos;
- c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas;
- f) Calendário semestral de eventos societários;
- g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;
- h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.

Adoptada

7.4

DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA

O artigo 20.º, n.º 2 dos Estatutos da EDP Renováveis qualifica como independentes os administradores que possam desempenhar as suas funções sem estarem condicionados por relações com a Sociedade, os seus accionistas com participações significativas ou os seus administradores e que cumpram os demais requisitos previstos na lei aplicável.

Assim, para os efeitos da presente declaração de cumprimento dos critérios de independência e por razões de comparabilidade entre a EDP Renováveis e as demais sociedades cotadas na Euronext Lisbon em matéria de cumprimento de recomendações sobre governo societário, foram ainda tidos em consideração os critérios de aferição de independência e incompatibilidades previstos no n.º 5 do artigo 414.º e no n.º 1 do artigo 414.º-A, com excepção da sua alínea b), ambos do Código das Sociedades Comerciais", pelo que o Conselho de Administração da EDP Renováveis considera que os seguintes administradores cumprem, cumulativamente, (i) os aludidos critérios estatutários e legais

de independência e (ii) caso os mesmos fossem aplicáveis, os critérios de incompatibilidades legalmente definidos:

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Termo do Mandato
José Silva Lopes	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Auditoria	04-06-2008	04-06-2011
António Nogueira Leite	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011
José Araújo e Silva	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011
Jorge Santos	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Auditoria	04-06-2008	04-06-2011
João Manuel de Mello Franco	Administrador (Independente) Presidente da Comissão de Auditoria	04-06-2008	04-06-2011
João Lopes Raimundo	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011
Daniel M. Kammen	Administrador (Independente)	04-06-2008	04-06-2011

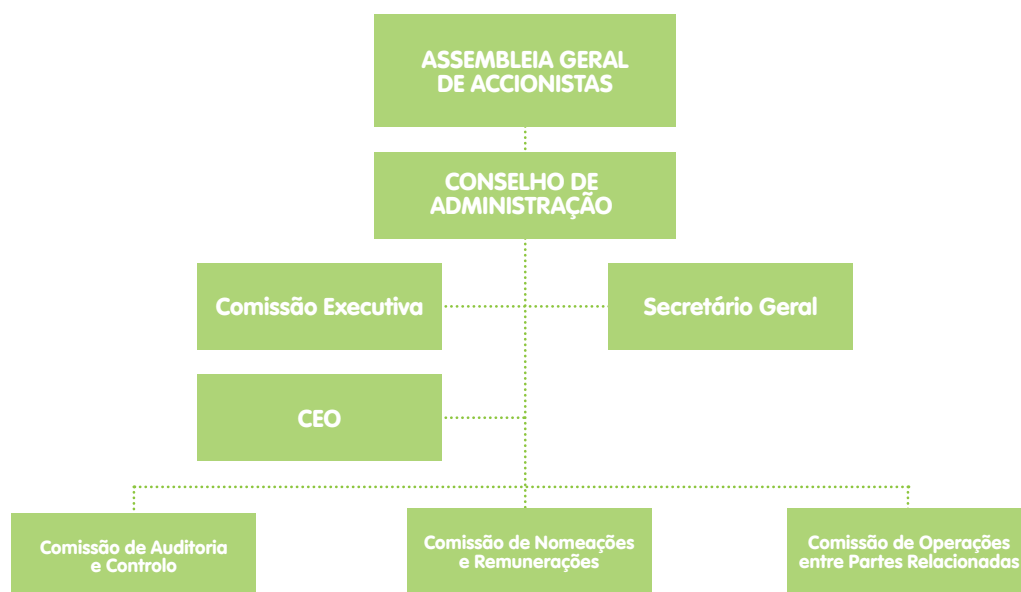
1. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

1.1. MODELO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A EDP Renováveis adoptou o modelo de governo vigente em Espanha. Este modelo compreende uma Assembleia Geral, que expressa a vontade societária, e um Conselho de Administração, que representa e administra a Sociedade.

Tal como é exigido pela lei e pelos Estatutos, o Conselho de Administração da Sociedade criou quatro comissões: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

A estrutura de governo da Sociedade é indicada no seguinte diagrama.



O modelo de governo da EDP Renováveis visa assegurar, com transparência e rigor, a separação de funções e a especialização da supervisão. Os órgãos mais importantes no modelo de administração e fiscalização da EDP Renováveis são os seguintes:

- Conselho de Administração;
- Comissão Executiva;
- Comissão de Auditoria e Controlo;
- Auditor externo.

O objectivo da adopção deste modelo por parte da EDP Renováveis é o de adaptar o governo da sociedade à legislação portuguesa, face à circunstância de a respectiva lei pessoal ser a lei espanhola. Nesta medida, o modelo de governo adoptado pela EDP Renováveis procura corresponder, na medida em que seja compatível com a sua lei pessoal, ao modelo de inspiração anglo-saxónica previsto no Código das Sociedades Comerciais, em que o órgão de administração consiste num Conselho de Administração e as funções de fiscalização/controlo encontram-se atribuídas a uma Comissão de Auditoria.

A escolha deste modelo corresponde, essencialmente, a uma tentativa de compatibilização entre dois regimes jurídicos societários diferentes, os quais se podem considerar aplicáveis a este modelo.

Embora a admissão à cotação no Euronext Lisbon das acções representativas do capital da EDP Renováveis só tenha ocorrido em meados de 2008, a experiência de funcionamento institucional indicia que o modelo de governo adoptado pelos accionistas é adequado à organização societária da actividade da EDP Renováveis, sobretudo por propiciar um saudável equilíbrio entre as funções de administração, asseguradas pela Comissão Executiva, e as funções de fiscalização, desempenhadas pela Comissão de Auditoria e Controlo, e a vigilância executada por diversas comissões especializadas do Conselho de Administração.

O relacionamento institucional e funcional entre a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e os demais membros não executivos do Conselho de Administração revelou-se igualmente bastante positivo e promotor de uma harmonia interna propiciadora do desenvolvimento dos negócios da Sociedade.

Para uma melhor compreensão do modo de funcionamento da EDP Renováveis em matéria de governo societário, a EDP Renováveis disponibiliza aos seus accionistas os estatutos actualizados, em www.edprenovaveis.com.

1.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

1.2.1. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão máximo de governo da Sociedade sendo composto pela universalidade dos accionistas. Quando validamente convocada, a Assembleia Geral tem o poder de deliberar por maioria dos votos em



governo da sociedade

matérias que, por força de disposições legais ou estatutárias, sejam da sua competência.

A Mesa da Assembleia Geral é responsável pela organização dos trabalhos. É constituída pelo Presidente da Mesa, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou quem o substitua, pelos demais administradores e pelo Secretário do Conselho de Administração.

1.2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade, sem prejuízo dos poderes específicos que a legislação ou os estatutos da Sociedade atribuem, em exclusivo, à Assembleia Geral.

A estrutura, as competências e o funcionamento do Conselho de Administração encontram-se descritos mais detalhadamente no número 3.1. O Conselho de Administração é actualmente formado pelos seguintes dezasseis (16) membros:

Nome	Cargo	Data de Nomeação	Termo do Mandato
António Mexia	Presidente e Administrador	18/03/2008	18/03/2011
Ana Maria Fernandes	Vice-Presidente, Administrador-Delegado	18/03/2008	18/03/2011
António Martins da Costa	Administrador	18/03/2008	18/03/2011
Nuno Alves	Administrador	18/03/2008	18/03/2011
João Manso Neto	Administrador	18/03/2008	18/03/2011
José Silva Lopes*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
António Nogueira Leite*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Rafael Caldeira Valverde*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
José Araújo e Silva*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Manuel Menéndez Menéndez*	Director	04/06/2008	04/06/2011
Jorge Santos*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
João Manuel de Mello Franco*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
João Lopes Raimundo*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Daniel M. Kammen*	Administrador (Independente)	04/06/2008	04/06/2011
Gilles August	Administrador (Independente)	14/04/2009	14/04/2012

* Nomeados através das deliberações adoptadas na reunião da Assembleia Geral da EDP Renováveis, realizada a 14 de Maio de 2008, tendo iniciado as suas funções como membros no Conselho de Administração a partir de 4 de Junho de 2008.

A descrição dos cargos ocupados pelos membros do Conselho de Administração durante os últimos cinco (5) anos e das funções que actualmente desempenham nas empresas do Grupo e fora dele, consta dos Anexos I, II e III, respectivamente. Do Anexo IV consta uma breve descrição do percurso académico e profissional dos membros do Conselho de Administração.

Por último, pode encontrar-se na tabela do Anexo V a discriminação das acções da EDP Renováveis devidas por cada um dos membros do Conselho de Administração.

1.2.3. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao Presidente do Conselho de Administração compete presidir e representar a Sociedade, fazendo uso da denominação social, executando as deliberações adoptadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva.

Sem prejuízo dos poderes que lhe são atribuídos pelos estatutos e pela legislação aplicável, compete ainda ao Presidente:

- Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração, definir a respectiva ordem do dia e dirigir as discussões e deliberações;
- Representar a Sociedade perante os organismos públicos e quaisquer entidades sectoriais ou patronais.

O Presidente do Conselho de Administração é designado pelos membros do Conselho de Administração, a menos que tal designação seja deliberada em Assembleia Geral. O actual Presidente foi designado em 18 de Março de 2008.

Presidente do Conselho

António Mexia

Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em caso de ausência ou impedimento. O Conselho de Administração poderá delegar no Vice-Presidente funções executivas.

O Vice-Presidente é nomeado pelo Conselho de Administração sob proposta do Presidente do Conselho de Administração. O Vice-Presidente foi designado em 18 de Março de 2008.

Vice-Presidente do Conselho

Ana Maria Fernandes

1.2.4. ADMINISTRADOR-DELEGADO

O Conselho de Administração pode designar um ou mais Administradores-Delegados (CEO). A designação dos Administradores-Delegados deve efectuar-se mediante proposta do Presidente ou de dois terços dos administradores. A designação dos Administradores-Delegados exige o voto favorável de dois terços dos administradores e deve recair obrigatoriamente num dos membros do Conselho de Administração.

Os poderes atribuídos a cada Administrador-Delegado são os que o Conselho entender por convenientes, desde que susceptíveis de delegação nos termos da legislação aplicável e dos estatutos.

O Administrador-Delegado foi nomeado em 4 de Junho de 2008, com poderes para, nomeadamente, coordenar a execução das decisões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, acompanhar, liderar e coordenar a equipa de gestão, representar a Sociedade perante terceiros e exercer outras competências relacionadas.

Administrador-Delegado

Ana Maria Fernandes

1.2.5. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

As competências do Secretário da Sociedade são as previstas na legislação em vigor, nos estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração. Em especial, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração, e para além das funções que os estatutos e a legislação em vigor lhe atribuem, compete ao Secretário:

- Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- Zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração, proporcionando aos seus membros assessoria e informação;
- Conservar os documentos da Sociedade;
- Registrar no livro de actas o desenrolar das reuniões do Conselho de Administração e certificar as deliberações tomadas;
- Certificar-se da legalidade formal e material dos actos praticados pelo Conselho de Administração e da conformidade dos mesmos com os estatutos e com o Regulamento do Conselho de Administração;
- Supervisionar e assegurar o cumprimento das disposições emanadas pelos organismos reguladores e a observância das suas recomendações;
- Secretariar as Comissões.

O Secretário da Sociedade, que ocupa simultaneamente os cargos de Secretário-Geral e Director do Departamento Jurídico da EDP Renováveis, foi designado em 4 de Dezembro de 2007.

Secretário da Sociedade
Emilio García-Conde Noriega

1.2.6. COMISSÕES

A estrutura, as competências e o funcionamento da Comissão Executiva, da Comissão de Nomeações e Remunerações e da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas encontram-se descritos no número 3.2. Não obstante, são de seguida especificadas a natureza das comissões e a identidade dos respectivos membros.

1.2.6.1. COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração susceptíveis de delegação nos termos da lei e dos estatutos, à excepção das seguintes competências: i) a designação do Presidente do Conselho de Administração, ii) a cooptação de Administradores, iii) o pedido de convocação ou a convocação de Assembleias Gerais, iv) a elaboração das contas anuais e do relatório de gestão a submeter à Assembleia Geral, v) a mudança da sede social e vi) a redacção e aprovação de projectos de fusão, cisão ou transformação da Sociedade.

A Comissão é actualmente constituída por cinco (5) membros, designados em 4 de Junho de 2008, e pelo Secretário.

Comissão Executiva	
Presidente	António Mexia
Administrador-Delegado	Ana Maria Fernandes
	António Martins da Costa Nuno Alves João Manso Neto
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão Executiva manter-se-ão em funções enquanto forem administradores da Sociedade. Contudo, o Conselho de Administração poderá, em qualquer momento, destituir os membros da Comissão Executiva e os membros poderão renunciar a estas funções mantendo o estatuto de administradores da Sociedade.

1.2.6.2. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza meramente informativa e consultiva, pelo que as suas recomendações e os seus relatórios não são vinculativos.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é actualmente constituída por três (3) membros independentes, designados em 4 de Junho de 2008, e pelo Secretário.

Comissão de Nomeações e Remunerações	
Presidente	Jorge Santos
	João Lopes Raimundo Rafael Caldeira Valverde
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão em exercício não têm qualquer relação familiar com os membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

Os membros da Comissão manter-se-ão em funções enquanto forem administradores da Sociedade. Contudo, o Conselho de Administração poderá, em qualquer momento, destituir os membros da Comissão e os membros poderão demitir-se dos seus cargos, mantendo o seu estatuto de Administradores da Sociedade.

1.2.6.3. COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão do Conselho de Administração.

A Comissão é actualmente constituída por três (3) membros, que foram designados em 4 de Junho de 2008, e pelo Secretário.

Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	
Presidente	António Nogueira Leite
	João Manuel de Mello Franco Rafael Caldeira Valverde
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão manter-se-ão em funções enquanto forem Administradores da Sociedade. Contudo, o Conselho poderá, em qualquer momento, destituir os membros da Comissão e os membros poderão renunciar a estas funções mantendo o estatuto de administradores da Sociedade.



governo da sociedade

1.3. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A Comissão de Auditoria e Controlo é um órgão permanente com competência para fiscalizar de forma independente a actuação do Conselho de Administração.

A Comissão é actualmente constituída por três (3) membros, com estatuto de administradores independentes, designados em 4 de Junho de 2008, e pelo Secretário.

Comissão de Auditoria e Controlo	
Presidente	João Manuel de Mello Franco
	João Silva Lopes Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda
Secretário	Emilio García-Conde Noriega

Os membros da Comissão manter-se-ão em funções enquanto forem administradores da Sociedade. Contudo, o Conselho de Administração poderá, em qualquer momento, destituir os membros da Comissão e os membros poderão renunciar a estas funções mantendo o estatuto de administradores da Sociedade.

A estrutura, as competências e o funcionamento da Comissão de Auditoria e Controlo encontram-se descritos no número 3.3.

1.4. ORGANIGRAMA FUNCIONAL

A EDP Renováveis adoptou o modelo de gestão ilustrado pelo seguinte organigrama:

A equipa de gestão da EDP Renováveis é composta pelo "Chief Executive Officer" (Administrador-Delegado), por quatro áreas de responsabilidade (Chief Financial Officer, Chief Business

Development Officer, Chief Operating Officer para a Europa e Chief Operating Officer para a América do Norte) e pelo Secretário e Director da Assessoria Jurídica da Sociedade. As funções e competências dos vários elementos da equipa de gestão ("Management Team"), à excepção do "Chief Executive Officer" (Administrador-Delegado), que a dirige e cujas funções já foram enunciadas, são as seguintes:

1.4.1. "CHIEF FINANCIAL OFFICER" (RUI TEIXEIRA)

O "Chief Financial Officer" tem como missão:

- Propor e assegurar a aplicação da política de gestão e financeira do Grupo, incluindo (i) negociar, gerir e controlar os financiamentos; (ii) otimizar a gestão da tesouraria e (iii) definir a política de gestão dos riscos financeiros;
- Coordenar e preparar o orçamento e o plano de negócios do Grupo, em conjunto com as plataformas de negócio do Grupo;
- Gerir os fechos de contas e demonstrações financeiras do Grupo, bem como analisar o desempenho financeiro e operacional do Grupo;
- Gerir o relacionamento com os accionistas, os potenciais investidores e os analistas de mercado do Grupo no sentido de promover a valorização das acções no mercado de capitais;
- Coordenar a função de compras do Grupo e gerir o relacionamento com os principais fornecedores, assegurando a aplicação da estratégia e da política de compras do Grupo.



1.4.2. "CHIEF BUSINESS DEVELOPMENT OFFICER" (LUÍS ADÃO DA FONSECA)

O "Chief Business Development Officer" tem como missão promover, dirigir e aprovar o desenvolvimento dos negócios da EDP Renováveis. Em conformidade com o plano estratégico e em coordenação com os restantes membros da equipa de gestão, deve aumentar o valor da carteira de negócios do grupo, identificando as potencialidades e os riscos que os mercados e as novas tecnologias apresentam. As suas equipas devem coordenar e implementar novas iniciativas de negócios em países novos, assim como acompanhar e avaliar os investimentos realizados nas plataformas consolidadas de negócio.

1.4.3. "CHIEF OPERATING OFFICER" PARA A EUROPA (JOÃO PAULO COSTEIRA)

O "Chief Operating Officer" para a Europa tem como missão coordenar a plataforma europeia da EDP Renováveis, definindo, desenvolvendo e executando o plano estratégico do negócio das energias renováveis do Grupo EDP Renováveis, definindo e implementando o plano estratégico para a Europa, de acordo com as directrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, planeando, organizando e gerindo recursos, controlando, avaliando e promovendo a melhoria da gestão dos projectos, assim como a gestão das participadas, e o cumprimento dos objectivos do Grupo para que a EDP Renováveis se torne líder no sector das energias renováveis na Europa.

1.4.4. "CHIEF OPERATING OFFICER" PARA A AMÉRICA DO NORTE (GABRIEL ALONSO IMAZ)

O "Chief Operating Officer" para a América do Norte tem como missão coordenar a plataforma da América do Norte da EDP Renováveis, definindo, desenvolvendo e executando o plano estratégico do negócio das energias renováveis do Grupo EDP Renováveis, definindo e implementando o plano estratégico para os Estados Unidos da América, de acordo com as directrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis planeando, organizando e gerindo recursos, controlando, avaliando e promovendo a melhoria da gestão dos projectos, assim como a gestão das participadas, e atingir o cumprimento dos objectivos do Grupo para que a EDP Renováveis se torne líder no sector das energias renováveis nos Estados Unidos da América.

1.4.5. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE E DIRECTOR DA ACESSORIA JURÍDICA (EMILIO GARCÍA-CONDE NORIEGA)

Assegura o apoio à actividade da Equipa de Gestão a nível jurídico, administrativo e logístico, garantindo o seu bom funcionamento, e presta assessoria jurídica ao Grupo com vista a garantir o cumprimento da legislação aplicável. Assegura o apoio jurídico às reuniões da Equipa de Gestão, incluindo a divulgação das suas deliberações.

2. ESTRUTURA ACCIONISTA

2.1 ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da EDP Renováveis, no montante de EUR 4.361.540.810, está integralmente subscrito e repartido por 872.308.162 acções com um valor nominal de EUR 5 cada.

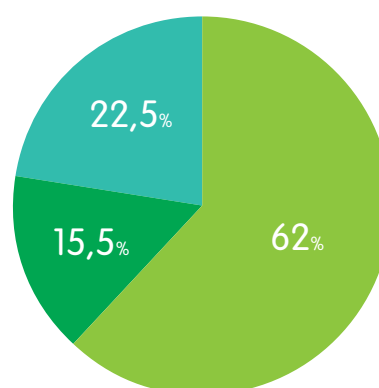
Todas as acções da EDP Renováveis são da mesma categoria. Nos termos da Lei das Sociedades Anónimas espanhola, aprovada pelo Decreto Real 1564/1989, de 22 de Dezembro de 1989 (adiante designada por Lei das Sociedades Anónimas) e dos estatutos da EDP Renováveis, o detentor de uma acção adquire a condição de accionista com todos os direitos e obrigações inerentes estabelecidos na Lei das Sociedades Anónimas e nos estatutos da EDP Renováveis. Os direitos mais importantes inerentes às acções são o direito de participação nos dividendos, o direito a obter informação geral relacionada com quaisquer matérias a ser discutidas nas Assembleias Gerais, os direitos gerais de participação, direitos de voto e de impugnação de deliberações sociais, o direito de preferência em aumentos de capital e o direito de participar na distribuição de activos no caso de dissolução da EDP Renováveis.

2.2 ESTRUTURA ACCIONISTA

Estrutura accionista – 31 de Dezembro de 2009

31 de Dezembro de 2009	N.º de Acções
EDP - Energias de Portugal, S.A.	541.027.156
Hidroeléctrica del Cantábrico, S. A.	135.256.700
Free Float	196.024.306
Total	872.308.162

"Free Float"



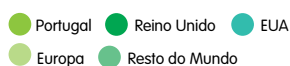
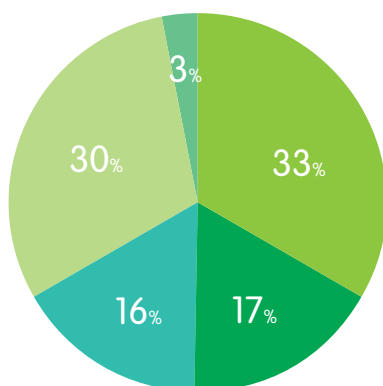
● EDP - Energias de Portugal, S.A.
 ● Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.
 ● Free Float

Em Dezembro de 2009, a EDP Renováveis detinha mais de 70.000 accionistas institucionais e particulares, repartidos por mais de 50 países, com especial enfoque em Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América e resto da Europa.

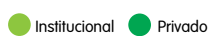
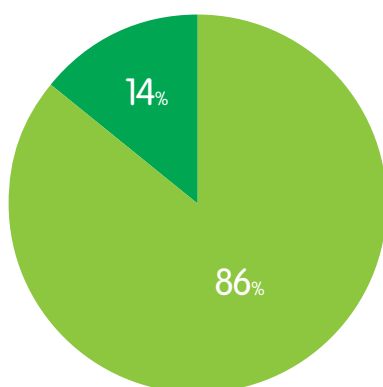


governo da sociedade

Repartição Geográfica do "Free Float"



Tipo de Investidor no "Free Float"



2.3. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

A imputação de participações qualificadas no capital social da EDP Renováveis encontra-se sujeita às normas da lei espanhola, as quais regulam, nomeadamente, os critérios e os limiares de imputação de participações sociais pelos accionistas. A 31 de Dezembro de 2009, não foram identificadas participações qualificadas detidas no capital da EDP Renováveis, com excepção das detidas pela EDP e Hidrocontábrico.

2.4. TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS

As acções da EDP Renováveis integram uma única classe e série, encontrando-se totalmente subscritas e liberadas. Não existem titulares de direitos especiais.

2.5. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DE ACÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 8.º dos estatutos da Sociedade, não existem quaisquer restrições à transmissibilidade de acções representativas do capital social da EDP Renováveis.

2.6. ACORDOS PARASSOCIAIS

Tanto quanto seja do conhecimento do Conselho de Administração da EDP Renováveis, na presente data, não existem acordos parassociais relativos à Sociedade.

3. ADMINISTRAÇÃO E SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO

Em conformidade com o disposto nos artigos 10.º e 19.º e seguintes dos estatutos da EDP Renováveis, o órgão de administração da Sociedade adopta a forma de um Conselho de Administração, do qual dependem quatro comissões; a saber: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Nomeações e Remunerações e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

3.1. ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.1. ESTRUTURA

Em conformidade com o disposto nos artigos 20.º e 21.º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um número de membros não inferior a cinco (5) e não superior a dezassete (17). O mandato dos administradores é de três (3) anos, podendo estes ser reeleitos por uma ou mais vezes por períodos de igual duração. O Conselho de Administração é actualmente composto por dezasseis (16) membros, melhor identificados no número 1.2.2. anterior.

3.1.2. COMPETÊNCIAS

Em conformidade com o disposto no artigo 19.º dos estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes de gestão, administração e governo da Sociedade, sem qualquer limitação para além da atribuição expressa e exclusiva de poderes à Assembleia Geral nos termos da legislação e dos estatutos da Sociedade. A este título, compete ao Conselho de Administração:

- Adquirir, com o propósito de onerar ou explorar, bens móveis ou imóveis, direitos, acções e participações sempre que o considere conveniente para a Sociedade;
- Alienar, hipotecar ou onerar bens móveis e imóveis, direitos, acções e participações detidas pela Sociedade, bem como cancelar hipotecas e outros direitos reais;
- Negociar e contratar empréstimos e efectuar quaisquer outras operações de crédito, nos termos e condições que julgar convenientes;
- Praticar quaisquer actos ou celebrar quaisquer contratos com entidades públicas ou privadas;
- Intentar acções cíveis e criminais de todas as espécies em representação da Sociedade, representando-a perante funcionários do Estado, autoridades, corporações, governo e tribunais administrativos, económico-administrativos e de contencioso administrativo, as secções dos assuntos sociais e do trabalho do supremo tribunal de justiça e dos tribunais superiores de justiça das comunidades autónomas, sem qualquer limitação, incluindo perante o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, e, em geral, perante a administração pública, em qualquer grau de hierarquia, e intervir ou promover, acompanhar até ao seu termo toda a espécie de acções, julgamentos e processos; consentir em transacções, interpor toda a espécie de recursos, incluindo o de cassação e outros

recursos extraordinários, desistir, confessar e transigir em quaisquer litígios, promover acções arbitrais, efectuar todo o tipo de notificações e requerimentos e outorgar procurações forenses a advogados ou outros mandatários, com poderes de representação no processo e com os poderes habituais em geral para acções judiciais e poderes especiais, e revogar essas procurações;

- Convocar as Assembleias Gerais e submeter à apreciação das mesmas as propostas que julgue convenientes;
- Gerir os negócios da Sociedade e a organização do seu trabalho e operações, acompanhar os negócios e as transacções da Sociedade, decidir a aplicação de fundos, proceder a amortizações extraordinárias de obrigações em circulação e praticar todos os actos que julgue convenientes à prossecução do objecto social;
- Nomear e destituir livremente os directores, contratar e despedir o pessoal técnico e administrativo da Sociedade e atribuir-lhes as respectivas competências e remunerações;
- Deliberar sobre a transferência da sede social dentro do mesmo concelho;
- Constituir, em conformidade com a legislação aplicável em vigor, todo o tipo de pessoas colectivas, disponibilizar e ceder todo o tipo de bens e direitos, bem como celebrar acordos de concentração e de cooperação, de associação, de agrupamento e de parceria temporária de empresas ou negócios e de constituição de comunidades de bens, assim como deliberar sobre a sua alteração, transformação e extinção;
- Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e pela legislação aplicável. Esta enumeração é meramente indicativa e não exaustiva.

No que respeita a deliberações de aumento de capital, o Conselho de Administração, por delegação da Assembleia Geral, poderá deliberar em uma ou várias vezes o aumento do capital social. Esta delegação, que poderá ser sujeita a substituição, poderá incluir a faculdade de exigir o direito de subscrição preferencial na emissão de acções que sejam objecto de delegação, preenchidos os requisitos legais.

Por outro lado, a Assembleia Geral poderá também delegar no Conselho de Administração o poder de executar uma deliberação de aumento do capital já adoptada, determinando a data ou datas da sua execução e as restantes condições que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral. Esta delegação poderá ser objecto de substituição. O Conselho de Administração poderá fazer uso, no todo ou em parte, desta delegação, inclusivamente não executá-la, tendo em consideração as condições da Sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, da qual deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.



governo da sociedade

3.1.3. FUNCIONAMENTO

O Conselho de Administração rege-se não só pelos estatutos da Sociedade e pela lei, como também pelo Regulamento aprovado em 13 de Maio de 2008. Os regulamentos acerca do funcionamento do Conselho de Administração encontram-se à disposição dos accionistas no sítio da Sociedade na Internet, em www.edprenovaveis.com.

O Conselho de Administração deve reunir pelo menos quatro (4) vezes por ano, preferencialmente uma vez por trimestre. Contudo, o Presidente, por sua própria iniciativa ou mediante solicitação de três (3) administradores, poderá convocar o Conselho sempre que o julgar conveniente para os interesses da Sociedade. O Conselho de Administração reuniu cinco (5) vezes durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009.

As reuniões são convocadas pelo Presidente, o qual pode delegar no Secretário a execução material da convocatória. A convocatória deve ser enviada com uma antecedência de, pelo menos, cinco (5) dias em relação à data prevista para a reunião. A título excepcional, quando as circunstâncias o exigirem, o Presidente poderá convocar o Conselho de Administração sem respeitar o referido prazo.

O Conselho de Administração reunirá validamente com a presença ou representação de metade mais um dos administradores em exercício. Os administradores devem assistir pessoalmente às reuniões do Conselho de Administração e, em caso de impedimento, delegarão por escrito poderes de representação noutro membro do Conselho. Sem prejuízo do disposto anteriormente, o Conselho de Administração considerar-se-á validamente constituído, sem convocatória, se todos os administradores estiverem presentes ou representados e aceitarem, por unanimidade, a realização da reunião, assim como os pontos da respectiva ordem do dia.

As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes. Cada administrador presente ou representado tem direito a um voto e o Presidente tem voto de qualidade em caso de empate.

Para que os administradores não executivos possam decidir de forma independente e informada, os artigos 22.º, 24.º e 25.º do Regulamento do Conselho de Administração estabelecem os seguintes mecanismos:

- As convocatórias das reuniões deverão indicar a ordem do dia, ainda que provisória, e ser acompanhadas da informação ou documentação relevante que se encontre disponível;
- Os administradores dispõem dos mais amplos poderes para obter informações sobre qualquer aspecto da vida da Sociedade, para examinar os seus livros, registos, documentos e o histórico das suas transacções. No sentido de evitar distorções na gestão da sociedade, o exercício dos poderes para obter informação será encaminhado através do Presidente ou pelo Secretário do Conselho de Administração;
- Qualquer administrador pode solicitar a contratação, em nome e por conta da Sociedade, de assessores jurídicos,

contabilistas, técnicos financeiros, ou comerciais ou outros especialistas. A actividade que lhes for confiada deverá incidir sobre problemas específicos, relevantes e complexos. O pedido de contratação de especialistas deverá ser encaminhado através do Presidente ou do Secretário do Conselho de Administração para que o mesmo seja submetido à apreciação do Conselho de Administração.

Graças aos mecanismos previstos no Regulamento, os administradores não executivos não se depararam com qualquer dificuldade no desempenho das suas funções.

Durante o exercício de 2009, os administradores não executivos participaram no governo da EDP Renováveis, não só assistindo às reuniões do Conselho de Administração, onde puderam expressar a sua opinião sobre vários assuntos de interesse para a Sociedade, apresentar as propostas que entenderam adequadas e tomar decisões sobre assuntos submetidos à sua apreciação, como também trabalho no seio da Comissão de Nomeações e Remunerações, da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e da Comissão de Auditoria e Controlo, as quais são constituídas exclusivamente por membros não executivos, com excepção da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, que conta com um administrador executivo.

3.2. ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

3.2.1. COMISSÃO EXECUTIVA

3.2.1.1. ESTRUTURA

Em conformidade com o disposto no artigo 27.º dos estatutos da Sociedade, a Comissão Executiva é composta por um número de administradores não inferior a três (3) e não superior a seis (6). A Comissão é actualmente composta pelos membros indicados no número 1.2.6.1.

A criação da Comissão, a nomeação dos seus membros e a extensão das competências delegadas deverão ser aprovados por dois terços (2/3) dos membros do Conselho de Administração.

3.2.1.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão Executiva é um órgão permanente, na qual se encontram actualmente delegados todos os poderes do Conselho de Administração que, nos termos da lei e dos estatutos são susceptíveis de delegação, com excepção dos seguintes poderes: i) a designação do Presidente do Conselho de Administração; ii) a cooptação de administradores; iii) o pedido de convocação ou a convocação de Assembleias Gerais; iv) a elaboração das contas anuais e do relatório de gestão a submeter à Assembleia Geral; v) a mudança da sede social; e vi) a redacção e aprovação de projectos de fusão, cisão ou transformação da Sociedade.

São conferidos aos membros da Comissão Executiva poderes para representarem a Sociedade, podendo dois dos seus membros actuar conjuntamente em nome e representação da Sociedade.

3.2.1.3. FUNCIONAMENTO

A Comissão Executiva rege-se pelos estatutos, pelo respectivo Regulamento aprovado em 4 de Junho de 2008 e, supletivamente, pelo Regulamento do Conselho de Administração. O Regulamento da Comissão Executiva encontra-se à disposição dos accionistas no sítio da Sociedade na Internet, em www.edprenovaveis.com.

As reuniões da Comissão Executiva terão lugar pelo menos uma vez por mês e sempre que o seu Presidente o considere conveniente. O Presidente poderá ainda suspender ou (re) agendar as reuniões caso o considere necessário. A Comissão Executiva reunirá ainda a pedido de, pelo menos, dois (2) dos seus membros. A Comissão Executiva reuniu trinta e três (33) vezes durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

A Comissão Executiva deve lavrar acta das suas reuniões e informar o Conselho de Administração das suas deliberações aquando da primeira reunião do Conselho que se realizar a seguir a cada reunião da Comissão Executiva.

O Presidente da Comissão Executiva, que desempenha actualmente também as funções de Presidente do Conselho de Administração, deve remeter ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo as convocatórias das reuniões da Comissão Executiva, bem como as respectivas actas.

A Comissão Executiva reúne validamente com a presença ou representação de, pelo menos, metade mais um dos membros que a integram. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos expressos. Em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

Os administradores que exerçam funções executivas devem, quando solicitado por outros membros dos órgãos sociais, prestar as informações por estes requeridas.

3.2.2. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

3.2.2.1. ESTRUTURA

Em conformidade com o disposto no artigo 29.º dos estatutos da Sociedade, a Comissão de Nomeações e Remunerações é composta por um número de administradores não inferior a três (3) e não superior a seis (6). Pelo menos um dos seus membros deverá ser independente e desempenhar as funções de Presidente da Comissão.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações não podem fazer parte da Comissão Executiva. A Comissão é actualmente composta pelos membros indicados no número 1.2.6.2, os quais são todos administradores independentes.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é integrada por membros independentes do Conselho de Administração, em conformidade com a Recomendação número 44 do Código Unificado de Bom Governo aprovado por deliberação do Conselho da Comissão Nacional do Mercado de Valores espanhola (adiante designada por "CNMV"), tal como alterada pela Circular 4/2007, de 27 de Dezembro, da CNMV, que estabelece que a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser composta exclusivamente por administradores externos, cujo número não deverá ser

inferior a três (3). Ao ser composta por administradores independentes (em Espanha, a comissão só pode ser integrada por administradores), dá-se assim cumprimento à recomendação do ponto II.5.2 do Código de Governo das Sociedades português.

3.2.2.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza meramente informativa e consultiva, pelo que as suas recomendações e os seus relatórios não são vinculativos.

A Comissão de Nomeações e Remunerações não tem funções executivas. A Comissão de Nomeações e Remunerações tem como principais atribuições prestar assistência e enviar relatórios ao Conselho de Administração sobre a nomeação (incluindo por cooptação), reeleição, destituição e remuneração dos membros do Conselho de Administração, assim como sobre a composição das várias comissões do Conselho de Administração e a nomeação, remuneração e destituição do pessoal que ocupa cargos de direcção. A Comissão de Nomeações e Remunerações apresentará ainda ao Conselho de Administração os princípios da política geral de remunerações e incentivos dos membros do Conselho de Administração e do pessoal que ocupa cargos de direcção. Compete à Comissão, nomeadamente:

- Definir os princípios e os critérios de composição do Conselho de Administração, de selecção e nomeação dos seus membros;
- Propor ao Conselho de Administração que seja submetida à Assembleia Geral a nomeação e reeleição de administradores, em caso de cooptação em ou em qualquer caso em que tal matéria possa ser submetida à apreciação da Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração a nomeação dos membros das várias comissões;
- Propor ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto nos estatutos, o sistema, distribuição e montante das remunerações dos administradores e, quando existam, propor ao Conselho de Administração os termos e condições dos contratos a celebrar com os administradores;
- Informar e, se necessário, propor ao Conselho de Administração a nomeação e/ou exoneração de elementos da direcção, assim como as condições dos respectivos contratos e, em geral, definir as políticas de contratação e remuneração dos elementos da direcção;
- Rever e prestar informações sobre os planos de incentivos, os complementos de reforma e os programas de remuneração;
- Proceder à avaliação dos membros da Comissão Executiva, tendo em vista a definição da proposta das remunerações individualizadas de cada um desses membros;



governo da sociedade

- Avaliar o desempenho global do Conselho de Administração, tendo em consideração o desempenho do mesmo e das respectivas comissões;
- Desempenhar quaisquer outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos ou pelo Conselho de Administração.

3.2.2.3. FUNCIONAMENTO

A Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelos estatutos, pelo respectivo Regulamento aprovado em 4 de Junho de 2008, e, supletivamente, pelo Regulamento do Conselho de Administração. O Regulamento da Comissão de Nomeações e Remunerações encontra-se disponível em www.edprenovaveis.com.

A Comissão reunirá, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente o considere conveniente.

Esta Comissão deve lavrar acta das suas reuniões e informar o Conselho de Administração das suas deliberações aquando da primeira reunião do Conselho que se realizar a seguir a cada reunião da Comissão.

A Comissão reúne validamente com a presença ou representação de, pelo menos, metade mais um dos administradores que a integram. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos expressos. O Presidente tem voto de qualidade em caso de empate.

3.2.2.4. ACTIVIDADE EM 2009

Durante o exercício de 2009, as principais propostas apresentadas pela Comissão foram as seguintes:

- Propor uma remuneração anual fixa para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Fixar a remuneração fixa e a remuneração variável anual e plurianual para o exercício de 2009 e 2010;
- Avaliar o desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

3.2.3. COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

3.2.3.1. ESTRUTURA

Em conformidade com o disposto no artigo 30.º dos estatutos, o Conselho tem competência para criar outras comissões, como por exemplo a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta comissão é composta por um número de membros não inferior a três (3). Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas devem ser, maioritariamente, independentes.

São considerados membros independentes da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, os membros que possam desempenhar as suas funções sem estarem condicionados por relações com a EDP Renováveis, os seus accionistas maioritários ou os seus administradores e, se aplicável, cumpram os demais requisitos previstos na lei.

A Comissão é actualmente composta pelos membros indicados no número 1.2.6.3.

3.2.3.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, enquanto órgão do Conselho de Administração, tem as seguintes competências, sem prejuízo de outras que lhe possam ser atribuídas pelo Conselho de Administração:

- Prestar periodicamente ao Conselho de Administração da Sociedade informações sobre as relações comerciais e jurídicas a estabelecer entre a EDP ou as suas Entidades Relacionadas e a EDP Renováveis ou as suas Entidades Relacionadas;
- Prestar informações, por ocasião da aprovação das contas anuais da Sociedade, sobre o cumprimento das relações comerciais e jurídicas existentes entre o Grupo EDP e o Grupo EDP Renováveis, assim como sobre as transacções realizadas entre as Entidades Relacionadas durante o exercício correspondente;
- Ratificar, nos prazos adequados às necessidades de cada caso, a realização de transacções entre a EDP, e/ou as suas entidades relacionadas, com a EDP Renováveis, e/ou as suas entidades relacionadas, sempre que o valor da transacção seja superior a € 5.000.000 ou represente 0,3% dos resultados anuais consolidados do Grupo EDP Renováveis do exercício anterior;
- Ratificar qualquer alteração ao Acordo-Quadro celebrado entre a EDP e a EDP Renováveis em 7 de Maio de 2008;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração da Sociedade ou à Comissão Executiva sobre as transacções da EDP Renováveis e das suas entidades relacionadas com a EDP e as suas entidades relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação necessária para o desempenho das suas funções.

Se a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou jurídicas estabelecidas entre a EDP, ou as suas entidades relacionadas, e a EDP Renováveis, ou as suas entidades relacionadas, o estabelecimento dessas relações dependerá da aprovação de dois terços (2/3) dos membros do Conselho de Administração, desde que, pelo menos, metade dos membros propostos por entidades que não sejam a EDP, incluindo administradores independentes, votem favoravelmente, salvo se, antes de a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas ser chamada a pronunciar-se, essa maioria já se tiver pronunciado favoravelmente.

O disposto nos parágrafos anteriores não se aplicará a transacções entre a EDP, ou as suas entidades relacionadas, e a EDP Renováveis, ou as suas entidades relacionadas, que apresentem condições *standard* e se apliquem de forma equivalente, incluindo em termos de preço, às entidades não relacionadas com a EDP, à EDP Renováveis e às suas respectivas entidades relacionadas.

3.2.3.3. FUNCIONAMENTO

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelos estatutos, pelo respectivo Regulamento aprovado em 4 de Junho de 2008 e pelo Regulamento do Conselho de Administração. O Regulamento da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas encontra-se disponível em www.edprenovaveis.com.

Esta Comissão reunirá, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente o considere conveniente.

A Comissão deve lavrar acta das suas reuniões e informar o Conselho de Administração das suas deliberações aquando da primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar a seguir a cada reunião da Comissão.

Esta Comissão reúne validamente com a presença ou representação de, pelo menos, metade mais um dos administradores que a integram. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos expressos. O Presidente tem voto de qualidade em caso de empate.

3.2.3.4. ACTIVIDADE EM 2009

Durante o exercício de 2009, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas examinou, aprovou e propôs ao Conselho de Administração a aprovação de todos os acordos e contratos celebrados entre as partes relacionadas submetidos à sua apreciação.

O número 3.6 do presente relatório inclui uma descrição dos aspectos fundamentais dos acordos e contratos entre partes relacionadas cujo objecto não se enquadre na normal actividade da EDP Renováveis.

3.3. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

3.3.1. ESTRUTURA

Em conformidade com o disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, a Comissão de Auditoria e Controlo é composta por um número de administradores não inferior a três (3) e não superior a cinco (5). Os seus membros devem ser, maioritariamente, administradores independentes. A Comissão é actualmente composta pelos membros indicados no número 1.3.

3.3.2. COMPETÊNCIAS

A Comissão de Auditoria e Controlo é um órgão permanente com competência para fiscalizar de forma independente a actuação do Conselho de Administração. A Comissão de Auditoria e Controlo tem as seguintes competências:

- Prestar informações, através do seu Presidente, nas Assembleias Gerais sobre as matérias da sua competência;
- Propor ao Conselho de Administração, para apresentação de proposta à Assembleia Geral, a nomeação de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, bem como as respectivas condições de contratação, o âmbito das suas actividades, a cessação e a renovação do seu mandato;

- Supervisionar os serviços de auditoria interna;
- Acompanhar o processo de informação financeira e os sistemas internos de controlo e de gestão de riscos;
- Elaborar um relatório anual sobre a actividade de fiscalização desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o relatório de gestão, as contas e as propostas de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração;
- Proceder à recepção e ao tratamento de comunicações de irregularidades em matéria de finanças e contabilidade apresentadas por colaboradores ou accionistas da Sociedade;
- Contratar os serviços de peritos para coadjuvação de qualquer dos membros da Comissão no desempenho das suas funções. A contratação e remuneração dos referidos peritos terão em consideração a importância das tarefas que lhes forem confiadas, assim como a situação económica da Sociedade;
- Acompanhar os Revisores Oficiais de Contas nas questões susceptíveis de pôr em risco a sua independência e em quaisquer questões relacionadas com o processo de auditoria às contas, assim como receber e conservar informação sobre quaisquer outras matérias previstas na legislação relativa à revisão de contas e nas normas técnicas de revisão/auditoria em vigor;
- Elaborar relatórios a pedido do Conselho de Administração e das suas comissões;
- Reflectir sobre o sistema de governo adoptado pela EDP Renováveis, nomeadamente, no sentido de identificar as áreas carecidas de melhoria;
- Quaisquer outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos estatutos da Sociedade.

3.3.3. FUNCIONAMENTO

A Comissão de Auditoria e Controlo rege-se pelos estatutos, pelo respectivo Regulamento aprovado em 4 de Junho de 2008 e também pelo Regulamento do Conselho de Administração. O Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se à disposição dos accionistas no sítio da Sociedade na Internet, em www.edprenovaveis.com.

Esta Comissão deve reunir, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente o considere conveniente. No ano de 2009, a Comissão de Auditoria e Controlo reuniu onze (11) vezes, com o objectivo, não só de acompanhar os fechos das contas trimestrais no primeiro semestre, mas também de conhecer os processos de preparação e divulgação da informação financeira, as actividades de auditoria interna, controlo interno e gestão de riscos.

A Comissão deve lavrar acta das suas reuniões e informar o Conselho de Administração das suas deliberações aquando da primeira reunião do Conselho que se realizar a seguir a cada reunião da Comissão.



governo da sociedade

A Comissão de Auditoria e Controlo reúne validamente com a presença ou representação de, pelo menos, metade mais um dos administradores que a integram. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos expressos. O Presidente tem voto de qualidade em caso de empate.

3.3.4. ACTIVIDADE EM 2009

No ano de 2009, a Comissão de Auditoria realizou, entre outras, as seguintes actividades: (i) análise das normas relevantes a que a Comissão está sujeita em Portugal e Espanha; (ii) avaliação da actividade do auditor externo; (iii) supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas, tendo participado na reunião da Comissão Executiva em que foram apreciados e discutidos os referidos documentos; (iv) elaboração do parecer sobre os Relatório e Contas individuais e consolidados; (v) supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno, gestão de riscos e da auditoria interna; (vi) reflexão sobre o sistema de governo societário adoptado pela EDP Renováveis; (vii) análise da evolução do projecto SCIRF; (viii) informação acerca de comunicação de irregularidades.

No desempenho das suas actividades de controlo e fiscalização, a Comissão de Auditoria e Controlo não se deparou com quaisquer constrangimentos.

O relatório sobre a actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 encontra-se à disposição dos accionistas no sítio da Sociedade na Internet, em www.edprenovaveis.com.

3.4. INCOMPATIBILIDADE E INDEPENDÊNCIA

Em conformidade com as recomendações da CMVM, o artigo 12.º do Regulamento do Conselho de Administração estabelece que, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) dos membros do Conselho de Administração devem ser independentes, considerando-se como tal aqueles que possam desempenhar as suas funções sem estarem condicionados pelas suas relações com a Sociedade, com os titulares de participações qualificadas ou com os restantes administradores e, caso lhes fossem aplicáveis, preencheriam os requisitos exigidos pelas normas relevantes.

Além disso, de acordo com o disposto no artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade, não poderão desempenhar as funções de administrador:

- As pessoas que desempenham funções de administração ou que estão relacionadas com qualquer sociedade concorrente da EDP Renováveis ou pessoas que estejam de algum modo relacionadas com as primeiras. Entende-se por sociedade concorrente da EDP Renováveis, uma sociedade que, directa ou indirectamente, se dedique à produção, ao armazenamento, ao transporte, à distribuição, à comercialização ou ao fornecimento de energia eléctrica ou de gases combustíveis; e, por entidades titulares de interesses opostos aos da EDP Renováveis, uma sociedade concorrente ou qualquer das sociedades do seu grupo, assim como os seus administradores, colaboradores, advogados, assessores ou representantes. Não poderão, em caso algum, ser

consideradas concorrentes as sociedades do grupo de sociedades em que a EDP Renováveis se encontra, incluindo sociedades estrangeiras;

- As pessoas que se encontrem em situação de incompatibilidade ou impedimento prevista na lei ou nos estatutos da Sociedade. Nos termos da lei espanhola, não podem exercer o cargo de administrador, entre outras situações, pessoas (i) com idade inferior a dezoito (18) anos, (ii) incapazes, (iii) concorrentes, (iv) condenadas pela prática de certos crimes, ou (v) que ocupam determinados cargos de gestão.

3.5. REGRAS DE NOMEAÇÃO E DESTITUIÇÃO DE MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral por maioria dos votos emitidos, para um mandato de três (3) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes por períodos de igual duração. Contudo, nos termos do disposto no artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 137.º da Lei das Sociedades Anónimas, os accionistas podem agrupar-se até atingir um valor de capital agregado pelo menos igual ao que se obtém pela divisão do referido capital social pelo número de vogais do Conselho de Administração e, assim, nomear os que, por fracções inteiras, resultarem do referido quociente. Os accionistas que façam uso desta faculdade, não poderão nomear os restantes membros do Conselho de Administração.

Considerando que não é necessário os administradores serem eleitos simultaneamente, o Conselho de Administração, no caso de ser necessário substituir um dos seus membros, nos termos previstos no artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 137.º da Lei das Sociedades Anónimas, poderá nomear o membro a substituir por cooptação, de entre os accionistas, até que a Assembleia Geral, na próxima reunião, ratifique as cooptações. Nos termos do disposto no artigo 139.º da Lei das Sociedades Anónimas, a designação de administradores por cooptação, tal como as restantes deliberações do Conselho de Administração, deverão ser aprovadas por maioria absoluta dos votos dos administradores presentes.

Em conformidade com o disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são nomeados pelo Conselho de Administração. A duração do mandato dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo coincide com a do seu mandato enquanto administradores. Os membros da Comissão, a maioria dos quais deve ser independente, podem ser reeleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, a qualquer momento. O mandato do Presidente da Comissão de Auditoria tem a duração de três (3) anos, podendo ser reeleito uma vez e por igual período. Contudo, os Presidentes cessantes da Comissão poderão continuar a ser membros da Comissão de Auditoria e Controlo.

3.6. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE OU SOCIEDADES DO GRUPO

A EDP Renováveis não celebrou qualquer contrato com os membros dos órgãos sociais durante o exercício de 2009.

No que se refere a negócios com partes relacionadas, a EDP Renováveis e/ou as suas subsidiárias celebraram os contratos enunciados seguidamente com a EDP – Energias de Portugal, S.A. (adiante abreviadamente designada por “EDP”) ou outras participadas do seu grupo de sociedades que não pertencem ao subgrupo da EDP Renováveis.

3.6.1. ACORDO-QUADRO

O Acordo-Quadro foi celebrado em 7 de Maio de 2008 entre a EDP e a EDP Renováveis e entrou em vigor aquando da admissão à negociação desta última. O Acordo-Quadro visa definir os princípios e as regras a que devem obedecer as relações comerciais e jurídicas existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que venham a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que, nem a EDP, nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDP Renováveis e as suas subsidiárias, poderão desenvolver actividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDP Renováveis. Esta última terá exclusividade ao nível mundial, com excepção do Brasil onde deverá desenvolver a sua actividade através de parcerias com a EDP – Energias do Brasil, S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou actividades relacionadas com energias eólica, solar, das ondas e/ou das marés, bem como tecnologias de produção de energia através de fontes renováveis susceptíveis de serem desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a co-produção e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

Por último, prevê que a EDP Renováveis se encontra obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento de obrigações legais e, bem assim, de a EDP Renováveis preparar as contas consolidadas do grupo.

O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP detiver, directa ou indirectamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus administradores.

3.6.2. CONTRATO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Em 4 de Novembro de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um Acordo de Serviços de Administração Executiva (“Executive Management Services Agreement”).

Através deste contrato, a EDP presta à EDP Renováveis serviços de administração, incluindo o acompanhamento quotidiano da gestão corrente da Sociedade. Ao abrigo deste acordo, a EDP designa quatro pessoas que formarão a Comissão Executiva da EDP Renováveis, cabendo à EDP Renováveis o pagamento de um montante pelos serviços prestados. A remuneração do Chief Executive Officer (CEO) até 30 de Abril de 2009 estava igualmente abrangida por este contrato.

Ao abrigo deste contrato, a EDP Renováveis pagou um montante de EUR 1.453.441,23, referente à contraprestação pelos serviços de administração no ano de 2009.

O termo do prazo inicial do contrato corresponde ao dia 18 de Março de 2011.

3.6.3. ACORDOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Os acordos de financiamento entre empresas do Grupo EDP e empresas do Grupo EDP Renováveis, foram estabelecidos ao abrigo do Acordo-Quadro acima descrito e incluem, actualmente, o seguinte:

3.6.3.1. CONTRATOS DE MÚTUO

A EDP Renováveis (na qualidade de mutuária) celebrou contratos de financiamento com a EDP Finance BV (na qualidade de mutuante), uma sociedade detida a 100% pela EDP – Energias de Portugal, S.A.. Tais contratos de financiamento podem ser estabelecidos, quer em Euros, quer em Dólares norte-americanos, tendo habitualmente uma maturidade de 10 anos e sendo remunerados a taxas calculadas com base em valores de mercado (“arm’s length”). A 31 de Dezembro de 2009, tais contratos de financiamento totalizavam EUR 822.918.847,72 e USD 1.884.481.823,97.

3.6.3.2. CONTRATOS DE CONTRA-GARANTIA

Foi celebrado um contrato de contra-garantia através do qual a EDP ou a EDP Energias de Portugal, Sociedade Anónima, sucursal em Espanha (adiante conjuntamente designadas por “Garante” ou “EDP Sucursal”), se obriga a prestar garantias accionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDP Renováveis, da Nuevas Energías de Occidente, SL (adiante abreviadamente designada por “EDPR EU”) e da Horizon Wind Energy LLC (adiante abreviadamente designada por “EDPR NA”) ou a solicitar a emissão de, nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP.

A EDP Renováveis é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR NA.

As subsidiárias da EDP Renováveis obrigam-se a indemnizar o Garante por perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (“arm’s length”). Contudo, foram estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos.

O contrato poderá cessar (i) por iniciativa de qualquer das partes, em qualquer momento, desde que não haja garantias em vigor, ou (ii) se uma das subsidiárias por conta da qual as garantias tenham sido emitidas deixar de ser controlada pelo Garante.

3.6.3.3. CONTRATO DE CONTA CORRENTE

A EDP Sucursal e a EDP Renováveis celebraram um contrato através do qual a EDP Sucursal gere as contas de tesouraria da EDP Renováveis. O contrato regula ainda uma conta corrente entre ambas as sociedades, remunerada com base em valores de mercado (“arm’s length”). Em 31 de Dezembro de 2009, a conta corrente apresentava um saldo de EUR 35.042.724,62, a favor da EDP Renováveis.



governo da sociedade

O contrato tem a duração de um ano a contar da data da sua assinatura e é renovável automaticamente por iguais períodos.

3.6.3.4. CONTRATOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009, por forma a gerir os seus excedentes de tesouraria em Dólares norte-americanos, a EDP Renováveis detinha dois depósitos de curto prazo junto da EDP Finance BV, num montante total de USD 370.675.000,00.

Os dois depósitos de curto prazo têm o seu vencimento em Janeiro de 2010.

3.6.3.5 SWAPS CRUZADOS DE DIVISAS E TAXAS DE JURO

Dado o investimento líquido na EDPR NA, as contas da sociedade e do Grupo da EDP Renováveis, e as contas da EDP Sucursal, estiveram expostas ao risco cambial. Com o objectivo de cobrir este risco cambial, o Grupo EDP negociou um swap cruzado de divisas e taxa de juro (CIRS) em Dólares norte-americanos e Euros, entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis, num montante total de USD 2.632.613,00.

3.6.3.6. ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – TAXA DE CÂMBIO

A EDP Sucursal e a EDP Renováveis estabeleceram diversos acordos para cobertura de risco com o objectivo de gerir a exposição às transacções relacionadas com os pagamentos dos investimentos realizados na Polónia, fixando a taxa de câmbio EUR/PLN de acordo com os preços no mercado de futuros em cada data de contrato. Em 31 de Dezembro de 2009, um montante total de EUR 87.660.918,51 permanecia sem cobertura de risco.

3.6.4. ACORDOS PARA COBERTURA – “COMMODITIES”

A EDP e a EDPR EU estabeleceram diversos acordos para cobertura de riscos relacionados com as vendas esperadas de energia no mercado espanhol, com vencimentos entre Março de 2009 e Dezembro de 2010, num volume total de 3.357 MWh (1.991 MWh relativos a produção de energia eléctrica abrangida por acordos para cobertura de risco em 2009 e 1.366 MWh produção de energia eléctrica abrangida por acordos para cobertura de risco em 2010), de acordo com os preços no mercado de futuros em cada contrato.

3.6.5. CONTRATO DE LICENÇA DE MARCA

Em 14 de Maio de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um contrato através do qual a primeira concede à segunda uma licença não exclusiva para utilização da marca “EDP Renováveis” no mercado das energias renováveis e actividades conexas.

Como contrapartida da concessão da licença de utilização da marca, a EDP Renováveis pagará à EDP um valor calculado com base na proporção dos custos imputáveis à primeira no orçamento anual do grupo pelos serviços de gestão de imagem e de marca, e sujeito a revisão anual. O valor estabelecido para o ano de 2009 foi de € 1.500.000.

A licença é concedida por tempo indeterminado e mantém-se em vigor até ao termo da titularidade da marca pela EDP ou até que a EDP deixe de ter a maioria do capital da EDP Renováveis ou de poder nomear a maioria dos seus administradores. O contrato poderá ser resolvido pela EDP em caso de não pagamento ou de incumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

O contrato de licença de marca deve respeitar as condições estabelecidas no Acordo-Quadro.

3.6.6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Em 4 de Junho de 2008, a EDP e a EDP Renováveis celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria.

Através deste contrato, e mediante solicitação da EDP Renováveis, a EDP (ou EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. Para o primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base num estudo de mercado, foi de 8%. Para o exercício de 2009, o custo estimado para a prestação destes serviços é de EUR 2.781.506.

O contrato tem a duração de um (1) ano e é tácita e é renovável automaticamente por iguais períodos.

3.6.7. ACORDO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 13 de Maio de 2008, a EDP Inovação, S.A. (adiante abreviadamente designada por “EDP Inovação”), sociedade do Grupo EDP, e a EDP Renováveis celebraram um acordo com o objectivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projectos na área das energias renováveis (adiante designado por “Acordo de I&D”).

O Acordo de I&D tem por objectivo evitar os conflitos de interesse e promover a troca de conhecimentos entre as empresas, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras empresas do Grupo EDP, que salvo a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em sociedades que desenvolvam determinados projectos de energias renováveis descritos no Acordo de I&D.

O Acordo de I&D confere à EDP Inovação um direito exclusivo sobre os projectos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDP opte por desenvolvê-los.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, directa ou indirectamente, mais de 50% do capital de ambas as empresas ou puder nomear a maioria dos

membros dos respectivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

3.6.8. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ENTRE A ENERNOVA – NOVAS ENERGIAS, S.A. E A EDP VALOR – GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS, S.A.

Em 1 de Janeiro de 2003, a Enernova – Novas Energias, S.A. (adiante abreviadamente designada por “Enernova”), sociedade que encabeça a plataforma do subgrupo da EDP Renováveis em Portugal, e a EDP Valor – Gestão Integrada de Recursos, S.A. (adiante abreviadamente designada por “EDP Valor”), sociedade do Grupo EDP, celebraram um contrato de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objecto a prestação, por parte da EDP Valor à Enernova, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O montante a ser pago pela Enernova e pelas suas subsidiárias à EDP Valor pelos serviços prestados durante o exercício de 2009 foi de EUR 748.634,81.

O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos e foi renovado automaticamente por igual período em 1 de Janeiro de 2008.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) ano.

3.7. SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS

3.7.1. SISTEMA INTERNO DE CONTROLO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Além da manutenção dos mecanismos tradicionais relacionados com controlo do processo de preparação da informação financeira (baseado na definição de funções e responsabilidades, implementação de sistemas de suporte, mecanismos de trabalho e comunicação dos critérios contabilísticos, fiscalização interna, fiscalização pela Comissão de Auditoria e Controlo e na execução de auditorias financeiras por uma entidade externa e independente), o Grupo EDP Renováveis decidiu implementar um Sistema de Controlo Interno de Reporte Financeiro (SCIRF), em linha com o COSO (“Committee of Sponsoring Organizations”), referência internacional nesta matéria.

Este sistema, implementado na plataforma europeia e em processo de implementação na plataforma norte-americana, inclui a descrição, a informação detalhada e a avaliação do controlo, a um nível de processo relevante para o relato financeiro e ao Nível de Controlo da Entidade (“Entity Level Control”).

De acordo com esta decisão, durante o exercício de 2009, foram desenvolvidas as actividades inerentes à actualização do âmbito, à extensão a novas geografias e à organização em geral, bem como as actividades relacionadas com as responsabilidades ao nível executivo em termos de

manutenção, execução de controlos e certificação do cumprimento global através de uma autocertificação.

Relativamente à plataforma norte-americana, a implementação do Sistema de Controlo Interno teve início em 2009, e a sua documentação e sistematização será reavaliada em 2010, após a implementação do software SAP nas áreas financeiras.

Em 2009, a Comissão Executiva aprovou o Modelo de Responsabilidades do Sistema de Controlo Interno, aplicável ao grupo. O Modelo descreve as principais funções e níveis de responsabilidade de modo a garantir o empenho da organização e uma eficácia adequada do sistema.

A Comissão de Auditoria e Controlo supervisiona todo o processo, realizando um acompanhamento contínuo do seu desenvolvimento e da evolução dos assuntos que necessitem de uma correcção, tal como identificados durante a avaliação.

3.7.2. SISTEMA INTERNO DE CONTROLO PARA A DETECÇÃO DE RISCOS LIGADOS À ACTIVIDADE DA EMPRESA

Os principais riscos e incertezas que podem afectar o desempenho operacional da EDP Renováveis são os seguintes:

3.7.2.1. RISCOS ASSOCIADOS AOS PREÇOS A RECEBER

Exposição aos preços de mercado da electricidade

A remuneração da electricidade vendida pelos parques eólicos da EDP Renováveis depende, pelo menos, em parte, dos preços de mercado da electricidade. Os preços de mercado podem ser voláteis, uma vez que são afectados por diversos factores, entre os quais o custo dos combustíveis, os níveis médios de precipitação, o custo de construção dos centros electroprodutores, o pacote tecnológico da capacidade de produção instalada e a procura dos consumidores. Assim, uma descida dos preços de mercado para níveis inferiores aos previstos pode ter um efeito material adverso nos negócios da EDP Renováveis, bem como na situação financeira ou nos resultados das operações. A EDP Renováveis utiliza actualmente diversos instrumentos de cobertura de risco financeiros e de produtos de base, com o objectivo de reduzir a exposição à flutuação dos preços da electricidade. No entanto, poderá não ser possível assegurar a cobertura do risco a que a EDP Renováveis se encontra exposta ou, por outro lado, a sociedades poderá enfrentar outras dificuldades na execução da estratégia de cobertura de risco.

Gestão da exposição aos preços da electricidade

Em 31 de Dezembro de 2009, a EDP Renováveis enfrentava um risco de preços de mercado reduzido. No caso da EDPR NA, a maior parte da sua capacidade instalada encontra-se abrangida por preços fixos determinados por contratos de aquisição de energia de longo prazo.

Nos restantes países, os preços são principalmente determinados por tarifas reguladas (França e Portugal) ou geridas através de contratos de aquisição de energia de longo prazo (Brasil, Polónia e Bélgica).



governo da sociedade

No caso de Espanha, a electricidade é vendida directamente no mercado diário a preços à vista acrescidos de um prémio predefinido e regulado. A EDP Renováveis tem também uma opção de venda da electricidade através de tarifas reguladas, garantindo preços mínimos. Em 2009, a sociedade negociou uma estrutura de cobertura de risco de modo a mitigar o efeito de flutuações do preço de mercado na “pool”.

3.7.2.2. RISCOS REGULAMENTARES

Exposição aos riscos regulamentares

O desenvolvimento e a rentabilidade dos projectos de energias renováveis dependem das políticas e dos quadros normativos que apoiam esse desenvolvimento. As jurisdições nas quais a EDP Renováveis opera dispõem de vários tipos de incentivos à comercialização de energia produzida a partir de fontes renováveis.

O incentivo às fontes de energias renováveis tem sido intenso nos últimos anos e tanto a União Europeia como diversas entidades estatais e federais dos Estados Unidos têm reafirmado regularmente o seu desejo de manter e reforçar esse apoio.

Na Europa, este apoio tem sido constante e terá de ser reforçado pois os países da UE têm objectivos e metas obrigatórias relacionadas com as energias renováveis. A nova directiva da UE sobre energias renováveis, acordada em Dezembro de 2008, exige que cada estado membro aumente a sua proporção de energias renováveis pacote de energia do bloco, para que seja possível aumentar a proporção global dos 5,5% registados em 2005, para 20% em 2020. Acresce que, os países da UE possuem objectivos internos para assegurar uma progressão sustentada em direcção ao objectivo de 2020. Por esta razão, têm de apresentar à Comissão Europeia, Planos Nacionais de Acção (PNA), baseados nas trajectórias indicativas, até 30 de Junho de 2010, seguidos da entrega de relatórios bianuais sobre os progressos alcançados. Portanto, os países da UE deverão ter estratégias de curto e longo prazo sobre energias renováveis, que serão acompanhadas e avaliadas pelas autoridades da UE.

Nos EUA, pelo contrário, não existem objectivos energéticos obrigatórios ao nível federal. Contudo, com a Administração Obama, as energias renováveis encontraram um forte apoio político. O Plano de Estímulo (“Plano Americano de Recuperação e Reinvestimento”), aprovado em Fevereiro de 2009, incluía um vasto leque de medidas destinadas a impulsionar o sector das energias renováveis.

No entanto, não é possível garantir que o apoio será mantido ou que a electricidade produzida pelos futuros projectos de energias renováveis venha a beneficiar de obrigações de aquisição reguladas, incentivos fiscais ou outras medidas de apoio à produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável.

Gestão do risco regulamentar

A EDP Renováveis pertence às mais prestigiadas associações de energia eólica, a nível nacional e internacional. A EDP Renováveis é membro das seguintes associações: “La Asociación Empresarial Eólica” (Espanha), “APREN” – Associação Portuguesa de Produtores de Energia Eléctrica de Fontes Renováveis – (Portugal), “Le Syndicat des Energies Renouvelables” (França), ANEV (Itália), BWEA (Reino Unido) e PIGEO (Polónia). Nos EUA, a EDP Renováveis participa nas seguintes associações de energia eólica: AWEA (“American Wind Energy Association”), “Wind on the Wires” (Midwest) e CEERT (Califórnia). A nível internacional, a EDP Renováveis é membro da Associação Europeia de Energia Eólica (EWEA), que é actualmente a maior rede de energia eólica.

O facto de ser um membro activo em todas estas associações permite à EDP Renováveis manter-se a par das alterações regulatórias e representar os interesses do sector da energia eólica quando solicitada pelos governos.

3.7.2.3. RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA

Risco associado à volatilidade na produção de energia

A actividade da EDP Renováveis está concentrada na produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável. A quantidade de energia produzida pelos parques eólicos e a sua rentabilidade dependem das condições climáticas, as quais variam com a localização dos parques eólicos, as estações e os anos. Uma vez que as aerogeradores apenas entram em funcionamento quando as velocidades do vento se situam dentro de limites específicos, que variam de acordo com o fabricante e o tipo de aerogerador, se essas velocidades não se situarem dentro desses limites ou se situarem no limiar inferior dos mesmos, a produção de energia nos parques eólicos diminuirá.

As variações e flutuações das condições do vento nos parques eólicos podem originar flutuações sazonais e outras na quantidade de electricidade produzida e, conseqüentemente, nos resultados das operações. Além disso, uma diminuição sustentada das condições de vento pode levar a reduções da eficiência operacional, da produção de energia e da rentabilidade.

Gestão dos riscos associados à volatilidade da produção de energia

As variações das condições do vento devem-se a flutuações sazonais, as quais têm impacto na quantidade de electricidade produzida. A EDP Renováveis atenua este risco através da diversificação dos seus parques eólicos em cada país. Este “efeito de portfolio” permite compensar as variações do vento em cada área e manter a quantidade total de energia produzida relativamente estável.

3.7.2.4. RISCOS ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS AEROGERADORES EÓLICOS

Risco associado ao desempenho dos aerogeradores eólicos

O risco associado ao desempenho dos aerogeradores eólicos é o risco de que o desempenho do aerogerador não seja óptimo e, portanto, a produção de energia diminua.

Gestão do risco associado ao desempenho dos aerogeradores eólicos

A EDP Renováveis não está muito exposta a este risco, na medida em que o seu grande volume limita a disponibilidade de risco, pois as economias de escala protegem a empresa de acontecimentos imprevistos. No entanto, a EDP Renováveis reduz o risco associado ao desempenho dos aerogeradores eólicos através da implementação das seguintes medidas.

Em primeiro lugar, a EDP Renováveis reduz o risco associado ao desempenho dos aerogeradores eólicos utilizando um conjunto de fornecedores de aerogeradores, o que minimiza o risco tecnológico.

Em segundo lugar, o risco associado ao desempenho dos aerogeradores eólicos é atenuado através da celebração de contratos de operação e manutenção estritos e rigorosos com os fornecedores, normalmente por períodos de 5 anos (acordo de manutenção integral), tendo os dois primeiros anos uma garantia total.

Por outro lado, são contratadas garantias técnicas com os fornecedores de aerogeradores a fim de garantir o desempenho optimizado dos aerogeradores. A disponibilidade e a curva de potência de cada aerogerador são garantidas adequadamente através de cláusulas de “danos litigiosos” que estabelecem indemnizações a serem pagas pelos fornecedores quando a disponibilidade (normalmente, 96 ou 97%) ou a curva de potência contratadas não forem atingidas. O risco associado ao desempenho do aerogerador eólica é também atenuado com uma manutenção preventiva programada e adequada, e igualmente por sistemas de manutenção que tendem a antecipar problemas.

Após o primeiro período de 5 anos, a operação e manutenção é habitualmente contratada a uma entidade externa, embora a assistência técnica seja contratada com os fornecedores dos aerogeradores.

Finalmente, a EDP Renováveis tem um curso um Projecto LEAN. O LEAN constitui um programa de melhoria contínua que procura atingir o seguinte:

- Maximizar a Disponibilidade dos Aerogeradores
- Melhorar a Eficiência
- Gerir a Energia Reactiva

De modo a alcançar os objectivos acima indicados, a equipa LEAN colabora efectivamente com todas as áreas técnicas, tais como Operação e Manutenção, Avaliação do Potencial Eólico, Centro de Tecnologia e Centro de Expedição.

3.7.2.5. RISCOS ASSOCIADOS AO LICENCIAMENTO

Riscos associados ao licenciamento

Os parques eólicos estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estatal, regional e local em matéria de desenvolvimento, construção, licenciamento e operação de centros electroprodutores. Entre outros, a regulamentação incide sobre: aquisição, arrendamento e utilização de terrenos; licenças de construção, transporte e distribuição; licenças ambientais e paisagísticas; congestionamento das redes de distribuição e transmissão de energia. O processo de desenvolvimento dos parques eólicos está condicionado à obtenção daquelas licenças e autorizações. O facto de as autoridades não concederem as referidas licenças e autorizações, ou de o fazerem com atrasos ou limitações, poderá ter um impacto significativo sobre a actividade.

Gestão dos riscos associados ao licenciamento

Os riscos associados à obtenção de licenças e autorizações são reduzidos pelo facto da EDP Renováveis estar presente em diferentes países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Romênia, Reino Unido, EUA e Brasil. Além disso, a sociedade possui um conjunto alargado de projectos em “pipeline” que proporcionam alguma segurança perante a possibilidade de vir a suportar potenciais problemas no desenvolvimento de outros projectos, assegurando os objectivos de crescimento.

Finalmente, a EDP Renováveis reduz o risco de desenvolvimento pela criação de parcerias com parceiros locais.

3.7.2.6. RISCO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE AEROGERADORES EÓLICOS:

Risco associado ao fornecimento de aerogeradores eólicos

Os aerogeradores eólicos são um componente significativo dos custos de investimento de um parque eólico (70 a 80%). Os principais riscos associados aos aerogeradores eólicos são:

- Risco do preço: ocorre quando a oferta de aerogeradores eólicos não consegue acompanhar a crescente procura e os preços sobem abruptamente, afectando a rentabilidade dos novos parques eólicos;
- Risco de quantidade: quando não existem aerogeradores disponíveis para a construção de novos parques eólicos.

Gestão do risco associado ao fornecimento de aerogeradores eólicos

Os últimos anos foram marcados pelas dificuldades da indústria das aerogeradores eólicos em acompanhar a procura em expansão. Neste contexto de elevado crescimento, os produtores têm sentido dificuldades para assegurar o fornecimento de aerogeradores eólicos. No entanto, esta tendência inverte-se em 2008 e 2009, pois a procura de aerogeradores abrandou, criando um cenário mais favorável para a EDP Renováveis. A sociedade está a explorar a possibilidade de contratar parte das suas necessidades



governo da sociedade

estimadas de fornecimento de aerogeradores neste contexto favorável.

A EDP Renováveis utiliza um conjunto diversificado de fornecedores de aerogeradores, a fim de reduzir a sua dependência de um único fornecedor. Actualmente, a EDP Renováveis é um dos produtores cujo portefólio é mais diversificado, sendo a Vestas e a Gamesa os seus fornecedores mais importantes. O vasto conjunto de fornecedores da EDP Renováveis permite à empresa evitar os riscos tecnológicos de cada fornecedor de aerogeradores. Além disso, a EDP Renováveis possui a dimensão necessária para contratar com diversos fornecedores.

A EDP Renováveis tem vindo a assegurar os seus aerogeradores eólicos através de contratos flexíveis a longo prazo com vários dos principais fabricantes de aerogeradores. Os acordos-quadro permitiram à EDP Renováveis dispor de aerogeradores quando necessário, mas, no contexto actual, esses acordos podem impedir a sociedade de aproveitar a descida dos preços dos aerogeradores. Por esse motivo, a EDP Renováveis encontra-se a renegociar os acordos-quadro, bem como, a negociar contratos mais flexíveis para os próximos anos. Ao acompanhar as tendências de mercado, a EDP Renováveis pode conseguir acordos com os fornecedores quando as condições de mercado sejam favoráveis. Além disso, ao contratar volumes elevados, a EDP Renováveis consegue obter melhores preços e condições, que reduzem o efeito dos aumentos gerais nos preços dos activos.

3.7.2.7. EXPOSIÇÃO AOS MERCADOS FINANCEIROS

Riscos associados à exposição aos mercados financeiros

A EDP Renováveis está também exposta a flutuações das taxas de juro pelo financiamento, em especial, os empréstimos accionistas do Grupo EDP e o financiamento concedido por investidores institucionais em associação com as suas Estruturas de Parcerias no caso das operações nos EUA, bem como o financiamento de projectos e empréstimos concedidos por entidades exteriores ao grupo EDP. Este risco pode ser atenuado utilizando instrumentos de cobertura de risco, incluindo swaps de taxa de juro, mas não é garantido que os esforços de cobertura de risco sejam bem sucedidos.

Por último, as flutuações cambiais podem também exercer um efeito material adverso na situação financeira e nos resultados operacionais. A EDP Renováveis pode tentar cobrir os riscos das flutuações cambiais realizando a correspondência entre receitas e custos na mesma divisa ou através da utilização de diversos instrumentos de cobertura de risco, incluindo os contratos de futuros sobre divisas. No entanto, não existem garantias de que os esforços da sociedade para atenuar os efeitos das flutuações das taxas de câmbio sejam bem sucedidos.

Gestão dos riscos financeiros

A evolução dos mercados financeiros é analisada continuamente, seguindo a política de gestão de risco do Grupo EDP. São utilizados instrumentos financeiros para minimizar os efeitos adversos potenciais decorrentes dos riscos associados às taxas de câmbio e às taxas de juro no seu desempenho financeiro.

A execução da gestão dos riscos financeiros é da competência do Departamento Financeiro da EDP, seguindo as medidas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Departamento Financeiro identifica, avalia e submete à aprovação do Conselho os mecanismos de cobertura de risco adequados a cada exposição. O Conselho de Administração é responsável pela definição dos princípios gerais de gestão de risco e pela determinação dos limites de exposição.

i. Risco associado às taxas de juro

Os fluxos de caixa financeiros e operacionais do Grupo são substancialmente independentes da flutuação dos mercados das taxas de juro.

O objectivo das políticas de gestão do risco associado às taxas de juro consiste em reduzir os encargos financeiros e a exposição de dívida de tesouraria resultantes das flutuações de mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados destinados a fixar as taxas de juros da dívida. No contexto financeiro das taxas flutuantes, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados sobre taxas de juro para cobrir o risco de tesouraria associados a pagamentos de juros futuros, os quais têm o efeito de converter empréstimos com taxa de juro variável em empréstimos com taxa de juro fixa.

O Grupo EDP Renováveis possui um portefólio de derivados sobre taxas de juro com maturidades compreendidas entre 1 e 10 anos, aproximadamente. O Departamento Financeiro do Grupo EDP efectua análises de sensibilidade do justo valor de instrumentos financeiros para flutuações das taxas de juro.

ii. Risco cambial

O Grupo opera a nível internacional e está exposto ao risco cambial decorrente dos investimentos em subsidiárias. Como política geral, a EDP Renováveis efectua a correspondência dos custos e das receitas dos seus parques eólicos na mesma divisa, atenuando o efeito das variações cambiais, ao mesmo tempo que preserva o valor. Actualmente, a principal exposição ao risco de flutuação cambial é ao par dólar/euro, decorrente principalmente da participação na EDPR-NA.

O Departamento Financeiro do Grupo EDP é responsável pelo controlo da evolução da do Dólar norte-americano, procurando atenuar o impacto das flutuações da moeda nos resultados financeiros das empresas do Grupo e, conseqüentemente, no resultado líquido consolidado, utilizando derivados sobre taxas de câmbio e/ou outros instrumentos de cobertura de risco. A política implementada pelo Grupo consiste em utilizar instrumentos financeiros derivados para fins de cobertura de riscos cambiais com características idênticas às do produto coberto. As operações são revalorizadas e controladas ao longo das suas vidas úteis e são efectuadas análises periódicas à sua eficácia no controlo e cobertura dos riscos que estiveram na sua origem.

3.7.2.8. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte é o risco da contraparte em dado contrato não cumprir, quer por problemas temporários de liquidez, quer por problemas sistémicos de longo prazo.

Gestão do risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte em transacções financeiras, a política do Grupo EDP Renováveis é gerido através da análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição de cada contraparte. As contrapartes em transacções financeiras e de derivados estão restringidas a instituições de crédito de elevada qualidade, pelo que não deve considerar-se que exista um risco significativo de incumprimento da contraparte e não são exigidas garantias para essas transacções.

No caso específico da EDPR-EU, o risco de crédito não é significativo devido à limitação do período médio de cobrança dos saldos dos clientes e à qualidade dos seus devedores. Na Europa, os principais clientes são operadores e distribuidores do mercado energético dos respectivos países.

No caso da EDPR-NA, a análise do risco de crédito é mais relevante dada a habitual estrutura de preços e condições dos contratos de aquisição de energia. Por esses motivos, o risco de crédito é cuidadosamente avaliado, tendo em atenção as notações de risco da contraparte. Em muitos casos, de acordo com a exposição do contrato são exigidas garantias adicionais ao crédito.

3.7.2.9. RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de cumprir atempadamente as suas obrigações financeiras.

Gestão do risco de liquidez

A estratégia do Grupo para a gestão da liquidez consiste em assegurar, tanto quanto possível, que existe liquidez significativa para cumprir atempadamente as suas obrigações, em condições normais ou de excepção, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em perigo a reputação do Grupo.

Dada a actual situação do mercado de dívida, poderia ser difícil reunir os requisitos financeiros necessários para executar as actividades do Grupo.

A política de liquidez adoptada assegura a conformidade com as obrigações de pagamento contraídas, através da manutenção de facilidades de crédito suficientes e do acesso às facilidades de crédito do Grupo EDP.

3.8. AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável por propor ao Conselho de Administração que submeta à Assembleia Geral a nomeação dos auditores da Sociedade, bem como as respectivas condições de contratação, destituição e renovação de mandato e o âmbito das suas funções.

A Comissão de Auditoria e Controlo deve acompanhar os auditores nas questões que possam pôr em risco a sua independência e em quaisquer outras questões relacionadas com processo de auditoria das contas. A Comissão de Auditoria e Controlo deve ainda obter e actualizar informações sobre quaisquer outras questões previstas na legislação sobre auditoria às contas e normas técnicas de auditoria em vigor.

O auditor actualmente designado pela EDP Renováveis é a KPMG Auditores S.L.

A Comissão de Auditoria e Controlo avaliou o desempenho do auditor externo na prestação dos serviços contratados pela Sociedade e da qual resultou uma avaliação positiva sobre a qualidade dos mesmos, tendo considerado que foram cumpridas as normas aplicáveis em vigor e aconselhado a manutenção do referido auditor no cargo.

O trabalho do auditor externo, incluindo os relatórios e as auditorias às contas da Sociedade, foi fiscalizado e avaliado em conformidade com as normas e os padrões aplicáveis, em particular, as normas internacionais de auditoria.

3.9. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Desde o início da admissão à negociação no Euronext Lisbon, a EDP Renováveis tem procurado instituir medidas que assegurem o seu bom governo e o das suas subsidiárias e, entre elas, a prevenção de práticas censuráveis, nomeadamente em matérias contabilística e financeira.

Para este efeito, o Conselho de Administração da EDP Renováveis deliberou disponibilizar aos respectivos colaboradores um canal de comunicação para que aqueles possam reportar, de forma directa e confidencial, qualquer prática presumivelmente ilícita ou uma alegada irregularidade contabilística e/ou financeira ocorrida na respectiva sociedade. Estas comunicações são directamente endereçadas à Comissão de Auditoria e Controlo.

A criação pela EDP Renováveis deste canal para comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares visa essencialmente:

- Garantir a existência de condições que permitam a qualquer colaborador comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios à Comissão de Auditoria e Controlo;
- Facilitar a detecção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos ao Grupo EDP Renováveis, aos seus colaboradores, clientes e accionistas.



governo da sociedade

O contacto com a Comissão de Auditoria e Controlo da Sociedade só é possível através de correio electrónico e endereço postal, sendo reservado o acesso à informação recebida neste âmbito.

Qualquer reclamação ou denúncia dirigida à Comissão de Auditoria e Controlo será tratada de forma estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do remetente, desde que essa condição não inviabilize a investigação da reclamação. Ser-lhe-á assegurado que a Sociedade não exercerá qualquer acção retaliatória ou disciplinar em virtude do exercício do direito que lhe assiste de denunciar situações irregulares, de fornecer informações ou de colaborar num processo de investigação.

O Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2009 não se registaram quaisquer comunicações de irregularidades na EDP Renováveis.

4. EXERCÍCIO DOS DIREITOS DO ACCIONISTA

4.1. DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão máximo de governo societário, sendo composto pela universalidade dos accionistas, à qual compete, quando validamente constituída, deliberar, por maioria de votos, sobre qualquer assunto que, dentro das determinações legais e estatutárias, seja da sua competência. Cabe-lhe nomeadamente:

- Eleger e destituir os administradores;
- Eleger os auditores;
- Avaliar a gestão dos negócios sociais e aprovar as contas do exercício anterior, bem como deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Deliberar sobre o aumento e a redução do capital social e, delegando no Conselho de Administração, se aplicável, dentro dos prazos previstos na Lei, a faculdade de assinalar a data ou datas de execução da deliberação de aumento ou redução de capital, podendo o Conselho de Administração fazer uso, no todo ou em parte, desta delegação, inclusivamente não a executar considerando as condições da Sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que, no seu entendimento, justifiquem tal decisão, devendo dar conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo outorgado para a sua execução;
- Delegar no Conselho de Administração o poder de aumentar o capital social nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 153.º do Decreto Real 1564/1989, de 22 de Dezembro, que aprova o novo texto da Lei das Sociedades Anónimas (adiante designado por "Lei das Sociedades Anónimas");
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- A alteração dos Estatutos da Sociedade;
- Deliberar sobre a dissolução, cisão e transformação da Sociedade;
- Deliberar sobre qualquer assunto que o Conselho de Administração entenda submeter-lhe, estando este obrigado a convocar com a maior brevidade possível a Assembleia Geral de Accionistas sempre que se verificarem circunstâncias ou factos relevantes que possam afectar a Sociedade, os seus accionistas ou órgãos sociais.

Os acordos da Assembleia Geral vinculam todos os accionistas, incluindo accionistas que tenham votado contra ou não tenham participado.

A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária. Ambos os casos se regem pelo disposto na lei e nos estatutos sociais.

- A Assembleia Geral ordinária deve reunir nos primeiros seis (6) meses de cada exercício, para analisar

o desempenho da gestão da sociedade, aprovar o relatório anual e as contas do exercício do ano anterior e deliberar sobre a aplicação dos resultados e sobre a aprovação das contas consolidadas, se aplicável. A Assembleia Geral delibera ainda sobre qualquer outro assunto, que estando no âmbito da sua competência, esteja incluído na ordem do dia;

- Uma Assembleia Geral Extraordinária é qualquer outra assembleia que não reúna as características mencionadas no parágrafo anterior.

4.2. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Todos os accionistas, independentemente do número de acções de que forem titulares, podem estar presentes na Assembleia Geral e participar nas suas deliberações, tendo o direito de usar a palavra e votar.

Para estar presente na assembleia, os accionistas devem ter as suas acções registadas em seu nome na conta de acções escriturais até cinco (5) dias úteis antes da data marcada para a Assembleia Geral. Desta forma, a EDP Renováveis não exige o bloqueio das acções como requisito para a participação dos accionistas na Assembleia Geral.

Acresce que, embora não se encontrando uma disposição expressa sobre a matéria nos Estatutos, em caso de suspensão de uma Assembleia Geral, a EDP Renováveis pretende adoptar a Recomendação I.2.2 do Código de Governo das Sociedades, não exigindo o bloqueio das acções com uma antecedência superior a cinco dias.

Qualquer accionista que tenha o direito de estar presente em Assembleia Geral poderá fazer-se representar por qualquer pessoa à sua escolha, mesmo não sendo accionista. A procuração para este efeito é sempre revogável. O Conselho de Administração poderá exigir que as procurações sejam entregues na sede social até dois (2) dias úteis antes da data marcada para a realização da assembleia, indicando o nome do representante.

A procuração é conferida por escrito ou através de meios de comunicação à distância, como a via postal, e é válida para uma única Assembleia Geral.

4.3. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

A cada acção corresponde um voto.

Não dispõem de direito de voto as acções que se emitam sem esse direito, salvo nos casos em que a lei vigente assim o estabeleça.

Não existe um sistema de participação dos trabalhadores no capital da EDP Renováveis, pelo que não foram estabelecidos quaisquer mecanismos de controlo relevantes quanto ao exercício de direitos de voto por trabalhadores ou seus representantes.

4.4. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA E POR MEIOS ELECTRÓNICOS

Os accionistas poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, por via postal ou electrónica, sobre quaisquer matérias compreendidas no âmbito das competências da Assembleia Geral. Para ser válido é essencial que o voto seja recebido na sede social até às 24 (vinte e quatro) horas do dia anterior previsto para a realização da Assembleia Geral em primeira convocatória.

O voto por correspondência postal é efectuado mediante o envio, para a morada indicada na convocatória da Assembleia, de uma declaração do sentido de voto, acompanhada da documentação referida no Guia do Accionista.

Para exercer o direito de voto por meios electrónicos, o accionista deve manifestar a sua intenção ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com a antecedência necessária para permitir o seu exercício no prazo e forma indicados na convocatória da Assembleia. Subsequentemente, o accionista receberá uma comunicação com o código de acesso (password) para o exercício do direito de voto por via electrónica, no prazo e forma estabelecidos na Convocatória.

O voto à distância pode ser revogado se for anulado com a antecedência prevista para o efeito através do mesmo meio utilizado, ou se o accionista ou seu representante comparecerem na Assembleia Geral.

O Conselho de Administração decidiu submeter à aprovação da próxima Assembleia Geral um Guia do Accionista que contém, nomeadamente, os modelos a utilizar para o exercício do voto por correspondência e por meios electrónicos. Está à disposição dos accionistas em www.edprenovaveis.com.

4.5. QUÓRUM CONSTITUTIVO E DELIBERATIVO DA ASSEMBLEIA GERAL

As Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, consideram-se validamente constituídas em primeira convocatória desde que os accionistas presentes ou representados detenham acções representativas de, pelo menos, trinta e três por cento (33%) do capital subscrito com direito de voto, e em segunda convocatória, acções representativas de, pelo menos, vinte e cinco (25%) do capital subscrito com direito de voto.

Contudo, para que a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária possa deliberar validamente sobre a emissão de obrigações, o aumento ou a redução do capital social, a transformação, fusão ou cisão da Sociedade e, em geral, qualquer alteração aos Estatutos da Sociedade, deverão estar presentes ou representados em primeira convocatória accionistas que detenham acções representativas de cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direito de voto, e em segunda convocatória, acções representativas de trinta e três por cento (33%) do capital subscrito com direito de voto.

A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, adoptará as suas deliberações por maioria simples dos votos emitidos pelos accionistas presentes ou representados, com direito a voto. Contudo, para as deliberações a que se refere o



governo da sociedade

parágrafo anterior, quando estejam presentes accionistas que detenham acções representativas de menos de cinquenta por cento (50%) do capital subscrito com direito de voto, as deliberações só poderão ser tomadas validamente com o voto favorável dos dois terços (2/3) do capital com direito de voto presente ou representado na Assembleia Geral.

Em 24 de Fevereiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de submeter à próxima Assembleia Geral uma modificação do Artigo 17.º dos Estatutos, por forma a estabelecer o quórum tal como é exigido por Lei.

4.6. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente da Assembleia Geral é eleito pela própria Assembleia e deve cumprir os mesmos requisitos de independência que são exigidos aos administradores independentes. O mandato do Presidente tem a duração de três anos, podendo ser renovado uma única vez.

Em 4 de Junho de 2008, a presidência da Assembleia Geral foi assumida por Rui Chancerelle de Machete, com domicílio profissional na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Rua do Sacramento à Lapa, 21, 1249-090 Lisboa.

Para além do Presidente, a Mesa da Assembleia Geral é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pessoa que o substitua, pelos demais administradores e pelo Secretário do Conselho de Administração.

A função de Secretário da Assembleia Geral é assumida pelo Secretário do Conselho de Administração, Emilio García-Conde Noriega, com domicílio profissional na sede da Sociedade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP Renováveis dispõe dos recursos humanos e logísticos adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da EDP Renováveis, na medida em que, para além do Secretário da Sociedade e do apoio jurídico disponibilizado para o efeito, a Sociedade contrata uma entidade especializada na recolha, tratamento e contagem de votos.

Em 2009, a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDP Renováveis foi de EUR 15.000,00.

4.7. ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE AS DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

Tendo em conta que a EDP Renováveis é, desde 4 de Junho de 2008, uma sociedade com acções admitidas à negociação no mercado regulamentado da NYSE Euronext Lisboa, as informações sobre governo societário passam a ser colocadas à disposição dos accionistas através do sítio da Sociedade na Internet www.edprenovaveis.com. Os extractos das actas das reuniões da Assembleia Geral, bem como a respectiva convocatória, ordem de trabalhos, propostas apresentadas à Assembleia Geral e formas de participação, deverão ser disponibilizados aos accionistas no prazo de cinco (5) dias a contar da data de realização das reuniões. As actas passam a ser publicadas a partir da primeira Assembleia Geral realizada a seguir à admissão à negociação da Sociedade.

Considerando a natureza pessoal da informação, não constam do acervo histórico as listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas, embora a EDP Renováveis pretenda, aquando da realização das suas Assembleias Gerais, substituí-las, em conformidade com a Circular n.º 156/ EMIT/DMEI/2009/515 da CMVM, por uma informação estatística que permita esclarecer o número de accionistas presentes, bem como a distinção entre o número de presenças físicas e o de votos exercidos por correspondência.

A EDP Renováveis considera que a informação materialmente relevante para os investidores não abrange a totalidade do conteúdo das actas. A sua disponibilização integral seria, aliás, susceptível de utilização para finalidades não relacionadas com o interesse social, dos accionistas, dos investidores e do mercado em geral.

Nesta medida, a EDP Renováveis disponibiliza no seu sítio da internet um extracto das actas das Assembleias Gerais com toda a informação relevante relacionada com a realização da Assembleia Geral e com as deliberações aprovadas, incluindo as propostas apresentadas e eventuais declarações de voto.

No referido sítio da internet é disponibilizada aos accionistas da EDP Renováveis, informação relativa: i) aos requisitos de participação na Assembleia Geral; ii) ao exercício de direito de voto por correspondência; e iii) aos elementos informativos disponíveis na sede social.

4.8. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO E À MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE

A Sociedade não adoptou medidas defensivas que tivessem por efeito provocar uma erosão grave ao seu património em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração.

Os estatutos não prevêm limitações à transmissibilidade das acções, nem ao exercício do direito de voto qualquer que seja a deliberação, nem limitações para integrar os órgãos de governo da EDP Renováveis. Não há ainda qualquer decisão que entre em vigor na sequência de uma oferta pública de aquisição de acções.

Nesta medida, a ausência da adopção pela Sociedade de qualquer medida que vise impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição encontra-se em linha com a orientação preconizada na Recomendação I.6.1 do Código de Governo das Sociedades da CMVM.

Por outro lado, a EDP Renováveis não celebrou quaisquer acordos (vigentes ou com efeitos futuros) sujeitos à condição de mudança de controlo da Sociedade, para além daqueles de acordo com a prática corrente no caso do financiamento de determinados projectos de parques eólicos por parte de alguma das sociedades do grupo.

Finalmente, não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares dos seus órgãos de administração ou dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de administradores, assim como em casos de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança da estrutura de controlo da Sociedade.

5. REMUNERAÇÕES

5.1. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Em conformidade com o disposto no artigo 26.º dos Estatutos da Sociedade, a remuneração de todos membros do Conselho de Administração deve ser constituída por uma quantia fixa a ser determinada pela Assembleia Geral e pelas despesas com a participação nas reuniões do Conselho.

O aludido artigo dispõe ainda que os administradores podem ser remunerados através da atribuição de acções da Sociedade, opções de aquisição de acções ou outros valores mobiliários que confirmam o direito à aquisição de acções da Sociedade, ou mediante sistemas remuneratórios indexados ao valor das acções. Em qualquer caso, o sistema escolhido deve ser aprovado pela Assembleia Geral e estar em conformidade com a legislação em vigor.

A Comissão de Nomeações e Remunerações tem competência para propor ao Conselho de Administração, embora de forma não vinculativa, o sistema, a distribuição e o montante das remunerações dos administradores, tendo por base o montante global da remuneração autorizada pela Assembleia Geral. Pode ainda propor ao Conselho a definição dos termos e condições dos contratos a celebrar com os administradores. O montante exacto a ser auferido por cada Administrador, a periodicidade e as demais condições de remuneração são determinados pelo próprio Conselho de Administração com base na proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações.

A remuneração máxima aprovada pela Assembleia Geral de Accionistas para o exercício de 2009 para os membros do Conselho de Administração é de EUR 2.500.000.

5.2. COMPONENTE BASEADA NO DESEMPENHO, COMPONENTE VARIÁVEL E MONTANTE FIXO

Embora os membros do Conselho de Administração sejam todos remunerados, os membros da Comissão Executiva, com excepção do Chief Executive Officer (que dedica a maior parte do seu trabalho à actividade da EDP Renováveis) não são remunerados, pelo que, em 2009, a remuneração paga directamente pela EDP Renováveis a esses administradores foi nula.

Esta prática de governo societário em matéria retributiva é consentânea com o modelo adoptado no Grupo EDP, em que os administradores executivos da EDP não auferem qualquer remuneração directamente das empresas do grupo em cujos órgãos de administração participam, mas apenas através da EDP.

Não obstante e em conformidade com a referida prática de governo societário, a EDP Renováveis celebrou com a EDP um acordo de serviços de administração executiva, nos termos do qual a Sociedade suporta um custo pela prestação dos referidos serviços que corresponde ao valor da remuneração definida para os membros executivos do Conselho de Administração.

A remuneração prevista no acordo de serviços de administração executiva está dividida em duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente variável está dividida em duas parcelas, uma anual e outra plurianual, calculadas com base nos seguintes elementos: retorno para os accionistas, capacidade para criar valor, aumento da capacidade instalada (MW), crescimento dos rendimentos líquidos e EBITDA.

A remuneração do Chief Executive Officer é constituída por uma componente fixa e outra variável. A componente variável está dividida em duas parcelas, uma anual e outra plurianual, calculadas com base nos seguintes elementos: retorno para os accionistas, capacidade para criar valor, aumentos da capacidade instalada (MW), crescimento dos rendimentos líquidos e EBITDA.

Por outro lado, os administradores não executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas enquanto administradores ou, cumulativamente, pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações de Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.

A EDP Renováveis não implementou quaisquer planos de remuneração de acções ou planos de aquisição de acções como componentes da remuneração dos seus administradores.

5.3. REMUNERAÇÃO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foi a seguinte:

Remuneração	Euros			
	Fixa	Variável		Total
		Anual	Plurianual	
Administradores Executivos				
António Mexia*	0	0	0	0
Ana Maria Fernandes (CEO)*	246.857	0	0	246.857
António Martins da Costa*	0	0	0	0
Nuno Alves*	0	0	0	0
João Manso Neto*	0	0	0	0
Administradores não Executivos				
José Silva Lopes	60.000	0	0	60.000
António Nogueira Leite	60.000	0	0	60.000
Rafael Caldeira Valverde	55.000	0	0	55.000
José Araújo e Silva	0	0	0	0
Manuel Menéndez Menéndez	0	0	0	0
Jorge Santos	60.000	0	0	60.000
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	60.000	0	0	60.000
João Manuel de Mello Franco	80.000	0	0	80.000
João Lopes Raimundo	55.000	0	0	55.000
Daniel M. Kammen	45.000	0	0	45.000
Gilles August	33.750	0	0	33.750
Total	755.607	0	0	755.607

* Com excepção do Chief Executive Officer, os membros da Comissão Executiva não recebem qualquer remuneração da EDP Renováveis. No entanto, através do Acordo de Serviços de Administração Executiva, a EDP Renováveis deverá pagar à EDP um montante de EUR 884.481,00 pelos serviços prestados no exercício de 2009.

** O montante refere-se ao período entre Maio e Dezembro de 2009. Ao abrigo do Acordo de Serviços de Administração Executiva a EDP Renováveis pagará um montante adicional de EUR 568.960,00, que inclui remunerações fixas relativas ao período de Janeiro a Abril e remunerações variáveis relativas a 2008.



governo da sociedade

O plano de poupança de reforma dos membros da Comissão Executiva funciona como complemento efectivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respectivo vencimento anual.

Os administradores não auferem, a título de remuneração, qualquer benefício não pecuniário relevante.

Além disso, a remuneração dos membros da Equipa de Gestão, com excepção do Chief Executive Officer, foi a seguinte:

Remuneração	Euros			
	Fixa	Variável		Total
		Anual	Plurianual	
Equipa de Gestão	928.315	550.000	163.359	1.641.674

5.4. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A definição da proposta da política de remuneração dos membros do Conselho de Administração compete à Comissão de Nomeações e Remunerações nomeada pelo Conselho de Administração. Esta comissão definiu a remuneração a atribuir aos administradores, procurando que a mesma reflecta o desempenho de cada um dos membros em cada ano do mandato (remuneração variável anual), bem como o seu desempenho durante o mandato mediante a fixação de uma componente variável que seja consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da sociedade (remuneração variável plurianual). Procura-se desta forma o alinhamento do comportamento do Conselho de Administração com os interesses dos accionistas. A declaração sobre a política de remuneração irá ser submetida para apreciação na próxima Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia e com carácter consultivo. Está actualmente em vigor (sem ter sofrido qualquer alteração), nos termos seguintes:

A remuneração fixa para o Chief Executive Officer corresponde a EUR 384.000 brutos anuais e para os restantes membros será determinada nos termos fixados pelo Grupo EDP.

A remuneração variável anual para cada um dos membros da Comissão Executiva poderá oscilar entre 0 e 100% da remuneração bruta fixa anual. Apenas tem lugar se, pelo menos, forem atingidos 90% dos objectivos estratégicos. O respectivo montante é determinado com base nos seguintes indicadores em relação a cada ano do mandato: o desempenho relativo do retorno accionista total da EDP Renováveis vs Eurostoxx Utilities, PSI-20 e Iberdrola Renováveis 2009, a capacidade real de gerar valor accionista na EDP Renováveis, o aumento da potência (MW) instalada, o crescimento do resultado líquido e o EBITDA da EDP Renováveis em 2009.

A remuneração variável plurianual para cada um dos membros da Comissão Executiva pode ser estabelecida num montante compreendido entre 0% e 100% da remuneração bruta trianual, em função da avaliação anual acumulada do desempenho dos administradores relativamente ao seu contributo para a sustentabilidade económica do Grupo EDP Renováveis. A atribuição desta remuneração plurianual, embora calculada anualmente, só se torna efectiva se no final do mandato tiverem sido atingidos, pelo menos, 90% dos objectivos estratégicos fixados. Tal é avaliado em função do desempenho e da comparação com os objectivos estratégicos de referência. Em concreto, a fixação desta componente remuneratória é efectuada com base nos seguintes elementos: o desempenho relativo da Capitalização Bolsista do Grupo EDP Renováveis vs Eurostoxx Utilities e PSI-20 no mandato, a capacidade de gerar valor do Grupo EDP Renováveis, o desempenho do Índice de Sustentabilidade aplicado à EDP Renováveis (Metodologia DJSI), a imagem do Grupo EDP Renováveis nos mercados nacional e internacional (através de auditorias e inquéritos à marca), a capacidade de mudança e adaptação às novas exigências do mercado (através de inquéritos), o cumprimento das metas estratégicas ao nível nacional e internacional e a evolução durante o respectivo mandato da margem do EBITDA do Grupo EDP Renováveis vs Eurostoxx Utilities.

O período temporal considerado para a determinação do valor da componente plurianual da remuneração (de 3 anos), a utilização de critérios qualitativos orientados para uma perspectiva estratégica e de médio prazo no desenvolvimento da Sociedade, a existência de um limite máximo para a remuneração variável e o peso relativo desta componente no valor global da remuneração constituem elementos determinantes para fomentar um desempenho da gestão da Sociedade que não se focalize apenas em objectivos de curto prazo, mas que integre no seu desempenho os interesses da Sociedade e dos accionistas no médio e longo prazo.

O plano de poupança de reforma dos membros da Comissão Executiva funciona como complemento efectivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respectivo vencimento anual.

Os administradores não auferem, a título de remuneração, qualquer benefício não pecuniário relevante.

Por outro lado, a definição da política de remunerações dos Dirigentes (na acepção do disposto no n.º 3 do artigo 248.º-B do Código de Valores Mobiliários) que não integrem os órgãos de administração e fiscalização compete ao Conselho de Administração.

Assim sendo, o Conselho de Administração irá submeter à apreciação da próxima Assembleia Geral a referida política de remunerações dos dirigentes. Tem como base os seguintes factores:

- A política adoptada na fixação da remuneração dos dirigentes da EDP Renováveis coincide com aquela que está definida para a generalidade dos trabalhadores da Sociedade;
- Assim sendo, a remuneração dos dirigentes da Sociedade compreende uma remuneração fixa e uma componente variável;
- A qualidade/quantificação do desempenho é estabelecida de acordo com critérios que foram previamente definidos pelo Conselho de Administração;
- Neste termos, ter-se-ão em conta, para a definição do eventual prémio por desempenho dos dirigentes, não só os factores comportamentais de cada trabalhador, nomeadamente, tendo em conta quer o grau de responsabilidade do seu cargo, quer a sua capacidade de adaptação à Sociedade e seus procedimentos, mas também o desempenho económico-financeiro da área de negócio em que o trabalhador está inserido e o desempenho económico-financeiro da EDP Renováveis.

5.5. AVALIAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL NO QUE RESPEITA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE E À AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia Geral é responsável pela nomeação do Conselho de Administração, o qual nomeia a Comissão de Nomeações e Remunerações, que é a entidade responsável

pela apresentação da declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais da Sociedade.

Para além desta matéria, a Assembleia Geral, no âmbito das suas funções, tem o dever de apreciar a referida declaração.

Por outro lado, e nos termos do artigo 95.º da Lei das Sociedades Anónimas, a Assembleia Geral tem ainda o dever de avaliar o desempenho dos órgãos sociais, adoptando uma deliberação anual em relação à manutenção da confiança nos membros dos órgãos sociais.

5.6. PRESENÇA NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACCIONISTAS DE UM REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Aquando da realização da Assembleia Geral de Accionistas da EDP Renováveis, estarão presentes ou representados todos os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações.

5.7. PROPOSTA RELATIVA À APROVAÇÃO DE PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E/OU DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO OU COM BASE NAS VARIAÇÕES DO PREÇO DAS ACÇÕES

A Sociedade não aprovou nenhum plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções ou que tenha por base as variações do preço das acções.

5.8. REMUNERAÇÃO DO AUDITOR

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os honorários da KPMG Auditores, S.L. pela prestação de serviços de auditoria e revisão legal de contas, de serviços de consultoria fiscal e outros serviços que não sejam os de revisão de contas, são os seguintes:

EUROS					
Países	Auditoria e Revisão de Contas	Serviços de garantia de fiabilidade	Serviços de consultoria fiscal	Outros serviços que não sejam os de Auditoria e Revisão Legal de Contas	Total
Portugal	166.200	-	-	-	166.200
Espanha	687.597	99.813	331.491	-	1.118.901
Brasil	35.824 BRL 99.700	-	-	-	35.824
EUA	694.403 USD 965.000	208.680 USD 290.000	659.214 USD 916.098	-	1.562.297
Outros	217.909 EUR 151.750 PLN 188.250 RON 130.000	13.900	6.000 PLN 28.090	-	237.809
Total	1.801.933	322.393	996.705	0	3.121.031

Os serviços de auditoria e revisão legal de contas prestados foram os necessários para a certificação legal das contas anuais, individuais e consolidadas, da empresa e das suas subsidiárias em Espanha e no estrangeiro.



governo da sociedade

6. ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA EDP RENOVÁVEIS

6.1 A EDP RENOVÁVEIS NO MERCADO DE CAPITALIS

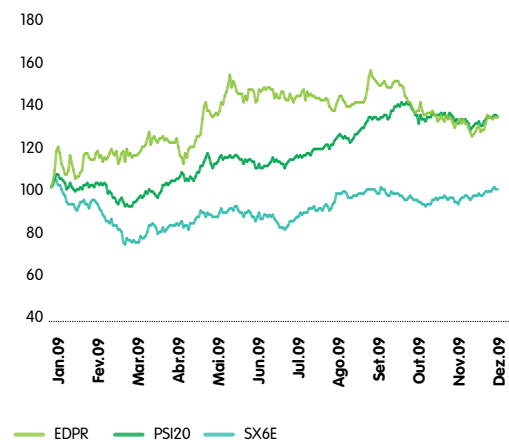
As acções representativas do capital social da EDP Renováveis foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de bolsa regulamentado NYSE Euronext Lisboa em 4 de Junho de 2008, naquela que constituiu a maior Oferta Pública Inicial (IPO) lançada em 2008 na Europa Ocidental.

A EDP Renováveis tem 872.308.162 acções ordinárias, com um valor nominal de EUR 5,00 e que representam 100% do capital social, admitidas à negociação no mercado NYSE Euronext Lisboa. O “free float” desde o IPO é de 22,5%.

EDP RENOVÁVEIS, S.A.	
Acções	
Capital Social	€ 4.361.540.810
Valor Nominal	€ 5,00
N.º de Acções	872.308.162
Data de início de negociação	4 June 2008
NYSE Euronext Lisboa	
Reuters RIC	EDPR.LS
Bloomberg	EDPR.PL
ISIN	ES0127797019

6.2 PREÇO DAS ACÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS

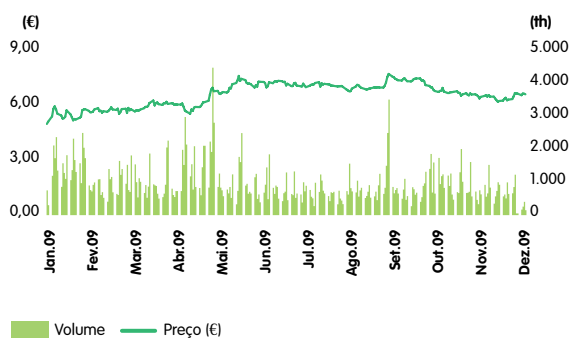
Em 2009, o preço das acções da EDP Renováveis subiu cerca de 33%, encerrando o ano com o valor de EUR 6,63 cada. No mesmo período, o PSI20 e o Euronext 100 subiram 33% e 25%, respectivamente, enquanto que o Dow Jones Eurostoxx Utilities recuou 1%.



Foram transaccionadas ao longo do ano 256.130.419 acções da EDP Renováveis, correspondentes a um volume de negócios de aproximadamente 1.676 mil milhões de euros. Em média, na Euronext Lisboa, a EDP Renováveis transacciona diariamente cerca de 1 milhão de acções.

A EDP Renováveis terminou o ano com uma capitalização bolsista de 5,8 mil milhões de euros, o que a transforma na quarta maior empresa cotada em Portugal.

Preços e Transacções das Acções da EDP Renováveis em 2009

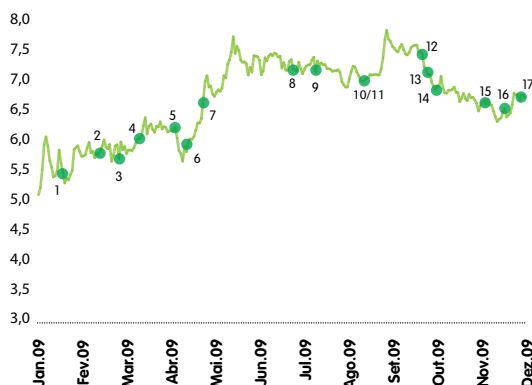


Indicadores - Mercado de Capitais		
Acções da EDP Renováveis no NYSE Euronext Lisboa (EUR)	2009	2008
Cotação de início*	5,00	8,00
Cotação de fecho	6,63	5,00
Cotação máxima	7,75	8,00
Cotação mínima	5,00	3,45
Varição da cotação e de índices de referência	2009	2008
EDP Renováveis	33%	-37%
PSI20	33%	-51%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	-1%	-38%
Euronext 100	25%	-45%
Liquidez das Acções da EDP Renováveis no mercado	2009	2008
Volume na NYSE Euronext (milhões de €)	1.676,0	1.646,0
Volume Diário Médio (milhões de €)	6,4	11,0
Número de acções transaccionadas	256.979.419	215.951.049
Número médio de acções transaccionadas	984.595	1.459.129
Número total de acções emitidas	872.308.162	872.308.162
Número de acções próprias	0	0
Valor de mercado da EDP Renováveis (milhões de €)	2009	2008
Capitalização bolsista no final do período	EUR 5.783	EUR 4.364

(*1 de Janeiro de 2009 e 4 de Junho de 2008, respectivamente)

De seguida mostra-se a evolução da cotação da EDP Renováveis ao longo do ano, assinalando-se todos os comunicados e factos relevantes que podem de algum modo ter impacto na mesma.

Principais Eventos em 2009 com Impacto na Evolução da Cotação



Date	Descrição	
1	20-Jan	A EDPR divulga dados operacionais previsionais de 2008
2	17-Fev	Aprovação de incentivos chave relacionados com a energia nos EUA aplicáveis à EDPR NA
3	26-Fev	A EDPR divulga resultados de 2008
4	18-Mar	A EDPR reforça a sua presença no mercado brasileiro
5	14-Abr	Assembleia anual de accionistas da EDPR
6	22-Abr	A EDPR divulga dados operacionais previsionais do 1.º trimestre de 2009
7	6-Mai	A EDPR divulga resultados do 1.º trimestre de 2009
8	16-Jul	A EDPR divulga dados previsionais do 2.º trimestre de 2009
9	29-Jul	A EDPR divulga resultados do 2.º trimestre de 2009
10	1-Set	A EDPR estabelece um novo tipo de estrutura de parceria institucional para 101 MW nos EUA
11	1-Set	O Departamento do Tesouro dos EUA aprova o primeiro "cash grant" da EDPR
12	14-Out	A EDPR divulga dados operacionais previsionais do 3.º trimestre de 2009
13	20-Out	O Governo das Astúrias concede provisoriamente 246 MW à EDPR
14	28-Out	A EDPR divulga resultados do 3.º trimestre de 2009
15	2-Dez	A EDPR põe termo a duas estruturas de parceria institucional nos EUA
16	16-Dez	A EDPR obtém 840 MW no pré-registo espanhol para capacidade renovável
17	28-Dez	A EDPR estabelece a sua segunda estrutura de parceria institucional incorporando o "cash grant" para nos EUA

6.3 POLÍTICA DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos deve ser proposta pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis e autorizada por deliberação aprovada em Assembleia Geral da EDP Renováveis. Conforme disposto na Lei de Sociedades Anónimas espanhola, o dividendo declarado em cada ano fiscal apenas pode ser distribuído a partir dos lucros da EDP Renováveis para esse ano fiscal ou a partir das reservas distribuíveis, sem que, em resultado dessa distribuição, os activos da EDP Renováveis fiquem abaixo do valor do capital social da EDP Renováveis.

A partir de 2011, a EDP Renováveis espera declarar e pagar dividendos aos seus accionistas que representem, pelo menos, 20% dos lucros apurados no respectivo ano, começando a fazê-lo no que respeita ao ano fiscal que termina em 31 de Dezembro de 2010. O Conselho de Administração da EDP Renováveis pode ajustar esta política de dividendos, caso seja necessário, de modo a reflectir, entre outros aspectos, alterações à estratégia de negócio e às necessidades de capital. A futura distribuição de dividendos dependerá das condições verificadas no momento, incluindo os resultados líquidos consolidados e individuais, os proveitos, a situação financeira, a disponibilidade de fundos legalmente distribuíveis e as perspectivas futuras. Em resultado, não pode ser dada qualquer garantia que num determinado ano serão propostos e declarados dividendos. Quaisquer dividendos pagos no futuro podem encontrar-se sujeitos a retenção na fonte.

7. RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO

7.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

A disponibilização aos investidores (potenciais e efectivos) de informação acerca da Sociedade constitui um vector estruturante da política e actuação da EDP Renováveis, enquanto sociedade cotada. Com efeito, a promoção de informação transparente, de qualidade e modo simples reveste-se de uma importância fundamental para uma correcta percepção da estratégia, da situação financeira, contabilística e patrimonial e dos eventos significativos relativos à sociedade.

Nesta perspectiva, a EDP Renováveis procura proporcionar aos investidores um conjunto de informações que os possam auxiliar na tomada de decisões de investimento (ou desinvestimento), de uma forma esclarecida, clara e concreta.

Este posicionamento da Sociedade manifesta-se nomeadamente na relativa frequência da publicação de comunicados de informação privilegiada respeitantes a eventos significativos ocorridos no âmbito da actividade da empresa durante cada ano.

A divulgação periódica de informação sobre a empresa, nomeadamente, a divulgação trimestral de resultados, em cumprimento das obrigações legais aplicáveis nesta sede, constitui um elemento relevante na relação da empresa com o mercado em matéria de deveres de informação.

Quanto à transmissão de informação, a EDP Renováveis considera o sítio na internet como um veículo primordial de publicação de informação, através do qual se procura manter disponível informação actualizada sobre o desenvolvimento da actividade e os resultados da empresa.

Desta forma, a EDP Renováveis pretende, de modo continuado e transparente, assegurar a manutenção de uma relação próxima com todos os agentes do mercado.

7.2 DIRECÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA EDP RENOVÁVEIS

A Direcção de Relações com Investidores (DRI) da EDP Renováveis actua como interlocutor entre a equipa de gestão da EDP Renováveis e o vasto universo de accionistas, analistas financeiros, investidores e mercado em geral. Tem como principais objectivos garantir o princípio de igualdade dos accionistas e prevenir as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, bem como diminuir o desvio de percepção em termos estratégicos e valor intrínseco da sociedade. É responsabilidade da Direcção de Relações com Investidores desenvolver e implementar a estratégia de comunicação, assim como manter um adequado relacionamento institucional e ao nível da informação perante o mercado financeiro, a bolsa de valores na qual as acções EDP Renováveis se encontram admitidas à negociação e as respectivas entidades reguladoras e de supervisão (CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Portugal e CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores em Espanha).



governo da sociedade

A Direcção de Relações com Investidores, coordenada pelo Dr. Rui Antunes, encontra-se nos escritórios da empresa em Madrid. Os seus contactos são os seguintes:

Calle Serrano Galvache, nº 56
Centro Empresarial Parque Norte
Edifício Encina – 4º Piso
28033 Madrid, Espanha
Telefone: +34 902 830 700
Fax: +34 914 238 410
E-mail: ir@edprenovaveis.com

O DRI, reportando directamente à Equipa de Gestão da EDP Renováveis através do Chief Financial Officer (CFO), tem como principais atribuições:

- Assegurar o cumprimento de todas as obrigações legais associadas ao facto de a EDP Renováveis estar cotada em bolsa;
- Definir e implementar a estratégia de comunicação perante os analistas e investidores, quer na assessoria à equipa de gestão da definição da política de comunicação financeira e estratégica da EDP Renováveis, quer na preparação, tratamento e publicação da informação;
- Coordenar, elaborar e realizar sessões de divulgação e de prestação de informação, conferências de imprensa e “roadshows”. Tal inclui: divulgação de factos relevantes e outras comunicações; publicação dos resultados trimestrais e demonstrações financeiras periódicas; realização de apresentações estratégicas ao mercado; organização de “roadshows” com membros da equipa de gestão nas principais praças financeiras; realização e acompanhamento de reuniões e conferências telefónicas regulares a pedido dos investidores e analistas interessados; e, respostas a dúvidas e questões sobre a envolvente e a actividade de negócios da EDP Renováveis, por e-mail, via telefónica, ou reuniões presenciais, a analistas, investidores institucionais e particulares;
- Apresentar à equipa de gestão as expectativas dos analistas financeiros e “benchmark” com a concorrência, acompanhando todos os movimentos em bolsa e mercados financeiros de interesse para a empresa, filtrando a informação para as estruturas internas da empresa, quando tal se justifique, e comunicando à mesma as diferentes percepções que os agentes do mercado de capitais têm da evolução da actividade da EDP Renováveis;
- Desenvolver e actualizar a secção de relações com investidores no sítio da internet da EDP Renováveis (www.edprenovaveis.com).

7.3 ACTIVIDADE EM 2009

Durante o ano de 2009, o DRI da EDP Renováveis prosseguiu as suas actividades de mercado, reunindo com mais de 450 investidores institucionais na Europa e nos Estados Unidos da América, ultrapassando o número de reuniões realizadas

em 2008, o que evidencia claramente o elevado interesse na empresa e na sua estratégia por parte dos investidores.

O DRI da EDP Renováveis organizou vários eventos, tais como “roadshows”, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conferências telefónicas e esteve também presente em diversas conferências para apresentar a empresa e responder a questões sobre a sua actividade e cenário de actuação. Durante o ano de 2009, a Direcção de Relações com Investidores levou a cabo roadshows nas principais praças financeiras mundiais (Nova Iorque, Boston, São Francisco, Chicago, Denver, Miami, Londres, Frankfurt, Lisboa, Edimburgo, Helsínquia, Copenhaga, Paris, Genebra, Zurique, etc.) e foram organizadas diversas reuniões e “roadshows” invertidos nos escritórios de Madrid e Houston.

Em cada comunicação sobre resultados, o DRI da EDP Renováveis promoveu uma conferência telefónica com acesso através da internet, onde a administração da sociedade anuncia o desenvolvimento das actividades da EDP Renováveis e actualiza as perspectivas futuras para as diferentes áreas de actividade. Nestas conferências telefónicas, os accionistas, os investidores, os analistas e todas as partes interessadas têm uma oportunidade para discutir com a administração da EDP Renováveis os resultados da sociedade e as suas expectativas e estratégias futuras, e ouvir por parte da administração da sociedade o seu ponto de vista sobre a situação actual. A Direcção de Relações com Investidores também manteve em contacto permanente com os analistas financeiros que avaliam a sociedade e com todos os accionistas e investidores, por correspondência, telefone ou reuniões presenciais.

7.4 INFORMAÇÃO DA SOCIEDADE NO SÍTIO DA INTERNET

A EDP Renováveis, em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, disponibiliza, através do seu sítio na Internet (www.edprenovaveis.com), toda a informação de carácter legal e respeitante ao governo da sociedade. Também se encontram disponíveis no sítio da empresa actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio inclui os relatórios de prestações de contas, os comunicados de factos relevantes, os estatutos (com as suas emendas) e os regulamentos internos dos órgãos sociais, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção da EDP Renováveis, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo.

A informação disponibilizada por este meio inclui também os dados identificativos da Sociedade, nomeadamente firma, qualidade de sociedade aberta, sede e estatutos, regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização, a identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado. Estão também disponíveis os contactos da Direcção de Relações com Investidores, bem como as suas funções, os

documentos de prestação de contas e um calendário de eventos societários.

A EDP Renováveis publica no seu sítio da Internet a convocatória para a Assembleia Geral e as propostas para discussão e votação na mesma.

A EDP Renováveis publica também no seu sítio da Internet o relatório anual da actividade da Comissão de Auditoria.

Na tabela apresenta-se um quadro-resumo da informação disponível no sítio e respectivos idiomas:

	Português	Inglês	Espanhol
Identificação da Sociedade	√	√	√
Demonstrações Financeiras	√	√	√
Regulamentos dos órgãos de administração e fiscalização	√	√	√
Relatório Anual da Comissão de Auditoria	√	√	√
Direcção de Relações com Investidores: contactos e funções	√	√	√
Estatutos	√	√	√
Calendário de eventos da sociedade	√	√	√
Convocatória para Assembleia Geral	√	√	√
Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral	√	√	√
Actas da Assembleia Geral de Accionistas	√	√	√



governo da sociedade - anexo I

PRINCIPAIS FUNÇÕES EXERCIDAS DURANTE OS ÚLTIMOS CINCO ANOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Funções
ANTÓNIO MEXIA	Administrador-Delegado da EDP-Energias de Portugal, SA (CEO)
ANA MARIA FERNANDES	Membro do Conselho de Administração da EDP-Energias de Portugal, SA
ANTÓNIO MARTINS DA COSTA	Administrador-Delegado e Vice-Presidente da EDP Energias do Brasil, SA Administrador-Delegado e Presidente da Horizon Wind Energy LLC Membro do Conselho de Administração da EDP-Energias de Portugal, SA
NUNO ALVES	Director da Divisão de Mercados de Divisas e Capital do Millennium BCP Investimento Membro do Conselho de Administração da EDP-Energias de Portugal, SA (CFO)
JOÃO MANSO NETO	Presidente da Comissão Executiva da EDP Produção Administrador-Delegado e Vice-Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA Membro do Conselho de Administração da EDP-Energias de Portugal, SA
JOSÉ SILVA LOPES	Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE	Membro do Conselho do Instituto Português de Relações Internacionais, UNL Administrador da Reditus, SGPS, SA Director-Geral da José de Mello, SGPS, SA Administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, SA Administrador da Quimigal, SA Administrador da CUF-Químicos Industriais, SA Administrador da ADP, SA-CUF Adubos Administrador da Sociedade de Explosivos Civis, SEC, SA Administrador da Brisa, SA Administrador da Efacec Capital, SGPS, SA Administrador da Comitur, SGPS, SA Administrador da Comitur Imobiliária, SA Administrador da Expocomitur-Promoções e Gestão Imobiliária, SA Administrador da Herdade do Vale da Fonte-Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, SA Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, SA Administrador da Sociedade Imobiliária da Rua das Flores, nº 59, SA Administrador da José de Mello Saúde, SGPS, SA Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif Banco de Investimentos Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Opex, SA Membro do Conselho Consultivo do IGCP Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade
RAFAEL CALDEIRA VALVERDE	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, SA Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, SA
JOSÉ ARAUJO E SILVA	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, SA Membro da Comissão Executiva da Corticeira, SGPS, SA Membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos
MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ	Membro do Conselho de Administração da EDP - Energias de Portugal, SA Presidente da Cajastur Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, SA Presidente da Naturgas Energía, SA Membro do Conselho de Administração da Nuevas Energías de Occidente, SL Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagas, SA Membro do Conselho da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho da UNESA
JORGE SANTOS	Professor Catedrático de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa Membro da Assembleia de Representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Coordenador do Programa de Doutoramento em Economia do ISEG
FRANCISCO JOSÉ QUEIROZ DE BARROS DE LACERDA	Membro do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, SA Membro do Conselho de Administração da Mague-SPGS, SA
JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO	Administrador da Portugal Telecom SGPS, SA Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Vencimentos da Portugal Telecom SGPS, SA Presidente da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, SA
JOÃO LOPES RAIMUNDO	Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (Luxemburgo) Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (França) Membro do Conselho de Administração do Banque Prive BCP (Suíça) Director-Geral do Banco Comercial Português Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Angola Membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP de Investimento
DANIEL M. KAMMEN	Director Fundador do Renewable and Appropriate Energy Laboratory (RAEL) da Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Energia Nuclear na Universidade da Califórnia, Berkeley Professor no Grupo de Energia e Recursos da Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Políticas Públicas na Goldman School of Public Policy da Universidade da Califórnia, Berkeley Co-director do Berkeley Institute of the Environment Membro do Comité Executivo do Energy Biosciences Institute
GILLES AUGUST	Co-fundador da August & Debouzy. Actualmente, dirige o departamento de empresas da sociedade.

governo da sociedade - anexo II
**CARGOS ACTUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EM EMPRESAS NÃO PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, SA**

Nome	Cargos
ANTÓNIO MEXIA	N/A
ANA MARIA FERNANDES	N/A
ANTÓNIO MARTINS DA COSTA	N/A
NUNO ALVES	N/A
JOÃO MANSO NETO	N/A
JOSÉ SILVA LOPES	Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE	Membro do Conselho do Instituto Português de Relações Internacionais, UNL Administrador da Reditus, SGPS, SA Director-Geral da José de Mello, SGPS, SA Administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, SA Administrador da Quimigal, SA Administrador da CUF-Químicos Industriais, SA Administrador da ADP, SA-CUF Adubos Administrador da Sociedade de Explosivos Civis, SEC, SA Administrador da Brisa, SA Administrador da Efacec Capital, SGPS, SA Administrador da Comitur, SGPS, SA Administrador da Comitur Imobiliária, SA Administrador da Expocomitur-Promoções e Gestão Imobiliária, SA Administrador da Herdade do Vale da Fonte-Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, SA Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, SA Administrador da Sociedade Imobiliária da Rua das Flores, nº 59, SA Administrador da José de Mello Saúde, SGPS, SA Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif Banco de Investimentos Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Opex, SA Membro do Conselho Consultivo do IGCP Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade
RAFAEL CALDEIRA VALVERDE	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, SA Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, SA
JOSÉ ARAUJO E SILVA	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, SA Membro do Comité Executivo da Corticeira, SGPS, SA Membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos
MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ	Presidente da Cajastur Representante da Peña Rueda, SL no Conselho de Administração da Enagas, SA Membro do Conselho da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho da UNESA
JORGE SANTOS	Professor Catedrático de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa Membro da Assembleia de Representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Coordenador do Programa de Doutoramento em Economia do ISEG
FRANCISCO JOSÉ QUEIROZ DE BARROS DE LACERDA	Membro do Conselho de Administração da Mague-SPGS, SA
JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO	Administrador da Portugal Telecom SGPS, SA Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, SA Membro da Comissão de Vencimentos da Portugal Telecom SGPS, SA Presidente da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, SA
JOÃO LOPES RAIMUNDO	Vice-Presidente e Director-Geral do Banco Millennium BCP, América do Norte
DANIEL M. KAMMEN	Director fundador do Renewable and Appropriate Energy Laboratory (RAEL) da Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Energia Nuclear na Universidade da Califórnia, Berkeley Professor no Grupo de Energia e Recursos da Universidade da Califórnia, Berkeley Professor de Políticas Públicas na Goldman School of Public Policy da Universidade da Califórnia, Berkeley Co-director do Berkeley Institute of the Environment Membro do Comité Executivo do Energy Biosciences Institute
GILLES AUGUST	Co-fundador da August & Debouzy. Actualmente, dirige o departamento de empresas da sociedade.



governo da sociedade - anexo III

**CARGOS ACTUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EM EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, SA**

	António Mexia	Nuno Alves	Ana Maria Fernandes	António Martins da Costa	João Manso Neto	Manuel Mênendez Menéndez
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Administrador	Administrador	Administrador	Administrador	
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Administrador	Administrador			
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
EDP - Soluções Comerciais, S.A.				Presidente do Conselho de Administração		
EDP - Imobiliária e Participações, S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
Energia RE S.A.		Presidente do Conselho de Administração				
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.		Administrador	Administrador		Vice-Presidente e Administrador-Delegado do Conselho de Administração	Presidente do Conselho de Administração
Naturgás Energia, S.A.					Vice-Presidente do Conselho de Administração	Presidente do Conselho de Administração
EDP Investimentos, SGPS, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
EDP Gás III, SGPS, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
EDP Gás II, SGPS, S.A. (ex-NQF Gás, SGPS, S.A.)					Presidente do Conselho de Administração	
EDP Gás - SGPS, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
EDP Internacional, S.A.				Presidente do Conselho de Administração		
Horizon Wind Energy, LLC		Administrador	Administrador	Presidente do Conselho de Administração		
Nuevas Energias de Occidente, S.L.			Presidente do Conselho de Administração			Administrador
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.		Gestor				
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente	Representante Permanente	Representante Permanente	Representante Permanente	Representante Permanente	
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.					Administrador	
EDP Finance BV	Representante	Representante	Representante	Representante	Representante	
Electricidade de Portugal Finance Company Ireland Lt.		Administrador				
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.			Presidente do Conselho de Administração			
EDP Renováveis Brasil, S.A.			Presidente do Conselho de Administração			
EDP Ásia - Investimentos e Consultoria Lda.				Presidente do Conselho de Administração		
Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.					Presidente do Conselho de Administração	
EDP Energia Ibérica S.A.					Administrador	
EDP Energia Ibérica S.A.					Administrador	

governo da sociedade - anexo IV

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Mexia (Presidente)

Nasceu a 12 de Julho de 1957. É licenciado em Economia pela Universidade de Genebra, na Suíça (1980), onde exerceu o cargo de docente convidado no Departamento de Economia. Foi, igualmente, docente no curso de pós-graduação em Estudos Europeus da Universidade Católica (Lisboa). Fez parte dos órgãos de gestão da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Católica, onde exerceu o cargo de Director entre 1982 e 1995. Entre 1986 e 1988, foi Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo e, entre 1988 e 1990, foi vice-presidente do conselho de administração do Instituto de Comércio Externo (ICEP). Entre 1990 e 1998, foi administrador do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Em 1998, foi nomeado presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e da Transgás. Em 2000, foi nomeado vice-presidente do Conselho de Administração da Galp Energia. Entre 2001 e 2004, exerceu as funções de presidente da Comissão Executiva (CEO) da Galp Energia e de presidente do Conselho de Administração da Petrol, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004, foi nomeado Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações do 16.º Governo Constitucional. Entre 1999 e 2002, António Mexia exerceu funções de Presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE) e foi ainda membro da Comissão Trilateral (1992-1998), vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e presidente do conselho geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da União Europeia no grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias.

Ana Maria Fernandes (Vice-presidente e Administrador-Delegado)

Nasceu a 1 de Novembro de 1962. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986) e pós-graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, possuindo um MBA (Master of Business Administration) pela Escola de Gestão do Porto (1989). Entre 1989 e 1991, foi docente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Iniciou a sua carreira profissional em 1986, no Conselho – Gestão e Investimentos, uma empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, na área de mercados de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Ainda em 1989, trabalhou na área de “Corporate Finance” da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente administradora do Banco EFISA. Em 1992, transferiu-se para o Grupo Banco de Fomento e Exterior como administradora da área de banca de investimento. Entre 1996 e 1998, foi directora do “Corporate Finance” do BPI. Em 1998 transferiu-se para a Gás de Portugal, exercendo o cargo de administradora de Planeamento Estratégico e Fusões e Aquisições e, no ano 2000, passou a exercer o cargo de administradora de Estratégia e Gestão de Portfólio da Galp Business. Posteriormente, foi nomeada presidente da Galp Energia e administradora da Transgás. Entre 2004 e 2006, foi Administradora da Galp Energia.

António Martins da Costa

Nascido em 1954, foi docente do Instituto Superior de Engenharia do Porto entre 1976 e 1989. Entre 1981 e 1989, foi quadro na área de produção hidráulica na EDP. Entre 1989

e 2003, exerceu diversos cargos no grupo Banco Comercial Português, nomeadamente de administrador executivo das empresas de seguros e pensões e de gestão de activos, tendo sido igualmente director-geral desse banco. Entre 1999 e 2003, exerceu as funções de presidente adjunto da comissão executiva e vice-presidente do conselho de administração da PZU (Polónia). Em 2003, regressou à EDP como director-geral e foi nomeado presidente da comissão executiva (CEO) e vice-presidente do conselho de administração da EDP – Energias do Brasil, cargo que exerceu até ser nomeado presidente da comissão executiva e presidente do conselho de administração da Horizon em Julho de 2007, cargo que ainda exerce. Em Março de 2006, passou a integrar o conselho de administração executivo da EDP.

Foi Presidente da Associação portuguesa do Fundo de Investimento de Pensões (2003), Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Distribuição Eléctrica (2006/2007) e Vice-Presidente da Câmara de Comércio Portuguesa no Brasil (2005/2007).

É licenciado em Engenharia Civil e possui um MBA, ambos pela Universidade do Porto. Completou o curso de gestão executiva no INSEAD (Fontainebleau) e na AESE (Universidade de Navarra) e ainda o Programa de Gestão Avançada na Wharton School (Universidade da Pensilvânia).

Nuno Alves

Nasceu a 1 de Abril de 1958. É licenciado em Engenharia e Construção Naval (1980) e tem um MBA conferido pela Universidade de Michigan (1985). Iniciou a sua carreira profissional em 1988, exercendo diversos cargos no Banco Comercial Português, como técnico na Direcção de Estudos e Planeamento e, posteriormente, subdirector da Direcção de Investimentos Financeiros (1990), director da Direcção de Relações com Investidores (1991) e director da Direcção de Coordenação de Retalho – Particulares (1994). Em 1996, exerceu o cargo de director de Mercado de Capitais do Banco CISF, Banco de Investimento do Banco Comercial Português, e em 1997 foi promovido a director da área de Banca de Investimento. Entre 1999 e 2000, exerceu o cargo de presidente do conselho de administração da CISF Dealer e foi posteriormente nomeado administrador do Banco Millennium BCP Investimento (anteriormente denominado Banco CISF), responsável pela área de Mercado de Capitais e de Tesouraria do Grupo BCP. Entre 2000 e 2006, exerceu o cargo de Director-Geral do BCP.

João Manso Neto

Nasceu a 2 de Abril de 1958. É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa (1981); concluiu o curso de pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica de Lisboa (1982). Completou o seu ensino profissionalizante na Associação Americana de Banqueiros (1982), a componente lectiva do curso de mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o “Advanced Management Program for Overseas Bankers” pela Wharton School, em Filadélfia. Entre 1988 e 1995 exerceu diversas funções no Banco Português do Atlântico, nomeadamente como supervisor e director da Divisão de Crédito Internacional, Director de Departamento, Director Central-Adjunto da área de Gestão



governo da sociedade - anexo IV

Internacional e de Director-Central de Gestão Financeira e Comércio Retalhista da Região Sul. Entre 1995 e 2002, exerceu funções no Banco Comercial Português incluindo as funções de director-geral da Direcção-Geral Financeira, da Direcção-Geral das Grandes Empresas Institucionais e da Direcção-Geral da Tesouraria, bem como de membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e de Vice-presidente do Big Bank Gdansk. Em 2002 e 2003, exerceu funções no Banco Português de Negócios, incluindo as funções de presidente do Conselho de Administração do BPN Serviços ACE, director do BPN SGPS, director da Sociedade Lusa de Negócios e membro da administração do Banco Efisa. É membro com direito de voto no Conselho de Administração da OMEL. Entre 2003 e 2005 integrou a EDP na qualidade de director-geral e administrador da EDP Produção. Em 2005 foi nomeado Consultor da HC Energia, presidente do Conselho de Administração da Genesa e Administrador da Naturgas Energia e OMEL.

José Silva Lopes

Nasceu em 1932. Entre 1969 e 1974, foi administrador da Caixa Geral de Depósitos e director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças. Em 1972, exerceu o cargo de chefe-adjunto das negociações do Acordo de Comércio Livre com a CEE. Entre 1974 e 1978, ocupou o cargo de Ministro das Finanças, que acumulou com o cargo de Ministro do Comércio Externo, entre 1974 e 1975. Entre 1975 e 1980, exerceu o cargo de Governador do Banco de Portugal. É, desde Janeiro de 2004, presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral.

Em 2003, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo pelo Presidente da República Portuguesa, pela sua actividade de 48 anos como economista, quase sempre ao serviço do Estado. Em 2004, foi distinguido com o grau de doutor honoris causa pelo Instituto Superior de Economia e Gestão. É, também, licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF).

António Nogueira Leite

Nascido em 1962, foi, entre 1988 e 1996, consultor de várias instituições nacionais e internacionais, como o Banco de Portugal, a OCDE e a Comissão Europeia. Foi secretário-geral (1995-1998) e membro do conselho de administração (2000-2002) da APRITEL. Foi director da Soporcel, S.A. (1997-1999), director da Papercel S.A. (1998-1999) e director da MC Corretagem, S.A. (1999). Ainda em 1999, foi nomeado presidente do conselho de administração da Bolsa de Valores de Lisboa e membro da comissão executiva da Associação de Bolsas Ibero-Americanas. Desde 2000, António Nogueira Leite é membro do conselho consultivo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. Foi consultor da Vodafone – Telecomunicações Pessoais, S.A., entre 2000 e 2002, e da GE Capital, entre 2001 e 2002. No ano de 2002 foi membro do conselho consultivo do IGCP. Desde 2002, tem exercido diversas funções no grupo de José de Mello e exerceu cargos de administração em diversas entidades, incluindo a Reditus, SGPS, S.A., Quimigal, S.A., Brisa, S.A., ADP, S.A., Comitur, SGPS, S.A., Comitur Imobiliária, S.A., Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, S.A., Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A., e SGPS, S.A., Efacec Capital, SGPS, S.A. e Cuf – Químicos Industriais,

S.A. Foi administrador da Sociedade de Explosivos Civis, SEC, S.A., de 2007 a Março de 2008. De Outubro de 1999 a Agosto de 2000 foi Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e Governador Suplente do Banco Europeu de Investimentos. Exerceu também funções no Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, no Fundo Monetário Internacional e foi membro do Conselho Económico e Financeiro da União Europeia. Desempenhou ainda as funções de vice-presidente do conselho consultivo do Banif – Banco de Investimento, S.A. e de presidente do conselho geral e de supervisão da OPEX, S.A.

António Nogueira Leite é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa; tem ainda o mestrado em ciências económicas e é doutorado em economia pela Universidade do Illinois.

Rafael Caldeira Valverde

Nascido em 1953, entrou em 1987 para o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., onde foi administrador responsável pela Direcção de Serviços Financeiros, pela Direcção de Clientes, pela Direcção de Financiamentos Estruturados, pela Direcção de Mercado de Capitais e pelo Departamento de Originação e Informação. Entre 1991 e 2005, exerceu funções de membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Em Março de 2005, foi nomeado vice-presidente do conselho de administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com assento na Comissão Executiva.

É licenciado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

José Fernando Maia de Araújo e Silva

Nascido em 1951, iniciou a sua carreira profissional como assistente na Faculdade de Economia do Porto. Desde 1991, é professor convidado da Universidade Católica do Porto e desempenhou as funções de técnico a tempo parcial na Comissão de Coordenação da Região Norte. Exerceu funções de direcção em várias sociedades, incluindo o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e a Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Grupo do Porto. Tem-se dedicado à Coordenação Financeira e de Controlo de Gestão da Sonae Investimentos SGPS, foi director-executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, S.A. e vice-presidente da Sonae Indústria, SGPS, S.A. Foi também administrador da Tafisa, S.A., da Spread SGPS, S.A. e da Corticeira Amorim, SGPS. Actualmente, exerce funções no conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e obteve formação especializada na Universidade de Paris IX, Dauphine, e no “International banker’s Course” do Midland Bank, em Londres.

Manuel Menéndez Menéndez

Nascido em 1960, foi membro do conselho de administração e membro da comissão executiva da Cajastur e da Hidrocantábrico. Foi membro do conselho de administração, da comissão executiva e da comissão de auditoria da AIRTEL. Foi também membro do conselho de administração da LICO Corporación e da ENCE, vice-presidente do conselho de administração da SEDES, S.A. e presidente executivo da

governo da sociedade – anexo IV

Sociedade de Garantias Recíprocas de Astúrias. Actualmente, é presidente da Cajastur, da Hidrocontábrico e da Naturgas Energia, membro do conselho de administração da EDPR-EU e da Confederación Española de Cajas de Ahorros, e membro da Junta Directiva da UNESA e do Registro Oficial de Auditores de Cuentas. Representa ainda a Peña Rueda, S.L. (subsidiária da Cajastur) no conselho de administração da Enagas.

É licenciado em economia e administração de empresas e doutorado em ciências económicas pela Universidade de Oviedo. Foi nomeado professor catedrático no departamento de administração de empresas e contabilidade da Universidade de Oviedo.

Jorge Santos

Nascido em 1951, foi coordenador da equipa que elaborou a avaliação intercalar do II Quadro Comunitário de Apoio, entre 1997 e 1998, e membro da equipa que elaborou a avaliação ex-ante do III Quadro Comunitário de Apoio. De 1998 a 2000, foi presidente da comissão directiva da Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia e, de 1998 a 2002, foi presidente do conselho científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 2001 e 2002, foi coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal. Desde 2007, é coordenador do curso de mestrado em economia e, desde 2008, membro da assembleia de representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa.

É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e obteve o mestrado em economia da Universidade de Bristol; é ainda doutorado em economia pela Universidade de Kent. Obteve também a equivalência ao grau de doutor em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, passando, posteriormente, a Professor Auxiliar e Professor Associado da Universidade Técnica de Lisboa. Foi ainda nomeado Professor Catedrático da Universidade Técnica de Lisboa.

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

Nascido em 1960, foi assistente na Universidade Católica Portuguesa entre 1984 e 1985. Entre 1982 e 1990, exerceu o cargo de analista, gestor e director na Locapor (Leasing), na CISF e no Hispano Americano – Sociedade de Investimentos. Entre 1990 e 2000, exerceu a sua principal actividade profissional no Banco Mello, ocupando funções de director de gestão desde 1990 e, entre 1993 e 2000, funções de presidente de Comissão Executiva, sendo depois de 1997 Vice-presidente do Conselho de Administração e posteriormente administrador e director de diversos bancos e empresas financeiras do Grupo Banco Mello. Paralelamente fez parte da equipa de gestão do Grupo José de Mello como director da UIF, SGPS e administrador não executivo da Companhia de seguros Império. Entre 2000 e 2008, foi membro executivo do conselho de administração do Banco Comercial Português, S.A. e, nesta qualidade, foi responsável pela actividade do grupo na banca de investimentos na Europa Central, de Leste e Sudeste. Actualmente, é membro do conselho de administração da Mague – SGPS, S.A. e consultor de diversas empresas.

É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

João Manuel de Mello Franco

Nascido em 1946, foi membro do conselho de gerência da Tecnologia das Comunicações, Lda., entre 1986 e 1989. Entre 1989 e 1994, foi presidente do conselho de administração dos Telefones de Lisboa e Porto, S.A. e, entre 1993 e 1995, presidente da direcção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. De 1994 a 1995, foi presidente do conselho de administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e, durante o mesmo período, presidente do conselho de administração da Companhia Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom. De 1995 a 1997, foi vice-presidente do conselho de administração e presidente da comissão executiva da Lisnave (Estaleiros Navais) S.A. Entre 1997 e 2001, foi presidente do conselho de administração da Sopenata e, durante o mesmo período, membro da comissão de auditoria e presidente da International Shipowners Reinsurance, Co S.A. Entre 2001 e 2004, foi vice-presidente da José de Mello Imobiliária SGPS, S.A. e presidente do conselho de administração da IMOPÓLIS, S.A., da José de Mello Residenciais & Serviços, S.A. e da Engimais, S.A. É, desde 1998, administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A., presidente da comissão de auditoria desde 2004 e presidente da comissão de governo societário desde 2006.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico. Possui formação complementar em Gestão Estratégica e Administração de Empresas e foi bolseiro da Junta de Energia Nuclear.

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Nascido em 1960, exerceu, entre 1982 e 1985, funções como auditor da BDO – Binder Dijkjer Otte Co. Entre 1987 e 1990, exerceu o cargo de director do Banco Manufactures Hanover (Portugal), S.A. e, entre 1990 e 1993, foi membro do conselho de administração da TOTTAfactor, S.A. (Grupo Banco Totta e Açores) e da Valores Ibéricos, SGPS, S.A. Em 1993, exerceu cargos de administração na Nacional Factoring, da CISF – Imóveis e na CISF Equipamentos. Entre 1995 e 1997, foi director da CISF – Banco de Investimento e membro do conselho de administração da Nacional Factoring. Em 1998, foi nomeado para o conselho de administração de várias empresas, incluindo a Leasing Atlântico, a Comercial Leasing, a Factoring Atlântico, a Nacional Leasing e a Nacional Factoring. Entre 1999 e 2000, foi membro do conselho de administração do BCP Leasing, do BCP Factoring e do Leasefactor SGPS. De 2000 a 2003, desempenhou funções de presidente do conselho de administração do Banque BCP (Luxemburgo) e de presidente da comissão executiva do Banque BCP (França). Entre 2003 e 2006, exerceu os cargos de administrador do Banque Prive BCP (Suíça) e de director-geral do Private Banking do BCP. Desde 2006, é membro do conselho de administração do Banco Millennium BCP de Investimento e director-geral do Banco Comercial Português. Actualmente, desempenha o cargo de vice-presidente e de presidente da comissão executiva do Banco Millenniumbcp, NA.



governo da sociedade - anexo IV

É licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e obteve um MBA pelo INSEAD.

Daniel M. Kammen

Nascido em 1962, entre 1988 e 1991 foi investigador e colaborador de investigação pós-doutoral da Weizmann & Bantrell no departamento de engenharia e ciência aplicada do California Institute of Technology. Entre 1991 e 1993, foi investigador na área de ciência e assuntos internacionais da John F. Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard. No mesmo período, foi ainda investigador associado do Centro Regional Nordeste para as Alterações Climáticas e do departamento de física da Universidade de Harvard. Em 1993, foi nomeado colaborador permanente da Academia Africana das Ciências. Entre 1993 e 1999, colaborou com a Faculdade de Pesquisa do Centre for Energy and Environmental Studies na School of Engineering and Applied Science da Universidade de Princeton. Entre 1997 and 1999, integrou a Class of 1934 Preceptor da Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, na Universidade de Princeton. Entre 1998 e 1999, exerceu o cargo de vogal do programa STEP (Science, Technology and Environmental Policy) da mesma instituição. Entre 1998 e 2001, foi professor associado no Energy and Resource Group da Universidade da Califórnia, Berkeley, tendo ainda, entre 1999 e 2001, desempenhado funções de professor associado de energia nuclear na mesma instituição. Em 1999, foi director fundador do Renewable and Appropriate Energy Laboratory (RAEL) da Universidade da Califórnia, Berkeley. De 2000 a 2001, integrou o Core Management Team da Comissão de Energia da Califórnia, Public Interest Environmental Research – Environmental Area. De 2004 e 2009, foi director da Universidade da Califórnia, Berkeley, e do Industrial Technology Research Institute de Taiwan. Em 2005, foi nomeado co-director do Berkeley Institute of the Environment. Em 2006, foi nomeado vogal do Energy and Resources Group e em 2007 assumiu funções de coordenador da divisão “Science and Impacts” do Energy Biosciences Institute. É ainda, desde 2001, professor de política pública na Goldman School of Public Policy, da Universidade da Califórnia, Berkeley. É, também, autor de diversos estudos e recebeu vários prémios no sector das energias.

É licenciado, mestre e doutorado em Física.

Gilles August

Nascido em 1957, entre 1984 e 1986 exerceu advocacia no escritório de Washington, DC da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey. Entre 1986 e 1991 foi associado e, mais tarde, partner da sociedade de advogados Baudel, Salès, Vincent & Georges Law, em Paris. Em 1995, foi um co-fundador da sociedade de advogados August & Debouzy, onde dirige actualmente o departamento de empresas. Foi docente na École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e lecciona actualmente no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers). É cavaleiro da Legião de Honra.

Possui um Mestrado em Direito pelo Departamento de Direito da Universidade de Georgetown, em Washington DC (1986); uma pós-graduação em Direito Empresarial na universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984) e um Mestrado em Direito Privado pela mesma Universidade (1981). Licenciou-se em 1983, na École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales (ESSEC).

SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Emilio García-Conde Noriega

Nascido em 1955, foi nomeado, em 1981, consultor jurídico da Central Energética de Soto de Ribera, detida por um consórcio formado pela Electra de Viesgo, a Iberdrola e a Hidrocantábrico. Em 1995, foi nomeado assessor jurídico da Central Energética de Soto de Ribera e director de administração e recursos humanos do consórcio. Em 1999, foi nomeado consultor jurídico e, em 2003, assessor jurídico e membro da comissão de gestão da Hidrocantábrico. Actualmente, exerce as funções de assessor jurídico na Sociedade, de Secretário do Conselho de Administração, sendo igualmente membro e/ou secretário do conselho de administração de várias subsidiárias da Sociedade na Europa.

É mestre em Direito pela Universidade de Oviedo.

governo da sociedade - anexo V
ACÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS DE QUE SÃO TITULARES OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31.12.2009

Nome	Directas	Indirectas	Total
António Luis Guerra Nunes Mexia	3.880	320	4.200
Ana M ^o Machado Fernandes	1.510	0	1.510
Joao Manuel Manso Neto	0	0	0
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	0	5.000
António Fernando Melo Martins da Costa	1.330	150	1480
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	310	310	620
Joao Manuel de Mello Franco	380	0	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	0	200
José Silva Lopes	760	0	760
José Fernando Maia de Araujo e Silva	80	0	80
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	0	0	0
António do Pranto Nogueira Leite	0	0	0
Joao José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	170	670	840
Daniel M. Kammen	0	0	0
Manuel Menéndez Menéndez	0	0	0
Gilles August	0	0	0



contas financeiras e documentos de auditoria e conformidade

132	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
212	DOCUMENTOS PUBLICADOS PELO AUDITOR
214	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA





demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

	Notas	2009 (Milhares de Euros)	2008 (Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	648.242	532.429
Custos com aquisição de electricidade	6	-1.522	-993
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-4.713	-11.251
		<u>642.007</u>	<u>520.185</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	125.231	89.524
Fornecimentos e serviços externos	8	-148.304	-106.947
Custos com o pessoal	9	-41.914	-37.011
Custos com benefícios aos empregados	9	-633	-1.090
Outros custos de exploração	10	-33.838	-26.784
		<u>-99.458</u>	<u>-82.308</u>
		542.549	437.877
Provisões do exercício		183	806
Amortizações do exercício	11	-314.350	-207.764
Amortização do proveito diferido / subsídios governamentais	11	2.403	696
		<u>230.785</u>	<u>231.615</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	12	268	2.363
Outros proveitos financeiros	13	35.717	270.901
Outros custos financeiros	13	-108.151	-348.120
Ganhos / (perdas) em associadas		<u>3.922</u>	<u>4.438</u>
Resultado antes de impostos		162.541	161.197
Impostos sobre lucros	14	-44.754	-48.979
Resultado depois de impostos		<u>117.787</u>	<u>112.218</u>
Resultado líquido do exercício		<u>117.787</u>	<u>112.218</u>
Atribuível a:			
Accionistas da EDP Renováveis	27	114.349	104.364
Interesses minoritários	29	<u>3.438</u>	<u>7.854</u>
Resultado líquido do exercício		<u>117.787</u>	<u>112.218</u>
Resultado por acção básico e diluído - Euros	27	<u>0,13</u>	<u>0,16</u>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Balanço Consolidado
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

	Notas	2009 (Milhares de Euros)	2008 (Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	8.635.011	7.141.805
Activos intangíveis	16	17.340	22.408
Goodwill	17	1.318.356	1.305.718
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	47.609	40.782
Activos financeiros disponíveis para venda	19	12.630	12.501
Activos por impostos diferidos	20	28.066	21.834
Devedores e outros activos	23	129.447	141.540
Total dos Activos Não Correntes		10.188.459	8.686.588
Inventários	21	11.344	12.377
Clientes	22	106.148	82.598
Devedores e outros activos	23	337.458	195.813
Impostos a receber	24	169.670	175.093
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	25	37.103	35.774
Caixa e equivalentes de caixa	26	443.633	229.680
Activos detidos para venda		-	985
Total dos Activos Correntes		1.105.356	732.320
Total do Activo		11.293.815	9.418.908
Capitais Próprios			
Capital	27	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de acções	27	552.035	552.035
Reservas	28	25.964	27.595
Outras reservas e resultados acumulados	28	166.173	61.824
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		114.349	104.364
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		5.220.062	5.107.359
Interesses minoritários	29	107.493	91.514
Total dos Capitais Próprios		5.327.555	5.198.873
Passivo			
Dívida financeira	30	2.563.171	1.376.108
Benefícios aos empregados	31	59	1.162
Provisões para riscos e encargos	32	67.085	49.698
Passivos por impostos diferidos	20	342.924	316.920
Credores e outros passivos	33	1.747.511	1.695.387
Total dos Passivos Não Correntes		4.720.750	3.439.275
Dívida financeira	30	110.268	86.165
Credores e outros passivos	33	1.098.105	648.334
Impostos a pagar	34	37.137	46.261
Total dos Passivos Correntes		1.245.510	780.760
Total do Passivo		5.966.260	4.220.035
Total dos Capitais Próprios e Passivo		11.293.815	9.418.908



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 Dezembro 2009 e 31 Dezembro 2008

(Milhares de Euros)

	2009		2008	
	Accionistas	Interesses	Accionistas	Interesses
	EDP Renováveis	Minoritários	EDP Renováveis	Minoritários
Resultado líquido do exercício	114.349	3.438	104.364	7.854
Diferenças cambiais de consolidação	-609	858	1.998	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-2.433	-530	3.928	-986
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	912	-	7.747	-
Ganhos / (perdas) actuariais	-24	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	499	159	3.175	-
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	-1.655	487	16.848	-986
Total do rendimento integral do exercício	112.694	3.925	121.212	6.868

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados em 31 Dezembro 2009 e 2008

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Diferenças cambiais	Reserva de Justo valor (cobertura FC)	Reserva de justo valor (AFDV)	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP Renováveis	Interesses minoritários
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	2.245.721	18.873	1.882.338	120.190	-819	11.566	-	2.032.148	213.573
Rendimento Integral:									
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	7.747	-	-	-	-	-	7.747	7.747	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	6.117	-	-	-	-	7.103	-	7.103	-986
Variações na diferença cambial de consolidação	1.998	-	-	-	1.998	-	-	1.998	-
Resultado líquido do exercício	112.218	-	-	104.364	-	-	-	104.364	7.854
Rendimento Integral total do exercício	128.080	-	-	104.364	1.998	7.103	7.747	121.212	6.868
Transacções com accionistas registadas directamente em Capitais									
Aumento de capital em espécie	180.208	4.718	175.490	-	-	-	-	180.208	-
Aumento de capital através da incorporação de prémios de emissão	-	2.057.828	-2.057.828	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por incorporação de suprimentos	1.300.000	1.300.000	-	-	-	-	-	1.300.000	-
Aumento de capital através do IPO	1.566.726	980.122	586.604	-	-	-	-	1.566.726	-
Custos decorrentes do IPO	-49.385	-	-49.385	-	-	-	-	-49.385	-
Efeito fiscal sobre os custos decorrentes do IPO	14.816	-	14.816	-	-	-	-	14.816	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-2.740	-	-	-	-	-	-	-	-2.740
Reservas e interesses minoritários resultantes da aquisição de 40% da NEO	-205.109	-	-	-58.431	-	-	-	-58.431	-146.678
Aumento de capital em empresas do Grupo NEO	11.320	-	-	-	-	-	-	-	11.320
Interesses Minoritários resultantes da aquisição adicional de 10% de subsidiárias da Dessarrollos Catalanes del Viento	-2.479	-	-	-	-	-	-	-	-2.479
Interesses minoritários resultantes da alocação do preço de compra de subsidiárias do Grupo NEO	8.763	-	-	-	-	-	-	-	8.763
Diminuição de interesses minoritários resultante de aquisições	3.489	-	-	-	-	-	-	-	3.489
Outros	-537	-	-	65	-	-	-	65	-602
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	5.198.873	4.361.541	552.035	166.188	1.179	18.669	7.747	5.107.359	91.514
Rendimento Integral:									
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquida de impostos	-2.305	-	-	-	-	-1.934	-	-1.934	-371
Variações na diferença cambial de consolidação	249	-	-	-	-609	-	-	-609	858
Ganhos / (perdas) actuariais	-24	-	-	-24	-	-	-	-24	-
Variações na reserva de justo valor (activos disponíveis para venda) líquidas de imposto	912	-	-	-	-	-	912	912	-
Resultado líquido do exercício	117.787	-	-	114.349	-	-	-	114.349	3.438
Rendimento Integral total do exercício	116.619	-	-	114.325	-609	-1.934	912	112.694	3.925
Transacções com accionistas registadas directamente em Capitais									
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-3.491	-	-	-	-	-	-	-	-3.491
Aumento de capital na EDP Renováveis Brasil	7.997	-	-	-	-	-	-	-	7.997
Aumento de capital em empresas do Grupo NEO	9.200	-	-	-	-	-	-	-	9.200
Diminuição de interesses minoritários resultantes de aquisições	-1.625	-	-	-	-	-	-	-	-1.625
Outros	-18	-	-	9	-	-	-	9	-27
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.327.555	4.361.541	552.035	280.522	570	16.735	8.659	5.220.062	107.493

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 Dezembro 2008

(Milhares de Euros)

	Grupo	
	2009	2008
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	646.621	506.740
Pagamentos a fornecedores	-154.183	-114.662
Pagamentos ao pessoal	-49.366	-30.582
Pagamentos de rendas de concessão	-4.153	-5.692
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	<u>-20.812</u>	<u>-25.388</u>
	<u>418.107</u>	<u>330.416</u>
Recebimentos/(pagamentos) de imposto sobre o rendimento	<u>-25.682</u>	<u>-36.573</u>
Fluxo das Actividades Operacionais	<u>392.425</u>	<u>293.843</u>
Operações em continuação	<u>392.425</u>	<u>293.843</u>
Actividades de Investimento		
Recebimentos:		
Activos financeiros	1.795	16.922
Activos fixos tangíveis	2.047	4.512
Subsídios ao investimento	-	6.803
Juros recebidos	5.965	44.492
Dividendos	<u>4.122</u>	<u>2.651</u>
	<u>13.929</u>	<u>75.380</u>
Pagamentos:		
Aquisições de subsidiárias e outros investimentos	-118.822	-85.128
Aquisição de activos fixos tangíveis	<u>-1.729.837</u>	<u>-1.919.762</u>
	<u>-1.848.659</u>	<u>-2.004.890</u>
Fluxo das Actividades de Investimento	<u>-1.834.730</u>	<u>-1.929.510</u>
Operações em continuação	<u>-1.834.730</u>	<u>-1.929.510</u>
Actividades de Financiamento		
Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos	1.199.634	-315.854
Juros e custos similares	-49.613	-77.625
Subsídios governamentais "Cash grants"	155.946	-
Aumentos de capital e prémios de emissão de acções	20.743	1.538.958
Recebimentos/(Pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	-6.390	13.412
Dividendos pagos	-3.197	-2.759
Recebimentos antecipados de parceiros institucionais (Horizon)	<u>333.528</u>	<u>319.985</u>
Fluxo das Actividades de Financiamento	<u>1.650.651</u>	<u>1.476.117</u>
Operações em continuação	<u>1.650.651</u>	<u>1.476.117</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>208.346</u>	<u>-159.550</u>
Efeito das diferenças de câmbio	5.607	738
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (*)	<u>229.680</u>	<u>388.492</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	<u>443.633</u>	<u>229.680</u>

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 26 às Demonstrações Financeiras



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis"), foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Tem como objecto social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, em especial de energia hídrica, mini-hídrica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos, entre outras. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008 o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2009 o capital social é detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal"), 15,51% pela Hidrocantábrico e 22,47% do capital está disperso em bolsa na Euronext Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2009, a EDP Renováveis detém 100% do capital social da Nuevas Energias de Occidente ("NEO"), 100% do capital social da Horizon Wind Energy, LLC ("Horizon") e 55% do capital social da EDP Renováveis Brasil. As participações detidas pela EDP Renováveis na NEO e na Horizon resultaram de vários aumentos de capital em espécie efectuados pela EDP Sucursal e pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. A participação financeira na Horizon foi adquirida, pela EDP Sucursal, em 2 de Julho de 2007 à Goldman Sachs, tendo sido posteriormente transferida para a EDP Renováveis em 18 de Dezembro de 2007.

A NEO opera através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia e Roménia. As principais subsidiárias da NEO são: Enernova (parques eólicos em Portugal), Genesa (produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), Agrupación Eólica (parques eólicos em Espanha e França), Greenwind (parques eólicos na Bélgica - parcerias com investidores locais) e Relax Wind Parks (parques eólicos na Polónia).

As principais actividades da Horizon são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América.

A EDP Renováveis Brasil foi constituída com o objectivo de estabelecer uma nova unidade de negócio capaz de agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis na América do Sul.

Em 31 de Dezembro de 2009, a EDP Renováveis e as suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo EDP Renováveis") deteem uma capacidade instalada bruta de 6.227 MW (5.052 MW em 31 de Dezembro de 2008), operando em Portugal 680 MW (553 MW em 31 de Dezembro de 2008), Espanha 2.278 MW (2.109 MW em 31 de Dezembro de 2008), França 220 MW (185 MW em 31 de Dezembro de 2008), Bélgica 57 MW (47 MW em 31 de Dezembro de 2008), Polónia 120 MW, Estados Unidos da América 2.859 MW (2.158 MW em 31 de Dezembro de 2008) e Brasil 14 MW.

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

O sector eléctrico em Espanha encontra-se regulado pela Lei n.º 54 de 27 de Novembro de 1997 e as subseqüentes adendas à legislação.

O Real-Decreto n.º 436 de 12 de Março de 2004, publicado em 24 de Março de 2004, estabelece a metodologia a usar na actualização e sistematização do regime económico e legal da produção de energia eléctrica em regime especial, que inclui a geração de electricidade através de fontes renováveis de energia, cogeração, biomassa e resíduos. Este Real-Decreto substituiu o anterior Real-Decreto 2818/1998 e unificou os regulamentos aplicáveis ao regime especial de energia. O Real-Decreto estabelece um sistema no qual os detentores dos centros electroprodutores têm o direito de vender a produção ou o excesso de energia eléctrica aos distribuidores. Esta venda pode ser efectuada a um preço regulado ou a preços de mercado, directamente no mercado diário, de futuros ou através de contratos bilaterais, sendo que neste caso é recebido um preço negociado em mercado, acrescido de um incentivo de participação e um prémio, caso o centro electroprodutor tenha direito a recebe-lo.

O Real-Decreto n.º 661 de 25 de Maio de 2007, publicado em 26 de Maio de 2007, regulamenta a energia eléctrica produzida sob o regime especial, tendo substituído o Real-Decreto n.º 436 de 12 de Março de 2004 e actualizado os regulamentos sobre produção de energia eléctrica em regime especial, embora mantendo a estrutura básica da regulação. O enquadramento económico estabelecido neste Real-Decreto mantém o mesmo sistema de pagamento pela energia produzida sob o regime especial, através do qual o detentor do centro electroprodutor pode optar por vender a energia a um preço regulado, apenas para os períodos programados, ou vender a energia directamente no mercado diário, no mercado de futuros ou através de contratos bilaterais, recebendo nestes casos o preço negociado acrescido de um prémio.

As principais alterações ao Real-Decreto incluem a modificação do preço regulado e dos prémios e a introdução de um sistema de prémio variável para certas tecnologias como a eólica. Os detentores de instalações de produção de energia eólica que entrem oficialmente em serviço antes de 1 de Janeiro de 2008 podem optar por aderir ao regime transitório estabelecido nas disposições transitórias, que estipulam que os detentores destas instalações possam manter os preços e prémios estabelecidos no Real-Decreto atrás referido até 31 de Dezembro de 2012.

O Real-Decreto 6/2009 de 7 de Maio foi aprovado e tem como objectivo eliminar o défice tarifário de 2013. Entre outras medidas, introduz um pré-registo de atribuição de nova capacidade de energia renovável para novos centros produtores por forma a obter um conjunto de direitos estabelecidos no Real-Decreto 661/2007. As instalações serão registadas por ordem cronológica até que o objectivo do governo seja alcançado (20.155MW), sendo o novo sistema de remuneração aprovado para os projectos seguintes.

A decisão tomada em 19 de Novembro permitiu o registo de cerca de 6 GW em projectos eólicos e 2,4 GW de capacidade de geração de energia térmica solar. Na sequência desta decisão, projectos já registados correspondentes a cerca de 8,4GW, receberão a remuneração estabelecida pelo Real-Decreto 661/2007. Nos termos desta decisão, serão permitidos cerca de 1,700 MW em energia eólica e de 500MW na produção de energia solar térmica em cada ano até 2012. Em 15 de Dezembro, o Governo espanhol disponibilizou a relação dos parques eólicos inscritos. Dos 6,389 MW de capacidade eólica atribuída pelo Governo espanhol, a EDPR obteve 840 MW brutos correspondentes a 31 parques eólicos, o que representa 13% da capacidade total atribuída.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e o Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A principal característica do enquadramento legal aplicável à produção renovável em Portugal é que o operador nacional da rede eléctrica nacional ou o operador regional da distribuição devem adquirir toda a electricidade produzida pelos produtores de energia renovável licenciados. A construção e operação de parques eólicos em Portugal depende da alocação de um ponto de rede pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE"), o qual depende de requerimento efectuado pelos promotores durante períodos limitados de tempo estabelecidos pela DGGE ou através de concursos públicos. A atribuição de pontos de rede através de negociação directa é excepcional.

O Decreto-Lei n.º 225/2007 de 31 de Maio, concretizou um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis, previstas na Estratégia Nacional para a Energia, e procedeu à revisão dos factores para cálculo do valor da remuneração pelo fornecimento da energia produzida em centrais renováveis e entregue à rede do Sistema Eléctrico Português (SEP), bem como à definição de procedimentos para atribuição de potência disponível na mesma rede e os prazos para obtenção da licença de estabelecimento para centrais renováveis.

Desde 1 de Julho de 2007, o Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) encontra-se completamente operacional, com transacções diárias tanto em Portugal como em Espanha, incluindo um mercado a prazo que funciona desde Julho de 2006.

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

As leis e regulamentos federais, estaduais e locais regulam o desenvolvimento, a propriedade, a organização do negócio e a operação de instalações de produção eléctrica e de venda de electricidade nos Estados Unidos. As empresas do Grupo nos Estados Unidos operam como "Exempt Wholesale Generators - EWGs" ou "Qualifying Facilities - QF's" ao abrigo da lei federal ou são duplamente certificadas. Adicionalmente, a maioria das empresas de projectos nos Estados Unidos são reguladas pela "Federal Energy Regulatory Commission - FERC" e têm tarifas com base em preços de mercado de acordo com o previsto pela FERC.

O Governo Federal regula a venda grossista de energia eléctrica e o transporte entre estados através da FERC, cuja jurisdição advém do "Federal Power Act" ("FPA") e da legislação federal, como a "Public Utility Regulatory Policies Act" de 1978 ("PURPA 1978"), a "Energy Policy Act" de 1992 ("EPACT 1992") e a "Energy Policy Act" de 2005 ("EPACT 2005"), o qual, entre outras coisas, revogou e substituiu a "Public Utility Holding Company Act" de 1935 pela "Public Utility Holding Company Act" de 2005 ("PUHCA 2005").

As "EWGs" são detentores ou operadores de centrais de produção de energia eléctrica (incluindo produtores de energia renovável, tais como projectos eólicos) que são contratados no negócio para deter e/ou operar as instalações de produção e vender energia eléctrica às tarifas gerais. A EWG não pode efectuar vendas a retalho de energia eléctrica e apenas pode deter ou operar as instalações de conexão necessárias para a ligação da instalação de produção à rede.

O Energy Policy Act de 2005, alterou o FPA para conceder jurisdição sobre todos os utilizadores, proprietários e operadores do sistema de energia grossista com o fim de aprovar e fazer respeitar certas normas de fiabilidade. Padrões de fiabilidade são requisitos necessários para assegurar o funcionamento adequado do sistema de energia grossista. Em conformidade com a sua autoridade no âmbito da FPA, a FERC certificou a North American Electric Reliability Corporation ("NERC") como a entidade responsável pelo desenvolvimento de padrões de fiabilidade, submetendo-os à FERC para aprovação e supervisão exigindo o cumprimento das normas de fiabilidade, sob a fiscalização da FERC. A FERC também autorizou a NERC a delegar determinadas funções em oito entidades regionais. Todos os utilizadores, proprietários e operadores do sistema de energia grossista que cumprem certos limites/níveis de materialidade são obrigados a registar-se na NERC e cumprir com as diversas normas de fiabilidade da FERC. As violações dos padrões de fiabilidade obrigatórios poderá resultar na aplicação de sanções civis de até 1 milhão de \$US por dia por infracção. Todas as empresas do nosso projecto nos Estados Unidos que cumpram os limites de materialidade relevantes encontram-se registadas na NERC e são obrigados a cumprir as normas de fiabilidade aplicáveis da FERC.

Em determinados Estados, a aprovação para a construção de novos centros electroprodutores, em especial para produção de energias renováveis, incluindo parques eólicos, é obtida através de um órgão estadual, com aprovações ministeriais limitadas exigidas pelos governos estaduais e municipais. No entanto, em muitos outros Estados o processo de licenciamento de novas centrais (incluindo os parques eólicos), encontra-se sujeito à legislação sobre uso da terra e outros regulamentos específicos do Concelho e do Município. As autorizações a nível estatal podem envolver um processo de aprovação mais extenso, nomeadamente avaliações de impacto ambiental e possibilidade de oposição por parte de outros interessados ou utilizadores.

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover as energias renováveis, particularmente a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do EPACT 1992. Integrado no programa "American Recovery and Investment Act" ("ARIA") para 2009, o Governo Federal está a incentivar o desenvolvimento de energias renováveis através de créditos fiscais e outros subsídios para os anos de 2009 a 2013. Diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente, sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" ("RPS"), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é comum à Directiva Comunitária relativa à utilização de Energias Renováveis.

O programa "ARIA" para o ano de 2009 inclui diversas medidas de desenvolvimento da produção de energia eólica através de benefícios fiscais e outras políticas de incentivo, nomeadamente (i) a extensão de três anos do "PTC" até 2012 e (ii) uma opção para eleger 30% do "Investment Tax Credit" ("ITC") que possa substituir o "PTC" ao longo do período da extensão. Este "ITC" permite que as empresas recebam 30% do montante investido nos projectos ("cash grant") que entraram em funcionamento ou cujo início da construção tenha ocorrido em 2009 e 2010.



demostrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Enquadramento regulatório das actividades em França

A indústria eléctrica em França está regulamentada essencialmente pelo Acto 2000-108, corrigido pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 ("Act 2000"), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França. A operação de parque eólicos em França está também sujeita às disposições do código francês sobre ambiente e construção. O artigo 10º do Acto 2000-108 exige que os distribuidores de energia eléctrica não nacionalizadas celebrem contratos firmes de aquisição de electricidade produzida por: (i) instalações produtoras de energia a partir de desperdícios domésticos ou similares ou que utilizem tais fontes na produção de energia para o sistema de aquecimento distrital; e (ii) instalações que usem energias provenientes de fontes renováveis (incluindo energia eólica, às quais se aplicam disposições específicas).

As instalações que utilizem energia proveniente de fontes renováveis, com excepção da energia eólica mecânica, localizadas em áreas ligadas à rede metropolitana continental ou que implementem tecnologias energeticamente eficientes como a cogeração, não se qualificam para os contratos firmes de aquisição de energia, a menos que cumpram com certos limites pré-estabelecidos de capacidade instalada. Estes limites foram estabelecidos por um decreto do Conselho de Estado (Decreto 2000-1196 de 6 de Dezembro de 2000) para cada categoria de instalações elegível para celebração de contratos firmes de aquisição de energia. Com a nova regulação, apenas os parques eólicos que operem numa ZDE ("zone de développement éolien") podem beneficiar de um contrato firme de aquisição de energia. Estes contratos com os distribuidores não nacionalizados de electricidade baseiam-se nos preços estabelecidos por ordem ministerial para cada tipo de energia renovável e de acordo com um modelo de contrato aprovado pelo Ministério da Energia.

O Acto 2000 prevê que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido ao vício formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações efectuadas em 2006 (a tarifa é alterada anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação. (iii) A partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade ao preço de mercado.

O novo decreto aprovado em 15 de Dezembro definiu os seguintes objectivos para a produção eólica: 11.500 MW em 2012 e 25.000 MW em 2020. Estes objectivos também incluem energia das ondas e das marés.

Enquadramento regulatório das actividades na Polónia

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está inicialmente contida numa Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi corrigida pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia). A Lei da Energia implementou as disposições (i) da Directiva 2003/54/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003 relativa a regras comuns para o mercado interno de electricidade, (ii) da Directiva 2003/55/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2003 relativa a regras comuns para o mercado interno de gás natural, e (iii) da Directiva 2001/77/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro de 2001 na promoção de electricidade produzida através de fontes de energia renováveis no mercado interno. A regulamentação detalhada em relação ao âmbito do sector de energia está incluída na regulamentação secundária relevante adoptada pela Lei da Energia. Com base no "Energy Act" foi constituída a entidade reguladora nacional - o presidente da "Energy Regulatory Authority" ("Presidente da ERA").

De acordo com a Lei da Energia, as diferentes formas de produzir energia através de recursos renováveis na Polónia são: (i) Um sistema de compra obrigatória de certificados de origem das empresas produtoras e comercializadoras que vendam electricidade ao consumidor final em conexão com uma rede na Polónia. Estas empresas são obrigadas a: a) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente da ERA para cancelamento ou b) pagar um *fee* de substituição calculado de acordo com a Lei da Energia. ii) Se a empresa não adquirir certificados de origem ou não pagar o *fee* de substituição é penalizada pelo Presidente da ERA com uma multa calculada de acordo com as disposições da Lei da Energia.

O limite mínimo de electricidade gerada através de energias renováveis no volume total anual de electricidade utilizada pelo consumidor final é determinado legalmente pelo Ministério da Economia de acordo com a Lei da Energia. Em 2008, o limite mínimo foi de 7% e irá crescer anualmente até atingir 12,9% em 2017. Estes limites foram inicialmente estabelecidos até 2014, mas um novo regulamento aprovado em Agosto de 2008 fixou os limites para os anos 2015-2017 e aumentou os limites para os anos 2013 e 2014.

Enquadramento regulatório das actividades na Bélgica

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica é complexo dada a divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (emendada) ("Lei da Electricidade"). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com excepção das centrais "offshore") e eficiência energética. A legislação regional relevante é respectivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001.

Considerando a alocação de responsabilidades entre o governo federal e as regiões, existem quatro reguladores de energia: (a) a Comissão Federal para a Regulação de Electricidade e do Gás ("CREG"); (b) o Órgão Regulador Flamengo da Electricidade e do Gás ("VREG"); (c) a Walloon Energy Commission ("CwaPE"); e (d) a Comissão Reguladora para a Energia na Região de Bruxelas ("BRUGEL").

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes ("GC"), conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais "offshore" e por impor obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas "GC" são semelhantes nas três regiões e nas centrais "offshore" reguladas pelo governo federal. Existem actualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de "GCs", no entanto os "GCs" emitidos por uma região ou pelo governo federal, relativos a centrais "offshore", não são reconhecidos de forma automática nas outras regiões.

O sistema "GC" visa criar um mercado para "GC" paralelo ao mercado de venda de electricidade. Em Março de 2009 foi lançado um mercado para compra e venda de "GCs". Além do mercado "GC" existe um sistema de preço mínimo garantido a nível federal (obrigações impostas ao operador do sistema de transmissão) ou a nível regional (o regime de ajuda à produção na Flandres e Valónia).

As novas quotas para a produção eólica encontram-se na fase final de aprovação em Valónia. As novas quotas propostas pelo Governo são as seguintes: 11,25% em 2011, 13,50% em 2012 e 15,75% em 2013. Estas novas quotas que se encontram em aprovação são consideravelmente mais elevadas do que as antigas (11%, 12% e 13% para 2011, 2012 e 2013 respectivamente).

Enquadramento regulatório das actividades na Roménia

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia está regulamentado pela Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005 foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes com quotas obrigatórias para os fornecedores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A Roménia deve cumprir o objectivo de que 33% do consumo bruto de electricidade seja proveniente de energias renováveis em 2010. A autoridade regulatória estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes renováveis de energia que os fornecedores são obrigados a adquirir, e anualmente revê as candidaturas dos produtores "verdes" com vista à atribuição de certificados verdes. A Lei 200/2008 de 3 de Novembro de 2008 introduziu algumas alterações no sistema de certificados verdes. Actualmente, os produtores de energia eólica recebem dois certificados verdes por cada MWh produzido até 2015, os quais podem ser vendidos de forma separada da entrega física de electricidade. A partir de 2016 os produtores recebem um certificado verde por cada MWh produzido. O preço da electricidade é determinado no mercado da electricidade e o preço dos certificados verdes é determinado por um mercado paralelo.

O valor comercial dos certificados verdes oscila entre 27 Euros ("floor") e 55 Euros ("cap"), ambos indexados à taxa de inflação da Roménia. A Lei 220/2008 também garante o acesso à rede nacional para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis. Em 2007 foi aprovada uma nova Lei de Energia ("Lei 13/2007"), a qual estabelece, Julho de 2007 como data limite para a separação jurídica das actividades energéticas ("unbundling") na Roménia e define o papel do "Comercializador Implícito" e do "Comercializador de Último Recurso".

Enquadramento regulatório das actividades no Brasil

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9074 de 7 de Julho de 1995, que regula a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a ELETROBRÁS, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

O Decreto n.º 5163 de 30 de Julho de 2004 regula a Lei Federal n.º 10762, e prevê a possibilidade das empresas de distribuição e dos agentes autorizados adquirirem "Energia Distribuída" (produção local), com um limite de 10% da procura total de cada agente de distribuição. Adicionalmente, a Lei n.º 10762 estabelece a possibilidade de um produtor de electricidade com base em fontes de energia alternativas vender directamente ao consumidor final (procura agregada > 500kW), a qualquer nível de voltagem. Como parte do quadro de incentivos, são atribuídos descontos no tarifário de distribuição e transmissão (TUSD e TUST) aos produtores ou compradores de energias renováveis. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal "Energy Planning and Research Company" (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

Adicionalmente, a Lei n.º 10438 regula o uso de um fundo especial do sector, o "Fossil Fuel Consumption Quota (CCC)", para reduzir o custo de financiamento das iniciativas em energias renováveis capazes de substituir a produção de energia baseada em combustíveis fósseis.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas de 2009 e 2008 foram preparadas para apresentar de forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os períodos acima referidos.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 24 de Fevereiro de 2010. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.



demostrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

Nos termos definidos pelo IFRS 3, os ajustamentos ao justo valor resultantes da alocação do preço de aquisição realizados em 2009 (Subgrupos NEO Catalunya e Roménia) e 2008 (Subgrupo Relax Wind) relativamente ao "goodwill" registado em 2008 e 2007, respectivamente, originam uma reexpressão da informação comparativa, reflectindo o efeito destes ajustamentos, com referência à data de realização das operações de concentração de actividades empresariais.

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis reflectem os activos, passivos e resultados da EDP Renováveis e das suas subsidiárias e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo. As políticas contabilísticas descritas nos parágrafos seguintes foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder de, directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

As demonstrações financeiras individuais das subsidiárias consolidadas referem-se à mesma data e ao mesmo período das demonstrações financeiras da empresa mãe.

Os ganhos ou perdas decorrentes de uma diluição ou alienação de uma parte de uma participação financeira numa subsidiária sem que ocorra perda de controlo são reconhecidos em resultados do exercício.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo EDP Renováveis é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na medida em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas ou efectuar pagamentos em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Concentrações de actividades empresariais

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme permitido pela IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo EDP - Energias de Portugal optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo EDP. Esta política contabilística foi mantida quando as participações na NEO e Horizon foram transferidas para o Grupo EDP Renováveis. Desta forma, o "goodwill" registado nas demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis mantém-se da mesma forma que estava contabilizado nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP - Energias de Portugal na data da transferência (18 de Dezembro de 2007).

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. De acordo com este método, o custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. A totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os preços contingentes são reconhecidos como um passivo é assim que o seu pagamento se torna provável e o valor possa ser mensurado de forma fiável. O preço de compra é posteriormente ajustado por contrapartida do "goodwill" ou do "goodwill" negativo, quando a estimativa do preço contingente é revista.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo "goodwill" e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

As diferenças são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Transacções sob controlo comum

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico do activo líquido recebido e o valor pago é registado nos capitais próprios.

Opções de venda de interesses minoritários

As normas IFRS não prescrevem um tratamento contabilístico específico para os compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidos por interesses minoritários à data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais. Consequentemente, o Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda ("written put options") concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação detida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de "goodwill". Caso a opção de venda seja contratada numa data subsequente à da aquisição da concentração de actividades empresariais, é aplicada a mesma política contabilística.

Nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais sendo registadas por contrapartida de "goodwill". Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional das respectivas empresas do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do período, ajustado para os pagamentos do juro efectivo durante o período, e ao custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do período de referência.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais provenientes da reexpressão são reconhecidas em resultados, excepto para as diferenças resultantes da reconversão dos activos disponíveis para a venda, passivos financeiros designados como "net investment", "cash flow-hedge", que são reconhecidos na demonstração do rendimento integral. Os activos não monetários que sejam mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transacção.



demostrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura do fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, as quais incluem modelos de fluxos de caixa descontados e avaliação de opções, conforme a mais apropriada.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e suas variações são contabilizadas como descrito em seguida:

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à maturidade.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos por contrapartida do custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

Valores a receber e empréstimos

Os valores a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas dos valores a receber à data de balanço e são reconhecidas na demonstração dos resultados, podendo ser revertidas se o valor da perda estimada reduzir em períodos posteriores.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii), não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no período em que elas ocorrem.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não procedeu à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido nos resultados, é transferida para resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.



demostrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor actual dos fluxos de caixa descontados nas novas condições, incluindo alguma comissão paga, líquida de alguma comissão recebida, e utilizando a taxa de juro original do desconto, divergir em pelo menos 10% do valor actual descontado dos fluxos de caixa do passivo financeiro inicial.

Se a alteração é reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro inicial, os custos ou comissões são incluídos na demonstração dos resultados consolidada. Em caso contrário, os custos ou comissões ajustam o valor contabilístico do passivo e são amortizados pelo método do custo amortizado pelo período remanescente do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro que tenha sido cancelado ou transferido para terceiros) e o preço pago, o qual inclui qualquer transferência de activos para além de dinheiro ou do passivo assumido, como um débito ou um crédito na demonstração dos resultados consolidada.

g) Custos com empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o bem em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico:	
Produção Eólica	20
Produção Hidroeléctrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

i) Activos intangíveis

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

j) Imparidade de activos não financeiros

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do "goodwill" é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflita a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O "goodwill" gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer "goodwill" alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao "goodwill" não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há qualquer indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

k) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

O custo dos inventários é valorizado ao custo médio ponderado.

m) Classificação dos activos e passivos como correntes e não correntes

O Grupo classifica os activos e passivos no balanço consolidado como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é espectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são detidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data do balanço ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data do balanço.



demostrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Os passivos são classificados como correntes quando é espectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são detidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data de balanço ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data do balanço.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data de balanço, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data do balanço e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

A Enernova, uma das empresas portuguesas do Grupo EDP Renováveis, atribuiu benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões das empresas do Grupo em Portugal correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pela IAS 19, revista em 16 de Dezembro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Planos de contribuição definida

Em Portugal e Espanha algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. O custo relativo aos planos de contribuição definida é reconhecido em resultados no período em que a contribuição é efectuada.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

Em Portugal algumas empresas do Grupo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de electricidade são reconhecidos no período em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os proveitos de engenharia incluem o valor inicial acordado contratualmente mais as variações no contrato, reclamações e pagamento de incentivos, na medida em que seja provável que resultarão em proveitos e que podem ser estimados de forma fiável. Assim que os resultados do contrato de construção possam ser estimados de forma fiável, os proveitos e os custos do contrato são reconhecidos em resultados proporcionalmente à fase de conclusão do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que geralmente não são significativas, são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de "goodwill". Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovado ou substancialmente aprovado à data do balanço e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

t) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos e respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.



demostrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não corrente e de todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

u) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e os seus equivalentes englobam os valores em caixa e as disponibilidades em instituições crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez e prontamente convertíveis em caixa, sujeitos a um risco insignificante de alterações de valores. Um investimento é normalmente classificado como caixa e equivalentes de caixa quando apresenta uma maturidade inferior a três meses desde a data da sua aquisição.

v) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam o Grupo pela aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

x) Matérias ambientais

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no período a que respeitam.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS preveem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível superior de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Revisão da vida útil de activos relacionados com a produção

O Grupo revê numa base regular a vida útil das suas instalações produtoras de electricidade de forma a que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica das instalações, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

Imparidade de activos não financeiros

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, conseqüentemente, os resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é subcontratada ao Departamento Financeiro da EDP - Energias de Portugal, S.A., conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

A política de gestão de risco implementada pelo Grupo, ajustada ao ambiente adverso actual nos mercados de capitais permite à EDP Renováveis seguir sua estratégia e plano de investimento, sem alterações significativas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O Grupo EDP Renováveis opera internacionalmente encontrando-se exposto a risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD), Zloti Polaco (PLN) e Novo Leu da Roménia (RON). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta essencialmente da aquisição da Horizon.

O departamento financeiro do Grupo EDP é responsável por acompanhar a evolução do USD, no sentido de reduzir o impacto das flutuações cambiais nos resultados financeiros e/ou nos capitais próprios do Grupo através do recurso a derivados de taxa de câmbio e/ou outras estruturas de cobertura.

A política seguida pelo Grupo EDP Renováveis consiste em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos passivos cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Para as operações que resultam numa exposição ao risco cambial, uma alteração de 10% no câmbio do Euro face às seguintes moedas, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e/ou nos capitais próprios do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

		31 Dez 2009			
		Resultados		Capital Próprio	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR		6.415	-7.841	-	-
PLN / EUR		-	-	7.984	-9.759
		<u>6.415</u>	<u>-7.841</u>	<u>7.984</u>	<u>-9.759</u>
		31 Dez 2008			
		Resultados		Capital Próprio	
		+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR		4.432	-5.416	-	-
PLN / EUR		-	-	7.316	-8.942
		<u>4.432</u>	<u>-5.416</u>	<u>7.316</u>	<u>-8.942</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o Grupo EDP Renováveis não tem uma exposição significativa ao risco das taxas de câmbio relacionado essencialmente com a actividade da Horizon. De forma a cobrir estes riscos, o Grupo EDP Renováveis contratou um CIRS em USD e EUR com a EDP Sucursal.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais e financeiros do Grupo são substancialmente independentes das flutuações no mercado das taxas de juro.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 12 anos, aproximadamente. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é subcontratada ao Departamento Financeiro do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo NEO e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio e nos resultados do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes (milhares de Euros):

		31 Dez 2009			
		Resultado		Capitais Próprios	
		100 bp aumento	100 bp diminuição	100 bp aumento	100 bp diminuição
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa		-	-	9.822	-10.455
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)		-985	985	-	-
		<u>-985</u>	<u>985</u>	<u>9.822</u>	<u>-10.455</u>

	31 Dez 2008			
	Resultado		Capitais Próprios	
	100 bp aumento	100 bp diminuição	100 bp aumento	100 bp diminuição
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	10.621	-11.109
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.433	1.433	-	-
	<u>-1.433</u>	<u>1.433</u>	<u>10.621</u>	<u>-11.109</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Horizon não tem uma exposição significativa ao risco da taxa de juro.

Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras

A política do Grupo EDP Renováveis, em termos de risco de contraparte das operações financeiras com empresas externas ao Grupo EDP, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito ou empresas do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements", flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No caso específico do Grupo NEO, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos e à qualidade dos clientes. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

No caso específico da Horizon, o risco de crédito não é significativo devido ao reduzido prazo médio de recebimentos para os saldos de clientes, bem como à qualidade dos mesmos. Os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos.

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico das rubricas de clientes e outros devedores, líquidos de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas significativas por imparidade por reconhecer.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações adquiridas através da manutenção de facilidades de crédito suficientes e através do acesso às facilidades de crédito do Grupo EDP (ver nota 2 a)).

Gestão dos riscos de preço de mercado

Em 31 de Dezembro de 2009 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da Horizon, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da NEO, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços "spot" acrescido de um prémio pré-definido (regulado). No entanto, a NEO tem a opção de vender electricidade através de tarifas reguladas garantindo preços mínimos. Nos restantes países os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

A NEO e a Horizon contrataram "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa relacionados com a cobertura de preço das vendas de energia para os anos de 2009 e 2008 (ver nota 35). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir a produção de energia reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda de energia.

Gestão de capital

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capitais próprios de forma a reduzir custos.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais ("institutional equity liabilities"), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido da caixa e equivalentes de caixa.



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

5. Perímetro de consolidação

Durante o exercício de 2009, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

Empresas alienadas e liquidadas:

- A Generaciones Especiales I, S.L., alienou a sua participação de 50% na subsidiária Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.;
- A Generaciones Especiales I, S.L., procedeu à dissolução e liquidação da subsidiária Horta Medioambiente, S.A.;
- A Generaciones Especiales I, S.L., procedeu à dissolução e liquidação da subsidiária Eólica Mare Nostrum S.A.;
- A Horizon Wind Energy LLC, procedeu à dissolução da subsidiária Chocolate Bayou Windpower I, LP;
- A Nuevas Energias de Occidente, S.L., procedeu à dissolução da Hollywell Investments Limited, SARL;
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L., procedeu à dissolução e liquidação da subsidiária Ridgeside Investments Limited, SARL;

Empresas fusionadas:

- A Horizon Wind Energy Company LLC foi fusionada na Horizon Wind Energy LLC;
- A Levante Energia Eólica, Lda. foi fusionada na Enernova Novas Energias, S.A.;

Empresas adquiridas:

- O Grupo EDP, através da sua subsidiária EDPR Brasil, S.A. adquiriu 100% do capital social da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica, Lda. ("CENAEEL") (ver nota 17);
- O Grupo EDP, através da sua subsidiária Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 100% do capital social das empresas Mardelle, SARL e Vallée du Moulin, SARL e 49% do capital social da Quinze Mines, SARL. (ver nota 17);
- O Grupo EDP, através da sua subsidiária Neo Catalunya, S.A. adquiriu 100% do capital social das empresas Parc Eòlic Coll de la Garganta, SL., Parc Eòlic Serra Voltorera, SL. y Bon Vent de L'Ebre, SL. (ver nota 17);
- O Grupo EDP adquiriu 100% do capital social da Elektrownia Wiatrowa Kresy I, S.P. através da sua subsidiária Neo Polska (ver nota 17);
- O Grupo EDP adquiriu 100% do capital social da Elebrás Projectos, Ltda, através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil (ver nota 17);
- O Grupo EDP adquiriu 60,63% do capital social da Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A. através das suas subsidiárias Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L. (12,24%), Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L. (12,24%), Bon Vent de Corbera, S.L. (10,68%), Bon Vent de Vilalba, S.L. (10,42%), Bon Vent de L'Ebre, S.L. (9,70%) e Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L. (5,35%) (ver nota 17);
- O Grupo EDP adquiriu 38,96% do capital social da Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A. através da sua subsidiária Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A. (ver nota 18).

Empresas constituídas:

- A sociedade Agrupación Eólica Francia, S.L. foi constituída, sendo detida a 100% pela Nuevas Energias del Occidente, S.A.;
- A sociedade Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L. foi constituída, sendo o seu capital social detido em 51% pela Sinae, S.A.;
- A sociedade Eólica Garcimuñoz, S.L. foi constituída, sendo detida a 100% pela Desa, S.A.;
- Meadow Lake Windfarm III LLC;
- Meadow Lake Windfarm IV LLC;
- Meadow Lake Wind Farm V, LLC;
- Black Prairie Wind Farm II LLC;
- Black Prairie Wind Farm III LLC;
- Horizon Wind Energy Northwest IV LLC;
- Horizon Wyoming Transmission LLC;
- 2009 Vento IV, LLC;
- 2009 Vento V, LLC;
- 2009 Vento VI, LLC;
- Horizon Wind Ventures II, LLC;
- Paulding Wind Farm, LLC;
- Paulding Wind Farm II, LLC;
- Paulding Wind Farm III, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm II, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm III, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm IV, LLC;
- Simpson Ridge Wind Farm V, LLC;
- Horizon Wind Ventures VI, LLC;
- Lexington Chenoa Wind Farm II, LLC;
- Lexington Chenoa Wind Farm III, LLC;

Empresas constituídas (cont.):

- Athena-Weston Wind Power Project II, LLC;
- Blue Canyon Wind Power VII, LLC;
- A EDPR UK Limited foi constituída pela Nuevas Energias de Occidente, S.L., que detêm 100% do capital social;
- A sociedade Moray Offshore Renewables Limited, foi constituída sendo detida em 75% pela EDPR UK Limited.

As seguintes empresas foram fusionadas na Neogália, S.A.S.:

- C.E. Ayssenes-Le Truel, S.A.S.;
- C.E. Beaufeuve, S.A.S.;
- C.E. Bourbriac, S.A.S.;
- C.E. Calanhel Lohuec, S.A.S.;
- Eole Service, S.A.R.L.;
- Eole 76 Developpement, S.A.R.L.;
- Le Gollot, S.A.S.;
- Keranfouler, S.A.S.;
- Parc Eolien Les Bles D'Or, S.A.R.L.;
- C.E. Les Vieilles, SAS;
- Eole Futur Montloue 1, SAS;
- SOCPÉ Pieces de Vigne, S.A.R.L.;
- CE Pont d'Yeu, SAS;
- C.E. NEO Prouville, S.A.S.;
- Recherches et Dével. Éoliennes, S.A.R.L.;
- C.E. Saint Alban-Henansal, S.A.S.;
- SOCPÉ Saint Jacques, S.A.R.L.

As seguintes empresas foram fusionadas na Neolica Polska:

- Zulawy Wind Park II, Sp.z.o.o.;
- Kip Wind Park II, Sp. z.o.o.;
- Relax Wind Park V, Sp. z.o.o.;
- Relax Wind Park VI, Sp. z.o.o.;
- Chodow Wind Park, Sp. z.o.o.;
- Sk Wind Park, Sp. z.o.o.;
- Kip Wind Park I, Sp. z.o.o.;
- Sokolowo Wind Park, Sp. z.o.o.

Outras alterações:

- A Genesa I S.L. adquiriu os restantes 10% do capital social da Hidroeléctrica Fuentermosa, S.L.;
- A Neolica Polska adquiriu 3,14% do capital social da Relax Wind Park I SP Z.O.O.;
- A Sinae Inversiones Eólicas S.A. adquiriu 18% do capital social do Parque Eólico del Voltoya, S.A. (ver nota 18);
- A Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U. adquiriu 3,33% do capital social da Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.

Durante o exercício de 2008, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis foram:

Empresas alienadas:

- A Generaciones Especiales I, S.L. alienou a sua participação de 50% na subsidiária Marquesado Solar, S.A. à Solar Millenium AG;
- A Sinae Inversiones Eólicas, S.A. alienou 20% da sua participação na IDER, S.L.;
- A Sinae Inversiones Eólicas, S.A. alienou 5% da sua participação na Eólica Sierra de Avila, S.L. e Eólica del Alfoz, S.L. à Invesducro Eólica, S.L.;
- A Eternova alienou a sua participação de 5% na Bioeléctrica, S.L. à EDP Imobiliária.



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Empresas fusionadas:

- A Horizon Wind Energy Company LLC foi fusionada na Horizon Wind Energy LLC;
- A Bolores - Energia Eólica, S.A. e a Safra - Energia Eólica, S.A. foram fusionadas na Enernova - Novas Energias, S.A..

Empresas incorporadas:

- A Eólica de Radona S.L. foi constituída, sendo detida a 100% pela Sinae Inversiones Eólicas, S.A.;
- A Neolica Polska SP Z.O.O. foi constituída, sendo detida em 100% pela NEO;
- As empresas Cloud County Wind Farm, Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC, Sagebrush Power Partners, LLC, Rail Splitter, Cloud West Wind Project, LLC, Wheatfield Wind Power Project, LLC e Whitestone Wind Purchasing, LLC foram constituídas durante o exercício de 2008, sendo detidas a 100% pela Horizon Wind Energy LLC.

Empresas adquiridas:

- A DEPSA S.A. adquiriu uma participação adicional de 5% da Desarrollos Eólicos del Corme, S.A.;
- A Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L. adquiriu 100% das empresas Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L., Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L. e Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L. (ver nota 17);
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 100% dos subgrupos Hollywell e Ridgeside, diversas empresas que estão actualmente incluídas na Neo Galia subgrupo, Bom Vent de Corbera, Bom Vent de Vilalba e Parc Eòlic Molinars, S.L. (ver nota 17);
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 85% das empresas Renovatio Power e Cernavoda Power (ver nota 17);
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 51% das empresas Relax Wind Park IV Sp e Relax Wind Park II Sp;
- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. aumentou a sua participação de 73,3% para 93,3% na empresa Relax Wind Park I Sp e de 51% para 100% na empresa Relax Wind Park III, Sp.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação em 31 Dezembro 2009 e 2008 estão listadas no Anexo 1.

6. Volume de negócios

O Volume de negócios, por sector de actividade, é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Vendas por sector de actividade:		
Electricidade	632.726	514.039
Outros	10.791	12.738
	<u>643.517</u>	<u>526.777</u>
Prestação de serviços por actividade:		
Outros	4.725	5.652
	<u>648.242</u>	<u>532.429</u>
Total de Volume de negócios:		
Electricidade	632.726	514.039
Outros	15.516	18.390
	<u>648.242</u>	<u>532.429</u>

O detalhe do Volume de negócios, por mercado geográfico é apresentado no Relato financeiro por Segmentos (ver nota 43).

As rubricas de **Custos com aquisição de electricidade** e de **Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	1.522	993
Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:		
Custo das matérias primas e consumíveis	2.803	17.160
Varição da produção	1.910	-5.909
	<u>6.235</u>	<u>12.244</u>

7. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Proveitos suplementares	1.303	1.503
Ganhos em imobilizações	51	823
Proveitos relativos à disponibilidade de turbinas	12.692	2.390
Proveitos relativos a investidores institucionais - Horizon	82.671	61.238
Proveitos relativos a contratos de aquisição de energia	17.654	18.272
Indemnizações operacionais	3.319	1.004
Outros proveitos de exploração	7.541	4.294
	<u>125.231</u>	<u>89.524</u>

A rubrica Proveitos relativos a investidores institucionais – Horizon, corresponde ao reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC) e amortizações fiscais, relativamente aos projectos Vento I, II, III, IV e V (ver nota 33).

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a Horizon e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados, em aproximadamente 120 milhões de Euros (190.400 milhares de USD) e registados como um passivo não corrente (nota 33). Este passivo deve ser amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos de exploração. A amortização do exercício de 2009 foi de 17.654 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 18.272 milhares de Euros).

Os proveitos relativos à disponibilidade de turbinas referem-se à compensação recebida dos fornecedores de turbinas, quando a disponibilidade média das turbinas em actividade é inferior a 93% nos primeiros seis meses e/ou inferior a 97% em qualquer dos períodos subsequentes de seis meses, durante o período de garantia.

As indemnizações operacionais referem-se a montantes recebidos por companhias de seguros, relacionados com acidentes/sinistros em activos fixos tangíveis e/ou perdas na actividade operacional.

8. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Fornecimentos e serviços:		
Água, electricidade e combustíveis	1.876	1.808
Utensílios e material de escritório	1.692	1.628
Rendas e alugueres	22.310	17.696
Comunicações	2.679	1.686
Seguros	8.244	6.009
Transportes, deslocações e estadias	7.499	6.258
Comissões e honorários	813	574
Conservação e reparação	70.823	40.251
Publicidade e propaganda	1.848	2.223
Trabalhos especializados		
- Serviços de Informática	3.457	3.274
- Serviços Jurídicos	3.411	2.068
- Serviços de Consultoria	8.707	11.935
- Serviços partilhados	5.931	4.338
- Outros Serviços	4.319	3.566
"Royalties"	1.500	1.500
Outros fornecimentos e serviços	3.195	2.133
	<u>148.304</u>	<u>106.947</u>



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Remunerações	41.135	32.840
Remuneração dos órgãos sociais	5.718	5.095
Remuneração dos colaboradores	11.563	14.257
Benefícios aos colaboradores	1.773	1.501
Outros custos	5.580	2.823
Trabalhos para a própria empresa	-23.855	-19.505
	<u>41.914</u>	<u>37.011</u>

O número médio anual de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Órgãos sociais	16	14
Directores / Chefias superiores	52	51
Quadros médios	381	320
Profissionais altamente qualificados	180	143
Profissionais semi-qualificados	108	116
	<u>737</u>	<u>644</u>

O número de trabalhadores inclui a Gestão e todos os funcionários de todas as empresas subsidiárias e associadas.

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Custos com plano de pensões	614	1.085
Custos com plano médico e outros benefícios	19	5
	<u>633</u>	<u>1.090</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (596 milhares de Euros) e a planos de benefícios definidos (18 milhares de Euros), ver a nota 31.

Os custos com o plano de pensões inclui 979 milhares de Euros, relacionados com a reversão das provisões, devido a uma transferência de responsabilidades para outras empresas do Grupo EDP.

10. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Impostos directos	11.958	8.574
Impostos indirectos	6.466	4.047
Perdas em imobilizações	1.970	2.289
Custos com locações de centros produtores de electricidade	4.995	4.343
Donativos	285	1.988
Amortização do custo diferido de Operação e Manutenção	872	1.629
Bónus de disponibilidade de turbinas	661	255
Outros custos e perdas operacionais	6.631	3.659
	<u>33.838</u>	<u>26.784</u>

11. Amortizações do exercício

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	594	489
Equipamento básico:		
Produção Hidroeléctrica	83	83
Produção Termoeléctrica	192	460
Produção Eólica	306.733	201.500
Outros	349	23
Equipamento de transporte	142	140
Equipamento administrativo	3.180	1.600
Outros	860	344
	<u>312.133</u>	<u>204.639</u>
Outros activos intangíveis:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	2.217	3.125
	<u>2.217</u>	<u>3.125</u>
	<u>314.350</u>	<u>207.764</u>
Amortização de proveitos diferidos (Subsídios atribuídos pelo Estado):		
Subsídios ao investimento	-2.403	-696
	<u>-2.403</u>	<u>-696</u>
	<u>311.947</u>	<u>207.068</u>

12. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros** para o Grupo, é analisada como segue:

	31 Dez 2009		31 Dez 2008	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Investimentos financeiros em filiais e associadas				
Ibersol Solar Ibérica, S.A.	50%	268	-	-
Marquesado del Solar, S.A.	-	-	50%	2.378
Investigación y Desarrollo de Energias Renovables, S.L. ("IDER")	-	-	20%	-15
		<u>268</u>		<u>2.363</u>

Generaciones Especiales I, SL, vendeu a sua participação de 50% na IBERSOL Solar Ibérica, SA à Solar Millennium AG, por 300 milhares de Euros, gerando uma mais valia de 268 milhares de Euros.

13. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	7.865	19.271
Instrumentos financeiros derivados		
Juros	9.108	25.978
Justo valor	5.983	1.692
Diferenças de câmbio favoráveis	12.747	223.960
Outros proveitos financeiros	14	-
	<u>35.717</u>	<u>270.901</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	103.745	93.851
Instrumentos financeiros derivados		
Justo valor	4.579	5.663
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.629	227.272
Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros)	-74.691	-39.176
"Unwinding"	65.901	57.922
Outras perdas financeiras	2.988	2.588
	<u>108.151</u>	<u>348.120</u>
Resultados financeiros	<u>-72.434</u>	<u>-77.219</u>



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Os Instrumentos financeiros derivados - juros, está relacionado com a liquidação de juros resultante do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 33 e 35).

As diferenças de câmbio favoráveis (13.274 milhares de Euros) em 31 de Dezembro de 2009 estão relacionadas essencialmente com a valorização do Zloty face ao Euro (8.487 milhares de Euros) e com os financiamentos atribuídos pela EDP Sucursal à EDP Renováveis (2.150 milhares de Euros).

A rubrica de "Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros)" inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos tangíveis em curso conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2g) das Demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2009, os quais ascendem a 74.691 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 379.176 milhares de Euros). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variaram entre 1,839% e 10,250% e estão de acordo com as taxas de mercado consideradas para os respectivos empréstimos.

A rubrica de Juros Suportados diz respeito aos juros de empréstimos cujo juro é definido a taxas de mercado.

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 3.134 milhares de Euros, 2008 : 2.157 milhares de Euros (ver nota 32), à actualização financeira referente à "put option" da Genesa e Desa no montante de 8.620 milhares de Euros, 2008: 12.134 milhares de Euros (ver nota 33) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 54.147 milhares de Euros, 2008: 43.631 milhares de Euros (ver nota 33).

14. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de 4 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2005. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (6 anos em Portugal, 15 anos em Espanha e 20 anos nos Estados Unidos da América). O detalhe dos prejuízos e da respectiva data limite de reporte é apresentado na nota 20. As empresas do Grupo EDP Renováveis são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A Nuevas Energías de Occidente, S.L. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal. No entanto, as maiores empresas do Grupo são tributadas pelos princípios específicos do Regime de Consolidação contido nos artigos 64º e 82º do Royal Legislative Decree 4/2004, em que a lei revista do imposto sobre o rendimento foi aprovada.

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Imposto corrente	-34.112	-55.047
Imposto diferido	-10.642	6.068
	<u>-44.754</u>	<u>-48.979</u>

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Resultado antes de impostos	162.541	161.197
Imposto do exercício	-44.754	-48.979
Taxa efectiva de imposto	<u>27,53%</u>	<u>30,38%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Resultado antes de impostos	162.541	161.197
Taxa nominal de imposto	30,00%	30,00%
Imposto teórico	-48.762	-48.359
Imposto do exercício	-44.754	-48.979
Diferença	4.008	-620
Efeito fiscal de operações com parceiros institucionais	22.013	37.929
Amortizações do exercício não dedutíveis	-4.656	24.274
Activos por impostos diferidos não reconhecidos relativos a perdas fiscais geradas no exercício	-31.447	-51.881
Benefícios fiscais à produção	14.702	815
Justo valor de instrumentos financeiros e investimentos financeiros	-2.587	-10.062
Investimentos financeiros em associadas	1.263	1.333
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	727	-1.225
Tributação autónoma	-493	-237
Dividendos não tributados	-	-2.084
Benefícios fiscais	2.666	-970
Diferenças de taxas	1.674	409
Outros	146	1.079
	4.008	-620

As taxas de imposto nos países em que o Grupo EDP Renováveis opera são as seguintes:

País	Subgrupo	Taxa de Imposto	
		2009 e 2008	Exercícios Seguintes
Espanha	NEO	30,00%	30,00%
Portugal	NEO	26,50%	26,50%
França	NEO	33,33%	33,33%
Polónia	NEO	19,00%	19,00%
Bélgica	NEO	33,99%	33,99%
Roménia	NEO	16,00%	16,00%
Estados Unidos	Horizon	37,63%	37,63%
Brasil	EDPR Brasil	34,00%	34,00%

15. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	13.119	11.739
Edifícios e outras construções	11.041	10.855
Equipamento básico:		
Produção Hidroeléctrica	2.619	2.619
Produção Termoeléctrica (cogeração)	6.008	6.008
Produção Eólica	7.354.463	5.227.721
Outro equipamento básico	255	247
Equipamento de transporte	1.063	686
Equipamento administrativo e utensílios	21.492	9.378
Outros activos fixos tangíveis	8.829	7.334
Activos fixos tangíveis em curso	2.038.064	2.382.901
	9.456.953	7.659.488
Amortizações acumuladas :		
Amortizações do exercício	-312.133	-204.639
Amortizações acumuladas	-509.809	-313.044
	-821.942	-517.683
Valor líquido contabilístico	8.635.011	7.141.805

Os activos tangíveis em curso foram reclassificados, com referência a 31 de Dezembro de 2008, em resultado do "Purchase price allocation" realizado em 2009 sobre a Neo Catalunya e Roménia, no montante de 89.022 milhares de Euros (ver nota 17).

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis**, no período de 31 de Dezembro de 2008 a 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Aumentos Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	11.739	1.591	-4	128	-423	88	13.119
Edifícios e outras construções	10.855	2.802	-	-	-147	-2.469	11.041
Equipamento básico:							
Produção Hidroeléctrica	2.619	-	-	-	-	-	2.619
Produção Termoeléctrica (cogeração)	6.008	-	-	-	-	-	6.008
Produção Eólica	5.227.721	49.155	-974	2.189.644	-130.206	19.123	7.354.463
Outro equipamento básico	247	-	-	8	-	-	255
Equipamento de transporte	686	527	-84	-	-32	-34	1.063
Equipamento administrativo e utensílios	9.378	9.354	-23	3.391	-356	-252	21.492
Outros activos fixos tangíveis	7.334	478	-34	1.111	-60	-	8.829
Activos fixos tangíveis em curso	2.382.901	1.831.280	-3.580	-2.195.668	-3.618	26.749	2.038.064
	7.659.488	1.895.187	-4.699	-1.386	-134.842	43.205	9.456.953

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do período Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
--	-----------------------------------	---------------------------------------	---	------------------------------------	------------------------------------	--	-------------------------------------

Amortizações acumuladas e**Imparidades :**

Edifícios e outras construções	1.736	594	-	-	-16	-27	2.287
Equipamento básico:							
Produção Hidroeléctrica	1.443	83	-	-	-	-	1.526
Produção Termoeléctrica (cogeração)	5.817	192	-	-	-	-	6.009
Produção Eólica	499.925	306.733	-	-180	-8.893	1.791	799.376
Outro equipamento básico	214	349	-	-	-	-336	227
Equipamento de transporte	266	142	-	-34	-9	2	367
Equipamento administrativo e utensílios	4.256	3.180	-	-25	-90	-271	7.050
Outros	4.026	860	-	-28	-28	270	5.100
	517.683	312.133	-	-267	-9.036	1.429	821.942

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

A rubrica Variações de Perímetro/ Regularizações inclui, entre outros, o efeito resultante da aquisição das empresas Brasileiras de produção eólica CENAEEL e Elebrás e outras empresas do Grupo NEO, nomeadamente Mardelle, Quinze Mines, Vallée du Moulin, Bon Vent de L'Ebre, Elektrownia Wiatrowa Kresy e Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, num montante total de 40.032 milhares de Euros.

A coluna Aquisições/ Aumentos de Activos fixos tangíveis em curso inclui 35.756 milhares de Euros relacionados com a alocação do preço de compra realizada em 2009 para as empresas adquiridas durante o exercício (ver nota 17).

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis**, no período de 31 de Dezembro de 2007 a 31 de Dezembro de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	4.589	-	-2.886	6	-781	10.811	11.739
Edifícios e outras construções	241.920	2.898	-	-233.333	-630	-	10.855
Equipamento básico:							
Produção Hidroeléctrica	2.619	-	-	-	-	-	2.619
Produção Termoeléctrica (cogeração)	6.008	-	-	-	-	-	6.008
Produção Eólica	2.640.479	13.427	-8.524	2.353.325	152.953	76.061	5.227.721
Outro equipamento básico	247	-	-	-	-	-	247
Equipamento de transporte	332	308	-	-	33	13	686
Equipamento administrativo e utensílios	5.091	1.971	-3	1.470	222	627	9.378
Outros activos fixos tangíveis	27.754	47.236	-109	629	38	-68.214	7.334
Activos fixos tangíveis em curso	2.303.822	2.156.430	-4.600	-2.122.097	47.461	1.885	2.382.901
	5.232.861	2.222.270	-16.122	-	199.296	21.183	7.659.488

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortizações do período Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e Imparidades :							
Edifícios e outras construções	3.780	489	-	-	5	-2.538	1.736
Equipamento básico:							
Produção Hidroeléctrica	1.360	83	-	-	-	-	1.443
Produção Termoeléctrica (cogeração)	5.357	460	-	-	-	-	5.817
Produção Eólica	286.419	201.500	-278	-27	6.817	5.494	499.925
Outro equipamento básico	191	23	-	-	-	-	214
Equipamento de transporte	114	140	-	-	10	2	266
Equipamento administrativo e utensílios	2.822	1.600	-1	-	59	-224	4.256
Outros activos fixos tangíveis	6.518	344	-41	-21	18	-2.792	4.026
	<u>306.561</u>	<u>204.639</u>	<u>-320</u>	<u>-48</u>	<u>6.909</u>	<u>-58</u>	<u>517.683</u>

Os Activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são analisados como se segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Actividade eléctrica:		
Grupo Horizon Wind Energy	438.274	891.131
Grupo NEO	1.595.787	1.491.410
EDP Renováveis	1.861	296
EDP Renováveis Brasil	2.142	64
	<u>2.038.064</u>	<u>2.382.901</u>

Os Activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, para a NEO e Grupo Horizon, são essencialmente relacionados com parques eólicos em fase de construção e desenvolvimento.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 74.691 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009 e 39.176 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2008 (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 23.855 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009 (31 de Dezembro de 2008: 19.505 milhares de Euros) (ver nota 9).

O Grupo EDP Renováveis tem responsabilidades de "leasing" e compromissos de compra conforme divulgado na Nota 36 - Compromissos.

16. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Valor bruto:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	30.378	33.521
Activos intangíveis em curso	2.844	2.840
	<u>33.222</u>	<u>36.361</u>
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício	-2.217	-3.125
Amortizações acumuladas	-13.665	-10.828
	<u>-15.882</u>	<u>-13.953</u>
Valor Líquido	<u>17.340</u>	<u>22.408</u>

A Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis inclui 14.035 milhares de Euros e 13.920 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica de empresas Portuguesas (31 de Dezembro de 2008: 18.022 milhares de Euros) e do Grupo Horizon (31 de Dezembro de 2008: 14.408 milhares de Euros), respectivamente.

Os Activos intangíveis em curso estão relacionados com adiantamentos efectuados por conta de licenças de produção de energia eólica.

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** em 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	33.521	39	-	-2.773	-409	-	30.378
Activos intangíveis em curso	2.840	4	-	-	-	-	2.844
	<u>36.361</u>	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>-2.773</u>	<u>-409</u>	<u>-</u>	<u>33.222</u>
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	13.953	2.217	-	-	-105	-183	15.882
	<u>13.953</u>	<u>2.217</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-105</u>	<u>-183</u>	<u>15.882</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos intangíveis** em 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	29.677	295	-	2.744	795	10	33.521
Activos intangíveis em curso	3.781	-	-941	-	-	-	2.840
	<u>33.458</u>	<u>295</u>	<u>-941</u>	<u>2.744</u>	<u>795</u>	<u>10</u>	<u>36.361</u>
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade Perdas / Reversões Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	10.500	3.125	-	205	110	13	13.953
	<u>10.500</u>	<u>3.125</u>	<u>-</u>	<u>205</u>	<u>110</u>	<u>13</u>	<u>13.953</u>

17. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida à data da aquisição, é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Actividade eléctrica:		
Goodwill registado no Grupo NEO	765.987	735.941
Goodwill registado no Grupo Horizon Wind Energy	550.868	569.777
Goodwill registado no Grupo EDP Renováveis Brasil	1.501	-
	<u>1.318.356</u>	<u>1.305.718</u>

O "goodwill" do Grupo EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é analisado como segue:

	Moeda Funcional	Grupo	
		31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Grupo Horizon	Dólar Americano	550.868	569.777
Grupo Genesa	Euro	477.522	441.356
Grupo Ceasa	Euro	117.513	146.469
Grupo Relax Winds (Polónia)	Zloty	26.410	25.424
Grupo Enernova	Euro	42.588	43.011
Grupo Neo Galia SAS	Euro	83.160	45.104
Grupo Hollywell	Euro	-	8.007
Grupo Ridgeside	Euro	-	4.317
Grupo Roménia	Lei	10.931	14.803
Grupo Neo Catalunya	Euro	4.689	4.187
Grupo EDPR Brasil	Real	1.501	-
Outros	Euro	3.174	3.263
		<u>1.318.356</u>	<u>1.305.718</u>

De acordo com o estabelecido pela IFRS 3, o saldo da rubrica de "goodwill" relativo ao Subgrupo NEO Catalunya e ao Subgrupo Roménia, foi alterado, com referência a 31 de Dezembro de 2008, devido a uma alocação do preço de compra efectuada em 2009 no montante de 17.012 milhares de Euros e 49.658 milhares de Euros, respectivamente (ver informação apresentada abaixo nesta nota).

De acordo com o estabelecido pela IFRS 3, o saldo da rubrica de "goodwill" relativo ao Grupo Relax Winds (Polónia), incluído no Grupo NEO, com referência a 31 de Dezembro de 2007, foi reclassificado devido ao "Purchase price allocation" realizado em 2008, no montante de 43.908 milhares de Euros.

Em 2009, os movimentos da rubrica de "goodwill", por subgrupo, são analisados como segue:

	Saldo em			Imparidade Euro'000	Variação Cambial Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
	1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Diminuições Euro'000				
Actividade Eléctrica							
Grupo Horizon	569.777	-	-	-	(18.909)	-	550.868
Grupo Genesa	441.356	36.166	-	-	-	-	477.522
Grupo Ceasa	146.469	76	-3.502	-	-	(25.530)	117.513
Grupo Relax Winds (Polónia)	25.424	736	-	-	250	-	26.410
Grupo Enernova	43.011	-	-423	-	-	-	42.588
Grupo Neo Galia SAS	45.104	113	-	-	-	37.943	83.160
Grupo Hollywell	8.007	-	-	-	-	(8.007)	-
Grupo Ridgeside	4.317	-	-	-	-	(4.317)	-
Grupo Roménia	14.803	216	-4.088	-	-	-	10.931
Grupo Neo Catalunya	4.187	502	-	-	-	-	4.689
Grupo EDPR Brasil	-	1.246	-	-	255	-	1.501
Outros	3.263	-	-	-	-	(89)	3.174
	<u>1.305.718</u>	<u>39.055</u>	<u>(8.013)</u>	<u>-</u>	<u>(18.404)</u>	<u>-</u>	<u>1.318.356</u>

Em 2008, os movimentos da rubrica de "goodwill", por subgrupo, são analisados como segue:

	Saldo em			Imparidade Euro'000	Outros Euro'000	Variações de Perímetro/ Regularizações Euro'000	Saldo em 31 Dezembro Euro'000
	1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Diminuições Euro'000				
Actividade Eléctrica							
Grupo Horizon	539.353	-	-	-	30.424	-	569.777
Grupo Genesa	459.812	1.674	-19.116	-	-	(1.014)	441.356
Grupo Ceasa	141.949	8.484	-3.964	-	-	-	146.469
Grupo Relax Winds (Polónia)	14.010	35.920	-24.506	-	-	-	25.424
Grupo Enernova	42.971	40	-	-	-	-	43.011
Grupo Neo Galia SAS	-	52.472	-7.368	-	-	-	45.104
Grupo Hollywell	-	8.118	-111	-	-	-	8.007
Grupo Ridgeside	-	4.368	-51	-	-	-	4.317
Grupo Roménia	-	14.803	-	-	-	-	14.803
Grupo NEO Catalunya	-	4.187	-	-	-	-	4.187
Outros	3.075	188	-	-	-	-	3.263
	<u>1.201.170</u>	<u>130.254</u>	<u>(55.116)</u>	<u>-</u>	<u>30.424</u>	<u>(1.014)</u>	<u>1.305.718</u>



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

O valor contabilístico dos activos, passivos e passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição para as concentrações empresariais concretizadas durante 2009 (Elektrownia Wiatrowa Kresy I, Vallée du Moulin, Mardelle, Quinze Mines, Coll de la Garganta, Serra Voltorera, Bon Vent de L'Ébre, Bon Vent de Vilalba, Bon Vent de Corbera, Ceneael e Elebrás) detalha-se como segue:

	Valor Contabilístico
Activos fixos tangíveis	105.210
Outros activos	9.734
Activos não correntes	114.944
Total do Activo	114.944
Passivos não correntes	13.454
Passivos correntes	45.896
Total do Passivo	59.350
Activos líquidos adquiridos	55.594

Grupo Horizon

O "goodwill" resultante da aquisição do Grupo Horizon foi determinado em USD com referência à respectiva data de aquisição (775.251 milhares de USD), ascendendo a 550.868 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro 2009 (31 de Dezembro 2008: 569.777 milhares de Euros), incluindo custos de transacção no montante de 12.723 milhares de Euros. O decréscimo verificado nesta rubrica encontra-se relacionado com variações cambiais decorrentes da variação de EUR/USD, as quais ascendem a 18.909 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: aumento de 30.424 milhares de Euros).

Grupo Genesa

O aumento de "goodwill" verificado no grupo Genesa resulta essencialmente do efeito da reavaliação de uma "written put option" detida pela Caja Madrid sobre a Genesa e a Neo Desa, a qual ascendeu a 36.139 milhares de Euros (31 Dezembro de 2008: aproximadamente de 18.000 milhares de Euros), e pela aquisição da subsidiária Hidroeléctrica Fuentesmosa (27 milhares de Euros).

Grupo Ceasa

O aumento de "goodwill" verificado no Grupo Ceasa respeita a aquisição de 48,7% da Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A., cujo custo de aquisição ascendeu a 1.083 milhares de Euros.

A redução ocorrida no valor de "goodwill" do Grupo Ceasa durante o exercício de 2009 resulta da diminuição do preço de aquisição das empresas Parc eolic Coll de Moro, S.L. (1.555 milhares de Euros), Parc eolic Torre Madrina, S.L. (1.555 milhares de Euros) e Parc eolic de Vilalba des Arcs, S.L. (392 milhares de Euros) e da reestruturação societária (fusões e cisões) que originou a transferência das subsidiárias francesas que pertenciam ao Subgrupo Ceasa para os Subgrupo Neo Galia (25.530 milhares de Euros).

Grupo Relax Winds

Em 2007, o Grupo EDP Renováveis adquiriu um conjunto de empresas na Polónia (grupo Relax Winds), com objectivo de entrar no sector da energia eólica naquele país.

Em 2008, o Grupo EDP Renováveis efectuou uma análise dos MW licenciados para construção com o objectivo de calcular o montante a pagar por "success fees". Decorrente desta análise, a EDP Renováveis pagou um montante adicional de 19.628 milhares de Euros, registado por contrapartida de goodwill em "goodwill". Desta forma, o aumento total do "goodwill" associado ao grupo Relax Winds foi de 35.920 milhares de Euros, no exercício de 2008.

Em 2009, o aumento de "goodwill" verificado no Subgrupo Relax Winds está relacionado com a aquisição de 100% do capital social da subsidiária Elektrownia Wiatrowa Kresy I, S.P. ("Kresy") (736 milhares de Euros), cujo custo de aquisição foi de 8.160 milhares de Euros, com um impacto em diferenças cambiais EUR/PLN de 250 milhares de Euros.

O efeito da conclusão, em 2009, do "Purchase Price Allocation" da Kresy, detalha-se como segue:

	Valor Contabilístico Kresy	Ajustamentos de justo valor Kresy	Activos e passivos ao justo valor Kresy
Activos fixos tangíveis	382	9.066	9.448
Outros activos (incluindo licenças)	88	-	88
Total do Activo	470	9.066	9.536
Impostos diferidos passivos	-	1.660	1.660
Outros passivos	452	-	452
Total de interesses minoritários e passivos	452	1.660	2.112
Activo líquido ao Justo Valor			7.424
Valor de Aquisição			8.160
Goodwill			736

Subgrupo Enernova

O decréscimo verificado no "goodwill" do subgrupo Enernova resulta da diminuição do preço contingente da subsidiária Bolores - Energia eólica, S.A..

Grupo Neo Galia SAS

Em 2008, a EDP Renováveis adquiriu em França o Grupo Neo Galia SAS, à EOLE 76 e à Eurocape, composto por 3 parques eólicos operacionais na região da Normândia, com uma capacidade instalada bruta de 35 MW e um factor de produção médio de 27%, e com diversos projectos de parques eólicos em desenvolvimento, na sua maioria localizados nas regiões da Normândia e de Rhônes-Alpes, com um factor médio de produção previsto de 28%, representando uma capacidade de produção total de 560 MW.

O custo de aquisição do Grupo Neo Galia ascendeu a 43.088 milhares de Euros, que em conjunto com o total de activos líquidos negativos de 480 milhares de Euros, originou um "goodwill" de 43.568 milhares de euros. Este valor inclui 8.525 milhares de Euros correspondente à melhor estimativa para o valor adicional a pagar por "success fees" referentes a parques eólicos que irão obter licenças de construção até 31 de Dezembro de 2013. Adicionalmente, durante 2008, as participações detidas pela Ridgeside e pela Hollywell nas subsidiárias Bataille, Calengeville, Hetroye, Varimpre e Vaines foram transferidas para a Neo Galia por via de um aumento de capital, em espécie, originando um aumento no "goodwill" de 8.904 milhares de Euros, totalizando 52.472 milhares de Euros de aumento no "goodwill" durante 2008.

O custo de aquisição da Hollywell ascendeu a 7.678 milhares de Euros, que em conjunto com o total de activos líquidos negativos de 440 milhares de Euros, originou um "goodwill" de 8.118 milhares de Euros.

Em 2009, o aumento verificado no "goodwill" do Grupo Neo Galia SAS resultou da aquisição das subsidiárias Valleé du Molin, SARL (44 milhares de Euros), Mardelle, SARL (25 milhares de Euros) e Quinze Mines, SARL (44 milhares de Euros) e do processo de reestruturação que originou a transferência das subsidiárias francesas da Ceasa, Hollywell, Ridgeside e outros subgrupos para o subgrupo Neo Galia (37.943 milhares de Euros).

Grupos Hollywell e Ridgeside

A redução no "goodwill" dos Subgrupos Hollywell e Ridgeside resultou do processo de reestruturação que originou a transferência destes dois subgrupos para o Subgrupo Neo Galia (8.007 milhares de Euros e 4.317 milhares de Euros, respectivamente).

Grupo Roménia

Em 2008, a EDP Renováveis adquiriu 85% do capital social da Renovatio Power e da Cernavoda Power, duas empresas romenas detentoras de projectos eólicos com uma capacidade total de 736 MW.

O custo de aquisição ascendeu a 64.435 milhares de Euros, incluindo o montante de 63.217 milhares de Euros referente a "success fees". Considerando o total de activos líquidos negativos de ambas as empresas, no valor de 26 milhares de Euros, o "goodwill" resultante ascendeu a 64.461 milhares de Euros.

A variação ocorrida no valor de "goodwill" do grupo Roménia, durante o ano de 2009, resulta do aumento dos custos de aquisição da sociedade Renovatio Power SRL, no montante de 216 milhares de Euros,

A diminuição dos "success fees" a pagar registada em 2009, no montante de 4.088 milhares de Euros, resultou do não cumprimento de determinados pressupostos conforme definido contratualmente.

O efeito da conclusão, em 2009, do "Purchase Price Allocation", detalha-se como segue:

	Valor Contabilístico Grupo Roménia	Ajustamentos de justo valor Grupo Roménia	Activos e passivos ao justo valor Grupo Roménia
Activos fixos tangíveis	11.222	67.823	79.045
Outros activos (incluindo licenças)	296	-	296
Total do Activo	<u>11.518</u>	<u>67.823</u>	<u>79.341</u>
Interesses minoritários e outros passivos	-	8.763	8.763
Impostos diferidos passivos	-	9.402	9.402
Outros passivos	11.551	-	11.551
Total de interesses minoritários e passivos	<u>11.551</u>	<u>18.165</u>	<u>29.716</u>
Activo Líquido ao Justo Valor			49.625
Valor de Aquisição			<u>60.556</u>
"Goodwill"			<u>10.931</u>

Grupo Neo Catalunya

Em 2008, a Neo Catalunya, uma subsidiária detida a 100% pela NEO, adquiriu à Copcisa Eléctrica, S.L.U., as empresas Bom Vent Corbera, S.L. e Bom Vent Vilalba, S.L., detentoras de diversos parques eólicos em fase de desenvolvimento, com uma capacidade instalada prevista de 99 MW. O custo de aquisição foi de 21.370 milhares de Euros, resultando num "goodwill" de 21.199 milhares de Euros.

A variação ocorrida no "goodwill" do Subgrupo Neo Catalunya durante o ano de 2009 resulta da aquisição de 100% do capital social da Bom Vent de L'Ebre, S.L. (502 milhares de Euros), cujo custo de aquisição ascendeu a 7.687 milhares de Euros.

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

O efeito da conclusão, em 2009, do "Purchase Price Allocation", detalha-se como se segue:

	Valor Contabilístico Ebre	Ajustamentos de justo valor Ebre	Activos e passivos ao justo valor Ebre
Activos fixos tangíveis	4.113	8.995	13.108
Outros activos (incluindo licenças)	1.012	-	1.012
Total do Activo	<u>5.125</u>	<u>8.995</u>	<u>14.120</u>
Impostos diferidos passivos	-	1.864	1.864
Outros passivos	5.070	-	5.070
Total de interesses minoritários e passivos	<u>5.070</u>	<u>1.864</u>	<u>6.934</u>
Activo Líquido ao Justo Valor			7.186
Valor de Aquisição			7.688
"Goodwill"			<u>502</u>

Grupo EDPR Brasil

A variação ocorrida no "goodwill" do Grupo EDP Renováveis Brasil, durante o exercício de 2009, resulta da aquisição de 100% do capital social da CENAEEL (1.246 milhares de Euros) e da variação cambial EUR/BRL (255 milhares de Euros). Em 2009, o Grupo EDP Renováveis Brasil adquiriu, também, 100% do capital social da Elebrás, não tendo sido gerado qualquer "goodwill" por via dessa aquisição. O valor de aquisição de ambas as empresas foi de, aproximadamente, 15.000 milhares de Euros.

O efeito da conclusão, em 2009, do "Purchase Price Allocation" da Ceneael, detalha-se como segue:

	Valor Contabilístico Grupo EDPR Brasil	Ajustamentos de justo valor Grupo EDPR Brasil	Activos e passivos ao justo valor Grupo EDPR Brasil
Activos fixos tangíveis	15.790	18.186	33.976
Outros activos (incluindo licenças)	4.362	-	4.362
Total do Activo	<u>20.152</u>	<u>18.186</u>	<u>38.338</u>
Impostos diferidos passivos	-	5.742	5.742
Outros passivos	10.458	-	10.458
Total de interesses minoritários e passivos	<u>10.458</u>	<u>5.742</u>	<u>16.200</u>
Activo Líquido ao Justo Valor			22.138
Valor de Aquisição			23.384
"Goodwill"			<u>1.246</u>

Durante 2009, o Grupo EDP Renováveis pagou um montante total de 74.342 milhares de Euros (31 Dezembro 2008: 91.099 milhares de Euros) relativamente a concentrações empresariais, que inclui 6.250 milhares de Euros relativos a caixa e equivalentes de caixa adquiridos (5.171 milhares de Euros).

Movimentos do "Goodwill" em 2008

Durante 2008, o valor contabilístico dos activos, passivos e passivos contingentes reconhecidos à data de aquisição para as concentrações de actividades empresariais ocorridas nesse exercício (Neo Gália, Ridgeside, Hollywell, Roménia e Neo Catalunya) foram como segue:

	Valor Contabilístico
Activos intangíveis	2
Activos fixos tangíveis	55.583
Investimentos financeiros	63.373
"Goodwill"	-
Activos não correntes	<u>118.958</u>
Activos correntes	<u>18.741</u>
Total do Activo	<u>137.699</u>
Dívida financeira de médio e longo prazo	112.557
Outros passivos não correntes	17.073
Passivos correntes	<u>18.294</u>
Total do Passivo	<u>147.924</u>
Activos líquidos adquiridos	<u>(10.225)</u>

O detalhe dos custos relativos à concentração de actividades empresariais, dos activos líquidos adquiridos e "goodwill", para as aquisições de 2008 é o seguinte:

	<u>2008</u>
	<u>Total</u>
Custo da concentração de actividades empresariais	
Montante pago (ou valor atribuído)	64.269
Custos directamente imputáveis	4.689
Preço de aquisição contingente	71.742
Total do custo da concentração empresarial	<u>140.700</u>
Valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos	(10.207)
"Goodwill" (diferença entre o valor dos activos líquidos adquiridos e o custo de aquisição)	<u>150.907</u>

Grupo Relax Wind

Durante 2008 o "goodwill" relacionado com a aquisição do Grupo Relax Winds foi alterado devido a uma alocação do preço de compra, como segue:

	2007	2008	Activos e passivos ao justo valor
	Valor contabilístico Grupo Relax Winds	Ajustamentos de justo valor Grupo Relax Winds	Ajustamentos de justo valor Grupo Relax Winds
Activos fixos tangíveis	2.615	86.818	-
Outros activos (incluindo licenças)	1.082	-	-
Total do Activo	<u>3.697</u>	<u>86.818</u>	<u>90.515</u>
Interesses minoritários	-	27.986	(24.502)
Impostos diferidos passivos	-	14.924	-
Outros passivos	3.108	-	-
Total de interesses minoritários e passivos	<u>3.108</u>	<u>42.910</u>	<u>(24.502)</u>
Activo líquido ao justo valor			68.999
Custo de aquisição			<u>94.423</u>
"Goodwill"			<u>25.424</u>

Grupo Neo Galia (incluindo Ridgeside e Holywell)

Durante 2008, o "goodwill" relacionado com a aquisição do Grupo NEO Galia, incluindo Ridgeside e Hollywell, alterou-se devido uma alocação do preço de compra efectuada em 2008:

	Valor Contabilístico Grupo Neo Galia	Ajustamentos de justo valor Grupo Neo Galia	Activos e passivos ao justo valor Grupo Neo Galia
Activos fixos tangíveis	41.783	9.458	51.241
Outros activos (incluindo licenças)	55.175	-	55.175
Total do Activo	<u>96.958</u>	<u>9.458</u>	<u>106.416</u>
Impostos diferidos passivos	-	2.090	2.090
Outros passivos	106.859	-	106.859
Total do Passivo	<u>106.859</u>	<u>2.090</u>	<u>108.949</u>
Activo Líquido ao Justo Valor			<u>(2.533)</u>
Valor de Aquisição			<u>54.895</u>
"Goodwill"			<u>57.428</u>

Testes de Imparidade do "goodwill" - Grupo NEO

O "goodwill" de cada subgrupo do Grupo NEO é testado em relação à imparidade anualmente. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor das diversas unidades geradoras de caixa, que compõem cada um dos subgrupos do Grupo NEO. No caso dos parques eólicos em diferentes fases de desenvolvimento o valor recuperável é determinado utilizando o justo valor deduzido do custo da venda.

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

O Grupo EDP Renováveis considera como unidade geradora de caixa as subsidiárias ou subgrupos tendo em consideração a transacção que origina o "goodwill".

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do seu valor em uso. Este cálculo utiliza fluxos de caixa projectados baseados no plano financeiro a cinco anos aprovado pela Gestão. Os fluxos de caixa após o período de cinco anos são extrapolados utilizando taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa média de crescimento de longo prazo do negócio das energias renováveis.

O método para determinação do justo valor dos projectos em fase de desenvolvimento utilizado pelo Grupo NEO é semelhante ao utilizado na determinação do valor em uso de uma unidade geradora de caixa, ajustado pela probabilidade dos projectos em desenvolvimento serem concluídos e obtidas todas as licenças.

O método utilizado na avaliação do "goodwill" da NEO foi baseado no modelo dos fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa antes de impostos não alavancados.

Testes de Imparidade ao "goodwill" - Grupo Horizon

O método utilizado na avaliação do "goodwill" da Horizon foi baseado no modelo dos fluxos de caixa descontados utilizando fluxos de caixa antes de impostos não alavancados gerados por projectos existentes.

Testes de Imparidade - Pressupostos

Os pressupostos utilizados nos testes de imparidade do "goodwill", com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são apresentados como segue:

31 de Dezembro de 2009						
Unidade geradora de caixa	Actividade	Valor recuperável (base de cálculo) (bruto do efeito fiscal)	Base de cálculo dos fluxos de caixa	Prazo utilizado para fluxos de caixa	Taxa de crescimento fluxos caixa	Taxa de desconto utilizada (depois de imposto)
Grupo Horizon	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa / contratos de venda de energia	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas e preço de venda no mercado	Taxa de Desconto (EUA): 5.9% Subsídios Governamentais (Cash Grant) 6.8% Contrato PTC
Grupo Genesa	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto (Esp): 6.06%
Grupo Ceasa	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto (Esp): 6.06%
Grupo Relax Winds (Poland)	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto (Esp): 7.41%
Grupo Enernova	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto (Esp): 5.83%
Grupo NEO Galia SAS	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto (Esp): 5.83%
Grupo Roménia	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto (Esp): 7.33%
Neo Catalunya	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto (Esp): 6.06%

31 de Dezembro de 2008						
Unidade geradora de caixa	Actividade	Valor recuperável (base de cálculo) (bruto do efeito fiscal)	Base de cálculo dos fluxos de caixa	Prazo utilizado para fluxos de caixa	Taxa de crescimento fluxos caixa	Taxa de desconto utilizada (depois de imposto)
Grupo Horizon	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa / alocação do custo de aquisição (PPA)	Vida útil dos equipamentos (20 anos) 15% CAPEX	10%	Taxa de desconto: 8%
Grupo Genesa	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) (a)	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto: (Esp): 6.96%
Grupo Ceasa	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) (a)	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto: (Esp): 6.06%
Grupo Relax Winds (Polónia)	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) (a)	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto: (Esp): 8.53%
Grupo Enernova	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) (a)	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto: (Esp): 7.66%
Grupo NEO Galia SAS	Geração Eólica	Valor de uso Equity Value (DCF)	Capacidade instalada e perspectivas de evolução da tarifa no mercado	Vida útil dos equipamentos (20 anos) (a)	Estimativa de evolução das tarifas	Taxa de desconto: (Esp): 6.66%

(a) Valor residual

O Grupo EDP Renováveis considera que o valor recuperável, após 20 anos de uso de parques eólicos, corresponde à valorização da (i) a possibilidade de aumentar a capacidade de geração dos parques eólicos, (ii) manutenção das licenças e direitos da EDP Renováveis para utilização dos parques eólicos e (iii) valor adicional relacionado com a vida útil remanescente dos parques eólicos para além do período acima referido.

Reclassificações relacionadas com a alocação do custo de aquisição (PPA) durante 2009

No ano de 2009, o Grupo EDP Renováveis efectuou a alocação do custo de aquisição (PPA) dos Subgrupos NEO Catalunya e Roménia adquiridos durante 2008. De acordo com a IFRS 3, o justo-valor dos activos, passivos e passivos contingentes pode ser ajustado com efeito à data de aquisição. Consequentemente, o Grupo procedeu às seguintes reclassificações dos saldos de balanço com referência a 31 de Dezembro de 2008:

	31 Dez 2008 Euro'000	Reclassificações PPA Euro'000	31 Dez 2008 Reclassificado Euro'000
Activos fixos tangíveis	7.052.783	89.022	7.141.805
"Goodwill"	1.372.388	-66.670	1.305.718
Activos	<u>8.425.171</u>	<u>22.352</u>	<u>8.447.523</u>
Interesses Minoritários	82.751	8.763	91.514
Impostos diferidos passivos	303.331	13.589	316.920
Total interesses minoritários e passivos	<u>386.082</u>	<u>22.352</u>	<u>408.434</u>

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Durante o exercício de 2008, o Grupo EDP Renováveis efectuou a alocação do custo de aquisição (PPA) do Subgrupo Relax Wind adquirido durante 2007. De acordo com a IFRS 3, o justo-valor dos activos, passivos e passivos contingentes pode ser ajustado com efeito à data de aquisição. Consequentemente, o Grupo procedeu às seguintes reclassificações dos saldos de balanço com referência a 31 de Dezembro de 2007:

	31 Dez 2007 Euro'000	Reclassificações PPA Euro'000	31 Dez 2007 Reclassificado Euro'000
Activos fixos tangíveis	4.839.482	86.818	4.926.300
"Goodwill"	1.245.078	-43.908	1.201.170
Activos	<u>6.084.560</u>	<u>42.910</u>	<u>6.127.470</u>
Interesses Minoritários	<u>185.587</u>	<u>27.986</u>	<u>213.573</u>
Impostos diferidos passivos	<u>278.470</u>	<u>14.924</u>	<u>293.394</u>
Total interesses minoritários e passivos	<u>464.057</u>	<u>42.910</u>	<u>506.967</u>

18. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Empresas associadas:		
Investimentos financeiros em associadas	47.609	40.782
Valor contabilístico	<u>47.609</u>	<u>40.782</u>

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global relativo aos investimentos financeiros em empresas associadas.

O detalhe dos investimentos financeiros em associadas em 31 de Dezembro de 2009, é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:		
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	11.235	-
Parque Eólico altos del Voltoya, S.A.	9.593	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	6.907	-
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	5.485	-
Veinco Energia Limpia, S.L.	4.154	-
Parque Eólico Belmonte, S.A.	3.073	-
Associates of Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	2.014	-
Hidroastur, S.A.	1.937	-
Horizon Wind Energy	1.686	-
Outras	1.525	-
	<u>47.609</u>	<u>-</u>

O detalhe dos investimentos financeiros em associadas em 31 de Dezembro de 2008, é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2008	
	Valor Bruto Euro'000	Imparidade Euro'000
Empresas associadas:		
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	10.735	-
Parque Eólico altos del Voltoya, S.A.	6.486	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	5.454	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	4.154	-
Veinco Energia Limpia S.L.	3.481	-
Parque Eólico Belmonte, S.A.	3.243	-
Associates of Valle del Ebro Ingeniería y Consultoría, S.L.	2.241	-
Hidroastur S.A.	2.112	-
Horizon Wind Energy	2.031	-
Outras	845	-
	<u>40.782</u>	<u>-</u>

O movimento dos **investimentos financeiros em associadas**, é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro	40.782	32.514
Aquisições	7.207	3.569
Alienações	-137	-210
Resultados de associadas	3.939	4.369
Dividendos recebidos	-4.107	-2.693
Diferenças de câmbio	-75	151
Alterações no método de consolidação	-	3.436
Alterações no perímetro de consolidação	-	-201
Transferências / Regularizações	-	-153
Saldo em 31 de Dezembro	47.609	40.782

As aquisições dos investimentos financeiros respeitam essencialmente à Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A. (1.507 milhares de Euros) e ao Parque Eólico del Voltoya, S.A. (5.700 milhares de Euros).

19. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A. (16.67%)	11.766	10.854
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	-	783
Wind Expert	500	500
Outras	364	364
	12.630	12.501

Durante o ano de 2009, o Grupo EDP Renováveis aumentou a participação no capital social da sua subsidiária Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A., que passou a ser consolidada pelo método de consolidação integral (ver nota 5).

Os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação dos activos financeiros detidos para venda são os mesmos utilizados no teste de imparidade.

20. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Créditos fiscais	3.593	3.008	-	-	3.593	3.008
Provisões	2.136	2.173	-	-	2.136	2.173
Instrumentos financeiros derivados	5.543	3.581	2.743	1.374	2.800	2.207
Activos fixos tangíveis	16.082	12.142	8.052	10.542	8.030	1.600
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	330.911	304.865	-330.911	-304.865
Reavaliações contabilísticas	-	-	21	127	-21	-127
Outros	712	930	1.197	12	-485	918
	28.066	21.834	342.924	316.920	-314.858	-295.086



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

A alocação de justos valores a activos e passivos em 2008 inclui o efeito final do "Purchase Price Allocation" relativo à NEO Catalunya (4.187 milhares de Euros) e à Roménia (9.402 milhares de Euros), realizados durante 2009.

O movimento dos impostos diferidos activos e passivos durante o exercício é analisado como se segue:

	31 Dez 2009		31 Dez 2008	
	Euro'000		Euro'000	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo Inicial	21.834	-316.920	16.719	-293.393
Aumentos imputados a resultados	7.548	-24.886	4.456	-3.500
Diminuições imputadas a resultados	-3.489	10.106	-3.352	8.464
Aumentos imputados a reservas	1.969	-1.692	3.572	-13.413
Diminuições imputadas a reservas	-	-63	-	1.473
Alterações na taxa de imposto aplicável	-	-	-14	178
Outros movimentos	204	-9.469	453	-3.140
	<u>28.066</u>	<u>-342.924</u>	<u>21.834</u>	<u>-303.331</u>

Como referido acima, o saldo inicial referente aos passivos fiscais em 1 de Janeiro de 2009, inclui o efeito da alocação final do "Purchase Price Allocation" da NEO Catalunya (4.187 milhares de Euros) e do Grupo Roménia (9.402 milhares de Euros), realizados durante 2009.

Os outros movimentos registados em impostos diferidos passivos referem-se essencialmente ao efeito da alocação do "Purchase Price Allocation" ocorrido em 2009 relativamente às aquisições na Polónia, NEO Catalunya e das subsidiárias em França (3.944 milhares de Euros) e Elebrás e Cenaeel (6.452 milhares de Euros).

O detalhe dos impostos diferidos activos e passivos que serão revertidos a mais de 12 meses é analisado como se segue:

	Activos	Passivos
	31 Dez 2009	31 Dez 2009
	Euro'000	Euro'000
Provisões	83	-
Instrumentos financeiros derivados	5.543	2.743
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	321.207
Activos fixos tangíveis	14.853	3
Reavaliações contabilísticas	-	21
Outros	687	7
	<u>21.166</u>	<u>323.981</u>

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Data limite de reporte:		
2010	11	11
2011	232	21
2012	224	27
2013	214	105
2014	151	3
2015	4.509	7.462
2016	2.822	3.070
2017 a 2029	640.833	218.029
Sem data limite de reporte	149.304	-
	<u>798.300</u>	<u>228.728</u>

O Grupo não registou impostos diferidos activos sobre créditos fiscais no montante de 798.300 milhares de Euros (2008: 228.728 milhares de Euros) devido à incerteza relativamente à realização futura do imposto diferido activo. A maioria destes créditos respeitam à Horizon Wind Energy (622.113 milhares de Euros).

21. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Adiantamentos por conta de compras	2.795	1.915
Produtos acabados e intermédios	8.163	10.313
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:		
Materiais diversos e outros	386	149
	<u>11.344</u>	<u>12.377</u>

22. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Clientes curto prazo - Corrente:		
Espanha	47.914	46.221
Estados Unidos da América	27.434	21.130
Portugal	17.918	11.050
França	7.072	4.168
Bélgica	5.301	-
Brasil	452	-
Roménia	57	-
Polónia	-	29
	<u>106.148</u>	<u>82.598</u>
Clientes de cobrança duvidosa	2.345	2.347
Perdas por imparidade	-2.345	-2.347
	<u>106.148</u>	<u>82.598</u>

23. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Devedores de Curto Prazo - Corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	178.028	106.625
Instrumentos financeiros derivados	13.765	3.355
Cauções prestadas	11.962	6.853
Depósitos caucionados	90.505	43.016
Outros devedores:		
- Dívidas referentes a pessoal	32	25
- Seguros	1.979	1.059
- Benefícios fiscais associados à produção (PTC)	213	934
- Garantia exercida pela Horizon	2.678	5.179
- Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	1.450	2.687
- Valor a receber por indisponibilidade das turbinas	6.680	2.288
- Serviços Prestados	9.110	8.513
- Outros devedores e operações diversas	21.056	15.279
	<u>337.458</u>	<u>195.813</u>
Devedores de médio / longo prazo - Não corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	8.408	21.769
Valores a receber (Horizon)	9.397	10.678
Garantias e depósitos caucionados	34.961	33.666
Instrumentos financeiros derivados	5.443	6.081
Outros devedores:		
- Custos diferidos (Grupo Erenova)	46.770	42.617
- Custos diferidos do "power purchase agreements" da High Trail	5.388	5.748
- Valorização do contrato de operação e manutenção (O&M) - Mapple Ridge I (Horizon)	7.405	7.941
- Custos diferidos com investidores institucionais ("Tax Equity")	6.384	5.002
- Outros devedores e operações diversas	5.291	8.038
	<u>129.447</u>	<u>141.540</u>
	<u>466.905</u>	<u>337.353</u>



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Os Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente - incluem 106.800 milhares de Euros de empréstimos concedidos à ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. e 35.086 milhares de Euros com a EDP Sucursal (31 Dezembro 2008: 27.978 milhares de Euros) relativos a liquidação do juro associado ao derivado classificados como "net investment".

Os Depósitos caucionados - Corrente - incluem principalmente acordos de financiamento relacionados com a Vento VI (63.603 milhares de Euros), Vento V (19.094 milhares de Euros) e Vento IV (4.110 milhares de Euros). São efectuados depósitos caucionados em montante suficiente para liquidar os custos de construção remanescentes. Em 31 de Dezembro de 2008 os depósitos caucionados respeitam principalmente ao acordo de financiamento da Vento III (39.736 milhares de Euros).

As Garantias e depósitos caucionados - Não Corrente - respeitam aos project finance das empresas do Grupo NEO, sendo estes montantes depositados ou cativos por forma a garantir o cumprimento das responsabilidades associadas a estes projectos.

Os Custos diferidos (Grupo Erenova) - Não Corrente, respeitam a rendas e direitos de superfície pagos aos proprietários de terrenos e participações pagas à EDP Distribuição para construção das linhas de ligação à rede. Estes custos estão diferidos à data do balanço e são reconhecidos numa base linear pelo período de vida útil estimado dos activos.

24. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Imposto sobre o rendimento	19.132	7.755
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	146.464	150.569
- Outras tributações	4.074	16.769
	<u>169.670</u>	<u>175.093</u>

25. Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A rubrica de **Activos financeiros ao justo valor através dos resultados** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Instrumentos de capital:		
- Fundos de investimento	33.012	32.369
Instrumentos de dívida:		
- Obrigações	4.091	3.405
	<u>37.103</u>	<u>35.774</u>

O justo valor dos Fundos de investimento é calculado com base na sua cotação de mercado.

O efeito na Demonstração de Resultados de operações com activos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 1.416 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 1.204 milhares de euros).

26. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Numerário:		
- Caixa	57	2
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	158.411	189.895
- Outros depósitos	285.165	39.783
	<u>443.576</u>	<u>229.678</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>443.633</u>	<u>229.680</u>

A rubrica de Outros depósitos inclui 257.306 milhares de Euros numa aplicação na EDP Finance BV em dólares, com uma maturidade até três meses que vencem juros a uma taxa entre 0,2% e 0,3%.

27. Capital e Prémio de Emissões de acções

A EDP Renováveis foi constituída em 4 de Dezembro de 2007 com um capital social de 15 milhares de Euros, representado por 1.500 acções com um valor nominal de 10 Euros cada, tendo estas acções sido integralmente subscritas pela EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal). Em 18 e 21 de Dezembro de 2007, a EDP Sucursal procedeu ao aumento do capital social da EDP Renováveis através da incorporação de acções detidas nas suas participadas NEO - Nuevas Energias de Occidente, S.L. (correspondente a 60% do respectivo capital social) e Horizon Wind Energy LLC (correspondente a 100% do respectivo capital social).

Em 25 de Fevereiro de 2008, o accionista único da EDP Renováveis aprovou um aumento de capital da EDP Renováveis no montante de 4.718 milhares de Euros, com um prémio de emissão de 175.490 milhares de Euros, através da emissão de 471.824 novas acções com um valor nominal de 10 Euros cada e um prémio de emissão de 371,94 Euros por acção (175.490 milhares de Euros). Este aumento de capital foi subscrito pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. através de uma contribuição não monetária correspondente a 40% do capital social da Nuevas Energias de Occidente, S.L., a empresa-mãe do Grupo NEO, obtendo, em troca, uma participação de 20% no capital social da EDP Renováveis. Este acordo foi celebrado por escritura pública no dia 29 de Fevereiro de 2008. Desde essa data, a EDP Renováveis passou a deter 100% do capital social da Nuevas Energias de Occidente, S.L.

As contribuições acima referidas foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, contribuição de activos e troca de acções, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento, de acordo com o artigo 93º do Real Decreto Legislativo 4, de 5 de Março de 2004, através do qual a lei revista do imposto sobre o rendimento foi aprovada.

Na Assembleia Geral Anual realizada em 12 de Março de 2008, os accionistas acordaram o seguinte:

- Aumentar o capital social da EDP Renováveis, S.L. com os prémios de emissão, através da emissão de 205.782.806 acções com um valor nominal de 10 Euros cada. Os accionistas realizaram este aumento de capital na proporção das suas participações na EDP Renováveis, S.A.

- Reduzir o valor nominal das acções de 10 para 2 Euros por acção, através da divisão das acções que representam a totalidade do capital social, numa proporção de cinco novas acções por cada acção antiga. O capital social manteve-se inalterado.

A divulgação pública desta operação ocorreu em 18 de Março de 2008.

Na Assembleia Geral anual ocorrida a 18 de Março de 2008, os accionistas aprovaram a transformação da EDP Renováveis, S.L. em sociedade anónima com o nome de EDP Renováveis, S.A.. Este acordo, cuja divulgação pública ocorreu a 18 de Março de 2008, considera o Balanço da empresa com referência a 17 de Março de 2008 como o balanço de transformação, substituindo as antigas quotas por acções com o mesmo número e valor unitário.

Em 7 de Maio de 2008, a EDP, S.A. e a Hidrocantabrico aprovaram (i) um aumento do capital da EDP Renováveis para 3.381.419.280 Euros. Este aumento de capital foi subscrito pela EDP, S.A. e pela Hidrocantabrico através de uma contribuição em espécie de empréstimos concedidos no valor de 1.040.000 milhares de Euros e 260.000 milhares de Euros, respectivamente, e (ii) um aumento do valor nominal das acções de 2 para 5 Euros. Após o aumento de capital, a EDP, S.A. continuou a deter 80% e a Hidrocantabrico 20% do capital social da EDP Renováveis.

Em 13 de Maio de 2008, de forma a permitir a realização de uma Oferta Pública de Venda ("OPV"), a Assembleia Geral da EDP Renováveis decidiu aumentar o capital social da empresa num valor nominal máximo de 1.127.139.760 Euros, através da emissão de 225.427.952 novas acções.

Em 2 de Junho de 2008, a "OPV" realizou-se através da diluição da participação detida pelos accionistas da EDP Renováveis. Foram admitidas a negociação 196.024.306 novas acções e, como consequência, a percentagem de participação no capital da EDP Renováveis detida pela EDP, S.A. através da sua sucursal em Espanha diminuiu para 62,02% e a participação detida pela Hidrocantabrico diminuiu para 15,51%.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o capital social da EDP Renováveis é composto por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis são analisados como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	114.349	104.364
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	114.349	104.364
Nº médio de acções durante o ano	872.308.162	662.217.700
Nº médio de acções diluídas durante o ano	872.308.162	662.217.700
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,13	0,16
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,13	0,16
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,13	0,16
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,13	0,16

O Grupo EDP Renováveis calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções emitidas durante o período de relato.



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

A empresa não detém quaisquer ações próprias com referência a 31 de Dezembro de 2009.

O número médio de ações foi determinado da seguinte forma:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
Acções emitidas no início do exercício	872.308.162	1.887.298
Efeito das acções emitidas durante o ano	-	660.330.402
Número médio de acções realizadas	872.308.162	662.217.700
Número médio de acções durante o ano	872.308.162	662.217.700
Número médio de acções diluídas durante o ano	872.308.162	662.217.700

28. Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Reservas		
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	16.735	18.669
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	8.659	7.747
Diferença cambial de consolidação	570	1.179
	<u>25.964</u>	<u>27.595</u>
Outras reservas e resultados transitados:		
Resultados transitados	98.028	1.158
Reserva de primeira consolidação	60.666	60.666
Reserva legal	7.479	-
	<u>166.173</u>	<u>61.824</u>
	<u>192.137</u>	<u>56.348</u>

Reserva de primeira consolidação

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto não se encontra no âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na falta de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDP Renováveis desenvolveu uma política contabilística para as referidas transacções, que considera apropriada. Considerando a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido como Reserva de primeira consolidação.

Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 214º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do ano para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas se não existirem outras reservas disponíveis e para aumentar o capital social.

Distribuição de Resultados

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 2009 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	<u>68.012.381,59</u>
Distribuição	
Reserva legal	6.801.238,16
Reserva livre	<u>61.211.143,43</u>
	<u>68.012.381,59</u>

A aplicação do resultado do exercício de 2008 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual de 14 de Abril de 2009, foi a seguinte:

Resultado líquido do exercício	<u>74.793.901,42</u>
Distribuição	
Reserva legal	7.479.390,14
Reserva livre	<u>67.314.511,28</u>
	<u>74.793.901,42</u>

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço referentes a activos financeiros disponíveis para venda. O movimento do ano ocorrido nesta rubrica, é analisado como segue:

	Grupo	
	Aumentos Euro'000	Diminuições Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	7.747	-
Varição do justo valor da participação financeira na Sociedad Eólica Andalucía	912	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>8.659</u>	<u>-</u>

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas em moeda estrangeira para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda	Taxas de câmbio em 31 Dez 2009		Taxas de câmbio em 31 Dez 2008	
	Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
	Dólar Americano USD	1,441	1,390	1,392
Zloty PLN	4,105	4,362	4,154	3,486
Real do Brasil BRL	2,511	2,783	3,244	2,652
Lei RON	4,236	4,245	4,023	3,762
Libra Estrelina GBP	0,888	0,890	-	-

29. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	3.438	7.854
Interesses minoritários de capital e de reservas	104.055	83.660
	<u>107.493</u>	<u>91.514</u>

A rubrica de **Interesses minoritários**, por subgrupo, é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Grupo NEO	98.759	91.514
Grupo Horizon Wind Energy	-	27
EDP Renováveis Brasil	8.734	-27
	<u>107.493</u>	<u>91.514</u>

Os Interesses Minoritários do Grupo NEO, em 31 de Dezembro de 2008, foram reclassificados devido ao "Purchase price allocation" realizado em 2009, no montante de 8.763 milhares de Euros (ver nota 17).



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Os Interesses Minoritários do Grupo NEO, em 31 de Dezembro de 2007, foram reclassificados devido ao "Purchase price allocation" realizado em 2008, no montante de 27.986 milhares de Euros (ver nota 17).

30. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Dívida financeira - Corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo NEO	102.500	75.950
- EDP Renováveis Brasil	539	-
Suprimentos contraídos:		
- Grupo NEO	-	3.956
Outros empréstimos:		
- Grupo NEO	2.982	3.277
- Grupo Horizon Wind Energy	1.114	-
Juros a liquidar	3.133	2.982
	<u>110.268</u>	<u>86.165</u>
Dívida financeira - Não corrente		
Empréstimos bancários:		
- Grupo NEO	394.895	451.062
- Grupo EDP Renováveis Brasil	7.704	-
Suprimentos contraídos:		
- Grupo EDP Renováveis Brasil	2.131.042	862.817
- Grupo NEO	-	34.394
Outros empréstimos:		
- Grupo NEO	25.823	27.835
- Grupo Horizon Wind Energy	3.707	-
	<u>2.563.171</u>	<u>1.376.108</u>
	<u>2.673.439</u>	<u>1.462.273</u>

A Dívida financeira - Não Corrente da EDP Renováveis, refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (2.131.042 milhares de euros). Estes empréstimos tem uma maturidade média de 9,1 anos e vencem juros as taxas de mercado.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos e o cumprimento de determinados rácios financeiros. Em 31 de Dezembro de 2009, estes financiamentos ascendiam a 444.212 milhares de euros (478,904 milhares de Euros em 31 December 2008), montantes que já estão incluídos na dívida consolidada do Grupo.

A análise da rubrica de **Dívida financeira**, por maturidade, é apresentada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Empréstimos bancários:		
Até 1 ano	106 172	75.950
De 1 ano a 5 anos	186 423	193.750
A mais de 5 anos	216 176	257.312
	<u>508.771</u>	<u>527.012</u>
Suprimentos contraídos:		
Até 1 ano	-	3.956
De 1 ano a 5 anos	-	34.394
A mais de 5 anos	2.131.042	862.817
	<u>2.131.042</u>	<u>901.167</u>
Outros empréstimos:		
Até 1 ano	4 096	6.259
De 1 ano a 5 anos	17 558	7.851
A mais de 5 anos	11 972	19.984
	<u>33.626</u>	<u>34.094</u>
	<u>2.673.439</u>	<u>1.462.273</u>

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

	31 Dez 2009		31 Dez 2008	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Dívida financeira de curto prazo - corrente	110.268	110.268	86.165	86.165
Dívida financeira de Médio/Longo prazo - não corrente	2.563.171	2.532.998	1.376.108	1.414.824
	<u>2.673.439</u>	<u>2.643.266</u>	<u>1.462.273</u>	<u>1.500.989</u>

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas em vigor à data do balanço. O valor de balanço da dívida a taxa variável é considerado equivalente ao valor de mercado, dado que a taxa indexada à Euribor. O valor de balanço da dívida financeira de curto prazo é considerado equivalente ao valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2009, os pagamentos futuros do capital em dívida são analisados como segue:

	Total Euro'000	2010 Euro'000	2011 Euro'000	2012 Euro'000	2013 Euro'000	2014 Euro'000	Anos seguintes Euro'000
Dívida financeira de curto prazo - corrente	110.268	110.268	-	-	-	-	-
Dívida financeira de Médio/Longo prazo	2.563.171	-	50.271	51.090	49.993	52.627	2.359.190
	<u>2.673.439</u>	<u>110.268</u>	<u>50.271</u>	<u>51.090</u>	<u>49.993</u>	<u>52.627</u>	<u>2.359.190</u>

O detalhe das garantias encontra-se desagregado na nota 36.

O detalhe da Dívida financeira, por moeda é apresentado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Empréstimos em Euros	1.352.252	599.456
Empréstimos em USD	1.312.944	862.817
Empréstimos noutras moedas	8.243	-
	<u>2.673.439</u>	<u>1.462.273</u>

31. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	6	780
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	53	382
	<u>59</u>	<u>1.162</u>

A rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 refere-se exclusivamente a planos de benefícios definidos.

A variação ocorrida nas provisões para responsabilidades e benefícios sociais e cuidados médicos resulta da transferência de parte dessas responsabilidades para outras empresas do Grupo EDP.

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões e cuidados médicos estão totalmente cobertas pelos activos do plano ou por provisões.

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões e cuidados médicos não têm valor significativo.

Planos de benefícios aos empregados

Algumas empresas do Grupo EDP Renováveis atribuem aos seus colaboradores benefícios pós-reforma, sob a forma de planos de benefícios definidos, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e pensões de sobrevivência bem com pensões por reforma antecipada. Em alguns casos, são também concedidos benefícios de cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

As empresas do Grupo EDP Renováveis em Portugal dispõem de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões do Grupo EDP fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP é gerido pela Pensõesger, sendo subcontratada a gestão de activos a entidades externas gestoras de activos.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

Os pressupostos financeiros e actuários usados para calcular as responsabilidades com os planos de pensões referidos são os seguintes:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
Pressupostos		
Taxa de rendimento dos activos	6,34%	6,00%
Taxa de desconto	5,20%	5,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,70%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,70%	2,90%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	1,90%	2,10%
Taxa de inflação	2,00%	2,20%
Tábua de mortalidade	Idade >60 - TV88/90 / Idade <=60 anos -TV99/01	TV 88/90
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50,00%
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	40%	40%

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

Em Espanha, a NEO dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social para os colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos totalmente coberto por uma provisão.

Os pressupostos actuários utilizados no cálculo das responsabilidades inerentes ao Plano de Cuidados Médicos são os seguintes:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
Pressupostos		
Taxa de desconto	5,20%	5,75%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,00%	4,00%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	150	150
Tábua de mortalidade	Idade >60 - TV88/90 / Idade <=60 anos -TV99/01	TV 88/90
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50,00%
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	40%	40%

A responsabilidade pelo plano médico encontra-se reconhecida nas contas do Grupo como uma provisão que cobre o valor total da responsabilidade.

32. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Provisão para desmantelamento e descomissionamento de parques eólicos	63.956	47.311
Provisão para outros riscos e encargos	3.129	2.387
	<u>67.085</u>	<u>49.698</u>

A provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se ao desmantelamento de parques eólicos, incluindo as despesas de reposição de locais e terrenos no seu estado original e foram constituídas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2 o). O montante acima referido inclui 41.609 milhares de Euros relativos a parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2008: 31.240 milhares de euros), 15.053 milhares de Euros para parques eólicos em Espanha (31 de Dezembro de 2008: 6.086 milhares de euros), 5.348 milhares de Euros para parques eólicos em Portugal (31 de Dezembro de 2008: 1.577 milhares de euros), 1.738 milhares de Euros para parques eólicos em França (31 de Dezembro de 2008: 408 milhares de Euros), 25 milhares de Euros para parques eólicos na Bélgica e 183 milhares de Euros para parques eólicos no Brasil.

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas no balanço consolidado cobrem adequadamente os riscos descritos nesta nota, pelo que não se espera que dos mesmos advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo EDP Renováveis não tem quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

O movimento da Provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do exercício	47.311	20.280
Valor capitalizado durante o exercício	14.951	26.490
Utilização durante o exercício	-	-3.830
Efeito do desconto financeiro	3.134	2.157
Outras variações e diferenças cambiais	-1.440	2.214
Saldo no final do exercício	63.956	47.311

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Saldo no início do exercício	2.387	2.317
Utilização durante o exercício	1.140	516
Redução da provisão	-420	-446
Outras variações e diferenças cambiais	22	-
Saldo no final do exercício	3.129	2.387

33. Credores e outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Credores e outros passivos de curto prazo - Corrente:		
Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	854	-
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	303.722	-
Outros credores		
- Fornecedores	42.765	78.141
- Outras operações com partes relacionadas	15.425	8.837
- Fornecedores de Imobilizado	652.236	424.920
- Adiantamentos de clientes	55	22
- Proveitos diferidos	505	857
- Valores a pagar por aquisição de empresas	10.356	-
- Valores a pagar por "success fees" relacionados com a aquisição de empresas	7.327	-
- Bónus a colaboradores	11.128	19.662
- Outros fornecimentos e serviços	22.841	68.821
- Fees de gestão	-	5.181
- Outros credores e operações diversas	30.891	41.893
	1.098.105	648.334



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:		
Credores - Empresas do Grupo	40.009	-
Instrumentos financeiros derivados (Cobertura)	18.848	77.022
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	61	258.925
Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's	1.353.612	1.096.668
Outros credores:		
- Fornecedores de Imobilizado	-	131
- Subsídios e participações de investimento imobilizado	162.486	15.034
- Contratos de venda de energia - Horizon	97.951	119.655
- Valores a pagar por aquisição de Empresas	21.230	31.247
- Valores a pagar por "success fees" relacionados com a aquisição de empresas	53.034	85.145
- Outros credores e operações diversas	280	11.560
	<u>1.747.511</u>	<u>1.695.387</u>

Como foi referido na nota 2b), o Grupo EDP Renováveis regista as opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses minoritários na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais ou numa data subsequente como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a ser pago, independentemente da probabilidade estimada do exercício da opção. Com referência a 31 de Dezembro de 2009, os passivos decorrentes de opções de venda detidas por interesses minoritários incluem a responsabilidade referente à opção de venda concedida à Caja Madrid em 2005 da participação financeira detida no Grupo Desa (20%) e à opção de venda concedida à Caja Madrid em 2007 relativa a 20% do capital do Grupo Genesa, no montante de 303.722 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 258.925 milhares de Euros). As condições das opções, tanto para a Desa como para a Genesa, apresentam-se como segue:

- A opção exercível entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, inclusivé.
- O contrato é para o total de acções detidas pela Caja Madrid nas empresas do Grupo Neo, 20% do Grupo Genesa e 20% do Grupo Desa.
- O preço de exercício será o valor de mercado determinado com base em avaliações efectuadas por bancos independentes.

Durante 2009, face às condições das opções acima descritas, o passivo foi reclassificado de não corrente para corrente.

Os Valores a pagar pela aquisição de subsidiárias Corrente e Não corrente inclui os montantes a liquidar relativos à aquisição da Relax Wind Group, Greenwind, Vent Corbera, Parque Eólico Altos del Voltoya, Vent Vilalba e Bom Vent de L'Ébre.

Os Valores a pagar por "success fees" relacionados com a aquisição de subsidiárias - Corrente e Não corrente respeita à estimativa de preços contingentes associados à aquisição da Relax Wind Group, Renovatio Group, Greenwind, Elekrownia Wiatrowa Kresy e Elebrás.

Os Instrumentos financeiros derivados (Cobertura) - Não corrente - incluem 1.268 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 65.478 milhares de Euros) relativos a instrumentos de cobertura em dólares e Euros com a EDP sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na Horizon, expresso em dólares (ver nota 35). Nas contas consolidadas, o Grupo EDP Renováveis aplicou o modelo de cobertura de "Net investment" no registo contabilístico desta transacção.

A subsidiária Horizon regista os recebimentos dos investidores de capital associados a projectos de parques eólicos como passivos não correntes na rubrica Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's. Este passivo é reduzido pelo montante relativo a benefícios fiscais e pelos pagamentos realizados pelos investidores de capital durante cada exercício (31 de Dezembro de 2009: 441.605 milhares de Euros e 31 de Dezembro de 2008: 207.851 milhares de Euros). O montante relativo a benefícios fiscais foi registado como proveito diferido não corrente, sendo reconhecido ao longo dos 20 anos da vida útil dos projectos (ver nota 7). Adicionalmente este Passivo é acrescido dos juros estimados calculados com base no valor do passivo e na taxa de retorno esperada dos investidores de capital (ver nota 13).

A relação da Horizon com os investidores institucionais é estabelecida por intermédio de um acordo operacional com uma empresa de responsabilidade limitada que distribui os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais à produção (PTC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final dos dez anos em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

No âmbito destas operações, os fluxos de caixa operacionais são alocados à Horizon até à mais recente das seguintes datas: uma data fixa ou uma data na qual irá recuperar o capital investido líquido dos recebimentos dos investidores institucionais ("Flip date"). A "Flip date" é expectável que ocorra, aproximadamente, sete a oito anos após a data da transacção. Após esta data, todos os fluxos de caixa operacionais são alocados aos investidores institucionais até ao recebimento das taxas de retorno acordadas.

Até à "Flip date", uma parte significativa dos benefícios fiscais gerados pelos parceiros societários são alocados ao investidor institucional, sendo os benefícios remanescentes alocados à Horizon.

Após a "Flip date", os investidores institucionais retêm um interesse minoritário reduzido pelo período da sua participação na parceria societária. A Horizon também detém uma opção para aquisição dos interesses residuais detidos pelos investidores institucionais ao justo valor na "Flip date".

Em 31 de Dezembro de 2009, a Horizon detinha as seguintes parcerias institucionais:

Estrutura	Parque eólico	Início	Percentagem de participação
Blue Canyon I	Blue Canyon I	Dezembro 2003	25%
2007 Vento I	I ⁽¹⁾ II ⁽¹⁾ Madison	Julho 2007	100%
2007 Vento II	Blue Canyon II Mesquite High Trail	Dezembro 2007	100%
2008 Vento III ⁽³⁾	Twin Groves II Elkhorn Valley Prairie Star Lone Star II (2)	Dezembro 2008	100%
2009 Vento IV	Pioneer Prairie I Rattlesnake Meridian Way	Dezembro 2008	100%
2009 Vento V	Rail Splitter	Agosto 2009	100%
2009 Vento VI	Blue Canyon V	Dezembro 2009	100%
	Lost Lakes	Dezembro 2009	100%

⁽¹⁾ A Horizon possui 50%.

⁽²⁾ A Post Oak contribuiu em 2008 após a conclusão da construção.

⁽³⁾ O parque Pioneer Prairie II iniciou a sua contribuição no primeiro trimestre de 2009 em troca de investimento adicional. Em 31 de Dezembro de 2008, a Horizon reteve 50% das acções da Vento III disponíveis para investidores institucionais. Em Dezembro de 2009, a General Electric adquiriu 21,85% de acções classe B do Projecto Vento III.

Esta responsabilidade é reduzida pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e benefícios fiscais/ subsídios ao investimento, é registado como proveito diferido não corrente sendo reconhecido no resultado em base "pro rata" pelos 20 anos de vida útil dos projectos subjacentes.

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos de juro sobre o montante em dívida tendo por base a taxa interna de retorno implícita acordada.

Os subsídios ao investimento para activos fixos foram concedidos ao subgrupo Horizon no âmbito do "American Recovery and Reinvestment Act" promovido pelo Governo Americano.

A rubrica Contratos de venda de energia - Horizon corresponde ao justo valor dos contratos celebrados pela Horizon com os seus clientes, determinado no âmbito do processo da alocação do preço de compra desta subsidiária

34. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Imposto sobre o rendimento	15.930	18.153
- Retenções na fonte	15.743	19.832
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.021	6.380
- Outras tributações	1.443	1.896
	<u>37.137</u>	<u>46.261</u>

35. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pela IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge") de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cash flow hedge") e de cobertura de investimentos em unidades operacionais no estrangeiro ("Net investment").

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Em 2009, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo Valor		Nocional			Total Euro'000
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Cobertura de "Net investment"						
"Swaps" de taxa de câmbio	-	-1.268	-	-	1.826.174	1.826.174
	-	-1.268	-	-	1.826.174	1.826.174
Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow Hedge"						
"Swaps" de energia	17.667	-176	63.294	6.120	-	69.414
"Swaps" de taxa de juro	47	-17.540	35.354	199.395	101.123	335.872
"Forwards" de taxa de câmbio	-	-612	87.661	-	-	87.661
	17.714	-18.328	186.309	205.515	101.123	492.947
Negociação						
"Power price swaps"	1.494	-106	926	426	-	1.352
	1.494	-106	926	426	-	1.352
	19.208	-19.702	187.235	205.941	1.927.297	2.320.473

Em 2008, o justo valor e a maturidade dos instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Justo Valor		Nocional			Total Euro'000
	Activo Euro'000	Passivo Euro'000	Até 1 ano Euro'000	De 1 ano até 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Cobertura de "Net investment"						
"Swaps" de taxa de câmbio	-	-65.478	-	-	1.826.174	1.826.174
	-	-65.478	-	-	1.826.174	1.826.174
Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow Hedge"						
"Swaps" de energia	7.807	-	1.616	2.628	-	4.244
"Swaps" de taxa de juro	44	-10.525	4.815	36.359	303.573	344.747
"Forwards" de taxa de câmbio	1.527	-	99.463	-	-	99.463
Opções compradas e vendidas	58	-1.019	464	59.383	6.199	66.046
	9.436	-11.544	106.358	98.370	309.772	514.500
	9.436	-77.022	106.358	98.370	2.135.946	2.340.674

A valorização dos instrumentos financeiros derivados é registada nas rubricas de Devedores e outros activos (nota 23) ou Credores e outros passivos (nota 33) consoante o justo valor seja positivo ou negativo, respectivamente.

Os derivados de cobertura de justo valor dizem respeito à estrutura de financiamento do Grupo para cobertura do risco cambial entre USD e Euros da EDP Sucursal ("Currency interest rate swap" - "CIRS"), conforme referido nas notas 37 e 38. O justo valor é calculado com base em modelos internos, conforme descrito na nota 38.

Os "swaps" de taxa de câmbio para cobertura de fluxos de caixa destinam-se a cobrir o risco cambial da Neolica Polska, resultante dos contratos de fornecimento definidos em Euros para os quais será necessário o respectivo financiamento em Zloty polonês.

Os "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas, congestionamento e perdas de energia na rede. A Horizon contratou um "swap" de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado "spot" em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I e a NEO para a produção de alguns dos seus parques eólicos. Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a Horizon encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição a estes riscos, a Horizon contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (Financial Transmission Rights - FTRs) bem como um "swap" que fixa o preço marginal local (Locational Marginal Price - LMP) por um período de 3 anos.

Os "swaps" de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos "project finance".

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas (bancos de investimento). Estas entidades utilizam modelos de fluxos de caixa descontados utilizados de forma generalizada e informação pública.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação, são contratados para cobertura económica, no entanto, não são elegíveis como instrumentos de cobertura nos termos definidos pela IAS 39.

As variações no justo valor dos instrumentos de cobertura e dos riscos cobertos foram as seguintes:

Tipo de cobertura	Instrumento de cobertura	Risco coberto	2009		2008	
			Variações justo valor		Variações justo valor	
			Instrumentos Euro'000	Riscos Euro'000	Instrumentos Euro'000	Riscos Euro'000
- "Net Investment"	"Swap" de taxa de juro e taxa de câmbio	Investimentos em subsidiárias denominados em USD	64.211	-64.211	-103.472	103.314
- "Cashflow hedge"	"Swap" de taxa de juro	Taxa de juro	-7.013	-	-14.926	-
- "Cashflow hedge"	Opções compradas e vendidas de taxa de juro	Taxa de juro	961	-	-994	-
- "Cashflow hedge"	"Swaps" de energia	Preço da energia	9.684	-	7.807	-
- "Cashflow hedge"	"Forwards" de taxa de câmbio	Taxa de câmbio	-2.139	-	1.527	-
- "Cashflow hedge"	"Swap" de taxa de câmbio	Taxa de câmbio	-	-	-7.189	-
			<u>65.704</u>	<u>-64.211</u>	<u>-117.247</u>	<u>103.314</u>

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa foram os seguintes:

	2009 Euro'000	2008 Euro'000
Saldo no início do exercício	16.526	12.598
Variações de justo valor		
"Swaps" de taxa de juro	-7.013	-14.926
Opções compradas e vendidas sobre taxa de juro	961	-994
"Swaps" de energia	9.985	7.807
"Forwards" de taxa de câmbio	-2.139	1.527
"Swaps" de taxa de câmbio	-	-7.189
Variações de justo valor reflectidas na demonstração dos resultados antes da designação de cobertura do "swap" de preço de energia na Horizon	-	5.266
Liquidação de "swaps" de taxa de câmbio cujo item de cobertura ainda não teve impacto na demonstração dos resultados	-	12.020
Transferências para resultados	-4.562	-548
Inefectividade	-35	-387
Interesses minoritários incluídos nas variações de justo valor	371	1.351
Saldo no final do exercício	<u>14.094</u>	<u>16.525</u>

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros registados em resultados do exercício de 2009 e 2008, são os seguintes:

	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Cobertura de activos líquidos - inefectividade:	-	-158
Cobertura de fluxos de caixa		
Variações de justo valor reflectidas na demonstração dos resultados antes da designação de cobertura do "swap" de preço de energia na Horizon	-	-5.266
Transferências para resultados	4.562	548
Inefectividade	35	387
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	-3.193	518
	<u>1.404</u>	<u>-3.971</u>

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

No decurso de 2009, o sub-Grupo NEO liquidou alguns "swaps" de energia e "swaps" de taxa de juro, tendo reconhecido em resultados do exercício um ganho de 19.270 milhares de Euros e 4.579 milhares de Euros, respectivamente.

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2009, foram as seguintes:

	Grupo	
	Moeda	EDP Renováveis Paga / EDP Renováveis Recebe
Contratos de taxa de juro:		
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[3,00% - 5,01%] [0,71% - 3,00%]

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2008, foram as seguintes:

	Grupo	
	Moeda	EDP Renováveis Paga / EDP Renováveis Recebe
Contratos de taxa de juro:		
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[3,00% - 5,10%] [3,00% - 5,14%]
Contratos de taxa de juro:	Valor Nominal Euro'000	Grupo
Opções de taxa de juro compradas ("CAP")	37.425	[5,75% - 3,89%]
Opções de taxa de juro vendidas ("Floor")	28.611	[4,27% - 3,06%]

36. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo	
	31 Dez 2009 Euro'000	31 Dez 2008 Euro'000
Garantias de natureza financeira		
- Grupo NEO Energia	6.341	6.341
- Grupo Horizon Wind Energy	3.124	3.233
	<u>9.465</u>	<u>9.574</u>
Garantias de natureza operacional		
- EDP Renováveis	330.227	-
- Grupo NEO Energia	190.322	401.647
- Grupo Horizon	1.093.336	907.363
	<u>1.613.885</u>	<u>1.309.010</u>
Total	<u>1.623.350</u>	<u>1.318.584</u>
Garantias reais	<u>6.284</u>	<u>719</u>

A dívida financeira, locações e compromissos de compra, são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31 Dez 2009				
	Capital em dívida por período				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Dívida financeira (incluindo juros)	3.715.943	225.378	335.045	336.306	2.819.214
Responsabilidades com locações operacionais	460.432	28.498	56.165	53.713	322.056
Compromissos de compra	1.480.277	1.100.036	376.902	3.339	-
	<u>5.656.652</u>	<u>1.353.912</u>	<u>768.112</u>	<u>393.358</u>	<u>3.141.270</u>

31 Dez 2008					
Capital em dívida por período					
Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000	
Dívida financeira (incluindo juros)	1.966.109	153.302	219.729	208.100	1.384.978
Responsabilidades com locações operacionais	485.485	28.774	59.248	54.858	342.606
Compromissos de compra	1.856.876	1.311.393	347.409	172.068	26.005
	<u>4.308.470</u>	<u>1.493.469</u>	<u>626.386</u>	<u>435.026</u>	<u>1.753.589</u>

As obrigações de compra incluem, essencialmente, dívidas relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços são definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculos dos compromissos contratuais estimados.

As rendas não vencidas de locação operacional estão essencialmente relacionadas com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação têm a duração da vida útil dos parques eólicos.

O Grupo tem compromissos de compra de activos fixos tangíveis e obrigações com contratos de manutenção no valor de 1.666.003 milhares de Euros, relacionados com a aquisição de turbinas de vento para projectos eólicos, actualmente em fase de construção e desenvolvimento, os quais foram contratados com vários fornecedores. O detalhe por ano é apresentado como segue:

	NEO 31 Dez 2009 Euro'000	Horizon 31 Dez 2009 Euro'000	Grupo 31 Dez 2009 Euro'000	NEO 31 Dez 2008 Euro'000	Horizon 31 Dez 2008 Euro'000	Grupo 31 Dez 2008 Euro'000
Menos de 1 ano	694.776	405.790	1.100.566	900.112	407.723	1.307.835
Entre 1 e 5 anos	228.602	180.133	408.735	333.366	213.252	546.619
Mais de 5 anos	-	156.732	156.732	26.005	116.162	142.167
	<u>923.378</u>	<u>742.655</u>	<u>1.666.033</u>	<u>1.259.483</u>	<u>737.138</u>	<u>1.996.621</u>

Com referência em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/passivos contingentes relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária NEO uma opção de venda concedida à Caja Madrid relativamente a todas as acções detidas pela Caja Madrid em empresas pertencentes ao sub-grupo Neo (20% da Genesa). A Caja Madrid detém uma opção de venda equivalente sobre a EDP Renováveis. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 1 de Janeiro 2011, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento (Ver nota 33).

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do capital social). A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDP Renováveis. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 1 de Janeiro de 2013 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária Veinco Energía Limpia, S.L., uma opção de compra sobre 8,5% do capital social da Apineli - Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. detidos pela empresa Jorge, S.L.. O preço de exercício é de 900 milhares de Euros e pode ser exercida quando a Jorge, S.L. obtiver as licenças para ampliar os parques eólicos "Dehesa de Coscojar" e "El Águila", até 30 dias após a notificação da condição suspensiva, com data limite até 18 de Abril de 2014.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre os 49% de capital social detidos pela Copcisa na Corbera e Vilalba.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre o capital social detido pela Cajastur nas empresas Sauvageons, Le Mee e Petite Pièce. A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDP Renováveis. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2014 e 1 de 31 de Dezembro de 2014 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento.

37. Partes Relacionadas

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais:

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é analisada como segue:

	N.º de acções	% Capital	% Direitos de Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanã (EDP Sucursal)	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros Accionistas	196.024.306	22,47%	22,47%
	<u>872.308.162</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

O número de ações detidas pelos membros de Órgãos Sociais, no final do exercício, são como segue:

	2009	2008
	N.º de ações	N.º de ações
Conselho de Administração Executivo		
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Ana Mª Machado Fernandes	1.510	1.510
João Manuel Manso Neto	-	-
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
António Fernando Melo Martins da Costa	1.480	1.480
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	620	620
João Manuel de Mello Franco	380	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José Silva Lopes	760	760
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	80
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	-	-
António do Pranto Nogueira Leite	-	-
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
Daniel M. Kammen	-	-
Manuel Menéndez Menéndez	-	-
Gilles August	-	-
	15.070	15.070

Os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram, e o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses previsto no artigo 127º, 4º da "Ley de Sociedades Anónimas".

Os membros da administração do accionista maioritário, em cumprimento com o artigo 127º, 4º da "Ley de Sociedades Anónimas", declararam que não exerceram cargos de responsabilidade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade do accionista maioritário do Grupo EDP Renováveis, e que não exerceram por conta própria ou por conta de outrem qualquer actividade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da empresa Mãe do Grupo EDP Renováveis, com as seguintes excepções (inclui informação sobre empresas do Grupo EDP e empresas externas):

Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Cargo ocupado
António Luis Guerra Nunes Mexia	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração Executivo
	Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Energías de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante permanente
	EDP Finance BV	Representante permanente
Ana Maria Machado Fernandes	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração Executivo
	Energias do Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Nuevas Energías de Occidente, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
	Horizon Wind Energy, LLC	Membro do Conselho de Administração
	EDP Energías de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
António Fernando Melo Martins da Costa	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração Executivo
	EDP - Soluções Comerciais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Internacional, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Horizon Wind Energy, LLC	Presidente do Conselho de Administração

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Cargo ocupado
António Fernando Melo Martins da Costa	EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante
	EDP Finance BV	Representante
	EDP Ásia - Investimentos e Consultoria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, S.U., Lda.	Administrador
	Electricidade de Portugal Finance Company Ireland, Lt.	Director
	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração Executivo e Director financeiro
	Energias do Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	EDP Imobiliária e Participações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Energia RE, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	EDP Finance BV	Representante
	Horizon Wind Energy, LLC	Membro do Conselho de Administração
	Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	SCS—Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	EDP Estudos e Consultoria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante	

Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Cargo ocupado		
Manuel Menéndez Menéndez	Naturgás Energía Grupo, S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
	Nuevas Energías de Occidente, S.L.	Membro do Conselho de Administração		
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
João Manuel Manso Neto	Naturgás Energía Grupo, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração		
	EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração		
	EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
	EDP Gás, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
	EDP Gás II, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
	EDP Gás III, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
	EDP Investimentos S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
	EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
	EDP Finance, B.V.	Representante		
	Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Director Financeiro		
	Hidrocantábrico Energia , S.A.U.	Presidente do Conselho de Administração		
	Eléctrica de la Ribera de Ebro, S.L. (Elebro)	Presidente do Conselho de Administração		
	Hidrocantábrico Gestión de Energia , S.A.U.	Director		
Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Cargo ocupado		
			Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
			EDP Energia Ibérica, S.A.	Membro do Conselho de Administração
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	EDP Energías de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha	Representante Permanente		
	Fomentinvest, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração		
Daniel M. Kammen	Enphase Energy	Consultor de Tecnologia		
	Miasole, Inc.	Consultor		
	Greenwala	Consultor de Tecnologia		
	Wilder Shares	Consultor		



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Adicionalmente os membros do Conselho de Administração declararam que não têm investimentos no capital social em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da mãe do Grupo EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

Nome do membro do Órgão Social	Empresa	Numero de acções
António Luís Guerra Nunes Mexia	EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.000
João Manuel Manso Neto	EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.268
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	780
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	EDP - Energias de Portugal, S.A.	2.379
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	EDP - Energias de Portugal, S.A.	50.000
António Fernando Melo Martins da Costa	EDP - Energias de Portugal, S.A.	13.299
João Manuel de Mello Franco	EDP - Energias de Portugal, S.A.	4.550
João Manuel de Mello Franco	REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	980
Daniel M. Kammen	Renewable Funding LLC	227.000

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos, as remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral. O Conselho de Administração Executivo aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração Executivo (CAE) foram as seguintes:

	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euros	Euros
Presidente*	246.857	235.200
Membros	508.750	277.083
	755.607	512.283

*De Maio a Dezembro de 2009 e 2008

Em 4 de Novembro de 2008 a EDP,S.A. e a EDP Renováveis assinaram um Contrato de Prestação de Serviços de Administração Executivo. No âmbito deste contrato, a EDP fornece serviços de gestão à EDP Renováveis, incluindo questões relacionadas com a gestão corrente da empresa. Nos termos deste acordo a EDP nomeia quatro pessoas para formar o Comité Executivo da EDP Renováveis, para o qual a EDP Renováveis paga um valor definido pelo Conselho de Administração. Até 30 de Abril de 2009, a remuneração do CEO foi igualmente abrangida por este contrato.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis regista um crédito para com a EDP, no montante de 1.453 milhares de euros relativo a serviços de gestão

Adicionalmente a remuneração dos membros do Conselho de Administração (excluindo o CEO), foi de 1.642 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 1.158 milhares de Euros).

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não existem empréstimos concedidos nem adiantamentos a órgãos de gestão.

Saldos e transacções com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Líquido Euro'000
EDP - Energias de Portugal, S.A.	11.375	5.475	5.900
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	59.294	13.662	45.632
Empresas do Grupo EDP	47.872	2.137.046	-2.089.174
Empresas do Grupo Hidrocarbónico	18.894	1.493	17.401
Empresas associadas	111.277	-	111.277
Empresas sob controlo conjunto	7.742	840	6.902
Outras	-	239	-239
	256.454	2.158.755	-1.902.301

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraidos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.131.142 milhares de Euros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

	Activos	Passivos	Líquido
	Euro'000	Euro'000	Euro'000
EDP - Energias de Portugal, S.A.	6.684	10.965	-4.281
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	24.416	931.140	-906.724
Empresas do Grupo EDP	120.943	2.000	118.943
Empresas do Grupo Hidrocontábrico	21.464	6.154	15.310
Empresas associadas	14.018	-	14.018
Empresas sob controlo conjunto	8.344	840	7.504
Outras	-	185	-185
	195.869	951.284	-755.415

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

	Proveitos	Proveitos	Custos	Custos
	de exploração	financeiros	de exploração	financeiros
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
EDP - Energias de Portugal, S.A.	23.292	-	-3.500	-700
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	11.503	-9.233	-37.558
Empresas do Grupo EDP	120.449	101	-3.853	-43.592
Empresas do Grupo Hidrocontábrico	158.148	-	-4.804	-51
Empresas associadas	1.094	2.191	-449	-
Empresas sob controlo conjunto	615	3.898	-	-
	303.598	17.693	-21.839	-81.901

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as transacções com partes relacionadas, são analisadas como segue:

	Proveitos	Proveitos	Custos	Custos
	de exploração	financeiros	de exploração	financeiros
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
EDP - Energias de Portugal, S.A.	3.905	340	-3.327	-1.257
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	26.791	-2.880	-55.309
Empresas do Grupo EDP	93.118	-	-4.290	-525
Empresas do Grupo Hidrocontábrico	96.968	8.755	-3.973	-
Empresas associadas	1.239	198	-24	-
Empresas sob controlo conjunto	707	471	-	-
	195.937	36.555	-14.494	-57.091

Com o objectivo de cobrir o risco cambial existente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Renováveis bem como nas demonstrações financeiras da EDP Sucursal, o Grupo EDP contratou um "swap" de taxa de juro e moeda ("CIRS") em dólares e em Euros, entre a EDP Renováveis e a EDP Sucursal. Em cada período de reporte, o CIRS é reavaliado ao seu valor justo valor, o que corresponde a uma reavaliação à data da moeda estrangeira, resultando numa cobertura perfeita (reavaliação do investimento na Horizon e do financiamento externo em USD). O montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal em 31 de Dezembro de 2009, relacionado com este CIRS foi de 1.268 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 65.478 milhares de Euros) (ver nota 33 e 35).

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, têm de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP, S.A., através da Sucursal em Espanha. Com referência a 31 de Dezembro de 2009, a EDP, S.A. e a Hidrocontábrico concederam garantias financeiras (31.114 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2008: 61.654 milhares de Euros) e operacionais (588.860 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2008: 765.510 milhares de Euros), aos seus fornecedores a favor da NEO e da Horizon. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela NEO e Horizon respeitam na sua maioria à aquisição de activos fixos tangíveis, nomeadamente turbinas (ver nota 36).

A EDP Renováveis no âmbito da sua actividade realiza transacções comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

38. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, em cotações de mercado. Caso não existam, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos "non-standard" podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a tabela seguinte apresenta a curva das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos abaixo:

	31 Dez 2009			31 Dez 2008	
	Moedas			Moedas	
	EUR	USD	BRL	EUR	USD
3 meses	0,70%	0,25%	8,74%	2,89%	1,44%
6 meses	0,99%	0,43%	9,22%	2,97%	1,78%
9 meses	1,13%	0,71%	9,87%	3,02%	1,92%
1 ano	1,25%	0,98%	10,50%	3,05%	2,03%
2 anos	1,88%	1,35%	11,86%	2,76%	1,48%
3 anos	2,28%	2,00%	12,43%	2,91%	1,82%
5 anos	2,81%	2,92%	12,79%	3,71%	2,11%
7 anos	3,22%	3,48%	13,10%	3,93%	2,36%
10 anos	3,59%	3,93%	13,31%	3,74%	2,57%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor baseado em preços de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não existe uma estimativa fiável do justo valor são registados no balanço ao custo histórico (nota 19).

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data do balanço o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado por modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data do balanço, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado por modelos internos baseados em fluxos de caixa descontados. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva da taxa de juro de mercado e nas taxas de câmbio divulgadas na nota 28.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados "over-the-counter", o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

"Swap" de taxa de juro e moeda ("CIRS") com a EDP Sucursal (nota 37)

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na Horizon, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado no Balanço ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa estimados em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 28. Ver adicionalmente as notas 13, 23 e 27.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado da seguinte forma:

	31 Dezembro 2009			31 Dezembro 2008		
	Grupo			Grupo		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	12.630	12.630	-	12.501	12.501	-
Cientes	106.148	106.148	-	82.598	82.598	-
Devedores e outros activos	466.905	466.905	-	337.353	337.353	-
Instrumentos financeiros derivados	19.208	19.208	-	3.355	3.355	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	37.103	37.103	-	35.774	35.774	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	443.633	443.633	-	229.680	229.680	-
	<u>1.085.627</u>	<u>1.085.627</u>	-	<u>701.261</u>	<u>701.261</u>	-
Passivos financeiros						
Dívida financeira	2.673.439	2.643.266	-30.173	1.462.273	1.500.989	38.716
Fornecedores	695.001	695.001	-	503.192	503.192	-
Credores e outros passivos	1.747.511	1.747.511	-	1.695.387	1.695.387	-
Instrumentos financeiros derivados	19.702	19.702	-	77.022	77.022	-
	<u>5.135.653</u>	<u>5.105.480</u>	<u>-30.173</u>	<u>3.737.874</u>	<u>3.776.590</u>	<u>38.716</u>

O Grupo EDP enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados activos para os activos e passivos identificados;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente;
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em "inputs" que não são baseados em informação observável em mercado.

	31 Dezembro 2009			31 Dezembro 2008		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	12.630	-	-	12.501
Clientes	-	106.148	-	-	82.598	-
Devedores e outros activos	-	466.905	-	-	337.353	-
Instrumentos financeiros derivados	-	19.208	-	-	3.355	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	33.012	4.091	-	32.369	3.405	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	-	443.633	-	-	229.680	-
	<u>33.012</u>	<u>1.039.985</u>	<u>12.630</u>	<u>32.369</u>	<u>656.391</u>	<u>12.501</u>
Passivos financeiros						
Dívida financeira	-	2.643.266	-	-	1.500.989	-
Credores e outros passivos	-	1.747.511	-	-	1.695.387	-
Fornecedores	-	695.001	-	-	503.192	-
Instrumentos financeiros derivados	-	19.702	-	-	77.022	-
	-	<u>5.105.480</u>	-	-	<u>3.776.590</u>	-

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o movimento verificado nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

	Activos financeiros disponíveis para venda	
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
Saldo no início do exercício	<u>12.501</u>	<u>7.951</u>
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	912	7.747
Aquisições	-	1.509
Alienações	-	-1.246
Transferências	-783	-3.460
Saldo no fim do exercício	<u>12.630</u>	<u>12.501</u>

O saldo das transferências diz respeito à Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A que durante 2009 foi incluída na consolidação do Grupo EDP Renováveis.

39. Eventos relevantes e subsequentes

EDP Renováveis ganha adjudicação para 1,3 GW de capacidade instalada de vento "offshore" no Reino Unido

Em 8 de Janeiro de 2010, a EDP Renováveis anunciou que foi escolhida pela Crown Estate como parceiro na sequência do concurso de parques eólicos "offshore" (Round 3) no Reino Unido. A EDP Renováveis e a SeaEnergy Renewable Limited, através de uma "joint venture" designada por Moray Renováveis Offshore Limited, obtiveram direitos exclusivos para desenvolver parques eólicos "offshore" na Zona 1 com uma capacidade instalada alvo de 1,3 GW. O capital social de Moray Renováveis Offshore Limited é detido em 75% pela EDP Renováveis e em 25% pela SeaEnergy Renováveis Limited.

EDP Renováveis assina contrato de longo prazo para vender certificados verdes na Polónia

Em 25 de Janeiro de 2010 a EDP Renováveis anunciou a celebração de um contrato por 15 anos com a Energia - Obrót SA para vender certificados verdes criados a partir do seu parque eólico de 120 MW em Margonin, na Polónia.

EDP Renováveis entra no mercado eólico italiano

Em 27 de Janeiro de 2010 a EDP Renováveis anunciou a aquisição de uma participação de 85% na Italian Wind SRL, empresa do grupo Co-Ver, juntando ao seu "portfólio" de projectos eólicos 520 MW no mercado italiano. Estes projectos encontram-se em diferentes estados de desenvolvimento e situam-se em localizações com bom recurso eólico designadamente: i) 4 projectos eólicos que totalizam 108 MW, classificáveis como Tier 2; ii) 98 MW classificáveis como Tier 3; e iii) 314 MW classificáveis como "Prospects".

40. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, que entraram em vigor e que o Grupo aplicou nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, podem ser analisadas como segue:



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O Grupo adoptou esta norma alterada e o impacto foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

As demonstrações financeiras do grupo não registam qualquer impacto decorrentes da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma alterada.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma alterada.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações

O Grupo adoptou esta norma alterada e o impacto foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O Grupo adoptou esta norma e o impacto foi exclusivamente ao nível de apresentação das demonstrações financeiras.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

O Grupo não registou quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O Grupo não registou quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O Grupo não registou quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta interpretação.

"Annual Improvement Project"

O IASB publicou o "Annual Improvement Project" o qual alterou as seguintes normas:

- IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras;
- IAS 16 – Activos fixos tangíveis;
- IAS 19 – Benefícios dos empregados;
- IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo;
- IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- IAS 28 – Investimentos em associadas;
- IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração;
- IAS 40 – Propriedades de investimento.

O Grupo não registou quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações.

O Grupo decidiu não aplicar antecipadamente as seguintes Normas e Interpretações que foram aprovadas pela União Europeia em 2009:

- IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura;
- IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27- Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros;
- IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços;
- IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas;
- IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes;
- Annual Improvement Project - Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas e interpretações.

O Grupo decidiu não aplicar antecipadamente as seguintes Normas e Interpretações que ainda não foram aprovadas pela União Europeia em 2009:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros;
- Annual Improvement Project - Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação.

41. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício referentes a custos com o plano de gestão ambiental:

	Grupo	Grupo
	31 Dez 2009	31 Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Investimento na área do ambiente	4.500	9.548
	<u>4.500</u>	<u>9.548</u>

Em 2008 iniciou-se o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O objectivo do SGA é incentivar as boas práticas ambientais, na protecção dos recursos naturais e gestão de resíduos e desperdícios, com o compromisso de melhoria da performance ambiental.

A EDP Renováveis na Europa obteve uma certificação para cinco dos seus parques eólicos em operação no âmbito da ISO 14001, e cinco novos parques eólicos foram certificadas, atingindo um total de 289,5 MW certificados. O objectivo para 2010 é que 20 dos novos parques eólicos, 650MW, sejam certificados.

Conforme referido na política contabilística 2n, o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar os activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de repor os terrenos para o seu estado original, no montante de 63.956 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2009 (47.311 milhares de Euros em 31 Dezembro de 2008) (ver nota 32).

42. Activos detidos para venda

Durante 2009, o terreno adquirido pela subsidiária Horizon e classificado com Activo detido para venda foi alienado (com referência a 31 de Dezembro de 2008: 985 milhares de Euros)

43. Relato por segmentos

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e têm quatro segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo em Portugal, Espanha, resto da Europa e E.U.A.. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas, e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características na sua maioria como consequência das diferentes regulamentações em cada zona. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa relatórios de gestão interna numa base trimestral.

Outras operações inclui as empresas do subgrupo EDP Renováveis Brasil, os investimentos financeiros e restantes atividades (Centrais de biomassa e mini-hídricas), não incluídas nos segmentos reportáveis. Nenhum destes segmentos preenche os limites quantitativos para a determinação de segmentos reportáveis em 2009 ou 2008.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no apêndice 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pelo CEO do Grupo. Os lucros, de cada segmento reportável, são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada numa base de mercado (*arm's length basis*).

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Portugal - Inclui essencialmente empresas do subgrupo Enernova;
- Espanha - Inclui empresas do subgrupo NEO com actividade em Espanha;
- Resto da Europa - Inclui empresas do subgrupo NEO com actividade em França, Polónia, Bélgica e Roménia;
- Estados Unidos da América inclui as empresas pertencentes ao subgrupo Horizon;
- Outros- Inclui as empresas pertencentes ao subgrupo EDP Renováveis Brasil, os investimentos financeiros e as restantes actividades (Centrais de Biomassa e Mini-hídricas) não incluídas nos segmentos de negócio.



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

O segmento "Ajustamentos" diz respeito a ajustamentos de anulação dos investimentos financeiros nas subsidiárias do Grupo EDPR e outros ajustamentos de consolidação e inter-segmento.

Definição de segmento

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados directamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas em 31 de Dezembro de 2008, as alterações ocorridas em 2009.

44. Honorários de auditoria e outros

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2009 e 2008. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas de acordo com a Lei 19/188 de 12 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, de acordo como o seguinte detalhe (montante em milhares de euros):

31 de Dezembro de 2009						
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	74	780	36	694	218	1.802
Serviços e Garantia e Fiabilidade	-	100	-	202	14	316
	74	880	36	896	232	2.118
Serviços de Consultoria fiscal	12	337	-	666	6	1.021
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-	-	-	-	-
	12	337	-	666	6	1.021
Total	86	1.217	36	1.562	238	3.139

31 de Dezembro de 2008						
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	85	636	-	562	124	1.407
Serviços e Garantia e Fiabilidade	344	345	-	411	11	1.111
	429	981	-	973	135	2.518
Serviços de Consultoria fiscal	8	120	-	687	41	856
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	30	-	-	-	30
	8	150	-	687	41	886
Total	437	1.131	-	1.660	176	3.404

ANEXO 1

As empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral em 31 de Dezembro de 2009 são as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Directa	Auditor
Holding do Grupo:				
EDP Renováveis, S.A.	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Empresa-Mãe:				
Nuevas Energías de Occidente, S.L.	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Portugal:				
Eneraltius- Produção de Energia Eléctrica, S.A.	Lisboa	100,00%	-	KPMG
Enernova - Novas Energias, S.A.	Lisboa	100,00%	-	KPMG
Eólica da Alagoa	Arcos Valdevez	59,99%	-	KPMG
Eólica de Montenegro	Vila Pouca de Agua	50,10%	-	KPMG
Eólica da Serra das Alturas	Porto	50,10%	-	KPMG
Malhadizes	Porto Salvo	100,00%	-	KPMG
Actividade eléctrica - Espanha:				
Acampo Arias,S.L.	Saragoça	98,19%	-	KPMG
Agrupación Eólica SLU	Saragoça	100,00%	-	KPMG
Parque Eólico Plana de Artajona, SLU	Saragoça	100,00%	-	Não auditada
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	75,83%	-	KPMG
Cía. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAL	Saragoça	100,00%	-	Deloitte
Ceprastur AIE *	Oviedo	45,41%	-	Não auditada
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	Saragoça	100,00%	-	Não auditada
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	60,00%	-	KPMG
D.E. Almachal, SAL *	Cadiz	80,00%	-	KPMG
D.E. Buenavista, SAL *	Cadiz	80,00%	-	KPMG
Desarrollos Catalanes Del Viento,S.L.	Barcelona	60,00%	-	KPMG
D.E. de Corme, S.A. *	Corunha	80,00%	-	KPMG
D.E. Dumbria, SAL *	Corunha	80,00%	-	KPMG
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A. *	Corunha	80,00%	-	KPMG
D.E. de Lugo, SAL *	Lugo	80,00%	-	KPMG
Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U. *	Sevilha	80,00%	-	KPMG
D.E. Rabosera, S.A. *	Huesca	76,00%	-	KPMG
Desarrollos Eólicos, S.A. *	Sevilha	80,00%	-	KPMG
D.E. de Tarifa, SAL *	Cadiz	80,00%	-	KPMG
Eólica Don Quijote, S.L. *	Albacete	80,00%	-	KPMG
Eólica Dulcinea, S.L. *	Albacete	80,00%	-	KPMG
Eolica Alfoz, S.L. *	Madrid	67,98%	-	KPMG
Eólica Arlanzón, S.A. *	Madrid	62,00%	-	KPMG
Eólica Campollano, S.A. *	Madrid	60,00%	-	KPMG
Eneroliva, S.A. *	Sevilha	80,00%	-	Não auditada
Fontesilva *	Corunha	80,00%	-	KPMG
Hidroeléctrica Fuentesmosa S.L. *	Oviedo	80,00%	-	Não auditada
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	60,00%	-	KPMG
Generaciones Especiales I, S.L.	Madrid	80,00%	-	KPMG
Ceasa Promociones Eólicas SLU	Saragoça	100,00%	-	KPMG
Subgrupo Veinco	Saragoça	80,00%	-	Não auditada
Guadalteba	Sevilha	80,00%	-	KPMG
Hidroeléctrica Gormaz S.A. *	Salamanca	60,00%	-	Não auditada
Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAL	Saragoça	100,00%	-	KPMG
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S. L.	León	47,67%	-	KPMG
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A. *	Madrid	72,00%	-	Não auditada
La Janda *	Madrid	80,00%	-	KPMG
Lanavica	Madrid	80,00%	-	KPMG
Parque Eólico Los Cantales, SLU	Saragoça	100,00%	-	KPMG
Parc Eolic Molinars SL	Girona	54,00%	-	Não auditada
Molino de Caragüeyes,S.L.	Saragoça	80,00%	-	KPMG
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Saragoça	100,00%	-	Não auditada
Muxia I e II *	Corunha	80,00%	-	Não auditada
NEO Energia Aragón SL	Madrid	100,00%	-	KPMG
NEO Catalunya SL	Barcelona	100,00%	-	KPMG
Neomai Inversiones SICAV, SA	Madrid	100,00%	-	PwC
Parque Eólico Santa Quiteria, S.L. *	Huesca	46,66%	-	KPMG
Parque Eólico Belchite, S.L. *	Saragoça	80,00%	-	KPMG
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A. *	Oviedo	80,00%	-	KPMG
Parque Eólico La Sotonera, SL *	Saragoça	51,87%	-	KPMG
Eolica de Radona SL *	Madrid	80,00%	-	KPMG
Rasacal Cogeneración S.A. *	Madrid	48,00%	-	Não auditada
Siesa Renovables Canarias, S.L. *	Gran Canaria	80,00%	-	Não auditada
Renovables Castilla La Mancha S.A. *	Albacete	72,00%	-	KPMG



demonstrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Directa	Auditor
Hidroeléctrica del Rumberal S.L. *	Madrid	64,00%	-	Não auditada
Sierra Avila *	Madrid	71,99%	-	KPMG
Sinae Inversiones Eólicas S.A. *	Madrid	80,00%	-	KPMG
Sotromal, S.A. *	Soria	72,00%	-	Não auditada
Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	60,00%	-	KPMG
Tratanuebtis Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	64,00%	-	Não auditada
Veinco Energia Limpia SL *	Saragoça	80,00%	-	Não auditada
Bon Vent de Corbera, SL	Barcelona	100,00%	-	KPMG
Bon Vent de Vilalba, SL	Barcelona	100,00%	-	KPMG
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	60,00%	-	KPMG
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	48,70%	-	KPMG
Agrupación Eólica Francia SL	Madrid	100,00%	-	KPMG
Coll de la Garganta	Barcelona	100,00%	-	KPMG
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	80,00%	-	KPMG
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	40,80%	-	Não auditada
Eólica Garcimuñoz, SL	Madrid	80,00%	-	Não auditada
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U. *	Madrid	80,00%	-	KPMG
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	67,92%	-	KPMG
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	100,00%	-	KPMG
Serra Voltorera	Barcelona	100,00%	-	KPMG
Actividade eléctrica - França:				
Parc Eolien D'Ardennes	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Parc Eolien du Clos Bataille, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Eolienne des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Eolienne de Callengeville, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
CE Canet-Pont de Salars	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien des Longs Champs, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Eolienne D'Etalondes, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
CE Gueltas Noyal-Pontivy	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien de La Hetroye, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
SOCPE Le Mee SARL	Toulouse	49,00%	-	KPMG
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Neo Galia, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
C.E. Patay, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
SOCPE Petite Piece SARL	Toulouse	49,00%	-	KPMG
Plouvien Breiz SAS	Carhaix	100,00%	-	Jean-Yves Morisset
Parc Eolien de Roman, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
C.E. Saint Barnabe, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
Eolienne de Saugueuse, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
SOCPE Sauvageons SARL	Toulouse	49,00%	-	KPMG
C.E. Segur, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
Truc L'homme	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien de Varimpre, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Parc Eolien des Vatines, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Mardelle, SARL	Toulouse	100,00%	-	Não auditada
Quinze Mines, SARL	Toulouse	49,00%	-	Não auditada
Vallée du Moulin, SARL	Toulouse	100,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Polónia:				
Elektrownia Wiatrowa Kresy I	Warsaw	100,00%	-	Não auditada
Neolica Polska	Warsaw	100,00%	-	KPMG
Relax Wind Park I	Warsaw	96,43%	-	KPMG
Relax Wind Park II	Warsaw	51,00%	-	Não auditada
Relax Wind Park III	Warsaw	100,00%	-	Não auditada
Relax Wind Park IV	Warsaw	51,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Bélgica:				
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	70,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Brasil:				
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	55,00%	55,00%	KPMG
Central Nacional de Energia Eólica, S.A. (Cenaeel)	São Paulo	55,00%	-	KPMG
Elebrás Projectos, Ltda	São Paulo	55,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Roménia:				
Cernavoda Power SRL	Bucareste	85,00%	-	KPMG
Renovatio Power SRL	Bucareste	85,00%	-	KPMG

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Directa	Auditor
Actividade eléctrica - Holanda:				
Tarcan BV	Amesterdão	100,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Inglaterra:				
EDPR UK Limited	Cardiff	100,00%	-	Não auditada
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	75,00%	-	Não auditada
Empresa-Mãe:				
Horizon Wind Energy LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - EUA:				
Wind Turbine Prometheus, LP	California	100,00%	-	KPMG
Dickinson County Wind Farm LLC	Minnesota	100,00%	-	KPMG
Darlington Wind Farm, LLC	Minnesota	100,00%	-	KPMG
Cloud County Wind Farm	Kansas	100,00%	-	KPMG
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Blue Canyon Windpower II LLC	Oklahoma	100,00%	-	KPMG
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Energy International	Texas	100,00%	-	KPMG
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	100,00%	-	KPMG
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	100,00%	-	KPMG
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Oregon	100,00%	-	KPMG
High Trail Wind Farm, LLC	Illioniois	100,00%	-	KPMG
Marble River, LLC	Nova Iorque	100,00%	-	KPMG
Rail Splitter	Illioniois	100,00%	-	KPMG
Blackstone Wind Farm, LLC	Illioniois	100,00%	-	KPMG
Aroostook Wind Energy LLC	Maine	100,00%	-	KPMG
Jericho Rise Wind Farm LLC	Nova Iorque	100,00%	-	KPMG
Madison Windpower LLC	Nova Iorque	100,00%	-	KPMG
Mesquite Wind, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Martinsdale Wind Farm LLC	Colorado	100,00%	-	KPMG
Post Oak Wind, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
BC Maple Ridge Wind LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	100,00%	-	KPMG
Arlington Wind Power Project LLC	Oregon	100,00%	-	KPMG
Signal Hill Wind Power Project LLC	Colorado	100,00%	-	KPMG
Tumbleweed Wind Power Project LLC	Colorado	100,00%	-	KPMG
Old Trail Wind Farm, LLC	Illioniois	100,00%	-	KPMG
Viento Grande Wind Power Project LLC	Colorado	100,00%	-	KPMG
OPQ Property LLC	Illioniois	100,00%	-	KPMG
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	100,00%	-	KPMG
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	100,00%	-	KPMG
007 Vento I LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
007 Vento II	Texas	100,00%	-	KPMG
008 Vento III	Texas	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Ventures I LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Clinton County Wind Farm, LLC	Nova Iorque	100,00%	-	KPMG
BC2 Maple Ridge Holdings LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Cloud West Wind Project, LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Five-Spot, LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Chocolate Bayou I LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Alabama Ledge Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Antelope Ridge Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Arkwright Summit Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Ashford Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Athena-Weston Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Black Prairie Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Blackstone Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Blackstone Wind Farm III LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Blackstone Wind Farm IV LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Blackstone Wind Farm V LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Blue Canyon Windpower III LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Blue Canyon Windpower IV LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Blue Canyon Windpower VI LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Broadlands Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Broadlands Wind Farm III LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Broadlands Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Chateaugay River Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Cropsey Ridge Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Crossing Trails Wind, Power Project LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Dairy Hills Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Diamond Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Ford Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada

**demonstrações financeiras**

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Empresas subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Directa	Auditor
Freeport Windpower I, LP	Texas	100,00%	-	Não auditada
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Homestead Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest VII LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest X LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest XI LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Panhandle I LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest I LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest II LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest III LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Southwest IV LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Valley I LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind MREC Iowa Partners LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind, Freeport Windpower I LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Juniper Wind Power Partners, LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Lexington Chenoa Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Machias Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
New Trail Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
North Slope Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Number Nine Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Pacific Southwest Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Pioneer Prairie Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Rim Rock Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Saddleback Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Sardinia Windpower LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Turtle Creek Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Western Trail Wind Project I LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Whistling Wind WI Energy Center, LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Coos Curry Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Midwest IX LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest I LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Peterson Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Pioneer Prairie Interconnection LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
The Nook Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Tug Hill Windpower LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Whiskey Ridge Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Wilson Creek Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
WTP Management Company LLC	Texas	100,00%	-	Não auditada
Meadow Lake Wind Farm IV LLC	Indiana	100,00%	-	KPMG
Meadow Lake Windfarm III LLC	Indiana	100,00%	-	KPMG
2009 Vento IV, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
2009 Vento V, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
2009 Vento VI, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Ventures II LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Ventures VI, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Lexington Chenoa Wind Farm II LLC	Illinois	100,00%	-	KPMG
Lexington Chenoa Wind Farm III LLC	Illinois	100,00%	-	KPMG
East Klickitat Wind Power Project LLC	Washington	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Energy Northwest IV LLC	Oregon	100,00%	-	KPMG
Blue Canyon Wind Power VII LLC	Oklahoma	100,00%	-	KPMG
Horizon Wyoming Transmission LLC	Wyoming	100,00%	-	KPMG
AZ Solar LLC	Arizona	100,00%	-	KPMG
Black Prairie Wind Farm II LLC	Illinois	100,00%	-	KPMG
Black Prairie Wind Farm III LLC	Illinois	100,00%	-	KPMG
Paulding Wind Farm LLC	Ohio	100,00%	-	KPMG
Paulding Wind Farm II LLC	Ohio	100,00%	-	KPMG
Paulding Wind Farm III LLC	Ohio	100,00%	-	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm II LLC	Wyoming	100,00%	-	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm III LLC	Wyoming	100,00%	-	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm IV LLC	Wyoming	100,00%	-	KPMG
Simpson Ridge Wind Farm V LLC	Wyoming	100,00%	-	KPMG
Athena-Weston Wind Power Project II, LLC	Oregon	100,00%	-	KPMG
Meadow Lake Wind Farm V, LLC	Indiana	100,00%	-	KPMG

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na **consolidação pelo método proporcional**, à data de 31 de Dezembro de 2009, são apresentados de seguida:

Entidades Conjuntamente Controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos		Passivos		Total		Total		Resultados		Auditor
			Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Capital Próprio	Proveitos	Custos	Líquidos	% Indirecta	% Directa	
			31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	
			Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	
Actividade Eléctrica													
Flat Rock Windpower LLC	Nova Iorque	364.764 USD	-19.659	3.694	1.049	66	-17.081	11.353	-13.386	-2.033	50,00%	50,00%	E&Y
Flat Rock Windpower II LLC	Nova Iorque	144.001 USD	-7.899	849	387	43	-7.479	2.743	-4.387	-1.644	50,00%	50,00%	E&Y
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Saragosa	6.701 EUR	105.014	9.088	44.313	13.357	56.433	14.805	-11.946	2.859	50,00%	50,00%	Deloitte
Desarrollos Energeticos Canarias S.A.	Las Palmas	15 EUR	-8	4	0	9	-13	0	0	0	39,92%	49,90%	KPMG
Evolución 2000, S.L.	Albacete	118 EUR	22.690	5.694	23.366	3.895	1.124	5.273	-3.955	1.318	39,32%	48,15%	KPMG
Murciasol-1 Solar Térmica, S.L.	Madrid	3 EUR	84	16	0	100	0	0	0	0	40,00%	50,00%	Não Auditada
Tebar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720 EUR	15.436	4.992	14.981	2.845	2.601	4.054	-3.449	606	40,00%	50,00%	Abarrie Audit Auditores,

As **Empresas Associadas** incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2009, são as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	% Indirecta	% Directa	Auditor
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	48,70%	-	Não auditada
Biomassas del Pirineo S.A.	Huesca	24,00%	-	PwC
Cultivos Energéticos de Castilla S.A.	Burgos	24,00%	-	Não auditada
D.E. DE CANARIAS, S.A.	Gran Canaria	35,80%	-	Não auditada
Hidroastur S.A.	Oviedo	19,60%	-	KPMG
Natureo Energía, S.L.	Bilbau	20,00%	-	Mazars
Parque Eólico Belmonte, S.A.	Asturias	49,01%	-	Centium
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	Soria	23,92%	-	Não auditada
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	33,60%	-	KPMG
Sodecoan, S.L.	Sevilha	39,20%	-	Ernst & Young
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	40,00%	-	KPMG
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa	20,00%	-	Mazars

As empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Directa	Auditor
Holding do Grupo:				
EDP Renováveis, Sociedad Anónima	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Empresa-Mãe:				
Nuevas Energías de Occidente, S.L.	Oviedo	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - Portugal:				
Eneraltius-Produção de Energia Eléctrica, S.A.	Lisboa	100,00%	-	KPMG
Enernova -Novas Energías, S.A.	Lisboa	100,00%	-	KPMG
Eólica da Alagoa	Arcos Valdevez	59,99%	-	PwC
Eólica de Montenegro	Vila Pouca de Aguiã	50,10%	-	KPMG
Eólica da Serra das Alturas	Porto	50,10%	-	PWC
Levante - Energia Eólica, Unipessoal, LDA	Porto Salvo	100,00%	-	KPMG
Malhadizes	Porto Salvo	100,00%	-	KPMG
Actividade eléctrica - Espanha:				
Acampo Arias, S.L.	Saragoça	98,19%	-	KPMG
Agrupación Eólica SLU	Saragoça	100,00%	-	KPMG
Parque Eólico Plana de Artajona, SLU	Saragoça	100,00%	-	Não auditada
Bourbriac	Paris	100,00%	-	KPMG
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	75,83%	-	KPMG
Cía. Eléctrica de Energías Renovables Alternativas, SAL	Saragoça	100,00%	-	Não auditada
Ceprastur AIE *	Oviedo	45,41%	-	Não auditada
Corporación Empresarial de Renovables Alternativas, SLU	Saragoça	100,00%	-	Não auditada
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	60,00%	-	Não auditada
D.E. Almarchal, SAL *	Cadiz	80,00%	-	KPMG
D.E. Buenavista, SAL *	Cadiz	80,00%	-	KPMG
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	60,00%	-	KPMG
D.E. de Corme, S.A. *	Corunha	80,00%	-	KPMG
D.E. Dumbria, SAL *	Corunha	80,00%	-	KPMG
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A. *	Corunha	77,33%	-	KPMG
D.E. de Lugo, SAL *	Lugo	80,00%	-	KPMG
Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U. *	Sevilha	80,00%	-	KPMG
D.E. Rabosera, S.A. *	Huesca	76,00%	-	KPMG
Desarrollos Eólicos, S.A. *	Sevilha	80,00%	-	KPMG
D.E. de Tarifa, SAL *	Cadiz	80,00%	-	KPMG



demostrações financeiras

notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta	% Directa	Auditor
Eólica Don Quijote, S.L. *	Albacete	80,00%	-	KPMG
Eólica Dulcinea, S.L. *	Albacete	80,00%	-	KPMG
Eólica Alfoz, S.L. *	Madrid	67,98%	-	KPMG
Eólica Arlanzón, S.A. *	Madrid	62,00%	-	KPMG
Eólica Campollano, S.A. *	Madrid	60,00%	-	KPMG
Eólica Mare Nostrum S.A. *	Valência	48,00%	-	Não auditada
Eólica La Brújula, S.A. *	Madrid	67,92%	-	KPMG
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U. *	Albacete	80,00%	-	KPMG
Eneroliva, S.A. *	Sevilha	80,00%	-	Não auditada
Fontesilva *	Corunha	80,00%	-	Não auditada
Hidroeléctrica Fuentermosa S.L. *	Oviedo	71,96%	-	Não auditada
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	60,00%	-	KPMG
Generaciones Especiales I, S.L.	Madrid	80,00%	-	KPMG
Ceasa Promociones Eólicas SLU	Saragoça	100,00%	-	Ernst & Young
Subgrupo Veinco*	Saragoça	80,00%	-	Não auditada
Guadalteba*	Sevilha	80,00%	-	Não auditada
Hidroeléctrica Gormaz S.A. *	Salamanca	60,00%	-	Não auditada
Iberia Aprovechamientos Eólicos, SAL	Saragoça	100,00%	-	KPMG
Investigación Y Desarrollo de Energías Renovables, S. L.	León	47,67%	-	KPMG
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A. *	Madrid	72,00%	-	Não auditada
La Janda *	Madrid	80,00%	-	Não auditada
Lanavica	Madrid	80,00%	-	KPMG
Parque Eólico Los Canteales, SLU	Saragoça	100,00%	-	KPMG
Parc Eolic Molinars SL	Girona	54,00%	-	Não auditada
Molino de Caragüeyes, S.L.	Saragoça	80,00%	-	KPMG
Parque Eólico Montes de Castejón, S.L.	Saragoça	100,00%	-	Não auditada
Muxia I e II *	Corunha	80,00%	-	Não auditada
NEO Energia Aragón SL	Madrid	100,00%	-	KPMG
NEO Catalunya SL	Barcelona	100,00%	-	KPMG
Neomai Inversiones SICAV, SA	Madrid	100,00%	-	PwC
Parque Eólico Santa Quiteria, S.L. *	Huesca	46,66%	-	KPMG
Parque Eólico Belchite, SL *	Saragoça	80,00%	-	KPMG
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A. *	Oviedo	80,00%	-	KPMG
Parque Eólico La Sotonera, SL *	Saragoça	51,88%	-	KPMG
Eólica de Radona SL *	Madrid	80,00%	-	Não auditada
Rasacal Cogeneración S.A. *	Madrid	48,00%	-	Não auditada
Siesa Renovables Canarias, S.L. *	Gran Canaria	80,00%	-	Não auditada
Renovables Castilla La Mancha S.A. *	Albacete	72,00%	-	KPMG
Hidroeléctrica del Rumberal S.L. *	Madrid	64,00%	-	Não auditada
Sierra Avila *	Madrid	71,99%	-	KPMG
Sinae Inversiones Eólicas S.A. *	Madrid	80,00%	-	KPMG
Sotromal, S.A. *	Soria	72,00%	-	Não auditada
Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	60,00%	-	Não auditada
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A. *	Madrid	64,00%	-	Não auditada
Tratamientos Medioambientales Río Sotón, S.A.	Madrid	80,00%	-	KPMG
Veinco Energia Limpia SL *	Saragoça	80,00%	-	Não auditada
Bon Vent de Corbera, SL	Barcelona	100,00%	-	Não auditada
Bon Vent de Vilalba, SL	Barcelona	100,00%	-	Não auditada
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	60,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - França:				
Parc Eolien D'Ardennes	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
C.E. Ayssenes-Le Truel	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien du Clos Bataille, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Cabinet Exco
C.E. Beaurevoir, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
Eolienne des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
C.E. Calanhel Lohuec, SAS	Paris	100,00%	-	Não auditada
Eolienne de Calengeville, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Cabinet Exco
CE Canet-Pont de Salars	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien des Longs Champs, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Eole Service, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Eole 76 Developpement, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Eolienne D'Etalondes, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Le Gollot SAS	Carhaix	100,00%	-	Jean-Yves Morisset
CE Gueltas Noyal-Pontivy	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien de La Hetroye, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Cabinet Exco
Hollywell Investments Limited, SARL	Luxemburgo	100,00%	-	Não auditada
Keranfouler SAS	Carhaix	100,00%	-	Jean-Yves Morisset
SOCPE Le Mee SARL	Toulouse	49,00%	-	KPMG
Parc Eolien Les Bles D'Or SARL	Toulouse	100,00%	-	Não auditada
C.E. Les Vieilles, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
Eole Futur Montloue 1, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Cabinet Exco
Neo Galia , SAS	Paris	100,00%	-	KPMG

Empresas Subsidiária	Sede	%		Auditor
		Indirecta	Directa	
C.E. Patay, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien des Bocages, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
SOCPE Petite Piece SARL	Toulouse	49,00%	-	KPMG
SOCPE Pieces de Vigne SARL	Toulouse	100,00%	-	Não auditada
Plouvien Breiz SAS	Carhaix	100,00%	-	Jean-Yves Morisset
CE Pont d'Yeu, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
PROUVILLE	Paris	100,00%	-	KPMG
Rech. et Dével. Éoliennes	Paris	100,00%	-	Não auditada
Ridgeside Investments Limited, SARL	Luxemburgo	100,00%	-	Não auditada
Parc Eolien de Roman, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
CE Saint Alban-Henansal	Paris	100,00%	-	KPMG
C.E. Saint Barnabe, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
SOCPE Saint Jacques SARL	Toulouse	100,00%	-	Não auditada
Eolienne de Saugueuse, SARL	Elbeuf	100,00%	-	Não auditada
SOCPE Sauvageons SARL	Toulouse	49,00%	-	KPMG
C.E. Segur, SAS	Paris	100,00%	-	KPMG
Truc L'homme	Paris	100,00%	-	KPMG
Parc Eolien de Varimpre, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Cabinet Exco
Parc Eolien des Vatines, SAS	Elbeuf	100,00%	-	Cabinet Exco
Actividade eléctrica - Polónia:				
Chodow Wind Park SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
KIP Wind Park I SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
KIP Wind Park II SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
Neolica Polska SP Z.O.O.	Warsaw	100,00%	-	Não auditada
Relax Wind Park I SP.ZO.O.	Varsóvia	93,29%	-	Não auditada
Relax Wind Park II Sp. zoo	Warsaw	51,00%	-	Não auditada
Relax Wind Park III SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
Relax Wind Park IV Sp. zoo	Warsaw	51,00%	-	Não auditada
Relax Wind Park V SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
Relax Wind Park VI SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
SK Wind Park SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
Sokolowo Wind Park SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
Zulawy Wind Park I SP.ZO.O.	Varsóvia	100,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Belgica:				
Greenwind S.A.	Louvain-la-Neuve	70,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Brasil:				
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	55,00%	55,00%	Não auditada
Actividade eléctrica - Roménia:				
Cernavoda Power SRL	Bucareste	85,00%	-	Não auditada
Renovatio Power SRL	Bucareste	85,00%	-	Não auditada
Actividade eléctrica - Holanda:				
Tarcan BV	Amsterdão	100,00%	-	KPMG
Empresa-Mãe:				
Horizon Wind Energy LLC	Texas	100,00%	100,00%	KPMG
Actividade eléctrica - EUA:				
Wind Turbine Prometheus, LP	California	100,00%	-	KPMG
Dickinson County Wind Farm LLC	Minnesota	100,00%	-	KPMG
Darlington Wind Farm, LLC	Minnesota	100,00%	-	KPMG
Cloud County Wind Farm	Kansas	100,00%	-	KPMG
Whitestone Wind Purchasing, LLC	Texas	100,00%	-	KPMG
Blue Canyon Windpower II LLC	Oklahoma	100,00%	-	KPMG
Blue Canyon Windpower V, LLC	Oklahoma	100,00%	-	KPMG
Horizon Wind Energy International	Texas	100,00%	-	KPMG
Pioneer Prairie Wind Farm I, LLC	Iowa	100,00%	-	KPMG
Sagebrush Power Partners, LLC	Washington	100,00%	-	KPMG
Telocaset Wind Power Partners, LLC	Oregon	100,00%	-	KPMG
High Trail Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	-	KPMG
Chocolate Bayou Windpower I, LP	Texas	100,00%	-	KPMG
Marble River, LLC	Nova Iorque	100,00%	-	KPMG
Rail Splitter	Illionois	100,00%	-	KPMG
Blackstone Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	-	KPMG
Aroostook Wind Energy LLC	Maine	100,00%	-	KPMG
Jericho Rise Wind Farm LLC	Nova Iorque	100,00%	-	KPMG



demostra66es financeiras

notas 6s demonstra66es financeiras consolidadas para os exerc6cios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Empresas Subsidi6rias	Sede	% Indirecta		% Directa		Auditor
Madison Windpower LLC	Nova Iorque	100,00%	-	-	-	KPMG
Mesquite Wind, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
Martinsdale Wind Farm LLC	Colorado	100,00%	-	-	-	KPMG
Post Oak Wind, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
BC Maple Ridge Wind LLC	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
High Prairie Wind Farm II, LLC	Minnesota	100,00%	-	-	-	KPMG
Arlington Wind Power Project LLC	Oregon	100,00%	-	-	-	KPMG
Signal Hill Wind Power Project LLC	Colorado	100,00%	-	-	-	KPMG
Tumbleweed Wind Power Project LLC	Colorado	100,00%	-	-	-	KPMG
Old Trail Wind Farm, LLC	Illionois	100,00%	-	-	-	KPMG
Viento Grande Wind Power Project LLC	Colorado	100,00%	-	-	-	KPMG
OPQ Property LLC	Illionois	100,00%	-	-	-	KPMG
Meadow Lake Wind Farm, LLC	Indiana	100,00%	-	-	-	KPMG
Wheatfield Wind Power Project, LLC	Oregon	100,00%	-	-	-	KPMG
007 Vento I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
007 Vento II	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
008 Vento III	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
Horizon Wind Ventures I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
Horizon Wind Ventures II, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
Horizon Wind Ventures III, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	KPMG
Clinton County Wind Farm, LLC	Nova Iorque	100,00%	-	-	-	KPMG
Actividade el6ctrica - EUA: (a)						
BC2 Maple Ridge Holdings LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Cloud West Wind Project, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Five-Spot, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Chocolate Bayou I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Alabama Ledge Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Antelope Ridge Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Arkwright Summit Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Ashford Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Athena-Weston Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Black Prairie Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Blackstone Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Blackstone Wind Farm III LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Blackstone Wind Farm IV LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Blackstone Wind Farm V LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Blue Canyon Windpower III LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Blue Canyon Windpower IV LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Blue Canyon Windpower VI LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Broadlands Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Broadlands Wind Farm III LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Broadlands Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Chateaugay River Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Cropsey Ridge Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Crossing Trails Wind, Power Project LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Dairy Hills Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Diamond Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
East Clickitat Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Ford Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Freeport Windpower I, LP	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Gulf Coast Windpower Management Company, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Homestead Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Northwest VII LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Northwest X LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Northwest XI LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Panhandle I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Southwest I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Southwest II LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Southwest III LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Southwest IV LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind Energy Valley I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind MREC Iowa Partners LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Horizon Wind, Freeport Windpower I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Juniper Wind Power Partners, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Lexington Chenoa Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Machias Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Meadow Lake Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
New Trail Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
North Slope Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Number Nine Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Pacific Southwest Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Pioneer Prairie Wind Farm II LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Rim Rock Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Saddleback Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Sardinia Windpower LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Turtle Creek Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada
Western Trail Wind Project I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	N6o auditada

Empresas Subsidiárias	Sede	% Indirecta		% Directa		Auditor
Whistling Wind WI Energy Center, LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Simpson Ridge Wind Farm LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Coos Curry Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Midwest IX LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest I LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Horizon Wind Energy Northwest XV LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Peterson Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Pioneer Prairie Interconnection LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
The Nook Wind Power Project LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Tug Hill Windpower LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Whiskey Ridge Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
Wilson Creek Power Partners LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada
WTP Management Company LLC	Texas	100,00%	-	-	-	Não auditada

As **Empresas Associadas** incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2008, eram as seguintes:

Empresas Associadas	Sede	% Indirecta		% Directa		Auditor
Biomassas del Pirineo S.A.	Huesca	24,00%	-	-	-	Não auditada
Cultivos Energéticos de Castilla S.A.	Burgos	24,00%	-	-	-	Não auditada
D.E. de Canarias, S.A.	Gran Canaria	35,80%	-	-	-	KPMG
Hidroastur S.A.	Oviedo	20,00%	-	-	-	Centium
Natureo Energía, S.L.	Bilbao	49,01%	-	-	-	Não auditada
PARQUE Eólico Belmonte, S.A.	Asturias	23,92%	-	-	-	KPMG
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	Soria	33,60%	-	-	-	Ernst & Young
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	24,80%	-	-	-	KPMG
Sodecoan, S.L.	Sevilha	40,00%	-	-	-	Não auditada
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	20,00%	-	-	-	Não auditada
Eneop - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa	19,60%	-	-	-	Mazars

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na **consolidação pelo método proporcional**, à data de 31 de Dezembro de 2008, são apresentados de seguida:

Entidades Conjuntamente Controladas	Sede	Capital Social / Moeda	Activos		Passivos		Total Capital Próprio	Total Proveitos	Total Custos	Resultados		Auditor	
			Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes				Líquidos	%		
			31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08	31-Dez-08				31-Dez-08	31-Dez-08		
		EUR	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Indirecta	Directa		
Actividade Eléctrica													
Fiat Rock Windpower LLC	Nova Iorque	377.581 USD	-12.354	4.431	1.003	212	-9.137	15.642	-13.257	2.385	50,00%	50,00%	E&Y
Fiat Rock Windpower II LLC	Nova Iorque	149.060 USD	-5.080	1.176	370	88	-4.362	5.407	-4.008	1.399	50,00%	50,00%	E&Y
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	Saragosa	6.701 EUR	109.753	16.231	51.184	15.073	59.728	20.579	-14.574	6.005	50,00%	50,00%	Debitte
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	Las Palmas	15 EUR	-8	4	0	9	-13	0	0	0	39,92%	49,90%	KPMG
Evolución 2000, S.L.	Albacete	118 EUR	23.989	5.692	22.566	5.392	1.723	6.619	-4.811	1.808	39,32%	49,15%	KPMG
Horta Medioambiente, S.A.	Madrid	60 EUR	-30	0	0	56	-86	0	0	0	40,00%	50,00%	Não Auditada
Ibersol E Solar Ibr	Madrid	65 EUR	1.035	28	50	1.013	0	0	0	0	40,00%	50,00%	KPMG
Murciasol-1 Solar Térmica, S.L.	Madrid	3 EUR	74	25	0	99	0	0	0	0	40,00%	50,00%	KPMG
Tebar Eólica, S.A.	Cuenca	4.720 EUR	16.532	5.369	16.176	3.049	2.676	6.082	-4.253	1.829	40,00%	50,00%	Abante Audit Auditores

* Estas empresas foram consolidadas considerando que a EDP Renováveis, através da sua subsidiária NEO, detém 100% do capital da Genesa, tendo em consideração a "put option" sobre a Caja Madrid (conforme descrito na Nota 36).



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A.

Actividade Grupo por Segmentos de Negócio

Informação por Segmentos de Negócio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009

(Milhares de Euros)

	Produção Eólica				
	EUROPA				
	Portugal	Espanha	Resto da Europa	Outros	Ajustamentos
Volume de negócios	123.336	260.534	38.355	6.645	12.567
Clientes externos	123.336	258.590	38.355	287	19.270
Clientes Inter segmentos	-	1.944	-	6.358	-6.703
Custos com aquisição de electricidade	-236	-10	-	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	19	-6.493	745	-18	943
	123.119	254.031	39.100	6.627	13.510
Outros proveitos / (custos) de exploração					
Outros proveitos de exploração	2.632	6.385	756	1.026	-946
Fornecimentos e serviços externos	-17.633	-41.295	-7.573	-8.846	6.648
Custos com o pessoal	-2.232	-7.029	-1.549	-3.855	-
Custos com benefícios aos empregados	968	-21	-1	-133	-
Outros custos de exploração	-5.204	-6.334	-3.761	-84	61
	-21.469	-48.294	-12.128	-11.892	5.763
	101.650	205.737	26.972	-5.265	19.273
Provisões do exercício	170	12	-	-	-
Amortizações do exercício	-31.151	-106.745	-14.809	-1.387	-
Amortização do proveito diferido / subsídios governamentais	658	154	-	1	-
	71.327	99.158	12.163	-6.651	19.273
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	268	-	-	-
Outros proveitos financeiros	-	-44	10.370	10.256	-10.200
Juros obtidos	2.846	4.923	54	130.161	-130.145
Outros custos financeiros	-32	-5.631	-4.524	-273	-8.655
Juros suportados	-25.711	-68.351	-17.370	-185.737	130.180
Ganhos / (perdas) em associadas	421	3.788	-	-	-
Resultados antes imposto	48.851	34.111	693	-52.244	453
Impostos sobre lucros	-9.985	-7.804	-833	11.298	-
Resultado líquido do exercício	38.866	26.307	-140	-40.946	453
Atribuível a:					
Accionistas da EDP Renováveis	37.499	19.931	-319	-36.545	453
Interesses minoritários	1.367	6.376	179	-4.401	-
Resultado líquido do exercício	38.866	26.307	-140	-40.946	453
Activos					
Activos tangíveis	574.592	3.081.900	877.979	55.810	-
Activos intangíveis e Goodwill	43.920	107.048	49.550	75	571.751
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	20.238	-	-23.835	49.521
Activo corrente	159.152	442.570	57.273	792.842	-839.570
Capitais Próprios e Passivos					
Capitais próprios e Interesses Minoritários	81.582	864.882	190.378	6.079	-697.366
Passivo corrente	99.865	953.159	259.080	379.776	-545.615
Outras informações:					
Aumentos do ano					
Activos tangíveis	105.400	535.294	381.463	19.973	-
Activos intangíveis e Goodwill	-	36.717	1.106	24	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras condensadas

Total	E.U.A	Outros e Ajustmentos	Grupo EDP Renováveis
441.437	204.649	2.156	648.242
439.838	204.649	2.286	646.773
1.599	-	-130	1.469
-246	-1.198	-78	-1.522
<u>-4.804</u>	<u>-</u>	<u>91</u>	<u>-4.713</u>
436.387	203.451	2.169	642.007
9.853	115.318	60	125.231
-68.699	-65.418	-14.187	-148.304
-14.665	-19.641	-7.608	-41.914
813	-1.346	-100	-633
<u>-15.322</u>	<u>-17.926</u>	<u>-590</u>	<u>-33.838</u>
<u>-88.020</u>	<u>10.987</u>	<u>-22.425</u>	<u>-99.458</u>
348.367	214.438	-20.256	542.549
182	-	1	183
-154.092	-158.982	-1.276	-314.350
<u>813</u>	<u>1.589</u>	<u>1</u>	<u>2.403</u>
195.270	57.045	-21.530	230.785
268	-	-	268
10.382	6.218	2.144	18.744
7.839	692	8.442	16.973
-19.115	-59.590	-392	-79.097
-166.989	2.477	135.458	-29.054
<u>4.209</u>	<u>-287</u>	<u>-</u>	<u>3.922</u>
31.864	6.555	124.122	162.541
-7.324	-	-37.430	-44.754
24.540	6.555	86.692	117.787
21.019	6.555	86.775	114.349
<u>3.521</u>	<u>-</u>	<u>-83</u>	<u>3.438</u>
24.540	6.555	86.692	117.787
4.590.281	3.978.845	65.885	8.635.011
772.344	549.122	14.230	1.335.696
45.924	1.686	-1	47.609
612.267	208.581	284.508	1.105.356
445.555	2.858.681	2.023.319	5.327.555
1.146.265	274.160	-174.915	1.245.510
1.042.130	828.519	24.538	1.895.187
<u>37.847</u>	<u>-</u>	<u>1.251</u>	<u>39.098</u>



demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A.

Actividade Grupo por Segmentos de Negócio

Informação por Segmentos de Negócio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008

(Milhares de Euros)

	Produção Eólica				
	EUROPA				
	Portugal	Espanha	Resto da Europa	Outros	Ajustamentos
Volume de negócios	97.108	281.277	18.766	5.290	-1.826
Clientes externos	97.108	274.731	18.766	124	3.722
Clientes Inter segmentos	-	6.546	-	5.166	-5.548
Custos com aquisição de electricidade	-222	-265	-	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	43	-10.652	-1.563	-5	926
	<u>96.929</u>	<u>270.360</u>	<u>17.203</u>	<u>5.285</u>	<u>-900</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração					
Outros proveitos de exploração	864	2.673	801	1.330	-85
Fornecimentos e serviços externos	-11.437	-32.935	-4.368	-11.670	4.633
Custos com o pessoal	-3.796	-9.338	-639	-4.759	-
Custos com benefícios aos empregados	-11	-22	-	-129	-
Outros custos de exploração	-6.082	-4.763	-2.403	-43	74
	<u>-20.462</u>	<u>-44.385</u>	<u>-6.609</u>	<u>-15.271</u>	<u>4.622</u>
	76.467	225.975	10.594	-9.986	3.722
Provisões do exercício	166	641	-	-	-
Amortizações do exercício	-25.940	-85.963	-7.817	-358	-
Amortização do proveito diferido / subsídios governamentais	540	155	-	1	-
	51.233	140.808	2.777	-10.343	3.722
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	2.363	-	-	-
Outros proveitos financeiros	-	1.475	299	39	-
Juros obtidos	1.151	8.036	212	77.574	-79.750
Outros custos financeiros	-50	-815	-1.158	-813	59
Juros suportados	-21.757	-68.029	-10.392	-122.505	67.542
Ganhos / (perdas) em associadas	-74	4.423	-	95	-
Resultados antes imposto	30.503	88.261	-8.262	-55.953	-8.427
Impostos sobre lucros	-8.038	-27.996	-378	19.130	290
	<u>22.465</u>	<u>60.265</u>	<u>-8.640</u>	<u>-36.823</u>	<u>-8.137</u>
Resultado líquido do exercício					
Atribuível a:					
Accionistas da EDP Renováveis	22.469	45.524	-8.250	-26.717	-8.137
Interesses minoritários	-4	14.741	-390	-10.106	-
	<u>22.465</u>	<u>60.265</u>	<u>-8.640</u>	<u>-36.823</u>	<u>-8.137</u>
Activos					
Activos tangíveis	497.926	2.607.316	483.192	74.935	-
Activos intangíveis e Goodwill	49.224	110.014	-4.282	77	590.857
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	16.659	-	12	22.080
Activo corrente	58.209	385.771	49.328	410.809	-430.602
Capitais Próprios e Passivos					
Capitais próprios e Interesses Minoritários	52.560	844.480	133.785	34.534	-647.618
Passivo corrente	58.208	652.185	99.351	281.617	-297.890
Outras informações:					
Aumentos do ano					
Activos tangíveis	81.950	713.174	205.248	8.921	-
Activos intangíveis e Goodwill	40	31.358	99.151	-	-

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Total	E.U.A	Outros e Ajustmentos	Grupo EDP Renováveis
400.615	131.814	-	532.429
394.451	131.814	-	526.265
6.164	-	-	6.164
-487	-506	-	-993
-11.251	-	-	-11.251
388.877	131.308	-	520.185
5.583	84.601	-660	89.524
-55.777	-45.381	-5.789	-106.947
-18.532	-17.098	-1.381	-37.011
-162	-928	-	-1.090
-13.217	-14.034	467	-26.784
-82.105	7.160	-7.363	-82.308
306.772	138.468	-7.363	437.877
807	-1	-	806
-120.078	-87.686	-	-207.764
696	-	-	696
188.197	50.781	-7.363	231.615
2.363	-	-	2.363
1.813	1.317	222.522	225.652
7.223	1.872	36.154	45.249
-2.777	-56.568	-221.966	-281.311
-155.141	10.974	77.358	-66.809
4.444	-6	-	4.438
46.122	8.370	106.705	161.197
-16.992	-	-31.987	-48.979
29.130	8.370	74.718	112.218
24.889	8.370	71.105	104.364
4.241	-	3.613	7.854
29.130	8.370	74.718	112.218
3.663.369	3.478.077	359	7.141.805
745.890	569.513	12.723	1.328.126
38.751	2.031	-	40.782
473.515	126.338	132.467	732.320
417.741	2.786.532	1.994.600	5.198.873
793.471	175.002	-187.713	780.760
1.009.293	1.212.603	374	2.222.270
130.549	-	-	130.549



documentos publicados pelo auditor

KPMG Auditores S.L.
Ventura Rodríguez, 2
33004 Oviedo

Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Este relatório constitui uma tradução livre da versão original em Espanhol)

Em caso de eventuais discrepâncias a versão original prevalece sobre esta tradução)

Ao Conselho de Administração da
EDP Renováveis, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis, S.A. (a “Empresa”) e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral consolidado, das alterações nos capitais próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos relativos ao exercício findo naquela data, cuja preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas de Auditoria geralmente aceites em Espanha, que exigem a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a sua apresentação, bem como as políticas contabilísticas adoptadas e a avaliação das estimativas utilizadas na sua preparação.

De acordo com a legislação em vigor em Espanha, estas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2009, incluem para cada rubrica do balanço consolidado, das demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral consolidado, das alterações nos capitais próprios e da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e nas notas anexas, informação comparativa relativa ao exercício anterior. A nossa opinião respeita apenas às demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2009. Em 2 de Março de 2009 emitimos uma opinião sem reservas, sobre as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2008.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, e contém informação suficiente necessária para a sua adequada interpretação e compreensão, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, aplicadas numa base consistente à informação financeira comparativa.

KPMG Auditores, S.L., a limited liability Spanish company,
is an affiliate of KPMG Europe LLP and a member firm of
the KPMG network of independent member firms affiliated
with KPMG International, a Swiss cooperative.

Reg. Mer Madrid: T. 11901, F.90.
Sec. B. H. M.-188.007 Inscrp.º
C.I.F. B-79510163

2

O relatório de gestão consolidado de 2009 contém as explicações consideradas relevantes pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. face à situação do Grupo, a evolução do seu negócio e outros assuntos, e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a informação divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas de 2009. Enquanto auditores o nosso exame é limitado à verificação do relatório de gestão no âmbito descrito neste parágrafo e não inclui a revisão de outra informação que não a extraída directamente dos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós
Partner

25 de Fevereiro de 2010



declaração de conformidade com a informação financeira



KPMG Asesores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade para a EDP Renováveis S.A.

(Tradução livre da versão em Castelhana.
Em caso de discordância, prevalece a versão em Castelhana.)

Fomos contratados pela Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A. para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação não financeira constante do Relatório Institucional e Financeiro da EDP Renováveis S.A. (doravante “EDP Renováveis”), nomeadamente nos capítulos “Sustentabilidade” e “edp renováveis – Um líder na criação de valor sustentável” (“Relatório”), para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009.

A Comissão Executiva da EDP Renováveis é responsável pela preparação e apresentação do Relatório em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3)” do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido no capítulo “Avaliação GRI” do Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo, pela determinação dos objectivos da EDP Renováveis no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade e pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado que se refere exclusivamente à informação correspondente ao ano de 2009. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade “ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica” emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e também de acordo com as linhas de orientação do *Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España*. Estas normas requerem o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório está isento de distorções materialmente relevantes. Conduzimos este trabalho de acordo com os requisitos de independência incluídos no *IFAC - Code of Ethics for Professional Accountants* que especifica requisitos no que diz respeito a integridade, objectividade, confidencialidade, qualificações profissionais e conduta.

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre um relatório de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação do Relatório;
- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;

KPMG Asesores, S.L., sociedad independiente responsable de trabajo limitado, es una filial de KPMG Europe LLP y forma miembro de la red KPMG de firmas independientes afiliadas a KPMG International, sociedad suiza.

Rec. Mac. Madrid, T. 14.072, F. 53,
Sec. B. II. M-245-880, Insc. T.ª
N.º B-62496500

2

- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Comparação da informação financeira incluída no Relatório com as contas anuais da EDP Renováveis, auditadas por terceiras partes independentes;

Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Este relatório não tem como objectivo emitir uma opinião de auditoria.

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório de Sustentabilidade da EDP Renováveis, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2009, não esteja isento de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“*Sustainability Reporting Guidelines (G3)*”) do *Global Reporting Initiative (GRI)*, conforme referido no capítulo “Avaliação GRI” do Relatório.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

(Assinado)

José Luis Blasco
Sócio

12 de Março de 2010



declaração de conformidade com a informação financeira




edp renováveis
Serrano Galvache, 56
Centro Empresarial Parque Norte
Edifício Encino
28033 Madrid, España
T +34 902 830 700 F +34 913 997 901
www.edprenovaveis.com

Members of the Board of Directors of the Company EDP Renováveis, S.A.


DECLARE

To the extent of our knowledge, the information referred to in sub-paragraph a) of paragraph 1 of Article 245 of Decree-Law no. 357-A/2007 of October 31 and other documents relating to the submission of accounts required by current regulations have been prepared in accordance with applicable accounting standards, reflecting a true and fair view of the assets, liabilities, financial position and results of EDP Renováveis, S.A. and the companies included in its scope of consolidation and the management report fairly presents the evolution of business performance and position of EDP Renováveis, S.A. and the companies included in its scope of consolidation, containing a description of the principal risks and uncertainties that they face.

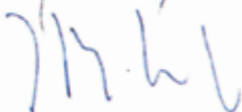
Lisbon, February 24, 2010.

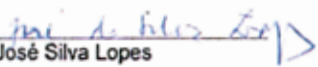

Mr. António Luis Guerra Nunes Mexia

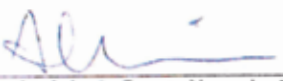

Mrs. Ana Maria Fernandes Machado

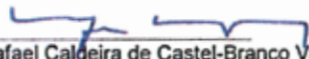

Mr. António Fernando Melo Martins da Costa


Mr. Nuno Maria Pestana de Almeida Alves


Mr. João Manuel Manso Neto


Mr. José Silva Lopes


Mr. António do Pranto Nogueira Leite


Mr. Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde



Mr. José Fernando Maia de Araújo e Silva


Mr. Manuel Menéndez Menéndez



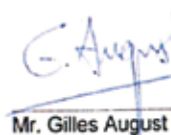
edp renováveis
Serrano Galvache, 56
Centro Empresarial Parque Norte
Edificio Encina
28033 Madrid, España
T +34 902 830 700 F +34 913 997 901
www.edprenovaveis.com


Mr. João Manuel de Mello Franco


Mr. Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos

AUSENTE
Mr. Daniel M. Kammen


Mr. Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda


Mr. Gilles August


Mr. João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo



earth is
all we
need



PUBLICAÇÃO EDP Renováveis, S.A.
Gabinete de Marca e Comunicação
Plaza de la Gesta , 2
33007 Oviedo, Espanha

DESIGN: happy brands

IMPRESSÃO Dilazo – Artes Gráficas, S.A.

TIRAGEM: 200 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 291932/09

Abril de 2010

INFORMAÇÕES ADICIONAIS Para mais informações sobre o Grupo EDP Renováveis, consulte www.edprenovaveis.com, onde também pode encontrar a versão electrónica do Relatório Anual EDP Renováveis 2009.

Impresso em papel fabricado com pasta LCE- Livre de Cloro Elementar, em conformidade com a norma ISO 9001, com o Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 e com certificação florestal FSC. Papel proveniente de florestas sujeitas a um processo científico de reflorestação sustentável.

